

**UFRRJ**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**TESE**

**Serviços Turísticos nas Serras do Matoso e Piloto: as  
Relações Sociais Construídas a partir da ASSETUR**

**Salomé Lima Ferreira de Almeida**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**SERVIÇOS TURÍSTICOS NAS SERRAS DO MATOSO E PILOTO: AS  
RELAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS A PARTIR DA ASSETUR**

**SALOMÉ LIMA FERREIRA DE ALMEIDA**

*Sob a orientação da professora*  
**Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto**

*e Coorientação da professora*  
**Lúcia Helena Cunha dos Anjos**

Tese submetida como requisito parcial  
para a obtenção do grau de **Doutora**, no  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciência, Tecnologia e Inovação em  
Agropecuária, Área de Concentração em  
Políticas Públicas.

Seropédica, RJ  
Maio de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A477s	<p>Almeida, Salomé Lima Ferreira de, 1977- Serviços Turísticos nas Serras do Matoso e Piloto: As relações sociais construídas a partir da ASSETUR / Salomé Lima Ferreira de Almeida. – Seropédica, 2023. 194 f. : il.</p> <p>Orientadora: Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto. Tese (Doutorado). – – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, 2023.</p> <p>1. Bens democráticos. 2. Turismo Rural. 3. Participação. 4. Rede de relações sociais. I. Benevenuto, Mônica Aparecida Del Rio, 1964-, orient. II. Anjos, Lúcia Helena Cunha dos, 1957-, coorient. III. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Agronomia-Ciência do Solo IV Título.</p>
-------	---

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**



**HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO Nº 9 / 2023 - PPGCTIA (12.28.01.84)**

**Nº do Protocolo: 23083.034266/2023-83**

**Seropédica-RJ, 29 de maio de 2023.**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM  
AGROPECUÁRIA

**SALOMÉ LIMA FERREIRA DE ALMEIDA**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, área de concentração em Políticas Públicas Comparadas.

**TESE APROVADA EM 26/05/2023**

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto. Dra., UFRRJ  
(Orientadora)

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega. Dr., UFRN

Simone Caldas Tavares Mafra. Dra., UFV

Renato Linhares de Assis. Dr., Embrapa Agrobiologia

Patrick Maurice Maury. Dr., UFRRJ

*(Assinado digitalmente em 01/06/2023 11:37 )*  
MONICA APARECIDA DEL RIO BENEVENUTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 387368

*(Assinado digitalmente em 29/05/2023 13:15 )*  
PATRICK MAURICE MAURY  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 041.349.152-87

*(Assinado digitalmente em 29/05/2023 10:08 )*  
RENATO LINHARES DE ASSIS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 795.249.667-00

*(Assinado digitalmente em 04/06/2023 19:50 )*  
SIMONE CALDAS TAVARES MAFRA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 677.074.676-04

*(Assinado digitalmente em 29/05/2023 17:54 )*  
WILKER RICARDO DE MENDONÇA NÓBREGA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 426.628.262-15

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **9**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO**, data  
de emissão: **29/05/2023** e o código de verificação: **4399afb605**

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta tese aos atores sociais que fizeram parte deste trabalho e que compartilharam suas histórias, lutas e sonhos.*

*Muito obrigada!*

## RESUMO

ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de. **Serviços turísticos nas Serras do Matoso e Piloto: As relações sociais construídas a partir da ASSETUR**. 2023. 194f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2023.

O campo de análise da tese é a Associação de Empreendedores de Turismo nas Serras Históricas Piloto e Matoso (ASSETUR), que tem como alcance os municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Pirai e Itaguaí, pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro. A associação possui uma dinâmica que permite a participação de atores sociais legitimados e aqueles que se reconhecem como excluídos, na política local e no campo do turismo. O coletivo foi orquestrado por múltiplos interesses com o objetivo de dar visibilidade aos atores sociais envolvidos e de gerenciar o que ocorre no território. Diante desse cenário, a tese tem como objetivo geral compreender a rede que se organizou em relação ao controle do território acessado por visitantes e turistas e em que sentido tal rede promoveria práticas mais participativas. O estudo proposto foi influenciado por constructos da antropologia do turismo. Desta forma, as principais fontes de análise foram os anfitriões/interlocutores, consolidando narrativas e respostas a partir de seus olhares e do que foi vivido no campo. A observação participante ocorreu em reuniões da associação, em outros coletivos, em visitas a campo efetivadas nas casas de produtores rurais e nos empreendimentos turísticos localizados nas Serras. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas e realizadas *on-line* com membros que participaram das reuniões da associação, entre eles havia integrantes da direção da associação, voluntários, um técnico do ITERJ e representantes da Secretaria de Turismo dos municípios de Mangaratiba e de Rio Claro. As entrevistas com um caráter mais informal foram realizadas pessoalmente com distintos atores. Com o isolamento social gerado pela Covid-19, priorizou-se narrativas construídas nos grupos de *WhatsApp*, criados pelos interlocutores. E, por fim, analisou-se atas das reuniões da associação. Constatou-se que a rede possuía uma trama tecida por relações de poder, por identidades que afirmavam ou negavam, o que era entendido como práticas participativas, ficando a depender de quais parceiros eram acionados e quais habilidades sociais eram mais relevantes. De fato, ocorreram mudanças pontuais, resultantes de ações que desafiaram a ordem instituída no campo e da heterogeneidade do grupo. Porém, mesmo com este cenário foi verificado um fazer participativo com fragilidades em alguns bens democráticos, como o de inclusão e transparência, decorrentes da dificuldade de se romper com práticas menos participativas e de gerar uma relação mais paritária entre os diferentes atores. A participação esbarrava no impasse de se conciliar atividades turísticas, com o engajamento político que o projeto demandava. Em meio a contradições e descontinuidades, o engajamento proposto evidenciou que o que estava em jogo era um projeto turístico assentado na construção de territorialidades onde a comunidade local tivesse poder sobre o que estava sendo gestado nas Serras. A mudança no quadro observado se efetivará quando o coletivo criar e gestar um sistema em que as organizações parceiras se tornem, minimamente, dependentes e a própria ASSETUR se torne mais autônoma, no campo em disputa.

**Palavras-Chaves:** Bens democrático. Turismo Rural. Participação. Rede de relações sociais.

## ABSTRACT

ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de. **Tourist services in the Matoso and Piloto Mountains: The social relations built from ASSETUR**. 2023. 194p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2023.

The field of analysis of the thesis is the Association of Tourism Entrepreneurs in the Historic Mountain Ranges Piloto and Matoso (ASSETUR), which has as scope the municipalities of Mangaratiba, Rio Claro, Piraí and Itaguaí, belonging to the State of Rio de Janeiro. The association has a dynamic that allows the participation of legitimate social actors and those who recognize themselves as excluded, in local politics and in the field of tourism. The collective was orchestrated by multiple interests with the aim of giving visibility to the social actors involved and managing what happens in the territory. Given this scenario, the thesis has the general objective of understanding the network that was organized in relation to the control of the territory accessed by visitors and tourists and in what sense such a network would promote more participatory practices. The proposed study was influenced by constructs of tourism anthropology. In this way, the main sources of analysis were the hosts/interlocutors, consolidating narratives and responses from their perspectives and what was experienced in the field. Participant observation took place in association meetings, in other collectives, in field visits carried out in the homes of rural producers and in tourist enterprises located in the mountains. The semi-structured interviews were recorded and carried out online with members who participated in the association's meetings, including members of the association's management, volunteers, an ITERJ technician and representatives of the Tourism Secretariat of the municipalities of Mangaratiba and Rio Claro. The interviews with a more informal character were carried out personally with different actors. With the social isolation generated by Covid-19, priority was given to narratives constructed in WhatsApp groups, created by the interlocutors. Finally, the minutes of the association's meetings were analyzed. It was found that the network had a web woven by power relations, by identities that affirmed or denied, which was understood as participatory practices, depending on which partners were engaged and which social skills were more relevant. In fact, specific changes occurred, resulting from actions that challenged the established order in the field and the heterogeneity of the group. However, even with this scenario, a participatory work was verified with weaknesses in some democratic goods, such as inclusion and transparency, resulting from the difficulty of breaking with less participatory practices and generating a more equal relationship between the different actors. Participation ran into the impasse of reconciling tourist activities with the political engagement that the project demanded. Amid contradictions and discontinuities, the proposed engagement showed that what was at stake was a tourist project based on the construction of territorialities where the local community had power over what was being created in the Sierras. The change in the observed picture will take effect when the collective creates and manages a system in which the partner organizations become, minimally, dependent and ASSETUR itself becomes more autonomous in the disputed field.

**Keywords:** Democratic goods. Rural Tourism. Social relations network.

## RESUMEN EXTENDIDO

ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de. **Servicios Turísticos en las Sierras Matoso y Piloto: Las relaciones sociales construidas desde ASSETUR**. 2023. 194h. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en la Agricultura). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2023.

### 1. Introducción

El campo de análisis de la tesis fue la Asociación de Empresarios Turísticos de las Sierras Históricas de Piloto y Matoso (ASSETUR). La elección de este espacio de investigación surgió a partir de actividades de extensión que realizó desde 2016. Las cuestiones investigadas fueron pensadas en medio de diálogos con los presentadores/interlocutores y a partir de lo revelado por el campo.

La asociación consolidó una forma organizativa que vinculaba a diferentes actores sociales, pertenecientes a los municipios de Mangaratiba, Rio Claro, Piraí e Itaguaí, pertenecientes al Estado de Rio de Janeiro. Entre estos, algunos se consideraban excluidos de los procesos de toma de decisiones en la política local y en el campo del turismo. La exclusión relatada por los interlocutores impactó en la comunidad local y en la preservación de lo que tenían en común, la Mata Atlántica. La preservación de la Mata Atlántica estaba ligada a la noción de control de circulación y uso del territorio. El territorio es entendido como una producción marcada por el poder, capaz de producir un nuevo orden para satisfacer los intereses de quienes buscan el poder (RAFESTIN, 1983, 1993). O, incluso, la idea de apropiarse de un espacio geográfico donde se producen la cultura, las identidades y el sentimiento de “pertenencia a lo que nos pertenece” (SANTOS, 2002, p. 10) – es, en esta suma, que el territorialidad y territorialización (HAESBAERT, 2018).

Las narrativas de los anfitriones, en alguna medida, suscitaron elementos que forjan lecturas sobre la participación, como Cornwall, Romano y Shankland (2007), Demo (2009); Bordenave (1994), Billaud (2014), especialmente al negar el diseño institucional colocado en los territorios –que los excluía de los debates en el ámbito político y en el campo del turismo. También cuestionaron las construcciones que encontraron respuestas, exclusivamente en el campo económico, subordinando a su acción las dimensiones social, cultural y ambiental. El ímpetu por construir nuevos caminos y nuevas relaciones más participativas, resultó en la construcción de un colectivo, denominado por los interlocutores como “red”, bajo la égida de “hacerse más fuertes” y poder elaborar un diseño institucional más democrático y en oposición a los diseños institucionales excluyentes presentes en los territorios de Itaguaí, Piraí, Mangaratiba y Rio Claro. El objetivo es, por tanto, la utilización de las relaciones de poder establecidas entre actores de la red de relaciones con la proposición de interacciones cambiantes con la naturaleza y con las relaciones sociales tejidas (RAFFESTIN, 1993) entre actores públicos y no públicos y los “adentro” y los “foráneos” que trabajan o circulan por los territorios. El marco favorece y “refleja la multidimensionalidad de lo territorial 'vivido' por los miembros de una colectividad (Ibdi, p. 158-159)”, generando diferentes experiencias en el territorio y cuestiones a defender.

La construcción de un diseño institucional en el que las decisiones de los gestores públicos estuvieran influidas por la comunidad local se convirtió en un tema a perseguir por ASSETUR, cuando los actores sociales tomaron conciencia de la dominación a la que estaban sometidos y creyeron en la capacidad de autodeterminación. -Administrar su futuro. Lo que estaba en la agenda, entonces, era la construcción de una red para democratizar los procesos que emanan de los cargos políticos y se traducen en acciones a ser aplicadas en las Sierras, con la oportunidad de ser posibles a través de la participación de diferentes actores.



Un escenario de no participación genera un poder verticalizado y centralizado, alejando a la sociedad civil de los procesos de toma de decisiones, reforzado por el desencanto con el poder público, el desinterés por participar en las elecciones y la ausencia de espacios de movilización de la sociedad civil (SMITH, 2009). Para el autor, la respuesta estaría entonces en la construcción de bienes democráticos: inclusión, control popular, juicio reflexivo y transparencia.

Teniendo tales interrogantes como punto de partida, la tesis buscó responder a la siguiente interrogante: ¿Cómo se originó la red que se organizó en relación al control del territorio al que acceden los visitantes y turistas y en qué sentido dicha red es capaz de promover más prácticas participativas? De esta forma, el objetivo general fue conocer la red construida por ASSETUR y si esta red promueve o no prácticas participativas. La tarea de comprender si el camino consolidó dinámicas más o menos participativas, reveló un juego de acercamientos, distancias y disputas por el poder que revelaron cuestiones e intereses, sobre los cuales surtió efecto el compromiso en la asociación.

Se destacan como objetivos específicos: Entender qué sería ASSETUR, qué estaba en disputa cuando el colectivo decidió crear la asociación e ingresar al mercado turístico; Analizar las reuniones de ASSETUR, investigando cómo se construyeron o no los bienes democráticos; Mapear y analizar la red de relaciones consolidada en ASSETUR, su influencia en las decisiones y en el proceso organizacional y cómo este escenario afirmó o rediseñó caminos más participativos.

Utilizando la noción de Raffestin (1993) de que un territorio tiene diferentes imágenes fundamentales para su comprensión, afirmo que la imagen que pretendo mostrar en la tesis es sólo una, entre muchas otras que podrían ser compartidas. Como también es la imagen de un momento, sirve para analizar y escribir. Pero ciertamente, hoy es diferente por el dinamismo y las discontinuidades que jalonan el proceso.

## **2. Procedimientos Metodológicos**

Las principales fuentes de este análisis fueron los hospedantes que vivían de manera flotante o permanente en el territorio analizado. Un hecho que define el análisis como una narración basada en mi experiencia en el terreno, dando voz a los participantes de ASSETUR. Estos caminos acercaron el trabajo a una perspectiva sociológica/antropológica. Los estudios con esta perspectiva tienen una redacción que se aleja de los trabajos convencionales, están escritos en primera persona y no tienen hipótesis. Es un análisis con una inserción densa en el campo que busca describir la realidad observada desde la perspectiva del grupo investigado.

Durante todo el trabajo de campo se utilizó la observación participante, la cual se dio en reuniones de asociaciones, en otros colectivos, en visitas de campo realizadas en las casas de los productores rurales y en empresas turísticas ubicadas en la montaña. Las entrevistas semiestructuradas fueron grabadas y realizadas en línea con los miembros que participaron de las reuniones de la asociación, incluidos miembros de la dirección de la asociación, voluntarios, un técnico del ITERJ y representantes de la Secretaría de Turismo de los municipios de Mangaratiba y Rio Claro. Las entrevistas de carácter más informal se realizaron personalmente con diferentes actores. Con el aislamiento social generado por el Covid-19, se dio prioridad a las narrativas construidas en los grupos de WhatsApp, creadas por los interlocutores. Finalmente, se analizaron las actas de las reuniones de la asociación.

El trabajo de campo realizado hasta 2019 y la pandemia me acercó a algunos debates en Antropología. Aún con muchos miedos, no pude romper con un enfoque antropológico que guiaba mi mirada, atribuyéndole un significado único a lo que escuchaba, observaba y sentía en cada viaje al campo. Es importante destacar que mi lugar de discurso fue construido en otro campo del saber, en la carrera de Economista Nacional y en el Programa de Posgrado en

Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad (CPDA/UFRJ). Sin embargo, no se puede negar que la tesis estuvo influenciada por esta ciencia.

Este hecho justificó la opción por un análisis basado en la percepción de los presentadores/interlocutores. Los datos recolectados dialogaron con referentes teóricos que no fueron preestablecidos por mí, sino buscados a partir de lo que me mostró el campo. Goldman (2006) afirma que la experiencia personal vivida por el investigador se convierte en un texto etnográfico donde se busca comprender qué piensa la gente, qué guía el comportamiento, los significados de las expresiones locales, los significados de sus ritos, reglas sociales y símbolos.

### **3. Resultados y Discusión**

El análisis de la red de relaciones construida por ASSETUR y de los encuentros mostró que ASSETUR no era un actor autoritario y hegemónico dentro del campo construido. Lo descrito en la tesis reveló que la construcción de la red de relaciones apuntó a formas más participativas que, a su vez, encarnaron la consolidación de territorialidades, expresándose en los enfrentamientos promovidos en los encuentros de la asociación y en la construcción del Circuito São João Marcos - el proyecto EntreSerras. Lo que estaba en juego no eran solo caminos más participativos o la construcción del circuito, sino la construcción de territorialidades a partir de disputas territoriales. Así, el trabajo colectivo buscó mitigar las relaciones de poder tejidas en el campo en disputa, con el objetivo final de que la comunidad local gestione/controle, mínimamente, lo que sucede en sus territorios. Este sí se consolidó, pero estuvo marcado por muchas contradicciones y debilidades en los activos democráticos.

El proceso fue concebido de forma participativa, teniendo en cuenta sus falencias, pero más cercano a actores del Estado y del mercado. Fallándose entonces en una relación más igualitaria entre el Estado, el sector privado y la comunidad local. Los productores rurales y las comunidades tradicionales existentes en el territorio tuvieron una participación muy tímida en el proceso. A largo plazo, esto podría generar un gran desfase teniendo en cuenta el objetivo de ASSETUR de ser el agente dinamizador del Turismo Rural Sostenible, destacando a los denominados actores “más invisibles”.

El diseño de la red de relaciones tejida por ASSETUR se diferenció de los formatos a los que se opuso la asociación, pero se repitieron las relaciones de poder, con lo que no se rompieron los viejos modelos y no se logró lo que inicialmente proyectó la base de la asociación. Esto también se explica por el hecho de que, en reiteradas ocasiones, los actores de las comunidades locales han subyugado su conocimiento al de otros agentes. En la lectura de Krenak (2020), este marco hace peligrar la posibilidad de romper con los modelos hegemónicos, considerando que eso solo será posible cuando “no expertos, outsiders” participen en el proceso en construcción, no solo con derecho a voz, sino con derecho a voz, discurso con poder de decisión y construcción de hecho.

La posición de centralidad de los actores dentro de la red pasó por la amistad, la confianza, la solidaridad, el capital social que se portaba, la capacidad de articular actores de diferentes municipios y el conocimiento, ya sea de carácter académico, religioso o empírico. Estos problemas no son nuevos, ya se han encontrado en otros estudios en la red. Tales atributos no impidieron que las relaciones dentro de la red estuvieran permeadas por dificultades en los diálogos y desconfianza. El análisis a partir de las relaciones tejidas por ASSETUR mostró como un elemento nuevo la importancia atribuida a las territorialidades, constituyéndose como un elemento que definía la intensidad de los vínculos, es decir, qué actores tenían mayor poder para influir en las decisiones a tomar y en las cancha construida por la asociación.

La red de relaciones influyó en el trabajo colectivo, especialmente en la construcción de bienes democráticos, generando cambios en la percepción de ciertos temas y, en cierta medida, interfirió en los decisores públicos. No se reconocía al poder público como controlador de todas

las decisiones, con plena autonomía sobre los demás actores sociales. Por otro lado, no se desconoció el poder de dependencia y dominación que imponía el poder público. Esto dejó en claro que la acción colectiva generada por la asociación hizo un esfuerzo por construir una relación más autónoma donde se reconocieran las capacidades del colectivo, al punto de haber generado una relación de sociedad en lugar de una relación de servidumbre. Para ello, buscó socios que tuvieran habilidades sociales para presionar a algunos actores gubernamentales. En la red tejida, los actores del poder público que ocupaban la condición de fuertes lazos eran actores que tenían una relación de pertenencia con los territorios que abarca ASSETUR.

En el contexto social investigado, las interacciones en línea no pudieron continuar el proceso en curso, al menos en la dirección en que se gestaba. La discontinuidad también pasó por carencias históricas en las zonas rurales. La falta de acceso a oportunidades impidió la organización de reuniones en línea. En el contexto offline, la participación también se vio afectada por otras ausencias, como el transporte público y los recursos de las instituciones involucradas. Se concluye que más formatos participativos dependen del acceso a bienes básicos que garanticen la participación en espacios online u offline.

Con un movimiento muy dinámico dentro y fuera de las reuniones, el proceso forjado por ASSETUR a veces subordinó los aspectos económicos a los sociales y ambientales y viceversa, a veces produjo diseños más democráticos y a veces reprodujo relaciones más jerárquicas con menos transparencia. Este movimiento, en parte, dependía del actor que se activaba en la red de relaciones y de los acontecimientos internos y externos.

La red de la asociación tenía arreglos complejos que iban más allá de los territorios bien definidos, lo que imposibilitaba la participación de todos. La no delimitación fue el elemento más valioso que constituyó el grupo, sin embargo la dificultad de mantener conexiones, en este formato y en el largo plazo, puede requerir una reestructuración del proyecto a algo más territorial como solución a una relación más sólida y duradera. y compromiso participativo. Especialmente para actores no públicos.

Las contradicciones en las que se vio inmersa ASSETUR revelaron que en el microespacio no logró romper por completo con el modelo que negaban o dejó vacíos en el camino, provocando cambios muy puntuales. Sin embargo, siguen reconociendo la necesidad de cambiar el escenario. Si el micro espacio reconoce la necesidad de transformar viejas prácticas, como la imposición del “yo” sobre el “nosotros”, de la racionalidad económica sobre las demás dimensiones, quizás se puedan formar algunas brechas en el macro espacio a través de una lenta y casi imperceptible – como en la sugerencia de la teoría del equilibrio puntuado de True, Baumgartner y Jones (2007).

En general, haber analizado en qué aspectos ASSETUR se acercaba o se alejaba de un diseño más inclusivo, participativo y democrático, y qué se desencadenó en este proceso, fue una tarea compleja en vista de los múltiples matices a observar y las diversas cuestiones planteadas por los actores sociales que intervienen en el proceso. Sin embargo, es posible afirmar que la preciosidad no estuvo en las conclusiones, sino en el juego o en el movimiento que colocó constantemente en un mismo espacio acciones tan contradictorias, incluyentes, participativas, democráticas y antidemocráticas.

El marco presentado a lo largo de la tesis hace urgente proponer políticas públicas que puedan diseñarse con la comunidad, con el interés de promover el mejoramiento de la vida de los habitantes. En el universo investigado es indispensable: el desarrollo de infraestructura en las Sierras, como mejoramiento vial, evitando riesgos geomorfológicos; la consolidación del saneamiento básico en las regiones –incluso en los asentamientos rurales–; la protección del territorio frente a los procesos de desterritorialización; la garantía de una asistencia rural capaz de traer dignificación a los productores rurales, permanencia en la tierra, ampliación del potencial agrícola de la región y orgullo de ser productor rural; la construcción de espacios participativos más allá de la dimensión estructural, para que la comunidad se convierta

efectivamente en un actor político en la toma de decisiones; la creación de espacios y proyectos que potencien la organización a favor del desarrollo de actividades relacionadas con el turismo rural, tales como la venta de productos rurales, la visita segura a los sitios patrimoniales, la ampliación de la oferta de alojamiento de la comunidad, el intercambio de conocimientos y cuentos entre pobladores y turistas, degustación de comidas típicas, capacitación continua a actores que promueven el turismo en la región; y, la consolidación de alianzas que promuevan, en las zonas rurales, la expansión y mejora del acceso a internet.

Y, finalmente, se reconoce como aporte de la tesis, la posibilidad de que los interlocutores analicen un proceso en el que son protagonistas, se rehagan o no, para trazar nuevos caminos a partir de la imagen construida y sus conclusiones sobre esta imagen – la tesis Tal aporte no es menos importante que un posible aporte en el campo teórico, principalmente porque la tesis también se originó a partir de una demanda planteada por los actores sociales que actuaron en el contexto analizado.

**Palabras-claves:** Bienes democráticos. Turismo Rural. Red de relaciones sociales.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ACERP</b>	Associação Corumbaense das empresas do turismo do Pantanal
<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>ASSETUR</b>	Associação de Empreendedores de Turismo nas Serras Históricas Piloto e Matoso
<b>BIG</b>	Baía de Ilha Grande
<b>BR-101</b>	Rodovia Rio-Santos
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEPERJ</b>	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>COLEGIADO BIG</b>	Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía de Ilha Grande
<b>COMDEMA</b>	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
<b>COMTUR</b>	Conselho Municipal de Turismo de Rio Claro
<b>COPPE</b>	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
<b>COVID-19</b>	Corona Vírus Disease – 2019
<b>CPDA</b>	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CTUR</b>	Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAPUR</b>	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnologia da UFRRJ
<b>FCT</b>	Fórum de Comunidades Tradicionais
<b>GAP</b>	Grupo de Apoio Parlamentar
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>INEA</b>	Instituto Estadual do Ambiente
<b>INEPAC</b>	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>ITERJ</b>	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
<b>LEC</b>	Licenciatura em Educação do campo

<b>NEDET</b>	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>PCH</b>	Pequena Central Hidrelétrica de Rio Claro
<b>PEPEDT</b>	Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial
<b>PESAGRO</b>	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAE</b>	Programa de Alimentação Escolar
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PPGCTIA</b>	Programa de Pós-Graduação em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>RIOTUR</b>	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
<b>RPPN</b>	Reserva Particular de Patrimônio Natural
<b>SEAD</b>	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SETUR</b>	Secretaria de Estado de Turismo
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
<b>TURISRIO</b>	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UFRRJ</b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNIVALI</b>	Universidade do Vale do Itajaí

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Mapa dos municípios do Estado do Rio de Janeiro Fonte: CEPERJ, 2019.....	16
<b>Figura 2.</b> Rota das Serras do Piloto e Matoso e a conexão entre as Serras. Fonte: Elaborado pela autora e adaptado com base no Google Maps, 2021.....	17
<b>Figura 3.</b> Rota das Serras do Piloto e Matoso e seu entorno. Fonte: Elaborado pela autora e adaptado com base no Google Maps, 2021. ....	17
<b>Figura 4.</b> Fronteira dos municípios ao longo da Serra do Matoso e Piloto. Fonte: Elaborado pela autora e adaptado com base no Google Maps, 2021.....	18
<b>Figura 5.</b> Inauguração do Marco Histórico da Serra do Matoso. Fonte: Prefeitura de Itaguaí, 2019. ....	20
<b>Figura 6.</b> Ruínas de antigas edificações no Saco de cima. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.....	21
<b>Figura 7.</b> Mirante Imperial. Fonte: Arquivo pessoal, 2018. ....	22
<b>Figura 8.</b> Bebedouro da Barreira. Fonte: Arquivo pessoal, 2018. ....	22
<b>Figura 9.</b> Empório da Barreira. Fonte: Arquivo pessoal, 2018. ....	23
<b>Figura 10.</b> Cachoeira dos Escravos. Fonte: Arquivo pessoal, 2018. ....	24
<b>Figura 11.</b> Fazenda da Lapa. Fonte: Pedro, 2021. ....	24
<b>Figura 12.</b> Assentamento Fazenda Rubião. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.....	25
<b>Figura 13.</b> Cachoeira do Rubião. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.....	25
<b>Figura 14.</b> Estância do Carneiro. Fonte: Arquivo pessoal, 2017.....	26
<b>Figura 15.</b> Igreja de São João Marcos. Fonte: Almerinda, 2021.....	26
<b>Figura 16.</b> Art-Café. Fonte: Arquivo pessoal, 2018. ....	27
<b>Figura 17.</b> Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. FONTE: Arquivo pessoal, 2019. ....	27
<b>Figura 18.</b> Cachoeira do Rio do Bálsamo. Fonte: Arquivo pessoal, 2018. ....	28
<b>Figura 19.</b> Pousada Rural Sítio Beija-flor. Fonte: Arquivo pessoal, 2018 e 2021. ....	29
<b>Figura 20.</b> Rancho Cláudio Cordeiro. Fonte: Claudio Cordeio, 2020.....	29
<b>Figura 21.</b> Fazenda Santa Thereza. Fonte: Paes, 2019. ....	30
<b>Figura 22.</b> Mirante do Imperador. Fonte: Rodrigo, 2018.....	30
<b>Figura 23.</b> Rampa de Voo Livre de Itaguaí, Serra do Matoso, RJ. FONTE: Guia 4 ventos, s.d. ....	31
<b>Figura 24.</b> Estrada Real da Serra da Calçada. Fonte: Arquivo pessoal, 2017. ....	32
<b>Figura 25.</b> As primeiras articulações do coletivo. Fonte: Pesquisadora, adaptado de Granovetter (1973).....	52
<b>Figura 26.</b> Símbolos que compõem a Identidade Visual das Serras. Fonte: Efeito Tuca, 2021. ....	73
<b>Figura 27.</b> Símbolos que compõem a Identidade Visual das Serras. Fonte: Efeito Tuca, 2021. ....	73
<b>Figura 28.</b> Identidade Visual das Serras. Fonte: Efeito Tuca, 2020. ....	74
<b>Figura 29.</b> Identidade Visual das Serras. Fonte: Efeito Tuca, 2020. ....	74
<b>Figura 30.</b> Turismo Rural Sustentável na perspectiva dos atores sociais. Fonte: Elaborada pela autora, 2021. ....	80
<b>Figura 31.</b> Buraco na Estrada na Serra do Piloto. Fonte: Almerinda (2022), postada em grupo de WhatsApp. ....	95

<b>Figura 32.</b> Placa indicando início de obras na estrada da Serra do Piloto. Fonte: Almerinda (2022), postada em um grupo de WhatsApp. ....	96
<b>Figura 33.</b> Os 35 anos de criação da Área de Proteção Ambiental Estadual de Mangaratiba. Fonte: Elaborado pelo Parque Estadual Cunhambebe, 2022.....	99
<b>Figura 34.</b> Tabela de Influências Diretas da ASSETUR. Fonte: Elaborada pela autora, 2022. ....	115
<b>Figura 35.</b> Mapa de influência/dependência dos parceiros da ASSETUR. Fonte: Adaptado de Maury, 2019.....	116
<b>Figura 36.</b> Mapa de influências/dependências diretas. Fonte: Elaborada pela autora, 2022. ....	117
<b>Figura 37.</b> Mapa de deslocamento de influências de Rio Claro sobre a ASSETUR. Fonte: Elaborada pela autora, 2022. ....	120
<b>Figura 38.</b> Interação individual dos atores que iniciaram a ASSETUR. Fonte: Elaborado pela autora, 2022. ....	123
<b>Figura 39.</b> Folder do evento em comemoração ao bicentenário. Fonte: Elaborado pela ASSETUR, 2022. ....	161
<b>Figura 40.</b> Chamada para a reunião do dia 25 de novembro de 2022. Fonte: Elaborado pelo PEPEDT, 2022.....	162



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Nomes fictícios definidos pelos interlocutores. ....	33
<b>Quadro 2.</b> Benefícios do Turismo Rural. ....	77
<b>Quadro 3.</b> Classificação turística das unidades de produção de serviços turísticos, segundo sua localização. ....	78
<b>Quadro 4.</b> Terminologias turísticas utilizadas no campo pelos interlocutores.....	84

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CAMINHOS PERCORRIDOS NO CAMPO .....	5
2.1 Demarcando o “Início” da Pesquisa e a Metodologia .....	5
2.2 Os Instrumentos de Pesquisa .....	7
2.3 Meu Lugar na Pesquisa.....	10
2.4 Mudanças com a Pandemia da COVID-19.....	13
3. UNIVERSO DE ESTUDO E OS ATORES SOCIAIS .....	16
3.1 Localização Espacial das Serras .....	16
3.1.1 Conhecendo as Serra do Piloto e do Matoso.....	19
3.1.2 Percorrendo a rota turística ao longo da Estrada Imperial – Serra do Piloto, RJ...21	
3.1.3 Percorrendo a rota na Serra do Matoso rumo a Estrada Real Serra da Calçada ....27	
3.2 O lugar de Fala dos Interlocutores: Conhecendo Alguns Associados .....	32
3.2.1 “Pedras lascadas” .....	34
3.2.2 “Natureza” .....	36
3.2.3 “Estrada” .....	39
3.2.4 “Animal” .....	42
3.2.5 “Tropeiros” .....	44
3.2.6 “Terra” .....	46
3.2.7 “Memória” .....	48
3.6.8 “Produção agrícola” .....	49
4. A ASSETUR E O QUE MOTIVOU A FORMAÇÃO DO COLETIVO.....	51
4.1 O Significado da ASSETUR para os Interlocutores e Início da Rede de Relacionamento da ASSETUR.....	51
4.2 Para Além dos Cinco Amigos.....	55
4.3 Questões que se Assentam a ASSETUR e suas Motivações para se Inserir no Mercado Turístico .....	58
4.4 A Identidade Visual do Circuito São João Marcos e a Construção de Territorialidades... ..	67
5. MUDANÇAS NO NOME DA ASSETUR: ENTRE O RURAL, O HISTÓRICO E O EMPREENDEDOR.....	77
5.1 O Turismo Vivido e o Idealizado .....	77
5.2 O Termo Empreendedores .....	81
5.3 O Termo Rural e o Histórico .....	82
5.4 Percepções sobre Turismo Rural e Turismo Rural Sustentável: “Turismo de Controle”.. ..	91
6. TECENDO RELAÇÕES PARA ALÉM DAS SERRAS.....	102
6.1 O Uso do Termo “Rede” na ASSETUR .....	102

6.2 Nuanças Presentes nas Interações Sociais da Rede de Relacionamento da ASSETUR....	104
6.3 Dificuldade nos Diálogos entre os Parceiros e entre Interesses Individuais e Coletivos ..	105
6.4 Ausência no Cotidiano Vivido.....	107
6.5 Capital Social Valorizado pelo Coletivo .....	109
6.6 A Desconfiança nos Laços.....	111
6.7 Um Panorama dos Parceiros e da Posição que Ocupam no Campo Construído pela ASSETUR.....	113
6.7.1 Tratamento dos dados .....	113
6.7.2 Uma análise quali-quantitativa das influências e dependências de parceiros da ASSETUR .....	116
7. O FAZER COLETIVO NAS REUNIÕES E NAS INTERAÇÕES ON-LINE: A CONSTRUÇÃO DE BENS DEMOCRÁTICOS ENTRE CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES .....	125
7.1 Reuniões que Ocorreram antes da Pandemia da Covid-19.....	127
7.1.1 Conhecendo um pouco da dinâmica das reuniões ordinárias da ASSETUR .....	127
7.1.2 Reuniões extraordinárias .....	131
7.1.3 Os participantes das reuniões ordinárias e extraordinárias .....	134
7.1.4 A transparência interna e externa nas atas das reuniões, ordinárias e extraordinárias .....	136
7.1.5 Enfrentando as dificuldades para participar das reuniões e os significados desta participação .....	138
7.1.6 A ausência da presença física e da voz nas reuniões .....	140
7.1.7 Participação nas reuniões presenciais e em interações on-line, nos grupos de WhatsApp, sendo moldadas por conflitos.....	144
7.2 Uma Pausa nas Interações Presenciais ao Longo da Covid-19 .....	149
7.3 Janelas de Oportunidade Estabelecidas ao Longo da Pandemia da COVID-19 e o Desafio de Voltar a se Envolver com o Coletivo .....	154
7.4 Reuniões Após o Pico da Pandemia da Covid-19.....	157
7.4.1 Reunião em que se apresentou o circuito São João Marcos.....	157
7.4.2 Reunião sobre o evento em comemoração ao bicentenário da Independência ....	160
7.4.3 Reunião de reaproximação com o PEPEDT/UFRJ .....	162
7.5 Potencialidades e Fragilidades Comuns que Marcaram os Três Momentos de Interações Sociais da ASSETUR – Antes, Durante e Após a COVID-19 .....	165
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	167
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	170
10. APÊNDICES .....	181
11. ANEXOS .....	186

## 1. INTRODUÇÃO

O campo de análise da tese foi a Associação de Empreendedores de Turismo nas Serras Históricas Piloto e Matoso (ASSETUR)<sup>1</sup>. A escolha por este espaço de investigação surgiu a partir de atividades de extensão que realizei desde 2016. As questões investigadas foram pensadas em meio a diálogos com os anfitriões/interlocutores e a partir do que o campo revelava.

As fontes principais desta análise foram os anfitriões que viviam fluando ou de modo fixo no território analisado. Fato que define a análise como uma narrativa a partir da minha vivência no campo, dando voz aos participantes da ASSETUR. Estes caminhos aproximaram o trabalho de uma perspectiva sociológica/antropológica. Estudos com esta perspectiva possuem uma escrita que se distancia de trabalhos convencionais, são escritos na primeira pessoa e não possuem hipóteses<sup>2</sup>. Trata-se de uma análise com uma densa inserção no campo que buscar descrever a realidade observada a partir do olhar do grupo investigado.

A associação consolidou uma forma organizativa que conectava distintos atores sociais, pertencentes aos municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Piraí e Itaguaí, pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro. Entre esses, alguns se consideravam excluídos de processos decisórios na política local e no campo do turismo. A exclusão relatada pelos interlocutores impactava a comunidade local e a preservação do que lhes eram comuns, a Mata Atlântica. A preservação da Mata Atlântica era vinculada à noção de controlar a circulação e o uso do território. Entende-se por território uma produção marcada pelo poder, capaz de produzir uma nova ordem para atender os interesses daquele que busca o poder (RAFFESTIN, 1983, 1993). Ou, ainda, a ideia de apropriação de um espaço geográfico onde se produz a cultura, identidades e o sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2002, p.10) – é, nesta soma, que também se constrói a territorialidade<sup>3</sup> e a territorialização (HAESBAERT, 2018).

Aqui cabe delinear algumas questões sobre o conceito de participação no campo teórico que orientam a tese, a partir de Bordenave (1994), Demo (2009), Cornwall, Romano e Shankland (2007) e Smith (2000). Para Bordenave (1994), a participação tem uma base afetiva e instrumental. A base afetiva coloca a participação como uma prática “inerente à natureza social do homem” (Ibid., p. 16). Neste sentido, o prazer em fazer algo com terceiros é o que move a participação. A base instrumental, por sua vez, imprime a consciência de que é mais fácil alcançar objetivos estando em grupo. Porém, a participação não busca somente atender interesses individuais ou coletivos, tem em seu âmago um desejo de intervenção em um dado cenário. É uma negação ao que Demo chama de “tendência histórica à dominação” (2009, p.18), que impõe dificuldades ao ato de participar. Esse processo faz parte da polarização hierárquica que resulta na consolidação de projetos elaborados de cima para baixo.

---

<sup>1</sup> Em espaços coletivos, a associação foi apresentada com esta nomenclatura. Porém, no estatuto está registrada como Associação dos Empreendedores de Turismo das Serras do Vale Histórico do Piloto e Matoso.

<sup>2</sup> Ver Martins (2009), Magnani (2009) e Peirano (2008).

<sup>3</sup> A construção de territorialidades se dá em um campo marcado pelo poder, por trocas, interesses e consumo, sobre-excedendo territorialidades conflitivas que compõem um dado sistema territorial: “Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos, que os indivíduos e os grupos devem assumir” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). Isso se efetiva porque “a territorialidade é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder (ibid, p. 162) e toda relação estabelecida é uma relação de poder consciente que provoca mudanças nos atores que fazem parte do jogo e estão ligados a nós de redes sociais (RAFFESTIN, 1993).

Tais dificuldades não são percebidas como um problema em si, mas um ponto de partida que se dá no enfrentamento da dominação rumo a conquistas por direitos, voz, vez e liberdades, por atores que se sentem à margem de um processo. Este cenário, de certa forma, forja a concepção de participação defendida por Bordenave (1994) e Demo (2009), como uma “conquista e autopromoção” por disputa de poder, capaz de romper com a lógica da tutela e do assistencialismo. Nesta mesma direção, Billaud (2014, p. 53) afirma que a participação suscita uma “luta por reconhecimento social que, por sua vez, gera uma estima de si mesmo”, extrapolando a lógica egocêntrica, racional ou de um bem comum.

Tanto Bordenave (1994) e Demo (2009) defendem a participação como um processo em constante construção que dá sinais de que está dando certo quando altera o *status quo*, quando gera conflitos, por ser um processo que ocupa espaços de poder. Quando há participação, há uma reconfiguração da disputa pelo poder. Se alguém se apropria do poder é sinal que este poder é extraído de alguém (DEMO, 2009). O que pressupõe conquistas, mudanças, problemas, conflitos e riscos para os que estão protagonizando o fenômeno do poder. É isso que vai medindo ou legitimando o quanto o processo participativo se dá de fato (DEMO, 2009; BORDENAVE, 1994). Já os estudos de casos elaborados por Cornwall, Romano e Shankland (2007), mapearam diversas leituras sobre o conceito: como “o exercício da cidadania e da democracia; como aprendizado; como algo que ‘vem de baixo para cima’ para agir sobre as instituições ‘de cima’; como prática de resistência e de associativismo; como um processo que gera autossuficiência” (CORNWALL et al., 2007, p. 258-259). Assim, o que sobressai nestas reflexões é a ideia de participação como “processo” como algo inacabado e que se “conquista” (DEMO, 2009).

As narrativas dos anfitriões em alguma medida suscitavam elementos que forjam tais concepções ao negarem o desenho institucional posto nos territórios – que os excluam de debates na arena política e no campo do turismo. Questionavam também as construções que encontravam respostas, exclusivamente no campo econômico, subordinando às dimensões sociais, culturais e ambientais à sua ação<sup>4</sup>. O ímpeto de construir novos caminhos e novas relações mais participativas, resultou na construção de um coletivo, chamado pelos interlocutores de “rede”, sob a égide de se tornarem mais “fortes” e serem capazes de elaborar um desenho institucional mais democrático e em oposição aos desenhos institucionais excludentes presentes nos territórios de Itaguaí, Piraí, Mangaratiba e Rio Claro. Objetiva-se, portanto, o uso das relações de poder estabelecidas entre atores da rede de relacionamento com a proposição de alterar interações com a natureza e com relações sociais tecidas (RAFFESTIN, 1993) entre atores públicos e não públicos e os “de dentro” e os “de fora” que atuam ou circulam nos territórios. O quadro favorece e “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade (Ibdi, p. 158-159)”, gerando distintas experiências no território e questões a serem defendidas.

A interpretação dada aos desenhos institucionais excludentes eram os que não priorizam a participação de diferentes atores sociais, sobretudo da comunidade local, construindo, então, decisões de cima para baixo – discurso bem presente entre debates acadêmicos que analisam temáticas como gestão social, rede, governança política e bens democráticos. A crítica a este formato foi colocada inúmeras vezes por participantes do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía de Ilha Grande (Colegiado BIG/RJ)<sup>5</sup>, que se tornou um dos parceiros da associação. Tal narrativa foi absorvida pelos associados que almejavam a

---

<sup>4</sup> As implicações desta subordinação são refletidas por Gudynas (2011), Guatarri (1990) e Sicsú (2007).

<sup>5</sup> O Colegiado nasceu, em 2006, como mecanismo de organização social dentro da política nacional de desenvolvimento agrário. Ao longo dos anos consolidou-se como um espaço de articulação entre atores do poder público, o mercado e atores sociais dos territórios, com a finalidade de formular linhas de ação de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

construção de um desenho institucional em que as decisões dos gestores públicos fossem influenciadas pela comunidade local.

Tal necessidade tornou-se uma questão a ser perseguida pela ASSETUR, quando os atores sociais tomaram consciência da dominação a que estavam submetidos e passaram a acreditar na capacidade de auto gestar o seu futuro. O que estava em pauta, então, era a construção de uma rede para democratizar processos que emanam em gabinetes políticos e redundam em ações a serem aplicadas nas Serras, sob o ensejo de ser possível por meio da participação de diferentes atores.

Um cenário de não participação gera um poder verticalizado e centralizado, afastando a sociedade civil dos processos decisórios, sendo reforçado pelo desencantamento com o poder público, o desinteresse por participar de eleições e a ausência de espaços de mobilização da sociedade civil (SMITH, 2009). Para o autor, a resposta então estaria na construção dos bens democráticos – a inclusão, o controle popular, o julgamento ponderado e a transparência.

Tendo tais questões como um ponto de partida a tese buscou responder a seguinte pergunta: Como se originou a rede que se organizou em relação ao controle do território acessado por visitantes e turistas e em que sentido tal rede é capaz de promover práticas mais participativas? Desta forma, se elencou como objetivo geral, compreender a rede construída pela ASSETUR e se esta rede promove ou não práticas participativas. A tarefa de compreender se o caminho consolidava dinâmicas mais ou menos participativas, descortinou um jogo de aproximações, distanciamentos e disputas por poder que revelavam questões e interesses, sobre os quais o engajamento na associação se efetivava.

Destacam-se como objetivos específicos: Compreender o que seria a ASSETUR, O que estava em disputa no momento em que o coletivo decidiu criar a associação e se inserir no mercado turístico; analisar as reuniões da ASSETUR, averiguando como se dava ou não a construção dos bens democráticos; mapear e analisar a rede de relacionamentos consolidados na ASSETUR, sua influência nas decisões e no processo organizativo e como este cenário afirmava ou redesenhava caminhos mais participativos.

O tópico intitulado “Caminhos percorridos no campo” evidencia um caminho influenciado por uma abordagem antropológica. Aqui se exibiu a metodologia, as técnicas de coletas de dados, os percursos construídos na relação com os interlocutores, os dramas vividos nesta relação, os papéis que ocupei no contexto investigado e os impactos causados pelo isolamento social, gerado pela Covid-19. A decisão por este formato partiu da crença de que os relatos da trajetória da pesquisa evidenciam mais do objeto de estudo e dos olhares em cena – dos interlocutores e de quem escreve a tese.

O tópico “A ASSETUR e o que motivou a formação do coletivo” apresenta a história da associação, os interesses que geraram o engajamento, os elementos que estruturam o processo organizativo da ASSETUR.

O tópico “O universo de estudo e os atores sociais” tem a proposta de proporcionar ao leitor um breve panorama das Serras e pouco da história pessoal de alguns membros da direção da ASSETUR e de três associados, até a inserção na associação. Com isso, busquei oferecer elementos de trajetórias individuais que forjaram práticas em um coletivo. Ao apresentar a trajetória dos anfitriões/interlocutores não usei os nomes dos atores e sim um termo escolhido por eles. O termo escolhido fazia referência a algo que compunha as Serras, mas também revelava elementos de suas identidades sociais, seus ideais e de como se percebiam no processo em curso.

O tópico “Mudança no nome da ASSETUR” visa mostrar embates entre o turismo vivido e o idealizado, que promoveram alterações no nome da associação. A construção foi

dada priorizando vozes de diferentes atores, revelando disputas que passavam por percepções sobre o rural, o empreendedorismo e sustentabilidade.

O tópico “Tecendo relações sociais para além das Serras” reflete o processo em curso a partir das relações sociais construídas na ASSETUR. Entende-se que a análise proposta é relacional, por considerar as interações suscitadas pelos parceiros em relação à associação. O que afastaria a análise de um olhar estrutural e funcional.

O tópico “O fazer coletivo nas reuniões e nas interações on-line: a construção de bens democráticos entre continuidades e descontinuidades” investiga a construção dos bens democráticos nas reuniões da ASSETUR e nos grupos de WhatsApp e o que era acionado neste contexto. Com isso, foi necessário observar as relações sociais que ocorrem em três momentos – antes, durante e após o pico da Covid-19.

As considerações finais trazem elementos que ajudam a entender o que esteve em disputa ao longo do caminho, traçado pela ASSETUR, e as contradições que marcaram mudanças ou reafirmaram o desenho institucional já consolidado.

Assim, a reflexão apresentada permite a compreensão de alguns desafios que se impõem em formatos construídos como os da ASSETUR, como também suscita reflexões importantes que poderão servir de base para a construção de Políticas Públicas para o Turismo desenvolvido em áreas rurais. Sobretudo, em territórios marcados pela “inação governamental como política pública” (VILLELA, 2017, p.15). Esta afirmação se deve ao fato de o autor entender a política pública como um conjunto de decisões públicas que podem ser concretizadas ou omitidas, interferindo assim na realidade de uma comunidade. Foi em um panorama de ausências, que a ASSETUR se destacou como um ator social promotor do turismo rural nas Serras do Piloto e Matoso, atuando em diferentes espaços, inclusive nos Conselhos de Turismo e buscando diálogo com a comunidade, o Estado e o setor privado.

Usando a noção de Raffestin (1993) de que um território possui diferentes imagens fundamentais para a sua compreensão, afirmo que a imagem que busquei mostrar na tese é apenas uma, diante de tantas outras que poderiam ser compartilhadas. Como também é a imagem de um momento, usado para analisar e escrever. Mas que certamente, hoje se encontra diferente em função do dinamismo e de descontinuidades que subscrevem o processo.

## **2. CAMINHOS PERCORRIDOS NO CAMPO**

### **2.1 Demarcando o “Início” da Pesquisa e a Metodologia**

As observações no universo investigado iniciaram antes mesmo da minha entrada no programa de doutorado. A análise foi construída com dados coletados em três momentos; de 2016 a 2018, em 2019 e de 2020 em diante - período marcado pelo isolamento social diante da Pandemia da Covid-19.

Em 2016, realizei as primeiras inserções no campo, o que consolidou projetos de extensão a partir de 2017. Obviamente tal inserção estava sendo conduzida por outras perguntas e interesses. Todavia, foi um momento importante para a construção das perguntas da tese. Além de propiciar uma relação de confiança com os sujeitos da pesquisa.

As atividades de extensão foram realizadas ao longo de 2017 a 2020, totalizando quatro ações, uma na Serra do Piloto (no Assentamento Rubião), duas na Serra do Matoso (no Assentamento Matoso) e uma em Rio Claro. Em 2017, coordenei o projeto de extensão “Desenvolvimento do Turismo Rural e Gestão Hoteleira a partir da pousada Sítio Beija Flor, na Serra do Matoso”, localizado no assentamento rural Matoso, no período de maio a dezembro de 2017. O projeto foi desenvolvido com dois professores do curso de Hotelaria, do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH/ICSA) e a monitora da disciplina de governança.

No período de agosto a outubro de 2017, coordenei um curso de Extensão; “Capacitação para Obtenção e Processamento de Leite e Derivados”. As aulas foram ministras por uma professora do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH/ICSA), e um zootecnista – egresso da UFRRJ. O curso tinha como público-alvo assentados e produtores de queijo do Assentamento Fazenda Rubião, Serra do Piloto.

Em 2018, fiz parceria com a professora do DEDH, que realizou um minicurso de geleia. A atividade foi uma demanda colocada no projeto, realizado no Sítio Beija Flor. As participantes foram mulheres do Assentamento Matoso que tinham o intuito de venderem doces aos turistas e visitantes.

No período de agosto de 2019 a abril de 2020, coordenei o “Curso de extensão de Condutor Local com ênfase em Turismo Sustentável” e ministrei aulas de Hospitalidade. A equipe foi composta por três turismólogas e um enfermeiro. A consolidação desta parceria só foi possível com a mediação da Secretaria de Agricultura de Rio Claro/RJ. A atividade foi realizada com jovens de Rio Claro/RJ e duas de Angra dos Reis/RJ. Infelizmente os jovens que solicitaram o curso não participaram em função da distância, uma vez que não houve financiamento do setor privado ou público que fosse mais próximo a Mangaratiba. A demanda pelo curso foi colocada em uma reunião do Colegiado BIG, por uma jovem assentada no assentamento rural Rubião e um jovem do assentamento Matoso, que representavam os jovens destes territórios. A solicitação por um curso de condutor local passava por uma noção de pertencimento, permanência no campo e um amplo desejo de serem reconhecidos como os guardiões da história e não meros coadjuvantes no meio rural: “Queremos apresentar o nosso território, apropriarmos do que é nosso. Ninguém melhor do que os jovens para apresentar as Serras e falar de nossas histórias para os turistas. Por que tem que ser alguém de fora? Isso ajudará a permanência dos jovens no campo” <sup>6</sup>(jovem rural, integrante da ASSETUR, Reunião do Colegiado BIG, 2019).

---

<sup>6</sup> Optei por fazer transcrições na íntegra das entrevistas gravadas e de áudios de reuniões da ASSETUR – encaminhados pelos interlocutores. Nas transcrições registrou-se os silêncios, as emoções e sinais que ajudariam a compreender o contexto em que a entrevista foi feita e os significados das narrativas. Além deste instrumento, utilizei as narrativas anotadas no caderno de campo.



Desde 2016 participei das primeiras conversas sobre um projeto de turismo a ser desenvolvido nas Serras – o que deu origem a ASSETUR. Tal envolvimento demandou idas a campo com assentados, empresários do trade turístico, representantes do poder público e professores da UFRRJ. Nesta época, o grupo de Turismo Rural já demonstrava interesse em consolidar uma associação de turismo.

Tais atividades geraram, desde então, vivências como pesquisadora e extensionista, em períodos de alta e baixa temporada, analisando e experimentando propostas de Turismo Rural nos empreendimentos, em atrativos turísticos e nas casas de produtores que desejavam “abrir as portas do sítio” para turistas. Os dados coletados nas atividades de extensão foram ampliados nas inserções a campo realizadas na condição de doutoranda.

Em 2019, período da minha entrada no programa de doutorado, comecei a participar das reuniões da ASSETUR, quatro ordinárias e 2 extraordinárias, e registrei o que observava em um caderno de campo. Embora a ASSETUR tenha sido eleita o universo de investigação deste estudo, participei também de reuniões do Colegiado (BIG) em eventos promovidos pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e pela prefeitura de Rio Claro e Mangaratiba. Fiz idas exaustivas a campo, algumas com pernoites em casa de produtores rurais e outras em empreendimentos turísticos.

Ainda em 2019, abandonei algumas questões presentes em meu projeto de pesquisa apresentado à banca no processo de seleção para o PPGCTIA. O projeto versava sobre patrimônio. O tema foi pensado a partir de atividades de extensão que desenvolvi no universo investigado. Entretanto, foi neste mesmo espaço que percebi novas preocupações que roubavam a cena. Obviamente, o novo que se circunscrevia reafirmando a importância dada ao patrimônio material e imaterial que cerca as Serras. Lembro-me do dia em que abandonei o projeto, estava em uma reunião da ASSETUR, em 2019. Após o término da reunião conversei com a presidente da associação e alguns da diretoria. Falei um pouco do meu projeto e do doutorado. Neste momento, perguntei como a minha pesquisa poderia contribuir com o processo em curso, pois tinha o desejo de construir reflexões apropriadas ao universo investigado. Como resposta tive a seguinte colocação:

Queria que você nos ajudasse a pensar em caminhos que nos leve a discutir com outras pessoas, que nos leve a pensar em Políticas Públicas. Aqui não tem nada disso. Não temos nem saneamento que é o básico para um turismo. No assentamento Rubião, que é dentro de uma área protegida, não tem saneamento. Estamos lutando por isso. Para mim, isso é o básico (Almerinda<sup>7</sup>).

Após esta demanda e outras construídas a cada encontro percebi que um bom caminho seria compreender a rede construída pela ASSETUR e o que estava em jogo no processo em curso. Pois, antes de pensar em futuros caminhos, seria fundamental refletirem sobre o caminho traçado por eles.

Com o início da Covid-19 no Brasil, todas as minhas atividades presenciais e da ASSETUR foram suspensas no final de 2019. Com o afastamento social – que durou um ano e quatro meses –, com as vozes silenciadas e diante da impossibilidade dos meus olhos observarem cenas em um campo presencial, pensei em outros caminhos como a realização de entrevistas formais *on-line*, análise de falas postadas em grupo de *WhatsApp* e em atas das reuniões.

O trabalho de campo desenvolvido até 2019 e a pandemia me aproximaram de alguns debates da Antropologia. Mesmo com muitos receios, não consegui romper com uma abordagem antropológica que orientava o meu olhar, atribuindo um significado único ao que escutava, observava e sentia em cada ida a campo. É importante ressaltar que o meu lugar de

---

<sup>7</sup> Os nomes utilizados na tese são fictícios para preservar a identidade de cada interlocutor.

fala foi construído em outro campo do saber, na graduação de Economista Doméstica e no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade (CPDA/UFRRJ). Porém, não se pode negar que a tese sofreu influências desta ciência.

Fato que justificou a opção por uma análise assentada na percepção dos anfitriões/interlocutores. Os dados coletados dialogaram com referenciais teóricos – que não foram pré-estabelecidos por mim, e sim buscados a partir do que o campo me mostrava. Goldman (2006) afirma que a experiência pessoal vivida pelo pesquisador é convertida em um texto etnográfico<sup>8</sup> onde busca-se entender o que as pessoas pensam, o que guia os comportamentos, os sentidos das expressões locais, os significados de seus ritos, regras sociais e símbolos.

Entre aproximações e distanciamentos, considero importante pontuar que ao longo da pandemia, fui convidada a participar de um grupo de *WhatsApp* intitulado Etnógrafos do Turismo e do grupo de pesquisa Laboratório de Turismo e Antropologia, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e fiz a disciplina Teoria Antropológica (UFRRJ). A imersão em debates mais próximos à Antropologia, contribuiu para entender o que estava vivendo e o que estava sendo colocado em jogo quando fazia meu trabalho de campo on-line e off-line.

Considero oportuno dizer que o uso de um determinado conceito e estratégias metodológicas pode ir além das caixinhas disciplinares, pode ser reapropriado em outros campos que possivelmente produzirão outras formas, calcadas em arcabouços teóricos díspares.

## 2.2 Os Instrumentos de Pesquisa

Para a construção da análise, combinei diferentes recursos metodológicos entre eles entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os dados coletados foram analisados a partir de perspectivas dos atores sociais, do meu olhar na condição de observadora participante e de interpretações feitas a partir de bibliografias que abordavam as questões levantadas no trabalho de campo.

A participação dos atores sociais na pesquisa consistiu em entrevistas formais semiestruturadas (conversas gravadas) e informais. Entendo por entrevistas formais semiestruturadas, diálogos com áudios gravados, que demandam previamente a marcação de dia, horário, local e blocos de questões abertas - apenas para orientar-me. O meu instrumento possuía perguntas abertas de caráter mais geral, com a possibilidade de se construir novas questões ao longo da entrevista, de acordo com as informações trazidas pelo respondente.

Nos diálogos, de forma geral, não negligenciei o que os sujeitos de pesquisas tinham a dizer. Por vezes, algumas perguntas, impensadas por mim, foram elaboradas ao longo das conversas, consolidando uma construção conjunta com o próprio sujeito de pesquisa. Esforcei-me na criação de um ambiente para que os respondentes trouxessem à tona o que era mais importante para eles. Com este tipo de condução, não tive um instrumento exatamente igual a ser aplicado a todos os respondentes, pois a expectativa era fazer uma entrevista com os respondentes onde eles conduziram as questões.

Nas perguntas previamente estabelecidas, indaguei brevemente a trajetória do respondente até a sua chegada na ASSETUR, o que o motivou a participar e apoiar o projeto de turismo organizado pela ASSETUR, percepções sobre turismo rural e sustentável, ações fomentadas pela associação e os parceiros. Também perguntei sobre a dinâmica das reuniões, a participação que tinham nas reuniões, o que entendiam sobre participação, as expectativas

---

<sup>8</sup> As pesquisas antropológicas consolidaram a etnografia como uma metodologia. Para Ingold (2017) a etnografia é o ato de descrever detalhadamente o que se é vivido e experienciado no campo. Nesta mesma direção, Miller (2020) afirma que a etnografia retrata experiências humanas vividas, entre o grupo investigado e o pesquisador, em um campo on-line ou off-line.

com tal participação e com o projeto de turismo em desenvolvimento. Na ausência de reuniões elaborei uma pergunta para o entrevistado relatar como seria uma reunião pós pandemia, passando pelo local da reunião, organização, pontos de pautas, encaminhamentos, discussões e a construção da ata. O objetivo era mapear quais questões apareceriam no imaginário de cada respondente, em uma suposta reunião ideal, com uma dinâmica mais inclusiva e democrática.

Foram realizadas 10 entrevistas on-line, durante o isolamento social gerado pela Covid-19. Cada entrevistado foi abordado por mim, por meio de WhatsApp, onde formalizei o convite para a entrevista formal. Participaram destas entrevistas, atores sociais que fazem parte da direção da ASSETUR, voluntários e dois parceiros do poder público. Alguns atores sociais não aceitaram fazer a entrevista on-line. Neste caso, participaram apenas das conversas presenciais não gravadas. Uma assentada não aceitou sob a justificativa de que “a tecnologia não era de seu tempo e que conversa é feita pessoalmente”.

Nas entrevistas formais privilegiei a diversidade de olhares que fazem parte da ASSETUR, evitando uma coleta de dados viciada ou o silenciamento de alguns. Contudo, tal objetivo não foi alcançado como esperado. Os atores sociais que negaram fazer a entrevista eram os que causavam mais embates por defenderem posicionamentos que divergiam do grupo e do meu lugar de fala que foi sendo revelado em meio as interações. Porém, a justificativa sempre era a falta de tempo.

As entrevistas on-line ocorreram no segundo semestre de 2020 até 2021, com gravação de áudio por meio do celular e do *lap top*, usando a ferramenta do *Google Meet*, com duração de aproximadamente 2h:40min, o que demandou mais atenção e se tornaram cansativas. Iniciei as entrevistas com atores mais próximos e que eram centrais para a ASSETUR.

Entrevistei duas representantes da Secretaria de Turismo de Rio Claro; uma representante da Secretaria de Turismo de Mangaratiba (com algumas contribuições de um membro da equipe). E os seguintes associados da ASSETUR: uma produtora rural e proprietária de uma Pousada Rural na Serra do Matoso; um jovem rural da Serra do Matoso; dona de um Empório na Serra do Piloto; dono de um restaurante estabelecido em uma fazenda histórica na Serra do Piloto; uma associada voluntária que é historiadora e foi da Secretaria de Cultura de Mangaratiba; um historiador; um dono de um meio de hospedagem localizado no assentamento Fazenda Rubião, na Serra do Piloto; e, um técnico do ITERJ.

Já as entrevistas informais foram iniciadas em 2018. Após 2019, os diálogos foram intensificados ao longo das reuniões da ASSETUR e em visitas feitas aos empreendimentos turísticos. A entrevista informal é um diálogo sem a interferência de um gravador, sem marcações prévias e como uma certa espontaneidade, o que deu a possibilidade de ouvir atores sociais que defendiam posicionamentos contraditórios. A limitação na espontaneidade se configurava porque muitos sujeitos da pesquisa entendiam que os diálogos não consistiam em uma simples conversa, livre de interesses. Em alguns momentos, também tive o mesmo entendimento quando me procuravam para ouvir os seus relatos. Nestes casos, elaborava poucas perguntas, pois me concentrava no exercício da escuta. Sobretudo, porque o diálogo era algo inesperado para mim.

Já o uso da observação foi entendido como um recurso que permitia olhar os fatos que ocorreram em tempo real através de uma interação face a face com os interlocutores, consolidando os dados levantados nas entrevistas formais e informais ou trazendo novas questões para a reflexão.

Destaca-se que é “importante enfatizar que não foi a observação participante a responsável pelos importantes estudos que a utilizaram, mas, ao contrário, foram as problemáticas oferecidas pelos estudos que geraram a necessidade de sua utilização. A técnica surgiu da natureza do problema” (HAGUETTE, 2010, p. 71).

Reconhecendo a importância desta técnica em pesquisas qualitativas, fiz observações nas reuniões da ASSETUR, procurei mapear quais assuntos eram debatidos e por quem, quem

fazia as intervenções e em quais momentos se davam, quem era interrompido e por quem, quem mais falava e quem ficava em silêncio, quem ficava sentado ou em pé, quem sentava ao lado de quem, quando a minha participação era exigida, o que suscitava mais debate e conflito, como era a organização espacial das reuniões, como se configurava o consenso e o não consenso, quem participou uma única vez, em quais lugares as reuniões ocorriam e como as pautas eram compostas.

Na ausência de reuniões ao longo da pandemia, comecei a observar dois grupos do *WhatsApp* em que os interlocutores faziam parte, intitulado de “Turismo Rural” e “Associados ASSETUR”. A foto de perfil do grupo Turismo Rural foi tirada acima do Mirante do Imperador, na Serra do Matoso. Neste grupo fiz poucas intervenções até mesmo para “preservar” o que conquistei no campo presencial. Isso não significa dizer que minhas falas no campo presencial foram marcadas por palavras amistosas. Certa vez, após uma reunião do Colegiado BIG onde estava alguns membros da direção da ASSETUR, fui convidada a fazer uma colocação após a fala da direção da associação. Fiz uma crítica ao que tinha sido apresentado. Findada a reunião, dei carona a um colega que fazia doutorado no PPGCTIA, membro do Colegiado e do PEPEDT e fui surpreendida com o seguinte comentário: “Nossa! Você, com esta vozinha mansa, faz falas muito fortes”. Após este episódio, comecei a buscar palavras mais suaves, sem deixar de dizer o que acreditava. Porém, nunca tive a pretensão de considerar que as minhas falas representavam a única verdade ou o caminho correto.

Situação deste tipo existiram nos dois campos, no presencial e no *on-line*. No entanto, considero mais delicado contornar os maus entendidos ou as críticas com a palavra escrita, e, sobretudo, em um grupo do *WhatsApp*. Se neste espaço, não fui tão presente, o mesmo não ocorreu com as conversas no privado via *WhatsApp*. Às vezes, recebia mensagens confidenciais sobre o projeto de turismo fomentado pela ASSETUR, outras para ajudar em algum projeto particular ou da ASSETUR e outras simplesmente para “matar” a saudade. Em outros momentos também enviei mensagens pedindo informações sobre as Serras e o projeto em curso.

Ao longo da pandemia, observei o que era postado no grupo, seguindo a orientação das mesmas indagações que fiz quando estive nas reuniões presenciais. Verificava quem falava, quem não falava, os conflitos, o que gerava a saída de alguém no grupo, em quais momentos surgiam as etiquetas de comportamento<sup>9</sup> no *WhatsApp*, quais assuntos surgiram e de quais natureza - se eram de interesses individuais ou coletivos. Postava-se eventos sobre turismo ou questões ambientais, cursos do SEBRAE, embates envolvendo o governo federal (que gerou muitos conflitos e diálogos bem interessantes), exposição de artesanato na feira de Mangaratiba e processos seletivos direcionados a jovens, mulheres e produtores rurais – objetivando o desenvolvimento local, convites para reuniões do Conselho Municipal do Turismo de Rio Claro, do Colegiado BIG e do *Convention Bureau* Caminhos dos Jesuítas, e informações sobre empreendimentos turísticos da região (há um proprietário de hospedagem que postava repetidamente informações sobre seu empreendimento. Mas também usava a postagem quando não estava de acordo com o que havia sido dito/escrito).

No final de 2020 entrei para o grupo do *WhatsApp* “Associados ASSETUR”, neste grupo só há associados, um total de 25 participantes, e quase não havia postagens. Segundo relatos, as postagens no grupo estavam condicionadas às reuniões da ASSETUR. Logo, não havendo reunião, o grupo parecia não ter funcionalidade. Sendo assim, as discussões gerais do projeto fomentado pela ASSETUR foram direcionadas ao grupo de Turismo Rural.

---

<sup>9</sup> Na etiqueta de comportamento estava listado as seguintes regras: Limitar-se aos assuntos para o qual o grupo foi criado; Assuntos políticos, religiosos e futebolísticos são polêmicos e estritamente pessoais. Por isso, só devem ser tratados no privado, NUNCA em grupo; Correntes, campanhas, boatos de Internet não interessam aos grupos profissionais; O que parece divertido, engraçado ou interessante a você nem sempre é de interesse do grupo. Envie no privado; Fotos e vídeos somente se diretamente relacionados ao tema do grupo; Na dúvida ENVIE NO PRIVADO; Não envie cumprimentos isolados como bom dia, boa tarde ou boa noite.

A foto de perfil do grupo foi tirada no Empório da Barreira, um empreendimento localizado na Serra do Piloto. A imagem retratada na foto é de uma reunião do Plano Estratégico, organizado pelo SEBRAE. O destaque da foto é dado aos participantes. A organização da mesa foi feita em formato de “U”, mas com a chegada de mais participantes colocaram uma fileira de mesas paralelas à organização inicial. A imagem revela todos sentados, olhando atentamente para a representante do SEBRAE. Diferente dos demais, eu estava acompanhada com meu inseparável caderno, fazendo anotações. A representante do SEBRAE estava em pé, em uma posição de destaque. Os associados da diretoria estavam agrupados em um lado e os demais no lado oposto. Mesmo sendo um espaço com pouquíssimas postagens, considere nas análises. A foto do perfil do grupo exibiu um coletivo e a importância atribuída às parcerias, em especial com o setor privado. Também significava uma conquista da direção da associação, efetivada quando um membro da direção acionou a sua rede de relacionamento.

Em agosto de 2022, com o avançar das atividades da ASSETUR e com a consolidação da marca EntreSerras criou-se o grupo intitulado, Diretoria ASSETUR. O grupo é bem seleto, composto apenas pela diretoria – sete integrantes. O perfil do grupo era uma das marcas do projeto EntreSerras, sendo uma decisão do coletivo. A grande surpresa foi a minha inclusão no grupo, no mesmo dia em que o criaram.

Em todas as fases citadas, registrei minhas primeiras impressões em um caderno de campo, lugar onde registrei o que foi observado, falas, comportamentos, conflitos, alianças, as minhas inquietações e frustrações. Para a construção do caderno de campo não desconsidere nada, o que parecia não ter significado no presente poderia revelar tramas fundamentais para entender o todo ou futuras questões. Concluo afirmando que tal registro exige a busca pelas sutilezas que não se inicia no momento da anotação, mas quando se observa. Neste sentido, um “bom caderno de campo” tem uma sintonia perfeita entre o olhar, a escuta e o registro.

### **2.3 Meu Lugar na Pesquisa**

Em um trabalho de campo, por mais que se esteja “descontraído”, o pesquisador e os sujeitos de pesquisa estão envolvidos por um clima que invade o campo e torna cada olhar, escuta, abraço, sorriso, conflito e cada foto tirada em algo sempre a mais e cheio de significado. Essa experiência evidencia a não neutralidade do pesquisador, as interferências do pesquisador no campo e do campo em relação às interpretações do pesquisador. Neste clima, constatei a necessidade de os sujeitos de pesquisa compartilharem suas percepções comigo, em uma espécie de denúncia, de desabafo, de um pedido de ajuda, mas também de uma provocação direcionada a minha pessoa, em função das discordâncias que temos sobre alguns pontos. Com isto comecei a me perguntar: Qual era o meu lugar na pesquisa? Reconhecer o papel que o pesquisador assume no campo, significa questionar a neutralidade.

Aos poucos fui percebendo o meu lugar na pesquisa. Em alguns momentos, era reconhecida como uma parceira, amiga, extensionista, visitante e “aquela que puxava a orelha” – termo usado por eles. Tal classificação foi construída muito antes da minha entrada no doutorado. Contudo, tais classificações me impuseram responsabilidades.

A primeira reunião da ASSETUR da qual participei, na condição de aluna do doutorado, foi em 2019. Tal reunião foi muito desconfortante para mim e de forma absurdamente ingênua, informei que havia passado no doutorado portanto, ouviria mais do que falaria. Erradamente, em meu interior, estava dizendo que eu precisava de um distanciamento para tornar o meu olhar mais científico, pois estava imensamente mergulhada no projeto dos atores sociais das Serras do Piloto e Matoso.

Mas, ao longo da reunião fui surpreendida por uma pergunta: “E você não tem algo a dizer? Hoje você está muito calada. Queremos te ouvir”. Pensei: “Ninguém entendeu nada do

que falei”. Para piorar a minha situação, na reunião de planejamento estratégico organizada pelo SEBRAE, os associados me colocaram em duas comissões de trabalho, a de eventos e a de recepção. Eles não estavam errados. O equívoco foi cometido por mim, da maneira mais ingênua possível. Na verdade, precisava reconhecer que era percebida por eles como parceira e que a neutralidade é uma mera ficção (GIUMBELLI, 2002; OLIVEIRA (2013), pois tinha um lugar definido por eles e pela minha ação antes mesmo de ser aluna do doutorado. Ser aluna de um programa de doutorado não poderia mudar o que foi feito em conjunto até então.

Mesmo sem conhecerem Ingold (2017), estes atores sociais estavam reafirmando a necessidade de continuarmos um “fazer com” e não um “a partir de”. Ingold (2017) ressalta a importância destas duas expressões. O “a partir de” resultaria na transformação da observação participante em uma mera objetificação. Neste sentido, a observação participante se torna um simples método de coletar dados onde se produz estudos “sobre” os atores sociais, sem qualquer comprometimento com o contexto social estudado. Essa objetificação, criticada por Ingold (2017), gera, entre tantos problemas, um rompimento traumático após o término do trabalho de campo, deixando a sensação de que tais atores foram manipulados como um baú de informações. Não havendo o aprendizado construído por uma observação atenta e por troca de saberes entre o pesquisador e os interlocutores. O oposto a isso seria o “fazer com”, que explica o que de fato consiste na observação participante para Ingold (2017, p. 225), “é perceber o que as pessoas estão dizendo e fazendo, é olhar e ouvir, e é responder conforme a sua própria prática”.

Isso não significa que a observação participante é um exercício confortável para os envolvidos. Por vezes, o pesquisador precisa se posicionar contrário ao que os interlocutores pensam, assumir o seu espaço de fala, “devemos demandar o nosso direito de falar com as nossas próprias vozes e dizer o que nós pensamos a partir de nossas pesquisas” (INGOLD, 2017, p. 5). Lembro-me de uma reunião que participei e de uma entrevista *on-line* que realizei. A reunião tinha como pauta principal o estatuto da ASSETUR, seria a reunião para fechar o documento. Os associados chamaram pessoas “de fora” para contribuir, inclusive um advogado. Ao ouvir as falas e ao ler o documento tive a impressão de que o estatuto estava tendo um direcionamento diferente da prática e dos desejos de alguns associados, como também não incluía os produtores rurais. Solicitei um momento para falar e fiz duras falas. Saí da reunião achando que eu tinha acabado com o campo. Depois de um tempo, uma participante da associação disse que ficou sabendo do que falei e que havia gostado muito. E, como sempre, “puxava a orelha deles”, expressão ouvida algumas vezes. A conclusão é que naquele dia o grupo não fechou o estatuto como estava planejado.

Já na entrevista em que me posicionei contrário ao interlocutor, ao falarmos sobre turismo e a associação, ouvi uma das críticas mais sutis: “Ah!! Quando olho para você vejo aquelas meninas de cabelos cacheados, dos anos 60, vendo coisas e querendo acreditar em coisas que não existem” (Calebe). Em outras palavras ele queria dizer que eu militava a favor de um turismo que não é real (mais participativo) e que associação não existia, por não ter CNPJ. Fiz uma fala sustentada em debates com pesquisadores que trabalham na área. Pensei: “Ainda bem que hoje termina a entrevista, pois se eu precisar de mais uma, não conseguirei”. Quando a entrevista já caminhava para o final, o entrevistado disse “Não quero mais falar da ASSETUR. Vamos falar de turismo, de coisas boas”. Depois de uns quatro dias, ele me enviou uma mensagem por *WhatsApp* dizendo que estava me aguardando para visitá-lo em seu empreendimento. Entendo que esta atitude era uma forma de se aproximar envolvida com a preocupação de não romper os laços.

Creio ser oportuno complementar a ideia de desconforto, evidenciada por Ingold (2017), com o medo que há de se romper com as relações tecidas em um campo. E isso não se dá pelo “campo” em si, mas pelo “fazer com”. De alguma forma o pesquisador faz parte do processo investigado. O campo não é uma ficção que hoje se está e amanhã não. É claro que também não

é eterno assim como também não são todas as relações que o pesquisador se envolve fora dele. A questão a ser ressaltada é que o “desconforto e os medos” ocorrem com ambos, o pesquisador e os interlocutores. No campo se vive tensões, um aproximar e um afastar continuamente “quando assumimos que estamos ali para falar por nós” (INGOLD, 2017).

O envolvimento retratado até aqui, nem sempre começa com o trabalho de campo. Inicia-se na escolha por um tema de pesquisa que não é neutra. O tema fala muito da história do pesquisador ou daquilo que se quer ressaltar no caminhar acadêmico. Assim, o tema escolhido tem uma relação íntima com a história e os valores de quem pesquisa. O engajamento, no sentido de “um fazer parte”, é presente na trajetória de alguns pesquisadores que viveram nos espaços investigados por anos e chegaram até crer em coisas antes inimagináveis por eles, como se observa no trabalho de Causey (2017), ao falar dos fantasmas da Indonésia. Magnani (2012), ao citar Goldman e Favret-Saada (2005), afirma que em um trabalho de campo o pesquisador precisa “deixar ser afetado pelo seu objeto”, como se fosse um ritual de passagem para um estudo etnográfico.

Penso que este ritual de passagem, tão próprio da etnografia, também se estabelece em outras pesquisas como sendo o momento em que o pesquisador busca olhar para o seu objeto a partir do olhar do outro e não de sua lente enquanto pesquisador. Sendo assim, a imersão e a proximidade eram e são necessárias mesmo diante dos supostos riscos que isso possa gerar. Afinal de contas, “como olhar do jeito deles”, “como compreender as suas questões” se estamos “encapsulados” em nosso lugar de pesquisadores (MAGNANI, 2012). A verdade é que a escrita e o olhar científico só ocorrem em função da intensidade das interações tecidas no campo presencial ou virtual.

A intensidade de interações, que conectam o campo com coisas que se vive fora dele, apresenta outros dilemas, como, por exemplo, em que “acreditar”. Nas narrativas dos atores sociais investigados, o projeto fomentado pela ASSETUR parecia ser um contra movimento a propostas que resumissem o mercado turístico a um viés economicista. Por outro lado, parecia-me pertinente as descrenças que alguns membros da academia tinham em relação ao projeto, assim como alguns atores da comunidade local.

Circulei nos dois universos como integrante de ambos os projetos, o da ASSETUR e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Observei comportamentos e falas, que só tinham sentido serem pensados a partir dos diferentes interesses e das relações sociais das quais faziam parte. Por vezes, sob a influência dos descrentes ao projeto, posicionei-me em reuniões com duras falas, pois a descrença e a crença também faziam parte do meu olhar. Contudo, o posicionamento mais duro, não foi dado apenas por estar nesta condição, pois acreditar no projeto me empurrava para construção conjunta e com críticas “construtivas”.

Na medida que passei a conhecer outros atores e circular para além das reuniões sob a tutela dos atores da academia, fui acumulando informações importantes para decisões futuras e a continuidade de ações neste universo, não só como pesquisadora, mas também como extensionista. A decisão foi acreditar com mais veemência no projeto da ASSETUR. Isso não significou que as minhas ações passaram a ser livres de dúvidas e desconfianças, apenas me localizei melhor dentro do processo investigado a partir de uma reconstrução do meu próprio olhar.

Certamente, estava diante do que Bateson (1972), chamou de *double dind* (duplo vínculo). Ao partir deste autor, Goldman (2006, p.166) entende o *double dind* como uma “espécie de armadilha em que somos apanhados quando nos defrontamos com injunções conflitantes que não nos deixam margem de manobra porque ‘não importa o que se faça, não se pode vencer’”. Nem sempre o “duplo vínculo” permitirá uma circulação harmoniosa nos diferentes espaços em que o pesquisador circula, no momento da revelação do que se acredita. As cisões e conflitos que ocorrem no universo investigado atingem, em alguma medida, as relações que cercam o pesquisador. Isto não ocorre porque o pesquisador passa “a ser um deles”

integralmente, mas porque somos “afetados” (FAVRET-SAADA, 2005) pelo universo investigado. Isso é um início de um árduo caminho que pode libertar o pesquisador de algumas amarras metodológicas (GEERTZ, 1999).

## 2.4 Mudanças com a Pandemia da COVID-19

Com a pandemia da COVID-19, em 2020, o trabalho de campo presencial foi interrompido, assim como as reuniões da ASSETUR – sendo a última no mês de novembro de 2019. Neste momento fui envolvida por muitas angústias: O que será da pesquisa? O processo iniciado pela ASSETUR resistirá o distanciamento social? Será que eles estão bem? Como estão vivendo sem os recursos advindos do turismo? Quais estratégias estão sendo usadas para garantirem as necessidades básicas e os seus empreendimentos? Como pensar em um processo de participação em uma quarentena? Está tendo turismo na Serra mesmo com a pandemia?

O quadro que se desenhava mudou a minha pesquisa, inclusive me levou a pensar em outras perguntas. Mudou também a minha forma de fazer pesquisa, passei a me valer de entrevistas *on-line* e análises de postagens em grupos de *WhatsApp*. O que para mim foi um grande desafio por falta de conhecimento e desinteresse com algumas tecnologias. Essa dificuldade também se reproduziu no universo investigado diante dos problemas de conexão em áreas rurais. O que impossibilitou reuniões *on-line* da ASSETUR.

A Covid-19 dividiu a minha tese, tenho um cenário antes e durante o isolamento social. Algumas perguntas foram reconstruídas e outras abandonadas. Realizar pesquisa em um período pandêmico foi desafiador e gerou mais perguntas do que respostas. Entre as perguntas elaboradas estão: Como pensar participação, inclusão e democracia em um contexto que não há contato social presencial e, para muitos, nem mesmo virtualmente? O que este isolamento nos revelará em contextos que se luta constantemente por igualdade, visibilidade social e política, e o direito de viver de forma mais digna? Como ter visibilidade social e política sem acesso à internet, em tempos pandêmicos em que a comunicação é mediada pela tecnologia?

Antes da pandemia pensar em interações *on-line* não era uma realidade para mim. As interações estão sendo lidas como conversas para além da pesquisa, entrevistas *on-line* e postagens no grupo de *WhatsApp*. Questionava se tais interações trariam uma relação densa capaz de gerar uma análise a partir de dados concretos e subjetivos, conectando falas, sinais e comportamentos espontâneos. Ou ainda, se seria capaz de ascender uma relação de confiança entre o pesquisado e o pesquisador e a relação destes com tudo que os cercam. Com isso fui conduzida pela pergunta: O que se perde e o que se ganha no formato *on-line*? Não tive a presunção de responder estas perguntas, mesmo porque o debate que se colocava ia muito além de minhas interações, passava por trabalhos etnográficos. O que fiz foi suscitar mais perguntas, que poderão auxiliar em futuras respostas. Contudo, é possível afirmar que as interações *on-line* resolvem parcialmente o distanciamento entre o pesquisador e o universo a ser pesquisado. Por outro lado, pode silenciar muitos atores sociais que não possuem acesso à internet ou que possuem um sinal ruim.

No meu caso, a interação no formato *on-line* não foi uma escolha e sim a opção para continuar a pesquisa. Em meio a tantos estranhamentos e a tantas coisas a descobrir com este formato, fiz as minhas primeiras interações *on-line*. O que me dava um desenho de proximidades e distanciamentos.

No período de trabalho de campo que desenvolvi, mediado pela tecnologia, muitos diálogos não foram ouvidos. No campo presencial tive acesso às negociações feitas nas reuniões, aos significados atribuídos às falas, aos símbolos acionados, na forma como os participantes se posicionavam durante a reunião e nas relações de poder que se prescreviam no tempo de fala, que era desigual a depender de quem estava falando ou até mesmo nas interrupções durante as falas. Obviamente que mesmo presencialmente o pesquisador só tem



acesso a uma parte das negociações e diálogos. Pois, estes não se encerram com a despedida institucionalizada com o término da reunião. Há uma continuidade nos diálogos, aos quais o pesquisador, na maioria das vezes, não tem acesso.

Com o isolamento social vivido, fui introduzida em um campo com sociabilidades virtuais que não me eram familiares enquanto um espaço de investigação e de trabalho. Estava diante de novos atores da comunidade que estudava, de novas organizações e novos debates interligados aos velhos. As mudanças alteraram o meu comportamento. Demorei a postar mensagens, ou seja, a participar de fato das interações e de trocar percepções, até entender minimamente o que estava observando e qual era o meu limite de fala. O medo de “acabar com o campo” era vivido por mim. No sentido, de gerar mensagens que poderiam desconstruir a relação de proximidade, de confiança e cooperação que havia sido construído nas interações presenciais.

A realização de entrevista *on-line* também foi marcada por uma busca de proximidade às vezes revelada no momento em que o entrevistado mostra um pouquinho de sua casa ou apresenta as pessoas que estão na casa. Há também uma preocupação com a forma como cada um se apresentava. Parecia não ser por acaso o lugar escolhido para realizarem a entrevista. Observei que os entrevistados que moravam em assentamento fizeram a entrevista no quintal do sítio, tendo como pano de fundo árvores e a produção agrícola. Os representantes da prefeitura fizeram a entrevista nas secretarias onde são alocados ou nos escritórios de suas residências. O dono da pousada escolheu como lugar da entrevista a sua pousada onde tinha a visão para o mar. A historiadora iniciou as duas entrevistas em uma rede e após uma hora e meia de conversa ela dizia “vou me mudar, vou lá dentro para carregar o celular”. Achei o movimento muito curioso e informei que estava morrendo de inveja por estar em uma rede. E tive como resposta a seguinte frase: “Ah! Este é o espírito indígena que está dentro de mim”. Na entrevista seguinte, voltei a este assunto e a resposta que obtive passava pela ideia de que no passado os indígenas fizeram parte de sua história.

Com estes símbolos trazidos pelos entrevistados, percebi que no campo virtual entendido como frio e distante – pelo menos para mim –, os usuários se apropriavam de elementos que reafirmavam suas identidades, seus valores e o que sustentava as suas lutas.

Algo curioso que vivenciei na interação via grupo de *WhatsApp* com um entrevistado, foi ter recebido uma cantada, algo que não imaginava que ocorreria comigo no campo virtual. Já havia recebido presencialmente, mas me espantei quando recebi virtualmente. Isso foi mais um equívoco que cometi. Por que não receberia uma cantada no campo virtual, se o espaço virtual também é o lugar onde vivemos cotidianamente? Qual seria então a diferença nas interações virtuais e presenciais? É claro que há diferenças, mas talvez em escalas maiores ou menores. O fato é que os campos estão interligados, o que se vive em um pode ser vivido em outro, guardadas as proporções diante das limitações dos espaços. A questão que se coloca é a necessidade de aguçar as leituras do que se vê nas telas de um computador ou de um celular.

A partir da minha experiência e da leitura que fiz de alguns textos entendo que interações *on-line* têm como maior desvantagem a ausência das riquezas que se constrói no campo presencial. Mas, não percebi a necessidade do desdobramento, dado as interações *on-line* como se fossem tão distintas do que se vive no *off-line*. As pesquisas presenciais como as mediadas pela tecnologia se apropriam dos mesmos instrumentos, possuem os mesmos desafios e coloca o pesquisador sob as mesmas desvantagens. O que muda é o grau de cada um destes aspectos. Contudo, é inegável que, em tempos de isolamento social as mídias sociais e plataformas digitais propiciaram encontros entre pesquisador e pesquisado.

Tais questões foram colocadas por Daniel Miller, em maio de 2020, em um canal do *Youtube*, em um vídeo intitulado “Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social”. O vídeo foi traduzido por Camila Balsa e Juliane Bazzo. É claro que a fala de Miller (2020)

tinha como público-alvo etnógrafos e estudantes de antropologia, mas trouxe contribuições preciosíssimas a todos estudantes e pesquisadores envolvidos em interações *on-line* e *off-line*.

Ao longo de sua fala, Miller (2020) construiu reflexões que aproximaram o *on-line* do *off-line* e concluiu dizendo: “Discuti tudo isso como continuidade, como se o *on-line* fosse o mesmo que o *off-line* porque acredito que, para a maior parte dos problemas com os quais você agora se depara, isso é grandemente verdade” (*Ibid.*, p.6).

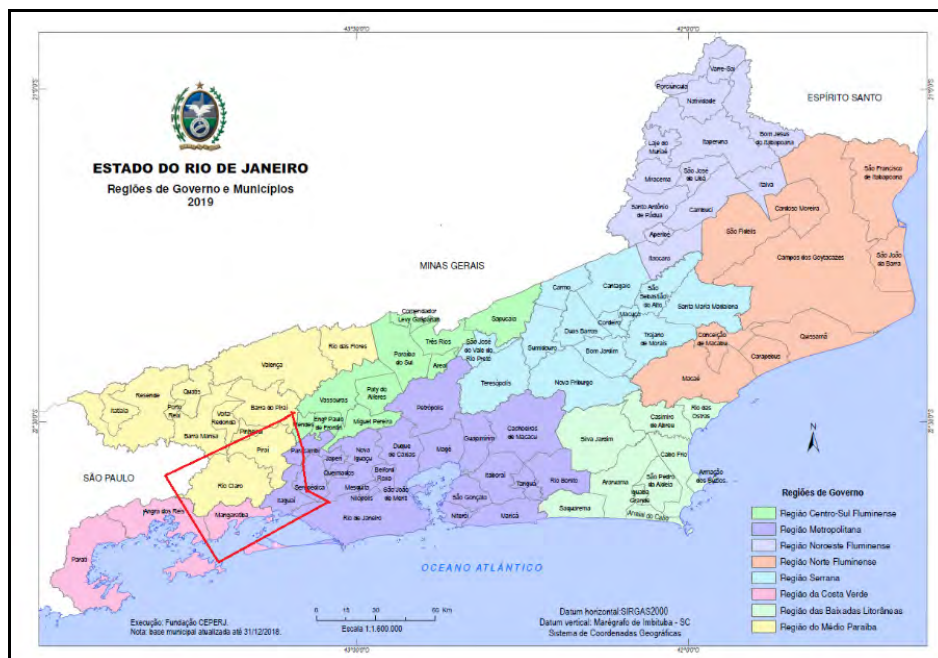
As *lives* que assisti tinham como questão central as inquietações em como dar continuidade a estudos no campo da antropologia ou que dialogam com as Ciências Humanas. Contudo, o conjunto das obras citadas proclamavam a necessidade de se repensar o campo, a partir das mudanças vividas.

### 3. UNIVERSO DE ESTUDO E OS ATORES SOCIAIS

Inicialmente o capítulo apresentará o universo investigado, os empreendimentos e os pontos turísticos que fazem parte do circuito São João Marcos, o projeto EntreSerras. Posteriormente, será apresentado um pouco da história e da trajetória individual de alguns atores da ASSETUR. O material é fundamental para a compreensão do que estrutura o engajamento destes atores em uma esfera coletiva.

#### 3.1 Localização Espacial das Serras

O recorte espacial deste trabalho compreende nas Serras do Piloto e Matoso. Os atores sociais públicos e não públicos que atuam nas Serras e que estão engajados com ações da ASSETUR pertencem a quatro municípios do Rio de Janeiro: Mangaratiba, Itaguaí, Piraí e Rio Claro. Esses municípios são circunvizinhos, conforme a ilustração 1 abaixo:



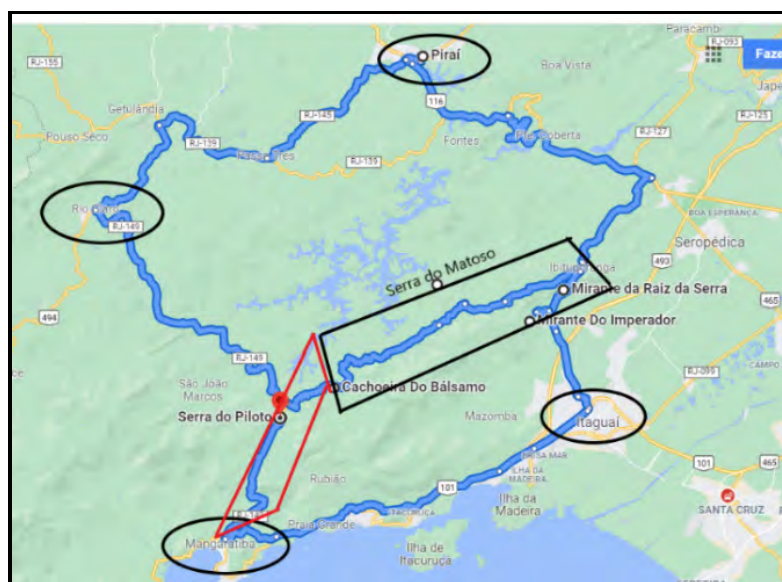
**Figura 1.** Mapa dos municípios do Estado do Rio de Janeiro Fonte: CEPERJ, 2019.

Ao longo do percurso das Serras se evidencia os municípios limítrofes e as conexões entre as mesmas (Figura 2, a esquerda da página, e Figura 3, a direita da página). As demarcações nos mapas foram construídas com o auxílio do *google maps*, narrativas dos atores sociais da localidade, com visitas a campo acompanhadas pelos interlocutores, por relatos nas entrevistas e bibliografias sobre a história das Serras<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> O artigo de Nascimento et al (2018), “Potencialidades socioeconômicas de desenvolvimento endógeno das Serras do Matoso e do Piloto (S. M/P)”, também serviu de base para a escrita deste tópico. Sobretudo, porque o trajeto e alguns pontos turísticos listados no artigo aparecem também nessa tese. O artigo apresenta uma lista de lugares com potencial turístico, sendo, portanto, uma fase anterior ao circuito São João Marcos – projeto EntreSerras. Já a tese, apresenta trajetos e empreendimentos turísticos que fazem parte do circuito consolidado, posteriormente, pelo coletivo da ASSETUR e seus parceiros.



**Figura 2.** Rota das Serras do Piloto e Matoso e a conexão entre as Serras. Fonte: Elaborado pela autora e adaptado com base no Google Maps, 2021.



**Figura 3.** Rota das Serras do Piloto e Matoso e seu entorno. Fonte: Elaborado pela autora e adaptado com base no Google Maps, 2021.

As diferentes partes do percurso das Serras estão sob a jurisdição de distintos municípios, como será observado do percurso a ser descrito. Segundo Nascimento (2018), a Serra do Matoso, subindo por Itaguaí, inicia-se no Mirante da Raiz da Serra, nas proximidades do Clube do Cavalo, seguindo a Estrada do Caçador – também chama de Estrada do Nonô. O município de Itaguaí termina logo após a Rampa de Voo Livre. Neste ponto de referência inicia-se o município de Pirai que vai até o Ponto Final da linha de ônibus 590, nas proximidades do Rio Sucuri e da Igreja Adventista do Sétimo dia de Fazenda Conceição, demarcando o limite entre Pirai e Rio Claro. Nestes municípios está localizado o Assentamento Rural Matoso, 90% deste pertence a Rio Claro e 10% a Pirai. Rio Claro tem sua extensão até a Cachoeira do Bálamo, fazendo fronteira com o município de Mangaratiba, delineando o fim da Serra do Matoso ou o encontro entre as Serras. A Serra do Piloto começa nesta divisa e vai até a Estrada de São João Marcos, no sentido de Mangaratiba



(NASCIMENTO et al., 2018). Mas, para quem vem da Rio Santos a Serra do Piloto iniciaria na estrada de São João Marcos. A figura 4 mostra os trechos das Serras que pertencem a cada município:



**Figura 4.** Fronteira dos municípios ao longo da Serra do Matoso e Piloto. Fonte: Elaborado pela autora e adaptado com base no Google Maps, 2021.

A rota da Serra do Matoso é sem asfalto, em alguns pontos há buracos e pedras. Em época de alta temporada ou após chuvas intensas a prefeitura joga uma fina camada de cascalho em alguns trechos para dar mais aderência aos automóveis e ciclistas. A serra possui algumas placas que orientam os passantes aos principais pontos turísticos. No percurso há sítios com uma casinha ao fundo, outros com criação de gados e porcos. O comércio basicamente é composto por pequenos bares onde se vendem queijo frescal, biscoito de polvilho, pipoca, paçoca, cachaça e outras bebidas. A travessia presenteia os passantes com muito verde em harmonia com o chão de barro.

No ponto mais alto da Serra, ao me aproximar do assentamento Rural Matoso, encontrei outro cenário com sítios um pouco mais povoados, sendo possível ver pequenos produtores carregando banana em cavalos e plantio de frutíferas. O comércio também se dava nas casas, por meio de venda de ovos de quintal, mel, hortaliças, banana e doces de fruta. Com orgulho os moradores falam de um posto de saúde perto do assentamento e dizem “Somos mais assistidos do que o povo lá de baixo (referindo-se à cidade)”. Fala-se também de um ator social que é reconhecido como “o correio” que vai de sítio em sítio “fazer fofoca”. A preocupação com o acolhimento de turista é confirmada com a Pousada Sítio Beija-Flor, o Rancho do Cláudio Cordeiro e um conjunto de casas reservadas para temporada. Após estes empreendimentos, o destaque está nas cachoeiras, nas ruínas do Rio do Bálamo e na reserva do Itaverá, localizado no município de Rio Claro, em uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural). Neste ponto já é a divisa com a Serra do Piloto.

A rota da Serra do Piloto é asfaltada, porém há trechos sem asfalto para preservar a construção original feita de pedras. Esses trechos são chamados de janelas históricas que dão visibilidade ao calçamento construído pelos escravos com pedras chamadas pés de moleque. Os residentes concentram-se nas proximidades de Rio Claro que possui o turismo, como uma relevante atividade econômica. As poucas vendas nos domicílios são de ovos e queijo frescal.

A Serra é composta pela mata, fazendas e monumentos históricos, dois empórios, um Assentamento Rural localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA) e dois meios de hospedagem, sendo um dentro do assentamento. Vindo de Mangaratiba, a entrada que conecta as duas Serras encontra-se antes do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

### 3.1.1 Conhecendo as Serra do Piloto e do Matoso

A Serra do Piloto é o quinto distrito do município de Mangaratiba (RJ) e faz parte da APA (Área de Proteção Ambiental). As Serras possuem um enorme potencial turístico, uma expressiva representatividade histórica, geomorfológica e ambiental, sendo coberta em boa parte pela mata atlântica, apresentando uma floresta ombrófila densa (IBGE, 2010). A vocação econômica de ambas as Serras está no ecoturismo, no turismo rural e histórico. Bem como, na produção agrícola dos pequenos produtores rurais.

Os territórios em jogo são espaços rurais com pequenos povoados, com uma relação de vizinhança pautada na solidariedade, pouco comércio, grandes extensões de terras sem construções, o acesso à internet é ruim e quase escasso, ouvem-se o canto dos pássaros e o som das águas das cachoeiras e quase não se vê ônibus. Tudo isso é cercado por uma exuberante natureza da Mata Atlântica. Com este cenário é feito dois convites aos turistas e passantes. Primeiro, conhecerem o modo de vida do campo e a se conectarem com a natureza. Segundo, remontarem a história da Colonização do Brasil, do ciclo do café com visitas nas fazendas de café construídas nos anos de 1800 a 1930 e com trilhas guiadas no caminho do ouro, do café e da banana.

Os assentamentos rurais localizados em ambas as localidades (Assentamento Rubião/Serra do Piloto e Assentamento Matoso/Serra do Matoso) passam por problemas de venda ilegal de lotes, baixa produtividade associada à falta de assistência técnica (há apenas um técnico do ITERJ para atender os dois assentamentos e um da EMATER), da falta de assistência técnica rural com expertise em projetos voltados ao turismo rural, intensa construção de casas de veraneio, falta de maquinário para produção e de caminhões para escoar os produtos, êxodo rural e ausência de estrutura que garanta a permanência do jovem no campo.

Uma parte de produção de banana dos assentamentos é vendida para a merenda escolar, através do Programa de Alimentação Escolar (PNAE). No assentamento Rubião se destaca a produção de leite, banana, ovos, queijo, doces e criação de galinha. Há um meio de hospedagem, Estância do Carneiro. Já no Matoso há uma produção mais diversificada entre horta, feijão, ovos, mel, banana, doces e criação de porcos e bois. Tendo, o destaque para uma Pousada Rural – Sítio Beija-Flor.

A Serra do Piloto, distrito de Mangaratiba, possui um grande potencial turístico. Contudo, seu desenvolvimento tem sido freado pela inação do poder público e pela falta de política pública para o turismo e principalmente para os pequenos produtores rurais. Bem como a ausência de infraestrutura, como saneamento básico. Esse quadro se agravou com a inatividade do Conselho de Turismo por 10 anos – sendo reativado apenas em 2019 – e com inúmeros casos de corrupção política. Há de se destacar que em 2019 três prefeitos foram cassados. A ausência do poder público e a instabilidade política em Mangaratiba contribuíram com a consolidação da ASSETUR que também é uma resposta a todo o cenário.

Neste sentido, a Serra do Matoso se diferencia ao contar com ações e projetos das prefeituras de Piraí, Itaguaí e Rio Claro. A prefeitura de Piraí é um grande parceiro da ASSETUR, sobretudo dos produtores rurais do assentamento Matoso/RJ. Em 2019, ambos em uma ação conjunta inauguraram o Marco Histórico da Serra do Matoso (Figura 24). Com um evento que mesclou atividades esportivas, como *mountain bike*, caminhada e corrida na serra, com forró, feira agroecológica e barracas com produtos locais.



**Figura 5.** Inauguração do Marco Histórico da Serra do Matoso. Fonte: Prefeitura de Itaguaí, 2019.

A proposta dos envolvidos no projeto do Marco Histórico (ASSETUR, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo e Esporte, agricultores e empresários da Serra) é a promoção do turismo nos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Piraí e Rio Claro. Com esse objetivo planeja-se paradas ao longo do circuito, de no mínimo 20 minutos em cada ponto turístico, para explicar a história local e permitir a interação entre os visitantes e a comunidade.

No ano de 2023, a prefeitura de Itaguaí foi responsável por melhoras significativas na estrada do trecho do projeto EntreSerras. A maior atividade que promove o turismo em Itaguaí é a Expo Itaguaí, exposição agropecuária com shows e comidas típicas. O Ecoturismo é outra atividade que vem sendo aprimorada com caminhadas, trilha na Serra da Calçada, banho de cachoeira no rio Mazomba (PREFEITURA DE ITAGUAÍ, 2020).

Entre os quatro municípios o que mais se destaque na prática turística é o de Rio Claro. Há uma convergência maior entre a identidade, a produção rural e atividades turísticas. No comércio local, consta-se a venda de ovos de galinha de quintal, gordura de porco, partes do porco defumada, uma grande produção de queijos (cozido, frescal tradicional, frescal recheado com doce, queijo de búfala e outros), manteiga tradicional e de búfala, doce de leite, biscoito de nata, paçocas, doces de goiaba e de mamão, massas artesanais de abóbora e espinafre, feijão vermelho, cachaça, pimentas e outros. Tais produtos são comercializados como souvenir para turistas e visitantes no Empório Ruze, padarias, quitandas, casas de produtos da roça, feiras de produtores rurais e em bares.

Entre alguns atrativos locais da cidade pode-se citar: o Parque Arqueológico de São João Marcos, a Igreja Nossa Senhora da Piedade, cachoeiras, o Atelier de Cerâmica “O jardim das Fadas”, o Bar do seu Moacir, que atrai turistas estrangeiros para degustarem a cachaça de Cambuci, a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Sítio Fim da Picada – com uma área total de 33,42 ha, as feiras de artesões, o Rancho do Wellington no Sertão dos Coqueiros, Restaurante CSA (Comunidade que Sustenta a Comunidade) da Fazenda São Cosme Damião.

A Secretaria de Cultura, Turismo, Eventos, Esporte e Lazer de Rio Claro tem desenvolvido ações importantes para a promoção do turismo como a realização de palestras e Seminários de Turismo no ano de 2020, o cadastramento dos artesãos e o selo de participação no Programa de Capacitação para Excelência em Gestão do Turismo, a reativação do Conselho

Municipal de Turismo de Rio Claro – COMTUR (criado em 2007 e inativo por 8 anos) no ano de 2019 e a participação no Fórum Regional no Turismo Fluminense em 2021. No mesmo ano, o município participou de um projeto promovido pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TURISRIO). Tal parceria visava atender os municípios do Vale do Café e o objetivo era a colocação de placas de sinalização turística em pontos estratégicos (PREFEITURA DE RIO CLARO, 2021).

A prefeitura de Rio Claro também é uma grande parceira da ASSETUR. É importante ressaltar que membros da ASSETUR participam do COMTUR. Em 2020, forma-se uma parceria entre a ASSETUR e a prefeitura de Rio Claro com o objetivo de desenvolver um projeto de criação da identidade visual da região turística das Serras do Piloto e Matoso conectando os 4 municípios (Rio Claro, Piraí, Itaguaí e Mangaratiba).

### **3.1.2 Percorrendo a rota turística ao longo da Estrada Imperial – Serra do Piloto, RJ**

- **Ruínas históricas de antigas edificações**

As ruínas Históricas de Antigas edificações, no Vale do Rio do Saco – localizadas no início da Serra – foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em 1979, reafirmando a importância histórica e cultural das ruínas. Os relatos indicam que em tais ruínas ocorriam o tráfico ilícito de escravos, propiciando intervenções econômicas na localidade. Entre tais ruínas destaca-se a ruína do Antigo teatro, considerada uma das mais importantes na Estrada Imperial e construído pelos Barões do Café. O teatro chamava atenção com sua arquitetura do período colonial da metade do século XIX.



**Figura 6.** Ruínas de antigas edificações no Saco de Cima. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Mirante Imperial**

O Mirante Imperial apresentava visitantes com uma belíssima paisagem da cidade. O trajeto até chegar ao Mirante também reserva surpresas como o calçamento do século XIX, visível em vários trechos da estrada, “nos escoamentos de águas pluviais, pontes e galerias com pedras de cantaria, pontes em arco e muros de arrimo com acabamento de capeamento de pedra trabalhada” (SANTOS, 2016).





**Figura 7.** Mirante Imperial. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Bebedouro da Barreira**

O Bebedouro Imperial da Barreira é datado de 1857 e tombado como patrimônio cultural pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). No século XIX, o Bebedouro era usado para refrescar os passantes e os cavalos. Além de ser o local onde se efetuava cobrança de pedágio que era determinada pelo peso da carga (SANTOS, 2016). Nos dias atuais, o bebedouro refresca os passantes e abastece as garrafas de água daqueles que não abrem mão deste hábito.



**Figura 8.** Bebedouro da Barreira. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Empório da Barreira**

O Empório da Barreira está localizado no Sítio da Barreira, propriedade de uma família tradicional na Serra do Piloto, desde 1961. O sítio é uma área coberta pela Mata Atlântica e cortada pelo Rio da Lapa. Nele há um espaço para a produção de banana, em pequena escala. A história do Empório tem suas origens na trajetória de um casal que veio de Minas para a Serra do Piloto, R.J, após a segunda guerra mundial. Inicialmente desenvolveram atividades com carvão e depois com banana. Visando um preço de venda melhor e uma melhora na comercialização de banana na região, o casal consolidou uma associação de produtores de banana.

A sucessão da história é construída pela neta que em 2014 volta a morar na Serra do Piloto, impulsionada a dar continuidade a história da família por meio do turismo. Em 2018, inaugura o Empório da Barreira, um lugar aconchegante com artesanato, doce, café, paçoca, refeições, bebidas, o famoso pão de queijo com linguiça, lanches diversos e “muita história” – como revela a placa logo na entrada do estabelecimento. A placa de madeira, que convida o passante a entrar, foi esculpida pelo artesão Marcelo Firmino, do Quilombo Santa Isabel, localizado no início da Serra do Piloto/Mangaratiba. O espaço também oferece aos visitantes trilhas e cachoeiras. Além de sediar eventos como casamento e reuniões diversas, inclusive da ASSETUR.

Na entrada do Empório há cachos de bananas que significam muito mais do que um item decorativo. Foram colocados propositalmente para trazer à memória os áureos tempos de produção de banana na região e evocar a história de sua família construída a partir deste fruto.

Ao trabalhar com turismo, a proprietária percebe o potencial turístico da região e a necessidade de trabalhar em coletivo. Tendo o exemplo do avô, que se associou a pequenos produtores de banana para vender mais, resolve associar-se com donos de outros empreendimentos, se tornando uma das lideranças que fundou a ASSETUR.



**Figura 9.** Empório da Barreira. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Cachoeira dos Escravos**

A Cachoeira dos Escravos está localizada na Estrada Imperial, primeira estrada de rodagem do Brasil, consolidada em 1857 (SANTOS, 2016). Por este caminho se escoava a produção de café e de comércio dos escravos. Ao longo de processos entendidos como modernizantes a estrada foi sendo coberta por asfalto. Preservou-se alguns trechos denominados de “janelas históricas”, que revelam o calçamento original com pedra pé de moleque.



**Figura 10.** Cachoeira dos Escravos. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Fazenda da Lapa**

Segundo dados levantados por um membro da secretaria de Cultura de Piraí, a fazenda fazia parte de terras concedidas em sesmaria ao tenente Joaquim Alves Barros, em 1760. Lourenço Alves da Silva, filho do tenente, após casar-se no oratório da fazenda, passou a morar com o pai e a plantar café. Tornou-se um grande produtor de café da região. Após décadas a fazenda teve um novo proprietário, Dr. Francisco Gonçalves de Moraes, que a unificou com a fazenda Piloto. Ao longo dos anos a fazenda teve outros proprietários. Em 2017, a fazenda foi comprada por um residente de Mangaratiba e um político local muito querido pelo grupo da ASSETUR. Os filhos deste senhor estão desenvolvendo projetos voltados para o turismo e fazem parte da ASSETUR. Antes da Covid a fazenda era palco de eventos como casamento e recebia pequenos grupos de hóspedes. A reabertura da fazenda ocorreu em dezembro de 2021, passando a ser um espaço de visitação e um restaurante.



**Figura 11.** Fazenda da Lapa. Fonte: Pedro, 2021.

- **Assentamento Fazenda Rubião**

O Assentamento Rural Rubião se consolidou em 1998, com a desapropriação da Antiga Fazenda Rubião efetivada em 1985 a partir de mobilizações envolvendo meeiros da antiga Fazenda, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários.

Atualmente a produção agrícola e agropecuária no assentamento concentra-se na produção de banana e em menor escala o plantio de feijão, aipim, caqui, criação de porcos e



galinhas, queijo, leite e doces. O assentamento vem passando por uma descaraterização com ocupações irregulares. Em alguns lotes construiu-se casa de veraneio de pessoas que residem na cidade, incluindo donos de farmácia e empreendimento turístico. Esse processo vem sendo mitigado com a atuação do ITERJ que visa fortalecer a agricultura familiar.



**Figura 12.** Assentamento Fazenda Rubião. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Cachoeira do Rubião**

A Cachoeira do Rubião está localizada no assentamento Rubião, entre o município de Mangaratiba e de Rio Claro. O acesso à cachoeira é feito por trilhas que passa por pequenas piscinas naturais ao longo da mata. Os jovens do assentamento contam que esta cachoeira foi represada há décadas por um sitiante e por este motivo a cachoeira também é conhecida como “o piscinão”.



**Figura 13.** Cachoeira do Rubião. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Estância do Carneiro**

A Estância do Carneiro é uma propriedade localizada no assentamento Rubião, na Serra do Piloto. O proprietário não é assentado, reside na zona Sul do Rio de Janeiro e comprou o sítio em 2003. A Estância foi construída com recursos próprios e baseada na arquitetura dos casarões do século XIX. Na Estância há 17 quartos com 13 suítes, salão de jogos, piscina, espaços para festas e eventos. A cozinha fica à disposição dos hóspedes para a elaboração das refeições. Aos hóspedes é oferecido o serviço de uma cozinheira, moradora do assentamento, sendo um serviço pago à parte. As reservas das suítes são destinadas a grupos.



**Figura 14.** Estância do Carneiro. Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

- **Igreja de São João Marcos**

A igreja de São João Marcos foi preservada da demolição e de ser submersa pelas águas que formaram a represa de Ribeirão das Lages. Em 1940, a implementação da usina hidroelétrica, que abasteceria a cidade do Rio de Janeiro, despovoou o município de São João Marcos e inundou parte do município. Os moradores do município foram alocados em municípios vizinhos, como Rio Claro e Mangaratiba.



**Figura 15.** Igreja de São João Marcos. Fonte: Almerinda, 2021.

- **Empório Art-Café**

O Empório Art-Café foi inaugurado em 2014. O proprietário é um artesão local. O empório se destaca na estrada histórica de São João Marcos com as obras coloridas esculpidas em madeira. A decoração convida os passantes a verem de perto os troncos de madeiras, araras, papagaios, tucanos, peixes e cachos de madeiras. Além do artesanato, o lugar oferece um café da roça moído na hora, lanches, doces em compota, licor, feijão, pão com linguiça, pimenta e outros produtos típicos da região.



**Figura 16.** Art-Café. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos**

Segundo os dados disponíveis no site do Parque, o espaço é um Sítio Arqueológico Urbano protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Através do café – o “ouro verde” –, de mãos negras e do comando do maior cafeicultor Comendador Joaquim José de Souza Breves a cidade foi considerada uma das mais ricas do Brasil Colônia (PARQUE ARQUEOLÓGICO SÃO JOÃO MARCOS, 2021).

Em 1939, a cidade foi tombada pela primeira vez como Patrimônio Histórico pelo Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) e destombada em 1940 pelo presidente Getúlio Vargas, através do decreto-lei nº 2.269, visando à construção da usina hidrelétrica que era justificada pelo declínio do café e da economia (PARQUE ARQUEOLÓGICO SÃO JOÃO MARCOS, 2021). O Parque revela não só a sua grandeza histórica como o jogo de interesses que por vezes ameaça a história e negligência vidas. As ruínas presentes no parque avultam cicatrizes de uma cidade que foi inundada para a construção da Represa de Ribeirão das Lages.



**Figura 17.** Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. FONTE: Arquivo pessoal, 2019.

### 3.1.3 Percorrendo a rota na Serra do Matoso rumo a Estrada Real Serra da Calçada

- **Cachoeira do Rio do Bálsamo**

A cachoeira do Rio do Bálsamo está localizada no município de Rio Claro, em uma área rural, na estrada do Sertão que liga a Serra do Matoso à Serra do Piloto. Uma parte da cachoeira pertence a uma propriedade particular. Entretanto, no verão e no carnaval aumenta o fluxo de visitantes e turistas. Alguns chegam acampar no local e outros fazem churrasco. Os moradores



da Serra reprovam o comportamento dos turistas e pontuam que não desejam este tipo de turismo.



**Figura 18.** Cachoeira do Rio do Bálsamo. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

- **Pousada Rural Sítio Beija Flor**

A Pousada Rural Sítio Beija Flor é uma propriedade localizada dentro do Assentamento Rural da Serra do Matoso, no município de Rio Claro. A história da pousada começa com a chegada de um casal que morava em uma roça em Minas Gerais. Em 1971, passaram a morar em Santa Cruz, no Rio de Janeiro. O patriarca conheceu a Serra do Matoso ao visitar amigos. Em 1990, ao ver uma placa de venda em uma propriedade, decidiu comprar o “pedacinho de terra” com ajuda dos filhos. Inicialmente moraram em uma casa de estuque<sup>11</sup>. Este “pedacinho de terra” fazia parte de uma fazenda que foi dividida em 16 lotes. Passados 15 anos apareceu um rapaz dizendo que o sítio fazia parte de uma fazenda em que era proprietário. Diante de uma ordem de despejo o casal, desejoso de continuar na roça, articulou-se com outros sítiantes. O grupo descobriu que o rapaz não conseguiu provar na justiça que era proprietário da fazenda. Posteriormente, o grupo liderado pelo patriarca entrou em contato com o prefeito de Piraí, na época era o Luiz Fernando de Souza (mais conhecido como Pezão), este acatou a demanda apresentada e buscou uma solução junto ao governador Anthony William Matheus de Oliveira (mais conhecido como Anthony Garotinho). Com a articulação o Estado comprou a fazenda, originando o Assentamento Matoso em 2003.

O patriarca ficou trabalhando sozinho no sítio por 20 anos, de 1990 a 2010, a matriarca e os filhos o visitavam aos fins de semana. A matriarca às vezes estendia as visitas por algumas semanas. Entre idas e vindas, em 2011 a matriarca decidiu morar definitivamente no assentamento e assume o sítio junto com seu esposo e a filha. Com a presença dos três a produção agrícola se intensificou. Após anos de muito trabalho, o casal começou a receber constantes visitas de amigos da igreja e familiares. A filha observou que as visitas estavam sobrecarregando a mãe com tarefas domésticas e gastos no orçamento familiar. Partindo desta observação a filha instituiu que a mãe não receberia mais visita desta forma e quem quisesse visitar teria que pagar. Tal posicionamento também se consolidou com demandas de passantes que desejavam um lugar para pernoitar e com a dificuldade da família viver apenas da produção agrícola. Em meio a esta tensão deu-se início a Pousada Rural Sítio Beija-flor, em 2014. Em 2018, a filha passa a morar no sítio para ajudar na administração da pousada.

Atualmente o sítio produz banana, frutas, verduras, mel, feijão vermelho, aipim, ovos, pimenta, doces de fruta (compota, cascão e desidratado), chip de banana, batata doce, peixe (pesque e pague), leite, queijo e criação de bois. Com o fluxo de hóspedes a família praticamente

---

<sup>11</sup> A casa de estuque foi construída com uma mistura de barro e água amassados com os pés e as mãos. Esta massa foi compactada em uma estrutura de bambu.

não tem feito feira, 90% da produção do sítio é vendida para hóspedes e visitantes. Uma parte da produção de banana é destinada à merenda escolar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Durante a pandemia, a filha do casal e o neto, começaram a vender cestas aos moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, com o serviço de entrega em domicílio.

A pousada tem 8 quartos, salão de jogos, piscina, lago para passear de barco ou para pescar – o peixe é preparado no almoço se o hóspede desejar, há passeios a cavalo, tirolesa, um horto e um atelier. A diária inclui pensão completa com refeições feitas a lenha pela matriarca da família.

Em breve será inaugurada uma casa de estuque e um campo de futebol. A casa de estuque é uma reprodução da casa em que o casal morava. O patriarca e o neto, estão construindo a casa nos mesmos moldes da casa do passado. O objetivo da família é registrar e compartilhar com os hóspedes uma parte de sua história.



**Figura 19.** Pousada Rural Sítio Beija-flor. Fonte: Arquivo pessoal, 2018 e 2021.

- **Rancho Cláudio Cordeiro**

O Rancho Cláudio Cordeiro é um empreendimento localizado na Estrada Cacaria, no município de Piraí, na Serra do Matoso. O Rancho possui piscinas, tirolesa, passeio a cavalo, pedalinho, pesque e solte, comida a lenha, café da manhã e lanches.



**Figura 20.** Rancho Cláudio Cordeiro. Fonte: Claudio Cordeio, 2020.

- **Fazenda Santa Thereza**

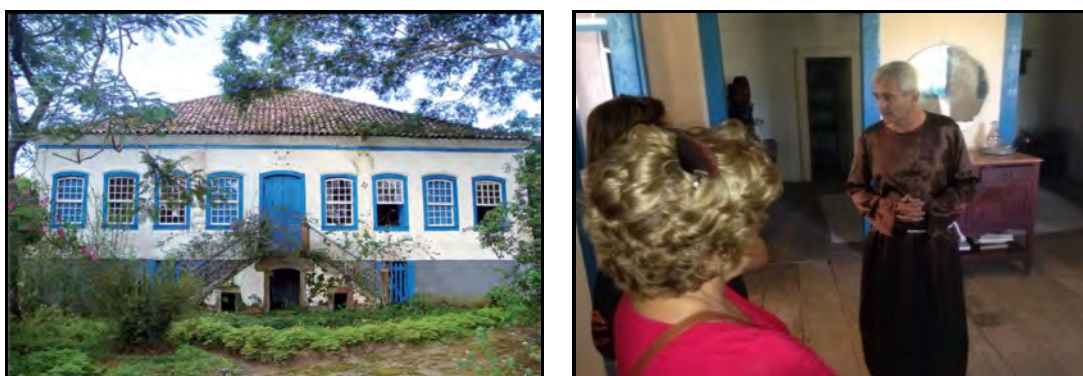
A Fazenda Santa Thereza ao longo de sua história teve diferentes nomes e proprietários. A fazenda foi desapropriada pela coroa portuguesa, no século XVIII. Na república, passou a ser propriedade do Exército Brasileiro. Em meados do século XIX, passou a ser propriedade do



português Florentino de Souza Ávidos (INEPAC, 2009; PAES, 2017). A partir de 2019, o proprietário passou a ser um vice-presidente da ASSETUR.

Para o historiador Paes (2017), a dinâmica vivida neste espaço transformou a Fazenda Santa Cruz em local de irradiação de desdobramento populacional, através da fixação de aldeamento, capacitando a região para receber um contingente maior de pessoas buscando um espaço na nova terra.

Hoje a Fazenda Santa Thereza tem grande representatividade para a Serra do Matoso. Segundo dados, é o único imóvel da época colonial do Brasil, que permanece de pé com referências da influência dos padres da Companhia de Jesus ou Jesuítas ou Inacianos. O proprietário da Fazenda investe no turismo histórico e oferece aos visitantes um *day use* repleto de história com café colonial e almoço. Os grupos participam de uma teatralização onde conta-se sobre a história da Fazenda e ocupação dos Jesuítas, encenada por um historiador de Itaguaí, um pesquisador da temática Jesuíta e sócio da ASSETUR.



**Figura 21.** Fazenda Santa Thereza. Fonte: Paes, 2019.

- **Mirante do Imperador**

O Mirante garante uma visão exuberante e ampla por estar a 628 metros de altura acima do nível do mar. Alguns historiadores argumentam que não há comprovação documental da visita do Imperador no local. O que possivelmente ocorreu foi a construção de uma narrativa que forjou a cultura popular atribuindo este nome à região, nos anos de 1990. Segundo relatos do historiador que atua na Fazenda Santa Thereza, a aglutinação de rocha observada no Mirante era usada por caçadores, para acampar – uma espécie de refúgio sob as pedras, conhecido por eles, como “Toca de Pedra”.



**Figura 22.** Mirante do Imperador. Fonte: Rodrigo, 2018.

- **Rampa de Voo Livre – Parapente**

A Rampa de Voo Livre é localizada na Estrada dos Caçadores (conhecida também como Estrada do Nonô), s/nº Serra do Matoso – Itaguaí, no Sítio do senhor Nelson Ferreira da Rosa. Ao longo do voo é possível vislumbrar uma parte da Mata Atlântica, matas nativas, animais e os municípios de Itaguaí e Santa Cruz, no Rio de Janeiro (PREFEITURA DE ITAGUAÍ, 2017).



**Figura 23.** Rampa de Voo Livre de Itaguaí, Serra do Matoso, RJ. FONTE: Guia 4 ventos, s.d.

- **Estrada Real da Serra da Calçada**

A Estrada Real da Serra da Calçada tem um valor imensurável historicamente e culturalmente, atraindo turistas e pesquisadores. Segundo a historiadora, Mirian Bondim (2011, 2014, 2015), o caminho da estrada foi aberto com o descobrimento do ouro na passagem do século XVII para o XVIII. O ouro era transportado de Minas Gerais até Paraty, de Paraty até Sepetiba e de Sepetiba até o Rio de Janeiro. Já no início do século XVIII construíram-se novas minas de mineração em São Paulo e em outros estados. Com isso, a construção da Estrada Real da Calçada foi intensificada, chamado de Caminho Novo da Piedade. Acreditava-se que esta estrada era estratégica para o transporte de ouro da Casa de Fundição até o Porto do Rio de Janeiro. O ouro passou por diversos municípios, inclusive pela Serra do Piloto e Serra do Matoso, por meio de grandes tropas. Com a queda na produção do ouro, a estrada deu a vez aos tropeiros que carregavam café (BONDIM, 2004, 2011, 2015).

Por este caminho, também passou nomes ilustres da época, como o pintor austríaco Thomas Ender, o zoólogo Johann Baptist Von SPIX e o botânico Carl Friedrich Philip Von Martius e o príncipe regente D. Pedro I, após o Grito da Independência. Segundo historiadores, a estrada foi inaugurada em março de 1778. Hoje o que os turistas observam é uma grande obra de engenharia feita por escravos e índios, com pedras tipo “pé de moleque” (BONDIM, 2011, 2015).



**Figura 24.** Estrada Real da Serra da Calçada. Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

### 3.2 O lugar de Fala dos Interlocutores: Conhecendo Alguns Associados

O objetivo deste tópico é apresentar ao leitor um pouco da trajetória de alguns atores sociais que fazem parte da ASSETUR, entre eles membros da direção e associados participantes da pesquisa. Escolhi não traçar a trajetória dos representantes das Secretarias de Turismo, por ser mais difícil preservar as suas identidades. As trajetórias apresentadas foram de interlocutores os quais fiz entrevistas formais. Inicia-se com uma dimensão individual até a inserção na associação. Parto do princípio que a trajetória dos atores sociais explica ou traz mais sentido a determinados posicionamentos.

Tanto na entrevista formal quanto na informal, tive a preocupação de preservar a identidade de cada respondente. Por isso, perguntei o que tinha na Serra que lembrava sua trajetória pessoal ou que lhe era mais significativo, a resposta substituiria os nomes de cada um. Desta forma, os nomes fictícios, usados neste capítulo, foram escolhas pessoais carregadas de representações que simbolizam as características dos respondentes ou das Serras. Os demais nomes usados ao longo da tese foram escolhidos por mim.

Os nomes escolhidos pelos interlocutores foram: estrada, memória, natureza, pedras lascadas, animal, tropeiros, produção e tecnologia agrícola e terra. As escolhas passaram por elementos que compõe o cenário rural em uma perspectiva histórica e de produção agrícola, vinculada ao desenvolvimento econômico local. As palavras “pedras lascadas, memória e tropeiros” davam ênfase a história do século passado vivida na Serra do Piloto e ao que se desejava registrar na atualidade. As palavras eleitas também estavam vinculadas a história familiar, a profissão e como se auto apresentavam nas reuniões da associação ou externas. Algumas destas questões são observáveis no quadro abaixo:

**Quadro 1.** Nomes fictícios definidos pelos interlocutores.

Nome fictício escolhido	Justificativa para a escolha
Estrada	Então, a palavra que mais me traz referências do local é a estrada imperial ou estradas e caminhos das serras Piloto e Matoso, em função de sua importância como referência histórica e suas características construtivas. A estrada com seu revestimento em pedras, com o desenho típico e calhas e travessias. Uma drenagem muito bem feita. ...Suas pontes, muros de contenção e muretas, seus marcos e pontos com bebedouros para os passantes. Além dos pontos de parada principais, o mirante e a barreira. Acho que isso chama a minha atenção porque trabalhei por muito tempo construindo caminhos e estruturas. A minha família teve uma história na Serra. Tenho tentado seguir este caminho, por isso que a palavra que escolho é estrada, estrada de São João Marcos.
Memória	A memória material e imaterial que estão presentes nas Serras, através dos fatos e transformações, traduz toda a essência da vida. Sou hoje, a soma de memórias de aprendizagem e pessoas que ajudaram a me construir. A memória afetiva de minha vida, com ganhos, perdas, encontros e desencontros, se assemelha a história de vida dos agentes que ajudaram a transformar as Serras em um local com significado para toda a região, para o Estado e país.
Natureza	Escolho natureza porque pode viver dela, poder plantar, colher e se alimentar. É a minha vida e de meus pais.
Pedras Lascadas	As pedras lascadas são os blocos de pedra trabalhados, como vemos no Bebedouro, na cachoeira dos escravos, na mureta e estrada. A Estrada Imperial São João Marcos foi construída com tecnologia de ponta, da época, possuía marcos de milhas ou léguas, um perfeito sistema de escoamento de águas pluviais, pontes e galerias com pedras de cantaria, pontes em arco e muros de arrimo com acabamento de capeamento de pedra trabalhada por toda a extensão da estrada. Projetada pelo engenheiro inglês Eduard Webb, essa estrada estava entre as melhores do mundo. Os blocos de pedras são lindos, foram trabalhados ao longo dos anos e ajudaram a construir a nossa história. Me identifico com isso.
Animal	Pode colocar, animal. Está no meu nome mesmo e é como eu sou, grosso e direto. Tem nas Serras. Não gosto destas coisas de ficar me escondendo atrás de nomes.
Tropeiros	Fiquei pensando em uma representação forte das Serras, das duas Serras, de toda esta região que liga litoral e as Serras, seria o tropeirismo, as tropas porque foram elas que criaram todos estes caminhos. Foram por causa das tropas que surgiram as cidades, nos ranchos de pouso das tropas. As tropas representavam tudo nesta época, eram meios de comunicação, de transporte. Levavam recados, cartas, faziam negócios, davam vida ao litoral e vida as Serras. Ligou todos estes caminhos. Teve o tropeirismo do ouro, teve tropeirismo do café, muito... Muito. Mas também do carvão, lenha e de vários outros produtos que subiram nas Serras, nos lombos das tropas levando sal e comidas que o Médio Paraíba não tinha, São João Marcos, eram levadas nos lombos das tropas, serra acima e desciam a Serra abaixo com grande produção para os portos de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, interligando por todos estes caminhos. Onde a gente passa nas Serras tem uma estrada de tropas. Foram destruídas estradas de tropas, calçadas que a gente tinha ali, em cima no Bela Vista...
Continua...	

Continuação do <b>Quadro 1.</b>	
Nome fictício escolhido	Justificativa para a escolha
Tropeiros	...Recentemente, na serra do Piloto foi destruído um caminho luxuoso de tropas. Mas a gente teve vários produtos e a banana que até hoje nós vemos, tanto em Mangaratiba quanto na Serra do Matoso e Piloto, tropas carregando banana. Virou um produto que ainda está presente em nossa região. Então, eu escolho as tropas que inclui os tropeiros, que inclui os burros, os muare que muitos morreram no meio do caminho cansados, estafados, rolaram a beira abaixo. Tem muitos documentos. Os tropeiros eram os desbravadores de todos os produtos que circularam. Eram a vida, foi o que deu vida e construiu toda essa história da Serra ligada ao nosso litoral.
Produção e tecnologia agrícola	Nas Serras, a produção agrícola e agropecuária ocorre com muita dificuldade. Por exemplo, o assentamento Fazenda Rubião não foi planejado para ser assentamento. O que gera muita dificuldade. Há uma produção significativa de leite e queijo, mas que precisa de melhorias. A produção de banana no passado foi importante. Hoje a escala é bem menor. A produção é mais diversificada. Mesmo com toda dificuldade a produção, agrícola e agropecuária, continua sendo importante para as Serras e para a proposta de Turismo Rural.
Terra	Escolho a terra, por ser o lugar que se produz e planta. Tudo começa a partir dela. Cresci vendo meu avô trabalhando na terra. É o que conecta as Serras, por meio das estradas e da produção. O café e a banana foram as maiores produções das Serras e vieram da terra.
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.	

Aqui cabe citar a escolha de uma representante do poder público de Rio Claro que não foi a partir de sua autopercepção e sim de como reconhecia os atores sociais envolvidos no processo. De certa forma, a narrativa abaixo é um prenúncio das diversas questões que surgirão ao longo da tese:

Eu não tenho ligação com as Serras, por isso pensei em algo que represente um pouco do que vejo nas pessoas de lá. A palavra que escolhi foi Laço. Penso que as Serras são locais que uniram pessoas em prol de um mesmo objetivo: que é o desenvolvimento local, daquele território. Vejo pessoas apaixonadas e comprometidas com este propósito, que se uniram num vínculo mais do que profissional, também afetivo. Fazendo algo figurativo, neste sentido, e que tenha nas Serras, acho que pode ser Floresta. A floresta hospeda diferentes vidas, conectando todas as diversidades existentes. Um impacto em uma única espécie interfere todas as outras. Há um vínculo em tudo que compõe a floresta. E é isso que o projeto faz, conecta diversidades (Leila).

### 3.2.1 “Pedras lascadas”

“Pedras lascadas” tinha 55 anos, nasceu na Serra do Piloto, viveu até a juventude na propriedade chamada Sítio do Piloto, lugar que deu nome à Serra. A família vivia da produção de banana plantada neste sítio. A sua família veio de Minas Gerais após a segunda guerra mundial. Para além desta propriedade a família também possuía o Sítio Flores (nome fictício), desde 1961. O sítio é uma área coberta pela Mata Atlântica e cortada pelo Rio da Lapa. Nele há um espaço para a produção de banana, em pequena escala, e onde está instalado um Empório.

A interlocutora se afastou um pouco da Serra para fazer graduação no curso de Hotelaria. Ingressou na primeira turma oferecida na faculdade Estácio de Sá, período em que morou em Botafogo/RJ. No entanto, manteve fortes relações com o lugar, retornando a Serra todos os fins de semana. Atuou na área que se formou, fez estágio no Ceasar Park, trabalhou no Copacabana



Palace, Hotel do Bosque em Mambucaba, fez parte da implantação do Blue Tree Park em Angra e atuou em uma agência de turismo dentro do Banco Bozano Simonsen. Desde a época da faculdade sonhava em desenvolver algo no ramo de turismo na Serra do Piloto.

Regressou definitivamente a Serra do Piloto nos anos 2000, para cuidar da mãe já idosa, passando a residir no sítio da família, localizado em uma área rural. As lembranças da interlocutora estão associadas à sua infância e adolescência onde guarda com carinho vivências de seus avós, que trabalhavam com carvão e plantavam banana. Seu avô se destacou na região como produtor de banana ao fundar uma associação de produtores para garantir um melhor preço do produto e por acreditar no trabalho coletivo e nos benefícios do associativismo.

A interlocutora retornou a Serra do Piloto sem ter um planejamento de qual atividade econômica desenvolveria. Ao se inserir na comunidade reconheceu a potencialidade turística da região. O seu olhar mais aguçado vinha de sua formação acadêmica. Ao ver seus amigos e de seus avós na mesma condição de anos atrás – vendendo passarinhos e caça, tendo as mesmas dificuldades na produção agrícola, ocupando cargos de babá, empregada doméstica e jardineiros em cidades – começou a vislumbrar que o desenvolvimento do Turismo Rural poderia mudar o cenário impulsionando a geração de emprego local e ao mesmo tempo preservando a cultural.

Em 2018, inaugurou um Empório. A interlocutora possuía um largo conhecimento sobre a história da região. Com este domínio, presenteia os turistas com seus relatos, fazendo jus a placa de madeira na entrada do Empório, indicando que ali é um lugar de “muita história”. A relação que sua família teve com a produção de banana é rememorada na decoração do empreendimento. A interlocutora define seu empreendimento como um lugar de experiência e não apenas um lugar para fazer refeições. O tempo de permanência dos turistas no Empório normalmente é de 3 a 4 horas.

Influenciada pela veia do associativismo, herdada de seus avós, a interlocutora reconhece que sozinha não teria como provocar mudanças no turismo da região. Com esta certeza, em 2016 começou a participar de reuniões de Conselhos de Turismo de Rio Claro e de Mangaratiba e do Colegiado BIG. Ao ver que o colegiado tinha o objetivo de construir ações que promovesse o Desenvolvimento Rural Sustentável concluiu que tal proposta acolhia o que vislumbrava para a região, a melhora para o entorno.

Paulatinamente convidou amigos da Serra para participar dos encontros, construindo então uma rede sólida que deu origem a ASSETUR, a qual passou a ocupar o cargo de presidente da associação desde sua fundação, no final de 2018. A interlocutora atualmente é Conselheira Municipal de Turismo e participa das reuniões do *Convention Bureau* Caminho dos Jesuítas.

Em sua percepção a região tem um grande potencial para o turismo, mas ainda é muito incipiente. O que a motivou trabalhar com o turismo foi a paixão por esta área, a gratificação de receber pessoas e a troca de experiência que emergem no contato com visitantes e turistas. Acredita que os que trabalham com o turismo na Serra não possuem o desejo de se enriquecerem com a atividade, uma vez que o turismo na região é marcado por muitas incertezas, falta de conhecimento da área e carências estruturais. Reconhece o turismo como uma indústria e um motor do desenvolvimento econômico, como será observado no próximo capítulo.

A atividade de turismo não era a principal fonte de renda da interlocutora, esta advém do suporte financeiro familiar. Se reconhecia como produtora rural, condição atrelada a produção de pequeno porte de banana em seu sítio. Possuía uma relação mais próxima com os empreendedores da região e um bom diálogo com instituições e prefeituras. Não possuía um contato muito direto com os produtores rurais, principalmente do assentamento rural Rubião.

Na visão da interlocutora o desenvolvimento do turismo se esbarrava na infraestrutura inadequada do município, negligência do poder público, falta de saneamento básico, ausências de políticas públicas, a falta de conhecimento sobre possíveis impactos do turismo na vida da

comunidade e o distanciamento da comunidade em projetos resultante de frustrações com antigas propostas desenhadas de cima para baixo.

### 3.2.2 “Natureza”

“Natureza” tinha 52, é negra e filha de um casal de produtores rurais que residem no assentamento rural. Seu Fernando e Glória nasceram em área rural em Minas Gerias e tiveram mais dois filhos além de “Natureza”. Em 1971, foram morar em Santa Cruz/RJ, “um lugar com característica de cidadezinha do interior”. A medida em que a cidade foi “crescendo” os pais de “Natureza” não se adaptaram e saíram de Santa Cruz para a Serra do Matoso.

A interlocutora nasceu em Santa Cruz, após casar-se foi morar em Campo Grande/RJ. Tem dois filhos, o mais velho foi aluno do curso de Licenciatura em Educação no Campo (LEC/UFRRJ) e está cursando o curso de Zootecnia na UNESP. Quando estava no Rio de Janeiro, ajudava o avô nos serviços do sítio. O jovem tem investido em cuidados com cavalos e éguas, área que pretende atuar no sítio. O filho mais novo passou ajudar a mãe nas atividades da pousada, após concluir a graduação em Enfermagem. O marido da interlocutora trabalha como chefe do setor financeiro de uma sólida indústria no Rio de Janeiro. A interlocutora fez curso técnico de contabilidade. Atuou como contadora em um restaurante de seu marido. Com o fechamento do restaurante, seu marido retornou a atividade que sempre atuou. A interlocutora se identificava como uma produtora rural e artesã. Por meio do artesanato tem uma participação no programa Mais Você, da apresentadora Ana Maria Braga, na emissora Globo, uma vez ao mês, às sextas feiras.

Em 2010, a interlocutora decidiu fazer uma casa no sítio dos pais para ter um pouco mais de privacidade ao visitá-los. Em 2011, decidiu assumir o sítio junto com seus pais, fato que contribuiu com a intensificação na produção agrícola. Em 2014, deu-se início a Pousada Rural. A história começou com a hospitalidade do casal. O bem receber propiciou muitas visitas de amigos ao sítio. Com um número crescente de visitas, a interlocutora observou que os pais perderam um pouco de privacidade e tiveram um aumento significativo de gastos no orçamento familiar. Fato que a levou a decisão de que as visitas passariam a ser cobradas a partir de 2014.

A decisão gerou um certo conflito entre “mãe e filha”. Nenhuma das duas jamais ouviram falar sobre hospitalidade francesa e americana, conceitos retratados por Camargo (2015). Contudo, na prática colocavam em disputa tais conceitos. A interlocutora, sem saber, defendia a hospitalidade americana que sustenta a prática do bem receber mediado por uma troca monetária. Por outro lado, sua mãe defendia a hospitalidade francesa pautada na noção de que a hospitalidade genuína se daria pela gratuidade. Nas falas de sua mãe, cobrar para “receber visitas” e receber pessoas em um “lugar tão simples” era um absurdo. No geral, dona Glória cedia ao posicionamento da filha, mas construiu estratégias rompendo com as trocas monetárias oferecendo agrados aos visitantes para além do contrato estipulado na diária. Em alguns momentos a relação de visita se estende para uma relação de hóspede. Para explicar esta dinâmica, a interlocutora usa a expressão “eles fingem que são visitas. Chegam como visitas e de repente está na piscina, deixa minha mãe sozinha na cozinha, come e deixa o prato no lugar que comeu. Então não é visita, é hóspede”.

Somado ao número das visitas que foram se avolumando, a interlocutora e a mãe começaram a perceber que cuidar da terra só com o dinheiro da agricultura não era mais possível. Com o gasto elevado para manter o sítio e com a forte demanda por hospedagem viram no turismo uma forma de aumentar a renda familiar e “cuidarem da terra” como desejavam.

Entre 2014 até 2017, a interlocutora usava o termo Pousada Rural de forma muito tímida. A partir de diálogos com integrantes do PEPEDT/UFRRJ, de sua participação no Colegiado BIG e nas reuniões do grupo de Turismo Rural (que em 2018 gerou a ASSETUR) começou a perceber a hospedagem e o turismo rural como algo exequível e real: “Com a

universidade rural e com o Colegiado BIG comecei a dizer: Como assim? Com o que tenho posso receber turista? Turismo Rural realmente existe? Já fazia turismo rural e não sabia que era” (“NATUREZA”, 2020).

A Pousada atualmente possuía 10 quartos, o planejamento é ter no máximo 12 quartos. Em um fim de semana lotado, buscou parceria com os vizinhos para conseguir hospedar seus possíveis hóspedes. Infelizmente, não conseguiu ninguém “preparado” para receber. A interlocutora tem incentivado e orientado alguns assentados para receber turistas. Lamenta o fato de alguns ainda não acreditarem que o turismo rural se desenvolverá na Serra. Até o momento duas famílias disseram que se prepararão para receber hóspedes. Também acredita que se outras famílias atuarem no ramo irá potencializar ainda mais a dinâmica em sua pousada e trará benefícios para todos. Segundo seus relatos, a vizinhança não está “preparada” para receber turista e enquanto se organiza tem visto como uma solução alugar o quarto da mãe, a sala, bem como, cômodos de sua casa.

Com a pandemia, o fluxo da pousada se intensificou gerando a necessidade de uma agenda de reservas. A pandemia favoreceu a pousada e o escoamento de produtos produzidos no assentamento: “A pousada é o que é hoje por causa da pandemia. Tudo que você vê aqui foi feito por causa da pandemia”; “A venda no assentamento ganhou um levante com a pandemia. Vendemos muito. Juntamos produtos de alguns produtores e montamos cestas. Veio também um rapaz que pegava produtos montava cestas e vendia na cidade”.

Em 2018, ao perceber que a demanda por hospedagem crescia e que os pais já estavam com uma idade avançada, sua mãe com 72 anos e seu pai com 78 anos, considerou prudente morar no sítio dos pais, com o intuito de auxiliá-los na gestão da Pousada Sítio Beija-Flor – nome que passou a ser usado sem timidez desde então. Atualmente os papéis foram invertidos, a interlocutora assumiu a administração da produção agrícola, a hospedagem, o restaurante, a administração da pousada, a produção de doces e etc. Enquanto, os pais a auxiliam em todas as tarefas. Contudo, há divisões claras nas tarefas, Sua mãe é responsável por fazer as refeições dos hóspedes e visitantes, seu pai é responsável pela produção do sítio e “Natureza” é responsável pela administração da Pousada Sítio Beija-Flor e toda a produção de chips de banana e aipim, pimentas e doces “exóticos” - termo usado por ela ao se referir a doce de cebola, da entrecasca da melancia, casca de jabuticaba, tronco de mamão, seriguela, geleia de pimenta, casa de banana e casca cristalizadas de laranja, limão e tangerina. A interlocutora possui uma extensa clientela de doces. Quando o cajá (*Spondias mombin* ou *Spondias lutea*), jaca (*Artocarpus heterophyllus*), pimentas (*Capsicum spp*) e aipim (*Manihot esculenta* Crantz) do sítio não estão bons para a sua produção de chips, conservas e doces, compra dos vizinhos. Um pouco de sua produção foi sendo aprimorada com cursos de extensão oferecidos pelo DEDH/UFRRJ, em especial a professora Rosa F. Nascimento e diálogos que construímos.

A interlocutora também ganhava fruta dos vizinhos para a fabricação de seus doces. No assentamento as relações são marcadas por uma certa solidariedade e dádivas. A interlocutora distribui aos assentados, menos favorecidos economicamente, uma parte das cestas básicas que recebe do trabalho do marido. Como também doa alguns produtos do sítio. Considera que a solidariedade marcante em sua família provém da vivência na igreja Batista e por considerarem o assentamento como uma família em que todos se ajudam. Embora entenda que o assentamento não é a família que idealizava.

A interlocutora não se percebia como uma “grande líder”, forma como muitos a percebem nos espaços coletivos em que faz parte, inclusive na ASSETUR. Particularmente, estou entre os que a identificam como uma grande liderança. A admiração pela interlocutora também é destacada nos comentários feitos pelos membros do grupo do *WhatsApp* intitulado Turismo Rural. Embora a interlocutora diga que não é a líder que as pessoas enxergam, em uma entrevista percebi que isto se consolidava no ambiente familiar ao perguntar como se vê dentro do núcleo familiar:



Somos quatro filhos. Eu e três homens. Mas a poderosa e a mandona sempre foi minha mãe. Eu e ela sempre batemos de frente, ficávamos meses sem se falar porque eu queria substituir ela. E hoje em dia, a mandona sou eu. Mas sempre fui assim desde nova com meus irmãos. Aqui no assentamento eles só faziam as coisas depois de falarem comigo. A última palavra sempre foi minha. Quer dizer, eu sempre tive uma voz ativa, mas não percebia isso. Hoje percebo. Mas nunca me senti poderosa como vocês acham. (“Natureza”).

É notório que a liderança desta interlocutora foi forjada na própria trajetória de sua mãe, que sempre trabalhou com associativismo e assumiu muitos cargos na igreja. Em todas as atividades se destacava e em muitas acompanhou a mãe. A prática associativa de sua mãe foi consolidada na confiança: “Minha mãe acredita muito em associativismo. Se você falar que é uma associação, ela vai querer entrar. Se bobear, ela sabe mais do que eu”. Seguindo os passos da mãe, a interlocutora foi secretária da associação dos produtores rurais do assentamento. Atualmente é vice-presidente e seu pai o presidente. Por não ter um perfil que se enquadre no estatuto, não pode assumir formalmente a função que na prática executa, a de presidente. Além do que foi pontuado, a interlocutora acredita que sua atuação na pousada transformou a percepção de terceiros a seu respeito, pois sempre era vista como a metida e a rica por ser muito fechada. Em suas palavras, o que justificava a não interação era o excesso de timidez que foi sendo trabalhado no momento em que começou a atuar com hóspedes.

No sítio há uma vasta produção agrícola (feijão<sup>12</sup>, aipim, banana<sup>13</sup>, frutíferas, hortaliças), de doces, mel, queijo, ovos, pimenta, chips e etc. Além do artesanato e de um horto montado com as mudas feitas das árvores frutíferas e das flores que existem no próprio sítio. Uma parte desta produção é vendida para merenda escolar. A família já fez feira por muitos anos, atualmente as idas a feira diminuíram em função da dificuldade de levar a produção para a cidade e do acúmulo de serviço no sítio e na pousada. Atualmente a produção tem sido basicamente vendida para visitantes, vizinhos e turistas. A interlocutora afirma que não vende mais porque não tem mão de obra suficiente para ajudar o seu pai na roça. Também reconhece que os esforços com a pousada os impedem de produzir mais ou de manter a produção que tinham antes da pousada.

Ao longo da pandemia a família vendeu cestas de produtos agrícolas para moradores de Campo Grande, Santa Cruz e da Zona Sul do Rio de Janeiro. O filho mais velho fazia as entregas, os contatos eram feitos via *WhatsApp*. A família chegou a vender a produção para atravessador, com preços muito baixos deixaram de fazer tal negócio. Atualmente vende produtos para um jovem revendedor, mas o preço é determinado pela família e chega ser bem próximo de uma venda direta feita em feiras e consumidores no próprio sítio.

Não é possível precisar qual é a fonte de renda principal da família, pois não há divisão entre a renda obtida com a produção do sítio e o que se ganha com a Pousada mesmo porque nos últimos anos se observa um profundo entrelaçamento entre o sítio e a pousada. O marido da interlocutora investe muito no sítio, principalmente na estrutura como, por exemplo, a compra de gerador de energia. Contudo, acredita que chegará o momento em que o sítio será autossustentável.

A interlocutora afirmava que as mudanças no sítio foram geradas a partir de articulações e trocas com o Colegiado BIG, professores e alunos do curso de Hotelaria (DEDH/ UFRRJ), CTUR, NEPEDT/UFRRJ e SEBRAE. Ao fazer parte destes universos começou a pesquisar sobre turismo e pousada rural.

---

<sup>12</sup> Nome científico *Phaseolus vulgaris* L.

<sup>13</sup> Nome científico *Musa spp.*

A interlocutora entendia que o turismo é uma prática em que a pessoa sai de um lugar e vai para outro, no qual se sente bem, independentemente se o lugar é “famoso ou lindo”. Nesta leitura, o lugar conjugado a sensações passa ser central para a definição do conceito. Aqui a subjetividade também ganha destaque diante das diferentes formas de enxergar o lugar. O que dificulta a criação de modelos no turismo, pois “o que é bom para um, não é bom para o outro. O que é belo para um não é para o outro” (“Natureza”). A interlocutora prefere não investir em propaganda, pois considera melhor ter hóspedes indicados por outros por acreditar que assim manterá uma característica mais familiar e manterá a Serra preservada.

### 3.2.3 “Estrada”

“Estrada”, tem 50 anos, seu pai nasceu na Fazenda Santa Isabel, em Mangaratiba, onde hoje se localiza o quilombo Santa Isabel, é descendente de escravo, índio brasileiro e português, fez parte de uma das primeiras famílias a chegar em Mangaratiba. Sua mãe nasceu na Ilha Grande, no Rio de Janeiro, é filha de grego e descendente de Irlandeses por parte de mãe.

A geração de sua mãe viveu do comércio na Ilha Grande, em Angra dos Reis. Os membros da família saíram da Ilha por três motivos. O primeiro relaciona-se à crise econômica gerada pelo declínio da produção agrícola e de pescado. O segundo motivo é concernente a desmobilização do presídio na Ilha (1903 a 1994). O terceiro para estudarem na cidade. Ficando apenas uma tia. Após anos, os netos retornaram a Ilha e mantiveram o legado da família de viver do comércio e do turismo.

Os avós paternos do interlocutor viveram na roça, seu Nono (Pompeu) era passarinho, caçador, criador de galo de briga e administrador de propriedade rural de terceiros e posteriormente motorista da prefeitura de Mangaratiba. O pai de “Estrada” foi criado na roça. É reconhecido pelo filho como um autodidata, foi professor, ensinou os filhos, se projetou na política de Mangaratiba. Foi funcionário público, graduado em direito e se envolveu na literatura, sendo autor de alguns livros. Foi vereador duas vezes e prefeito de Mangaratiba nos anos de 1988 a 1991 pelo PDT.

Na gestão do pai, Mangaratiba se destacou por ser uma das primeiras prefeituras no Brasil a contar com uma secretaria de meio ambiente e com uma guarda Municipal, preparada e concursada, criou a festa da banana, redesenhou a festa do pião boiadeiro e consolidou a formação da Fundação Mário Peixoto e a municipalização do hospital. Iniciou um modelo piloto de coleta seletiva de lixo – o que até hoje não há no município. Em seu mandato apoiou e delineou o projeto de reforma agrária que culminou no assentamento rural Rubião. Com o passar dos anos, o assentamento sofreu uma forte descaracterização diante do desamparo do Estado que não dava suporte técnico adequado. Seus sucessores desconstruíram a estética pitoresca e local da cidade, com a demolição de algumas praças, biblioteca e etc. “Estrada” acredita que as mudanças na estética da cidade “mudaram a sua frequência”, o que contribuiu para um turismo predatório.

Em 1986, o interlocutor por conta das limitações do sistema educacional em Mangaratiba, saiu da cidade para fazer o ensino médio e fazer faculdade em engenharia. Neste período, criou uma relação maior com o centro do Rio de Janeiro, passando a visitar os familiares em Mangaratiba nos fins de semana.

Trabalhou como engenheiro no ITERJ por sete anos, o que lhe garantiu uma reaproximação com Mangaratiba. No ITERJ realizou assistência em projetos de engenharia, infraestrutura e desenvolveu projetos em assentamentos rurais. Em Campo dos Goytacazes/RJ, atuou na implantação de um projeto piloto de assentamento modelo de reforma agrária chamado Comunidade Agrícola Antônio Farias, no governo Garotinho. O projeto era focado no conceito de núcleos, idealizado pela dr. Elane Frossard – presidente do ITERJ à época. Também atuou como engenheiro em telecomunicações e na construção civil.

Em 2004, cursou mestrado em Planejamento Ambiental, na COPPE/UFRJ e posteriormente MBA em gerenciamento de projetos pela FGV, a partir do qual participou de um programa de implantação dos 50 projetos prioritários do governo do Ceará/Fortaleza na gestão de Cid Gomes. Ao terminar o projeto retornou a Mangaratiba, adquiriu uma área rural dentro da cidade onde montou uma Pousada. No início das obras da Pousada, “Estrada” foi convocado a atuar na transposição do Rio São Francisco, ocupando o cargo que se dispôs em um concurso organizado pelo Ministério de Integração Nacional. Além das obras civis de infraestrutura hídricas as ações desenvolvidas dentro do programa ambiental como resgate de fauna e frota, sítios arqueológicos, desapropriações, avaliação, indenização das famílias, regularização fundiária, programas sociais, etc) fizeram parte de um dos maiores projetos desenvolvidos no Brasil. Ficou nesta atividade por cinco anos. Ao longo deste período, os familiares foram desenvolvendo a Pousada. Entre o dilema de “criar raízes” no Ceará e retornar a Mangaratiba fez a escolha por retornar a Mangaratiba, abandonando então o cargo. Como a Pousada ainda tinha um retorno financeiro pequeno, “Estrada” aceitou um convite para trabalhar em Itaguaí, conciliando as duas atividades.

Em suas “andanças políticas” se candidatou a vereador em 2000, pelo PDT. Após esta candidatura “Estrada” ficou 16 anos longe de Mangaratiba em função da trajetória profissional descrita acima.

Em 2016, considerou importante dedicar-se apenas a pousada. A sua decisão o levou a buscar mais informações sobre o turismo. Inicialmente frustrou-se diante das inúmeras carências no município de Mangaratiba que contrasta com a beleza e localização que conecta praia e serras, o Rio de Janeiro a São Paulo. “Estrada” recorda que as carências no município eram tão profundas que não se lutava por grandes demandas e sim por questões básicas como um calendário de turismo da cidade.

Suas angústias o empurraram a novas articulações por via do associativismo. Primeiro, passo foi integrar a Associação dos Comerciantes do Centro de Mangaratiba. A ACCEM promoveu eventos que estimulava o comércio local e rural. Dentre estes, teve o concurso de melhores quitutes, festa junina, comemoração do ano novo e etc. O objetivo de promover o comércio rural convergiu com as propostas do coletivo chamado Turismo Rural, organizado por “Pedras lascadas”.

Ainda em 2016, foi convidado pelo PSOL a se candidatar a prefeito. Aceitou o convite e o entendeu como um caminho para enfrentar o quadro que se encontrava o município. Perdeu nas urnas, mas continuou a militar em outros espaços, como a ONG Mangaratiba Cidade Transparente, grupo de apoio parlamentar (GAP) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Nesta época, desenvolveu projetos culturais e artísticos com a Fundação Mário Peixoto – fundação cultural da prefeitura de Mangaratiba. O primeiro evento foi “Ocupa Beco” com o objetivo de ocupar espaços abandonados na cidade, mas que eram significativos para os artistas locais e a comunidade. Nos “becos” aconteceram apresentações espontâneas com violão, poesias, pintura e artes em geral.

Em 2018 a 2019, organizou o movimento “Beco Livre”. Com a forte crise econômica instaurada neste período, o movimento passou a ser uma alternativa para os artistas locais. O movimento começou com alguns artistas tocando violão na rua. Com o passar do tempo mobilizou mais de mil pessoas entre artistas e visitantes, resultando em convites e parcerias com a Vale do Rio Doce durante a apresentação da orquestra sinfônica Brasileira em Mangaratiba e com a Rede Globo para a realização de um projeto na cidade. O “Beco Livre” possibilitou apresentações diversas, desde dança do ventre a apresentações de idosos, e promoveu feiras de artesanatos e de comidas locais.

Em 2018, passou a ser conselheiro do Parque Cunhambebe, estreitando as relações com os atores sociais da ASSETUR e do Colegiado BIG. Em 2020, compôs uma mesa de debate *on-line* organizada pelo Colegiado BIG. “Estrada” atuou como secretário da ASSETUR e definiu

a associação como o único mecanismo capaz de viabilizar um projeto turístico sustentável na região. “Estrada” viu no associativismo a única forma de debater diferentes assuntos que se somam, de aproximar atores dos espaços rural e urbano, de criar redes de relações entre a comunidade local, poder público e setor privado. Para “Estrada” a ASSETUR se diferenciava por ter “pessoas de vários ambientes de meios sociais, culturais e de diversidade profissional”. Neste sentido, o coletivo que está sendo construído supera as iniciativas individuais e outros coletivos que não são capazes de incluir diferentes atores e organizações.

Em seus relatos, pontuou que seu envolvimento com o turismo é muito mais uma relação familiar com o lugar do que de “empreendedor turístico” – entendido aqui como comerciante. Com a trajetória de suas tias e primos com o comércio e com o turismo, o interlocutor foi “simpatizando” pela atividade. “Estrada” considera que trabalhar com turismo na Ilha Grande é mais rentável e mais fácil porque o lugar tem visibilidade turística e possui atrativos. Diferente de Mangaratiba que se aproxima de um “lugar de passagem” para Ilha Grande e Angra dos Reis. Para “Estrada” o município possui limitações de alcance. Os Resorts da região não são nem mesmo vendidos como sendo de Mangaratiba. Trabalhar com o turismo na Ilha Grande, “um lugar que já explodia”, não demanda a preocupação com a venda e sim de um gerenciamento cotidiano.

O desejo por comprar uma propriedade, em uma área rural, na Serra do Piloto, também passa por uma relação familiar, principalmente o que vivenciou com o avô e o pai. O pai de “Estrada” advogava para produtores rurais em uma época que não havia defensor público na cidade, sendo designado pelo juiz como advogado da região para atuar na “justiça gratuita”. “Estrada”, ao acompanhar o pai, presenciava as trocas que se estabeleciam entre o pai e os produtores que defendia. A retribuição pelos serviços prestados era expressa por doações de galinha, cabra, caça, etc.

A história e atuação do interlocutor é desenhada pelos caminhos percorridos por sua família. As memórias de vida da geração de sua mãe o impulsionaram a atuar no comércio e na área de turismo. Enquanto, a história de seu pai e de seu avô construiu um imaginário que reforçava as relações com o mundo rural:

Eu tinha uma relação contínua com o rural desde a minha infância (...) Eu tinha essa vivência do meu pai em meu imaginário. Essa cultura do rural é muito forte, principalmente vindo de meu avô. Então essa paixão pelo rural, o que fiz no ITERJ e no Sertão tem uma relação muito forte com a roça e com a terra. Essa paixão, que eu tinha e que a minha família tinha com o rural, foi me levando a sonhar com uma propriedade rural na Serra do Piloto (“Estrada”).

Com a prática que tinha com uma pousada em frente à praia, passou ter a certeza de que viver do turismo não dava um retorno financeiro desejado, pelo menos em Mangaratiba. Assim, guardou-se o sonho de comprar uma propriedade rural na Serra do Piloto com objetivo de ter um espaço de lazer para a família e de desenvolver um empreendimento turístico. Conheceu a Fazenda da Lapa em uma visita realizada em 2016, sem muitas pretensões. No entanto, a sua relação com o rural o conduziu a vender o seu carro, alguns bens que tinha, além de recursos da família. “Estrada” era sócio da irmã, ambos gerenciam o Restaurante Fazenda da Lapa, inaugurado no final de 2021.

Em sua perspectiva o turismo é uma atividade que: Dá continuidade à reprodução familiar; É uma indústria capaz de promover o desenvolvimento local; Inclui diferentes grupos na atividade com potencial de romper com modelos hegemônicos e excludentes economicamente e socialmente; Assume o papel de “preservar” a cidade no momento em que a prepara para o turismo.

### 3.2.4 “Animal”

Seu “Animal” é natural de Recife, veio para o Rio de Janeiro para fazer a faculdade de direito. Após um ano de faculdade migrou para o curso de Administração e Turismo. Em 1975, trabalhou com turismo ferroviário no Pantanal. A viagem iniciava em Bauru, São Paulo, rumo a Corumbá, Mato Grosso do Sul. Na travessia do Pantanal passava-se por fazendas e aldeias indígenas. Na época, era dono de uma empresa turística chamada Trilhos Turísticos, no Rio de Janeiro. Também atuou com turismo aéreo e rodoviário. Além desta atividade, possui uma empresa de embarcações no Rio de Janeiro. Foi presidente da Associação Corumbaense das empresas do turismo do Pantanal (ACERP).

Em 2003, comprou um sítio no assentamento rural Fazenda Rubião, na Serra do Piloto. Ao falar sobre o assentamento cogita não ser muito adequado chamar o lugar de assentamento rural, pois em sua concepção “não é uma zona rural autêntica”. Qualifica uma “zona rural autêntica” como um lugar com plantação agrícola nem que seja para o próprio consumo, é um lugar onde originalmente se planta, se cultiva, onde se cria gados, galinhas caipiras, porco e se preserva a Mata Atlântica. Para o interlocutor, a visão elaborada sobre uma “zona rural autêntica” é o que define o turismo rural.

Na propriedade comprada, dentro do assentamento, construiu um empreendimento que seguiu a arquitetura dos casarões do século XIX. Nele há 17 quartos, sendo 13 suítes, uma piscina, um salão de jogos, espaços para festas e eventos, e uma cozinha completa disponível para o hóspede preparar suas refeições. O empreendimento não oferece refeições. Quando os hóspedes desejavam alguém para preparar as refeições, se fazia indicação de uma cozinheira – uma senhora residente no assentamento. Também se indicava passeios a cavalo feito com moradores do assentamento, bem como assentados que vendiam doces e outros produtos.

Em função do empreendimento, o interlocutor vivia entre o Rio de Janeiro e a Serra. Toda vez que me referia à Estância como um meio de hospedagem, sempre era corrigida. Isso gerava um certo desconforto e debate, pois defendia que estava diante de um meio de hospedagem. Para ele “a Estância é uma grande casa com muitos quartos onde as pessoas alugam para temporada” para grupos de 8 a 42 pessoas. Na prática se constata que há hóspedes em fins de semana. No grupo de *WhatsApp* de Turismo Rural quando membros perguntam sobre um lugar para se hospedar na Serra do Piloto, o interlocutor postava a propaganda do empreendimento, salientando que recebia grupos e que em breve voltaria a receber hóspedes individuais. A questão era compreender o que o levava a defender a ideia de casa e não de um meio de hospedagem.

Segundo os relatos deste interlocutor, recuperou 13 hectares de Mata Atlântica com as benfeitorias realizadas no sítio e com muitas plantações. Vale ressaltar que em minhas visitas ao local constatei apenas algumas árvores frutíferas.

O interlocutor se identificava como um “Ermitão” (expressão muito usada por ele), cujo o significado é um homem que vive no campo, “Sou um ermitão, mas as pessoas falam que sou um ermitão de luxo. (...) Eu não sou empresário lá (no assentamento rural Fazenda Rubião). Entendeu? Lá eu sou morador e plantador de subsistência”.

Percebi que havia uma distância entre discursos e práticas, entre um ideal a ser vivido e o que na prática se vivia. Algumas destas questões foram refletidas ao longo dos capítulos da tese. Por ora é fundamental entender que suas narrativas eram estratégias para construir uma imagem diferente da imagem que alguns construíram sobre ele, como a de “irregular no assentamento”, um não residente que possuía um empreendimento para ganhos financeiros. A irregularidade no assentamento e o fato de ter bases sólidas familiares e econômicas na cidade do Rio de Janeiro contrastam com a imagem de “Ermitão” que busca construir. Até mesmo a insistência em dizer que o lugar não era um meio de hospedagem representava uma estratégia para afastar o lugar da ideia do que efetivamente era, um meio de hospedagem. Defender a

percepção de que o lugar deveria ser visto como uma “grande casa”, a sua casa, o colocava em outra relação dentro do assentamento.

O interlocutor era um associado da ASSETUR, já disponibilizou o lugar para a realização de reunião da associação. Fazia parte do grupo do *WhatsApp* intitulado “Associado da ASSETUR”, isso significa que em algum momento efetuou o pagamento da mensalidade da associação. Era um ator presente nos encontros promovidos pela associação. No grupo de *WhatsApp* intitulado Turismo Rural posta frequentemente propagandas da Estância. Neste espaço, a sua interação era pequena e se colocava como um questionador de postagens que associam o turismo a cultura e a questões políticas. Esse posicionamento gerou conflitos. Entretanto, após alguns conflitos incorporou em seu discurso a ideia de que debates sobre cultura faziam parte do turismo.

O interlocutor era enxergado pelos demais associados e membros do grupo de *WhatsApp* como aquele que tinha falas polêmicas e visões reducionistas sobre o turismo, no sentido de ressaltar a infraestrutura e o ganho econômico, sobrepondo as demais questões. A forma como era enxergado era reconhecida por ele: “Sou meio complicado. Talvez complicado e descomplicado até demais (...). Sou meio grosso, falo mesmo”. Também tinha ciência de que sua visão acerca do turismo era diferente de alguns: “Turismo é para você trazer meios de atrair turista, para trazer dinheiro para a cidade, para trazer divisas para a região, para trazer emprego, para gerar impostos para ser empregado em outras coisas no município. (...) O turismo é estrutura, pousada, restaurante. (...) Eu tenho uma visão muito diferente do turismo, do grupo. Por isso que me afasto” (“Animal”, 2020).

Em algumas falas o turismo era apresentado como algo que vai além do econômico, inclusive selecionei algumas no capítulo dois. Entretanto, esse discurso “mais amplo” acerca do turismo não estava imbuído de fato em suas convicções, mas sim na forma como desejava ser percebido por mim.

Em meio a visões compreendidas como reducionista, o interlocutor ampliava o poder de alcance do turismo entendendo que recursos gerados pela atividade turística implicariam em investimentos na educação e na melhoria da Serra como um todo. Esse olhar em específico atribuía ao turismo responsabilidades que talvez não caiba a pasta do turismo. Discursos como estes também foram percebidos em narrativas de outros atores que apresentam o turismo como algo que resolveria problemas de infraestrutura e socioeconômicos. Penso que o impasse não era criar muitas expectativas sobre o turismo e sim utilizar recursos destinados ao turismo para solucionar dívidas históricas, cuja responsabilidade pertence a outras secretarias.

O interlocutor se referia a ASSETUR como “um grupo”, pois compreendia que “A ASSETUR não existe. Só existe na cabeça de alguns”. Na entrevista realizada foi bastante enfático sobre este assunto:

A senhora me desculpe, sou muito sincero (risos). A senhora parece aquelas meninas, dos anos 70, com cabelo encaracolados, meia ripe (risos). Desculpa. A senhora parece até que está militando, com aquele cabelo, vendo coisas que não existem. (...) Admiro a sua perseverança, o seu esforço, sua capacidade de transformar algo inexistente em existente. Algo que você quisesse que existisse. Eu não discordo da existência porque simplesmente não existe. Isso não é socialismo, comunismos, capitalismo. Isso é anarquia (“Animal”).

Em sua leitura, a não existência da ASSETUR não só era concreta como podia ser comprovada, pois se existisse não teria permitido a nomeação de um dado senhor ao cargo de secretário de turismo em Mangaratiba. A questão que precisa ser pensada aqui é: Qual o papel de uma associação e seu alcance?

Em sua concepção, a não existência da ASSETUR está calcada em dois motivos. Primeiro no fato da associação não ser formalmente registrada, ou seja, não tem CNPJ. Em

2019, houve um movimento que visava levantar recursos para a retirada do CNPJ. Após muitas dificuldades e o reconhecimento da ASSETUR enquanto uma associação, por parte do poder público e do setor privado, a diretoria da ASSETUR considerou não ser mais necessário o CNPJ. Esse reconhecimento é reverberado na expressão “Já temos uma identidade visual” (termo usado pela presidente da associação).

Segundo porque em sua leitura uma associação não deveria ser composta por uma diversidade, pressupunha um grupo mais homogêneo – diferentemente do que era a ASSETUR. Por este motivo, definiu uma associação como “um conjunto de pessoas do mesmo segmento se organizando para se estruturar e melhorar uma atividade junto com os demais segmentos”. “Mesmo segmento” estava sendo compreendido como estrutura, pousada e restaurante. Seguindo este argumento, criticava a presença de muitos atores afirmando que não tem nada a ver com turismo e não são legalizados. Entre “os que não tem nada a ver” com turismo cita a presença do projeto “Som da natureza”, atividade da TV Jaguanum que faz gravações com drones sobre a Serra do Piloto, praias e ilhas de Mangaratiba divulgando o turismo na região.

O não reconhecimento da ASSETUR não o impede de participar do “grupo” e evidencia contradições entre discursos e ações. Com isso, formulei a seguinte pergunta: Por que ser tão presente em um grupo que não reconhece e que o cerca de tantas críticas? Essa pergunta me deixava mais confusa por saber de sua trajetória no campo do turismo. Entre todos do grupo, este interlocutor, era o que possuía mais expertise para atuar no turismo. Por que então permanecer “no grupo” diante de uma trajetória que o daria condições de se colocar no mercado turístico mesmo sem o grupo? Tais questões foram respondidas no último capítulo.

### 3.2.5 “Tropeiros”

“Tropeiros” era uma historiadora e arqueóloga muito conhecida e atuante na Costa Verde. Nasceu e mora em Muriqui, lugar de onde nunca saiu. Era filha de sitiante. Seu pai era retireiro. Tinha orgulho de dizer que seus pais criaram quatro filhos com a produção do sítio onde moram até os dias de hoje. A produção de verduras, leite e queijo – produzido pela mãe durante a noite – era vendida na feira. A mãe roceirinha, como é chamada carinhosamente pela filha, com 95 anos passa o dia inteiro na roça cuidando de sua horta. Toda a sua família mantém fortes laços com o mundo rural em sítios em Muriqui com cachoeira, plantação de cana, alambique onde se faz cachaça, há casa de pau a pique, fogão de lenha e plantações.

Estudou História na Fundação Educacional Campograndense. É professora de História no Colégio Estadual Montebello, localizado na Vila Muriqui em Mangaratiba. Organizou a Fórum permanente de Cultura da Região Costa Verde. É Coordenadora de cultura da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Prefeitura Municipal de Mangaratiba. Faz parte da Fundação Mário Peixoto<sup>14</sup>, em Mangaratiba. Foi eleita representante da região da Costa Verde no Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC), em 2018 a 2020. Foi representante Regional da Sociedade Civil da Costa Verde. Participou do evento virtual e gratuito “Indígenas da Costa Verde, ontem e hoje”, no dia 30 de março, com a moderadora Fátima Lobato – coordenadora de Assuntos educacionais do NOPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz). A sua atuação na região gerou a produção de alguns livros. O último livro publicado foi lançado em 2021, intitulado “A História de Mangaratiba por seus Patrimônios Histórico-Culturais”. Os admiradores da historiadora consideram o livro um presente para Mangaratiba.

---

<sup>14</sup> A Fundação Mário Peixoto é um órgão público ligado a uma instituição cultural da Prefeitura de Mangaratiba. A Fundação é responsável pelos patrimônios históricos e sua preservação, por eventos históricos, eventos culturais, assessoria histórica, projetos e conselhos.

A trajetória da interlocutora no projeto de turismo na Serra do Piloto começou com projetos desenvolvidos em escolas na rede municipal de Mangaratiba. Compreendia a escola como um espaço de militância e de divulgação da história local. Lamenta o fato deste espaço não ser um lugar de ação da ASSETUR.

Em 2005, quando era Coordenadora de Ensino Fundamental na rede municipal de Mangaratiba, desenvolveu um projeto para resgatar a história e a cultura da Serra de Mangaratiba. Este projeto tinha um subprojeto intitulado “Ecoturismo Histórico Rural de Mangaratiba”. O desenvolvimento deste projeto resultou em um engajamento com os moradores e produtores rurais da Serra. O projeto mobilizava professores e alunos das escolas municipais para conhecer a Serra, suas histórias e os pontos turísticos. A ação tinha o objetivo de resgatar as tradições como folia de reis e o calango. Os encontros iniciavam com um café da roça, conversava-se sobre o que iriam observar e por último o grupo fazia expedições ao longo da Serra do Piloto.

Em 2005, foi lançado um projeto que em 2007 ganhou o prêmio de Iniciativa de Sucesso nota 10. Neste ano, preparou um evento para comemorar os 150 anos da Estrada Imperial envolvendo professores da rede municipal e a comunidade. Essa atuação reforçou o seu engajamento no território e a existência de um interesse por um Turismo Histórico Rural. Ao visitar um empreendimento Café & Art, na Serra do Piloto, foi informada que uma pessoa chamada “Pedras lascadas” desejava conhecê-la e que tinha interesses de desenvolver o turismo na Serra e um restaurante. A partir deste momento, se aproxima de um pequeno grupo que estava sendo liderado por “Pedras lascadas” que a convidou para participar de reuniões do Colegiado BIG, sob a justificativa de que o projeto de turismo rural teria apoio da UFRRJ. Esta participação marcou o início de seu envolvimento com o projeto de Turismo Rural, que aproximava não só as Serras do Piloto e Matoso como donos de pousada, restaurante, jipeiros, produtores rurais, ciclistas e etc. Em sua concepção o movimento que se iniciava com o grupo de Turismo rural “abria um grande leque” para conhecer a história da região, para divulgar e preservar a cultura e história local. A interlocutora carrega um sentimento de um “dever” para com a associação ao relacionar todo seu engajamento nas Serras como resultado de sua inserção na ASSETUR.

Na ASSETUR, participou da comissão de levantamento histórico, junto com mais três pessoas, fazendo entrevistas e expedições na comunidade e nas fazendas com objetivo de mapear a história, monumentos e patrimônios. O material a ser levantado será usado na construção de uma folheteria impressa ou virtual, visando a divulgação histórica das Serras, a ser distribuída no centro do Rio de Janeiro. O material serviria para a comissão de comunicação e de eventos onde se pensaria o histórico em termos de eventos pontuais.

A interlocutora se percebia como uma militante a favor de povos indígenas, produtores rurais, quilombolas, de uma educação pública de qualidade, da preservação de patrimônios materiais e imateriais, da preservação da Amazônia e do meio ambiente. Os seus ideais e a constante busca por uma sociedade justa e igualitária encontraram lugar na ASSETUR. Esteve atuando na associação como apoio governamental, condição prescrita por fazer parte da Fundação Mário Peixoto, que está associada à prefeitura de Mangaratiba. Quando não estava na prefeitura atuava na associação como voluntária. Sendo assim, a sua participação oscilava entre a condição de voluntária e apoio governamental.

Percebe na ASSETUR “um caminho e uma esperança” para vislumbrar os sonhos que sempre teve com a Serra do Piloto. No sentido de ver as pessoas viverem da Serra, viverem do que plantam, viver preservando a paisagem, a beleza, a cultura e a história. Em sua concepção, a ASSETUR é “um ponto de encontro, sobretudo um ponto de esperança” que articula pessoas que lutam pelos mesmos sonhos, construídos sob o ideal de uma sociedade integradora e de ‘um turismo que não é só comprar’.



Esse seu olhar não negligenciava o que chamava de “furo da associação” ao reconhecer a atual ausência do produtor rural no processo organizativo. Enfaticamente afirma que “não se promove desenvolvimento rural sem a presença do produtor rural”. Essa realidade conduz a uma urgência de criar laços com produtores rurais capazes de se conectarem com outros produtores instigando assim a participação na associação. Neste sentido, lamenta a saída da jovem rural e o fato do técnico do ITERJ não ter conseguido se articular, como se esperava, com os produtores rurais em função da sobrecarga de trabalho. Contudo, reconhece o quanto o ITERJ poderá ser importante na articulação com novos produtores. Considerou um erro jogar toda expectativa e responsabilidade em cima dos produtores rurais, quando a responsabilidade por uma participação mais plural é de todos.

### 3.2.6 “Terra”

“Terra” era um jovem negro com 24 anos, aluno do curso de Licenciatura em Educação do campo (LEC), na UFRRJ. Filho de “Natureza” e neto de assentados no assentamento rural Matoso. Reside em Seropédica por conta da faculdade. Sempre que possível busca estar presente no sítio dos avós para ajudar na roça e nos fins de semana visita o pai que mora em Campo Grande em função do trabalho que exerce na cidade. O pai pretende morar no sítio ao se aposentar e assumir o setor administrativo da pousada – função exercida, entre tantas, pela esposa “Natureza”. Desde 2017, “Terra” passou a viver mais no sítio sob a influência de jovens que trabalham com agroecologia.

O jovem já trabalhou na mesma empresa em que o pai atua e no restaurante que foi da família, porém relatou que não se via fazendo tais atividades. A sua inserção no sítio dos avós foi um processo construído aos poucos. Inicialmente acompanhava a mãe fazendo compras e coisinhas para a Pousada. A cada ida ao sítio, o avô lhe ensinava a lidar com a roça e com os animais. Está responsável pelas éguas do Sítio, área que vem se especializando, e auxilia o avô na roça. A sua paixão por égua e cavalo o acompanhava desde mais novo, ao fazer quinze anos falou para o pai que não queria ir a Europa e sim ter um cavalo. No futuro deseja comprar uma terra no assentamento para trabalhar com caprinos e bovinos, uma vez que tal atividade não seria possível no sítio dos avós.

Começou a participar do Colegiado BIG influenciado pela mãe. “Terra” e mais uma assentada – que também era aluna da LEC/UFRRJ – eram os únicos que participavam do Colegiado na condição de jovens rurais. A sua mãe o inscreveu no curso de “Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro”, a partir das redes de relações formadas no Colegiado. O curso foi um projeto resultante de uma parceria entre a Universidade Rural, Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), PESAGRO (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro) e a SEAD (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário). A inscrição foi feita sem o conhecimento de “Terra”, nesta época ainda não se imaginava morando no campo: “Minha mãe me colocou a força, lá dentro. Mas com o coletivo criado fui percebendo que era aquilo que eu queria. Fui me encantando com a agroecologia até que eu fiz a prova na LEC e passei”.

O projeto juntou jovens das Regiões Norte, Serrana, Baixada e da Baía da Guanabara. O interlocutor fez parte do projeto representando jovens de Rio Claro. Esse projeto foi de janeiro de 2018 a janeiro de 2019. Através do Projeto conheceu o curso da LEC, ingressando em 2019.1. A partir destes coletivos começou a participar de congressos de Agroecologia e fazer parte da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Época que despertava o desejo de fazer o curso de Zootecnia ou o de Agroecologia.

A sua percepção e relação com o rural mudou na medida em que foi se envolvendo com jovens que atuavam na agroecologia. Após esta inserção não se via mais morando e trabalhando na área urbana. Algumas mudanças foram percebidas em seu ciclo de amizade: “Quando eu

voltei para Campo Grande os meus amigos falaram ‘Pô! Você voltou meio roceiro, meio maluco’. Aí foi quando eu quis ficar no sítio, meu avô me ensinou muita coisa. Nesta época a minha mãe também se animou a morar no sítio”.

No assentamento sentia falta de algumas atividades de lazer e de esporte, principalmente de *jiu-jitsu*, por ser praticante. No futuro pensa em dar aula para os jovens do assentamento ou desenvolver projetos de esportes dentro do assentamento. Mesmo diante destas carências, não se vê mais morando em Campo Grande. O que mais o atraiu e reforça a sua presença no campo é a “liberdade” de acordar cedo, cuidar dos animais e fazer mudas de árvores. Relatou o estranhamento ao visitar a casa dos pais em Campo Grande: “Quando vou a casa dos meus pais em Campo Grande já fico incomodado. Não tem um quintal. Não tem os animais. Não tem a liberdade que tenho no campo”.

Ao falar de outros jovens do assentamento pontua uma certa dificuldade de interação com eles, avalia que isto se deva aos seus “costumes que são diferentes dos demais”. O jovem vive em uma tensão entre se reconhecer ou não como jovem rural e diz que todos perguntam, “Como você se percebe?”. Segundo o seu relato, os jovens do assentamento não o reconhecem como um jovem rural, já os jovens que atuam com agroecologia o enxergam nesta condição. Talvez, a dificuldade do jovem esteja em formular uma resposta que o localize em um único espaço. Sobretudo, por se ver como um ator que circula tanto no espaço rural como em áreas urbanas.

Ao longo da pandemia organizou “cestas agroecológicas” para serem entregues a residentes de cidades. Foram vendidas uma média de 30 cestas por semana com 14 itens nas cestas. Durante a pandemia a produção agrícola foi intensificada. A ideia de vender cestas durante a pandemia foi uma maneira de escoar a produção que não estava sendo vendida aos seus maiores consumidores, os hóspedes. Há um desejo de permanecer com as cestas, no entanto não há funcionário suficiente que dê conta da produção do sítio para realização de feiras, cestas e das atividades da pousada.

O jovem enxergava as atividades do sítio e da pousada como coisas diferentes. Percebia a pousada como um veículo essencial de escoamento da produção agrícola, sem gerar grandes esforços para o avô como ocorre ao realizar feiras. O jovem fazia uma separação de funções ao pensar como será a continuidade das atividades no sítio. A mãe continuará com a atividade turística e ele dará continuidade ao legado do avô se responsabilizando pela lavoura, pelo cuidado com os animais e a produção como um todo. Não se percebia atuando no turismo, mas acredita que será “um grande autor deste turismo tendo um produto de qualidade, tratando dos bichos que serão usados pelos hóspedes”. Em sua concepção, o turista é atraído pela produção do campo, o silêncio, a simplicidade, o modo de viver e a segurança.

Afirma que o turismo na Serra tem promovido uma melhora na estrada e possibilitado a oferta de empregos. Salienta que o cuidado com a estrada, por parte das prefeituras, não ocorreu quando a demanda era apenas voltada as necessidades dos agricultores. Ao falar de turismo rural evidenciava, assim como outros entrevistados, o fato de ser um “turismo com um certo controle”. Ter um “turismo rural, com um certo controle é uma prática aceitável”, diz ele. Considerava que tal prática facilita a venda da produção dos agricultores e gera renda de sítiantes em espaços rurais com potencial em desenvolver trilhas e visitas a ruínas históricas.

O jovem começou a participar das reuniões do Colegiado e da ASSETUR para acompanhar e auxiliar a mãe no momento de tomada de decisões que costuma ser conjunta em função do companheirismo que existe entre os dois. Observou que a ASSETUR teve dois momentos. No primeiro focou-se em uma visão mais coletiva englobando o produtor rural e seus produtos. No segundo momento, se afastou dos produtores e construiu um diálogo mais intenso com os empreendedores de médio a grande porte. Ao ser perguntado sobre o que mudaria na ASSETUR a resposta foi: “Voltar aos princípios anteriores, começar do zero. Voltar ao princípio de ter todos juntos com uma mesma ideia”.

### 3.2.7 “Memória”

“Memória” tinha 58 anos, nasceu em Itaguaí, com cinco anos de idade foi morar com os avós em Nilópolis – Baixada Fluminense/RJ. Retornou a Itaguaí para fazer o ensino fundamental. Com 18 anos fez vários concursos, foi aprovado para a polícia militar. Não era a instituição que desejava trabalhar, mas aproveitou a oportunidade. Por vinte anos trabalhou fazendo patrulha na rua. Ao sofrer um tiro na vista passou a trabalhar internamente.

Em 1992 fez a graduação de história na FEUC, a sua grande paixão. Em 2015 ficou na reserva da polícia militar. Neste ano, fez pós-graduação na FEUC em História Cultural, o seu trabalho de conclusão buscava entender a importância dos Jesuítas na história de Itaguaí.

Ao se aposentar atuou em vários trabalhos sociais, inclusive dando aula de reforço de história e de xadrez. Os trabalhos sociais estavam relacionados a sua adesão religiosa. Desenvolveu trabalhos com católicos, evangélicos e espíritas. Entre as atividades desenvolvidas fazia sarau histórico. Com isso foi convidado a conhecer a Fazenda Santa Teresa, fazenda histórica localizada na Serra do Matoso, propriedade do senhor “Patrimônio” – vice-presidente da ASSETUR. O convite para conhecer esta propriedade pautava no fato de ser uma fazenda dos Jesuítas. Após ter ciência do interesse do proprietário em desenvolver atividades turísticas com visitas, café colonial e sarau histórico, “Memória” convida uma egressa do curso de história da UFRJ com atuação em sarau para levantar a história da região e da fazenda. Após esta fase planejaram conjuntamente um sarau histórico que seria desenvolvido na Fazenda da Lapa.

A partir do contato com “Patrimônio”, o interlocutor começou a participar das reuniões do grupo de Turismo Rural em 2017. Neste espaço, conhece uma historiadora da região, aumentando o seu interesse em atuar nas Serras. Em 2021, torna-se secretário da ASSETUR. O cargo foi incorporado naturalmente, começou fazendo anotações sobre as reuniões até ser convidado a assumir a função.

O interlocutor atuava na associação por “adorar participar e conhecer novas pessoas”. Além de ter uma visão de que turismo e história são áreas afins. O que o motivou atuar na associação foi a oportunidade de ampliar redes de relações, afirma que “é melhor ter amigos do que dinheiro. Com amigos se chega a qualquer lugar”. O interlocutor organizava caminhadas e atividades de *bike* nos pontos históricos das Serras. As atividades exercidas nas Serras e sua atuação na ASSETUR são voluntárias e gratuitas, motivadas apenas pelo prazer de levar visitantes as Serras e compartilhar a história da região.

Entendia as reuniões da ASSETUR como espaços de aprendizado e de possibilidade de ter contato com pessoas que tem ideias distintas e com outros saberes. Ressaltava o posicionamento de ser mais ouvinte nas reuniões do que produtor de vários discursos. Considerava que o processo de aprendizagem se dá mais pelo ouvir. Logo, ser ouvinte também o colocava na condição de participante.

Ao definir o que era a ASSETUR argumentava que a associação era uma chance de revelar ao público em geral a importância da região, sobretudo histórica. Objetivo este que se contrasta com o posicionamento do poder público “que nunca se importou com a região”. Assim como outros entrevistados, defende a ideia de que o turismo e a história são mecanismo que agregam mais valor à região e lhe dá mais visibilidade.

O interlocutor chamava atenção para algo que foi muito presente nas entrevistas e nos eventos em que a ASSETUR estava presente. Pontuava-se muito a comparação entre o que era Angra e o que era Mangaratiba: “Angra já é conhecida, nós não somos. Com o turismo teremos mais visibilidade, se agregará mais valor à região”. Expressamente há um desejo de não serem percebidos como lugar de passagem para Angra e, muito menos, somente um lugar de praia. A

afirmação da importância e da identidade do território se dará pelo turismo como um meio para um reposicionamento das Serras, em uma disputa por territorialidade.

O que estava em jogo não era a prática do turismo em si, mas uma afirmação das riquezas presentes nestes territórios por parte da comunidade local, dos empreendedores da região e do poder público. Comumente o poder público, sobretudo de Mangaratiba, era citado como “uma administração que nunca se importou com a região”. Seguindo esta linha, o projeto da ASSETUR buscava em primeira instância “vender” o território para os gestores locais como “uma chance” (expressão muito usada pelos entrevistados) para serem atendidos pelo poder público e dialogarem na esfera pública.

### **3.6.8 “Produção agrícola”**

“Produção agrícola” era filho e neto de produtores rurais. Era mineiro, casado, possuía duas filhas e um filho. Todos estudavam em universidade federal. A esposa estava há quatro gestões atuando na saúde pública, consolidando propostas de políticas públicas.

O interlocutor teve diferentes experiências na roça dos avós paternos e maternos. A lembrança do trabalho na roça, advinda dos avós paternos, foi associada a um trabalho com muita dificuldade, carências e práticas “mais rudimentares”. Com os avós maternos, que eram fazendeiros, associou o trabalho no campo com a fartura e a qualidade de vida.

Os pais, deste ator social, tiveram que sair do campo e morar na cidade. A mudança foi necessária com o aumento das águas nas Furnas, o que gerou o medo de inundações na área rural. Seu pai ao chegar na cidade, com dezoito anos de idade, assumiu o cargo de ajudante de mecânico onde aprendeu a profissão. Fato que contribuiu para abrir sua própria oficina mecânica. O interlocutor adquiriu habilidades da profissão de mecânico com o pai, que o incentivou a fazer faculdade de Engenharia Mecânica e administrar uma oficina mecânica até os dias atuais. Como aluno de engenharia, ganhou vários prêmios ao construir equipamentos. Porém, o curso não supriu o desejo por outra forma de conhecimento. Acredita que o desejo por algo diferente e por qualidade de vida provinha da vivência que teve na roça dos avós maternos. Tendo isso como uma verdade, optou por abandonar o curso de engenharia e fazer o curso de agronomia. Com esta escolha encontrou resistência na família, pois o seu pai encontrou mais dignidade como mecânico do que como produtor rural. Mesmo com a desaprovação, principalmente do pai, o interlocutor ingressou no curso de agronomia, impulsionado pelas lembranças que tinha dos avós maternos.

A vida pessoal e profissional do interlocutor se entrecruza, em ambas as esferas trabalha com produção agrícola orgânica. Reside em uma área rural no Estado de Minas Gerais e trabalhava em áreas rurais nas Serras do Piloto e Matoso. Era agrônomo, formado na Universidade Federal de Lavras/MG e com mestrado em fitotecnia, na área de fruticultura. Atuou em cooperativas de leite B com produtor rural, em associação de produtores orgânicos e foi gerente em fazenda de café. Foi professor e coordenador em uma escola agrícola, por 10 anos. Ministrou aula no curso técnico até o momento em que foi permitido desenvolver atividades com produção orgânica, linha que acredita e que procura difundir. A sua saída da escola esteve relacionada à substituição do ensino direcionado a produção orgânica para a agropecuária. Somada a uma proposta de redução salarial e de engessamento na prática do ensino. Com este cenário, o interlocutor passou a trabalhar com produção orgânica no sítio em que residia e esteve como secretário de agricultura e de meio ambiente, por dois anos.

Em 2012, passou em um concurso público para dar assessoria a produtores rurais no Estado do Rio de Janeiro. Ao fazer expedições em assentamentos escolheu como campo de atuação, os assentamentos das Serras do Piloto e Matoso. Participava de vários conselhos no município de Mangaratiba. O relato deste interlocutor e de outros apontava a prefeitura de Mangaratiba como um desafio para o desenvolvimento rural idealizado.

Para o interlocutor, o Turismo Rural, promovido pela ASSETUR, era uma forma de viabilizar a permanência da terra por dinamizar a produção agrícola e de beneficiamento dos produtos oriundos dos assentamentos rurais. Em sua concepção, o turismo aproxima o turista e visitantes aos produtores rurais, que possuem muita dificuldade de levar a produção para as feiras. Também considerava que o turismo orquestrado pela associação poderia gerar um controle do território, “se não tem ninguém que cuide, que controle, outros farão usos errados como estão fazendo em nossas cachoeiras”.

Em sua visão, o maior benefício da ASSETUR estaria na possibilidade de criar uma governança com potencial de cuidar do território como um todo:

A ASSETUR conecta os municípios. A ASSETUR pode criar uma governança que venha cuidar deste espaço. Os municípios, muitas vezes, pensam individualmente, não se preocupam. Se preocupam assim, dentro da cidade; é uma coisa muito política. Não pensam no desenvolvimento do território. Então, a ASSETUR pode cuidar deste território meio esquecido – que é fundo de Piraí, que é fundo de Rio Claro, que é fundo de Itaguaí e é fundo de Mangaratiba (“Produção agrícola”).

Ao longo desta e de outras entrevistas, a ASSETUR surgiu como um coletivo que “fará o que os demais – entendidos como o poder público – não fazem” ao gerar uma conscientização em prol das Serras. É também um coletivo que chama a responsabilidade do poder público, que gerará cobranças e o aumento de participação em Conselhos e outras instâncias.

As trajetórias apresentadas revelaram o quanto o grupo é heterogêneo e como o engajamento no coletivo tem sido marcado por ideais forjados no grupo familiar, pelo associativismo, por experiências no campo político e por conexões entre o rural e o urbano.

## **4. A ASSETUR E O QUE MOTIVOU A FORMAÇÃO DO COLETIVO**

### **4.1 O Significado da ASSETUR para os Interlocutores e Início da Rede de Relacionamento da ASSETUR**

Para os atores sociais investigados, a ASSETUR era um movimento que conseguiu “catalisar forças” para viabilizar um projeto turístico que trouxe esperança para os que sonhavam com uma proposta onde havia espaço para valorizar a natureza, a cultura e a história local, via um processo mais inclusivo e democrático. A esperança foi alimentada no momento em que diferentes atores, UFRRJ e o Colegiado BIG ensaiavam as primeiras conversas com a comunidade local, onde se destacava a riqueza na simplicidade do modo de viver e a exuberante natureza da Mata Atlântica que os cercavam.

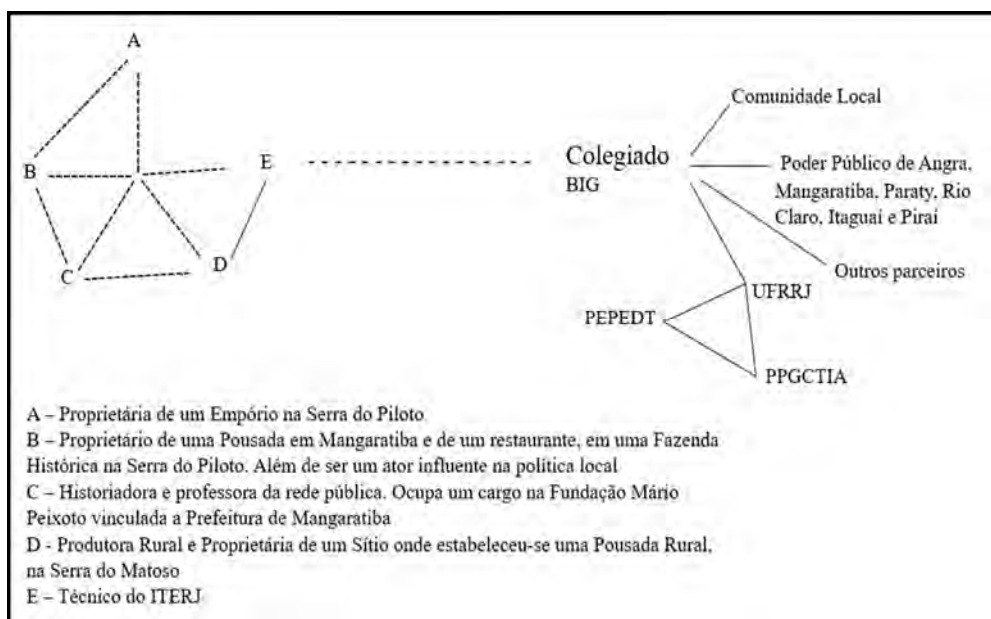
Em meio a conversas, houve um despertar para a construção de um coletivo que se tornou uma rede de relacionamento com uma capacidade de articulação maior do que a organização que a gestou: “A ASSETUR é a única que consegue se articular como fizemos. Ela catalisou forças. Nem mesmo a rural (referindo-se à UFRRJ) consegue fazer isso” (Pedro).

Na construção deste coletivo, alguns atores fizeram releituras que potencializava a sua forma de viver e o que os emolduravam. O exercício de estranhamento e de reconhecerem que o simples e as relações mais intimistas atraíam o outro, aguçou a prática turística que já ocorria nas Serras, como se evidencia na fala da Clara: “Com a universidade rural e com o Colegiado BIG comecei a dizer: Como assim? Com o que tenho, posso receber turista? Turismo Rural realmente existe? Já fazia turismo rural e não sabia que era” (Clara).

Para os atores sociais, a ASSETUR se resume em algumas palavras: compromisso, identidade, esperança, coletivo, oportunidade, governança, união, Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, incentivo, empreendedorismo, visibilidade para a região, soma de esforços, integração, conexão, objetivos comuns, poder para influenciar politicamente, manutenção da qualidade de vida e cultura local. O que se observa nas palavras escolhidas é a ausência do termo turismo e uma presença significativa de expressões basilares de uma construção coletiva.

Constatei que o turismo era um componente do evento chamado ASSETUR, mas o ápice do processo gestado é o que se construiu a partir da busca por um turismo nas Serras, ou seja, o fazer coletivo por meios de “redes” (termo usado pelos interlocutores) ou de coalizões sociais.

O processo analisado nesta tese começou com a participação do técnico do ITERJ nas reuniões do Colegiado BIG, em 2016. Neste espaço, o técnico do ITERJ vislumbrou oportunidades para o desenvolvimento do Turismo nas Serras e para os assentamentos rurais em que atuava (a Fazenda Rubião, localizada na Serra do Piloto, e o Matoso, localizado na Serra do Matoso). Tendo esta certeza, o técnico do ITERJ convidou alguns conhecidos e estes chamaram outros, formando um grupo de cinco pessoas. Entre estes, os únicos que possuíam vínculos fortes eram o técnico do ITERJ e a produtora rural, como se observa na ilustração 25:



**Figura 25.** As primeiras articulações do coletivo. Fonte: Pesquisadora, adaptado de Granovetter (1973).

Os vínculos fracos foram transformados em fortes, consolidando uma sólida amizade entre os cinco atores. Sendo eles: O técnico do ITERJ; uma produtora rural e dona de uma Pousada Rural dentro do assentamento rural Serra do Matoso; uma moradora da Serra do Piloto e dona de um Empório na Serra do Piloto; um morador nascido e residente de Mangaratiba, com forte atuação na política local, filho de um ex-prefeito muito querido pelo coletivo da associação, representante de uma ONG, ex-presidente de uma Associação de Moradores de Mangaratiba, dono de uma pousada à beira da praia em Mangaratiba, dono de uma Fazenda Histórica na Serra do Piloto; Uma historiadora que atuava como professora da rede municipal, na Fundação Mário Peixoto da prefeitura de Mangaratiba e na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Mangaratiba. Estes atores se tornaram a base do coletivo da ASSETUR.

A amizade entre estes atores foi sendo construída em meio às interações que ocorriam nas reuniões do Colegiado BIG e de redes de relacionamento construídas no grupo de *WhatsApp*, intitulado “Turismo Rural”, formado para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais a partir do Turismo Ecológico, Cultural, Histórico e Rural nas Serras do Piloto e Matoso/RJ. Este grupo tinha como objetivo articular atores dos quatro municípios do Rio de Janeiro - Mangaratiba, Itaguaí, Rio Claro e Pirai. Dentro do Colegiado BIG o grupo contou com o apoio do PEPEDT, que organizou algumas reuniões visando um projeto turístico.

Nas narrativas dos cinco amigos estava sempre em pauta as frustrações do não diálogo com o poder público ou de diálogos sem uma representação de um coletivo – de um nós. Em algumas reuniões do Colegiado BIG, constatou-se que a construção coletiva idealizada pelos cinco amigos carregava uma oposição a invisibilidade social e política dos atores em jogo – empreendedores locais das Serras e alguns produtores rurais.

O quadro justificava a escolha por estes amigos, que partiu da noção de serem atores com “habilidades sociais” que tornariam suas “vozes ouvidas” e portariam recursos capazes de promoverem uma mudança institucional. Algumas destas habilidades foram inscritas ao longo das interações sociais e serão apresentadas no decorrer da tese. Entre elas podemos citar, o conhecimento no campo da política, o saber falar bem, o domínio do território vivido, expertises com o fazer turístico e o conhecimento do universo rural. O somatório destas habilidades resultou na capacidade de engajar diferentes atores dos quatro municípios citados. Essa capacidade de articulação foi colocada pelo coletivo como o grande triunfo da associação. Para

os interlocutores esta capacidade lhe tornava única, pois nenhum dos atores ou organização, que fizeram e fazem parte da rede de cooperação, conseguiria tal feito.

O processo iniciado com cinco pessoas passou então a ter vinte seis parceiros, entre associado, voluntários, organizações e o poder público. Além de um extenso grupo de apoiadores, somando oitenta pessoas em um grupo de *WhatsApp*, intitulado de Turismo Rural. Esta articulação foi constituída em prol de dois objetivos: romper com o domínio dos “atores incumbentes”<sup>15</sup> (termo de FLIGSTEIN e MCADAM, 2005) no campo da política local e do turismo; e, consolidar práticas de um turismo sustentável nas Serras a partir da gerência da comunidade local.

Os cinco amigos foram assumindo a posição de “atores desafiantes” que negavam o turismo de massa, a falta de diálogo com o poder público, a ausência de mudanças por um longo período no campo político e no campo do turismo, colocando-os sempre na condição de excluídos. E assim lhes era negado o direito de decidirem sobre o mercado turístico e debates sobre Políticas Públicas para as Serras.

Os descontentamentos destes atores foram colocados em espaços coletivos, sobretudo em reuniões do Colegiado da Baía de Ilha Grande, entendido como um parceiro de luta. Tais descontentamentos se intensificaram perante a inatividade do Conselho de Turismo de Mangaratiba por 10 anos, a pouca atuação dos demais Conselhos e repetidos casos de corrupção na política local, que resultaram na troca de quatro prefeitos ao longo do ano de 2019.

A cada encontro dos atores sociais, em reuniões do Colegiado da BIG, e em interações feitas no grupo do *WhatsApp*, evidenciaram-se ações, valores e práticas que lentamente consolidaram hábitos de um coletivo. O compartilhamento destes hábitos forjou uma maneira de se pensar e agir em prol de um projeto turístico, resultando na Associação de Empreendedores de Turismo das Serras Históricas Piloto e Matoso (ASSETUR), oficializada no final de 2018. À medida que o grupo se articulava com outros atores, foi ganhando autonomia frente às organizações que a gestara.

A direção da associação iniciou com a seguinte estrutura: A presidente (uma moradora local, neta de um dos maiores produtores de banana da região e proprietária do Empório da Barreira na Serra do Piloto); o vice presidente era um senhor residente da Zona Sul do Rio de Janeiro e proprietário de uma fazenda histórica da Serra do Matoso; a tesoureira era uma produtora rural do Assentamento Matoso/RJ e proprietária da Pousada Sítio Beija-flor; a secretária era uma jovem assentada do assentamento rural Fazenda Rubião localizado Serra do Piloto; e o vice-secretário era um morador com forte atuação na política local e dono de uma pousada em frente à praia em Mangaratiba.

Ocorreram mudanças nos cargos da associação. Aqui, vale chamar atenção apenas para a figura do vice-presidente que saiu da associação e depois retornou, porém a sua atuação se deu apenas em algumas reuniões. Diante de uma participação tímida e pouca imersão na “rede” da associação, pode-se dizer que na prática o grupo esteve e está sob a liderança de duas mulheres, a presidente e a tesoureira. Desde então, Almerinda e a Clara se destacaram como líderes do grupo composto por pequenos e médios empreendedores, produtores rurais e atores sociais que atuam no turismo de praia, de aventura, histórico e rural. Essas mulheres foram impulsionadas a fazerem parte do mercado turístico e a consolidarem um grupo, ao reconhecerem que isoladamente não teriam instrumentos para enfrentar os desafios postos neste mercado, permanecendo assim a margem deste mercado.

---

<sup>15</sup> Fligstein e McAdam (2005) entendem que os atores incumbentes são atores dominantes em um determinado campo de ação estratégica, utilizando-se da posição privilegiada para a tomada de decisões que venham atender seus próprios interesses, priorizando a manutenção das instituições e organizações, em um dado formato. Enquanto, “os atores desafiantes” são entendidos como um agente com potencial para mudança institucional, ao trazerem novos debates e a consolidação de conflitos.



As inquietações e possibilidades colocadas por estas mulheres, tornavam-se mais factíveis com o pensar coletivo construído nas reuniões do Colegiado BIG e nos diálogos com seus parceiros. Inicialmente os parceiros eram apenas o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), agricultores, representantes das prefeituras, das Secretarias de Turismo, de Agricultura e de Cultura dos municípios de Mangaratiba, Piraí, Rio Claro e Itaguaí e o Colegiado BIG. Estendendo-se posteriormente a representantes do trade turístico local e externo, guia de turismo, SEBRAE, UFRRJ, Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT/UFRRJ), Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), TV Jaguanum, PCH Braço de Rio Claro, produtores do assentamento rural Rubião, do Instituto Mário Peixoto, Efeito Tuca<sup>16</sup>, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), entre outros. A partir destas parcerias a associação consolidou uma rede de cooperação, sem a qual não seria possível o desenvolvimento do projeto. Alguns associados da ASSETUR possuem assento no conselho de Turismo de Mangaratiba e de Rio Claro, reativados em 2019.

Ao longo de todo o processo descrito até aqui, o grupo do *WhatsApp* de “Turismo Rural” solidificou a construção da ASSETUR, pautada na noção de que o turismo é um motor de desenvolvimento econômico, é uma indústria e uma forma para resguardar os patrimônios imateriais e materiais dos territórios. A afirmação é guiada por entrevistas, conversas informais e observações.

Eu já imaginava a Serra do Piloto como um roteiro turístico. Em minhas candidaturas, digamos assim, desde as minhas aventuras políticas, planos de governo que a gente apresentava, os debates que a gente fazia com as pessoas. E está lá, na Lei Orgânica do município, o Turismo como um fomentador do desenvolvimento econômico da região. Na Lei Orgânica do município, no plano diretor, em tudo que você imagina e tenta planejar a cidade, a principal indústria que se imagina como fundamental para o desenvolvimento da cidade é o turismo. No campo político hoje isso é contraditório. Mas eu acredito, nós (referindo-se a ASSETUR) acreditamos nisso. Eu acredito em dois pontos em especial que é aqui na região litorânea onde estou, na parte do mar, próxima ao centro, mas que tem uma característica muito intimista ainda, muito recortado pela beleza paisagística e com algumas ilhas muito próximas. (...) E o outro local que via um potencial enorme é a Serra do Piloto. Então, eu já tinha um interesse por uma área rural não só para o desenvolvimento turístico, mas como uma área de lazer familiar, para a minha família passar o dia lá (Rodrigo).

É necessário esclarecer a todos o papel do turismo. O cuidar da cidade para o turista também ajuda a preservar o que temos. Tudo fica jogado. Com o turista circulando o cenário muda, cuida-se do patrimônio (Flávia).

Fui à serra do piloto por causa da minha família e da minha mãe. Então depois que os meus avós morreram, eu voltei para a Serra. A princípio eu não sabia o que fazer da minha vida em relação a trabalho. Eu sou formada em Turismo e Hotelaria e fui tendo a concepção de fazer um negócio lá na área rural. O sítio dos meus avós é um sítio histórico, tem trilha, cachoeira. Ele foi o maior produtor de banana. Também voltei para desenvolver o turismo da região, já que é uma região com potencial para o turismo. Mas eu não via e ainda não vejo o turismo acontecendo lá. Aos poucos fui concebendo o Empório da Barreira e a trabalhar o entorno porque acredito muito que quando o nosso entorno está melhor é bom para todos. O turismo pode fazer isso. Na verdade, quando eu voltei para lá (Serra do Piloto) comecei a ver meus amigos e avós, fui vendo que eles não estavam tendo muito sucesso, não tinham muito recurso então eu vi que o turismo poderia trazer uma melhora. O turismo agrega muito valor à propriedade e ele pode ser mesmo uma fonte de recurso para as pessoas porque é um

---

<sup>16</sup> Efeito Tuca é uma empresa de designer que constrói projetos visuais comprometidos com uma consciência ambiental.

motor de desenvolvimento econômico. A ASSETUR busca isso (...); acho que o turismo ainda não está acontecendo porque não tem política pública e também porque as pessoas não têm consciência que o turismo é uma indústria. Não existe ainda essa consciência, principalmente no turismo consciente, principalmente em área rural (Almerinda).

O turismo nas Serras pode melhorar a vida no campo, trazer saneamento e mais recursos. Pode ser uma atividade para as famílias do assentamento. O turista pode conhecer a nossa forma de viver, podemos manter a nossa história (Vilma).

Tendo tais questões como uma premissa e com a inclusão de vários interessados no grupo do *WhatsApp*, deu-se início as primeiras reuniões presenciais da ASSETUR que foram orientadas pelo desejo da comunidade local ter sua “voz” ouvida e de se fazer representada em arenas políticas.

## 4.2 Para Além dos Cinco Amigos

Em meio as interações sociais dadas nas reuniões e em grupos de *WhatsApp*, foi sendo exteriorizada a diversidade que compõe o coletivo da associação. Havia uma disputa velada entre os que eram do território e aqueles que estavam residindo com intenção de consolidarem negócios e os que apenas tinham negócios (empreendimentos turísticos) nas Serras.

Esse par de oposição traz à lembrança o clássico texto de Elias (2000), “Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”. A obra evidenciou distinções entre três grupos de habitantes que aparentemente eram iguais. Embora o estudo tenha destacado três bairros, no povoado de Winstom Parva, a distinção não se dava por um recorte geográfico ou espacial e sim por um modelo moral instituído por um grupo que se autopercebia como superior – era reconhecido como “os estabelecidos” ou *establishment* local e fazia com que os moradores da zona três se sentissem inferiores. Estes ocupavam uma posição de influência e de poder através de princípios de antiguidade. Os habitantes que moravam a mais tempo na pequena comunidade se colocavam como os guardiões da tradição e da boa conduta que servia como um modelo da moralidade a ser seguido. Os que se desviavam deste modelo e das práticas tradicionais eram estigmatizados como inferiores e reconhecidos pelos mais antigos como o grupo que perturbava a ordem estabelecida no povoado (ELIAS e SCOTSON, 2000).

O povoado estudado por Elias e Scotson (2000) e o coletivo da ASSETUR possuem em comum poucos elementos, bem pontuais, e outros que os divergem literalmente. Contudo, olhar para o que Elias e Scotson (2000) escreveu me ajuda a entender as interações no trabalho de campo. Os membros que fazem parte da ASSETUR são localizados a partir do par “os que são da Serra e os que não são da Serra”. Normalmente, os primeiros eram os “regulares” e os últimos os “irregulares”. Dentro deste par, alguns membros comungavam ao mesmo tempo da condição de estabelecidos e de *outsiders*, desafiantes e incumbentes. Ficando a depender da janela em que são observados e de quem fala sobre eles.

Por exemplo, se inicialmente disse que os cinco amigos eram “atores desafiantes” frente à inação do poder público e o cenário vivido por eles no campo do turismo; posso afirmar que dentro da ASSETUR havia atores que discordavam dos princípios construídos pelos cinco amigos com posicionamentos contrários que geravam sucessivos conflitos. Neste aspecto, assumiam a condição de “desafiantes” no grupo. Estes eram atores que estavam no território, mas não eram do território. Sendo assim, o princípio da antiguidade se prescreve neste grupo com uma aproximação muito marcante com o sentimento de pertença ao território – não em sua dimensão espacial, antes nos elementos identitários que o compõe.

Há também a categoria de “invisíveis” que não gera um par de oposição, mas coloca todos no mesmo plano. Sobrepondo as diferenças. Esta categoria fazia parte do objetivo que dera início a ASSETUR, dar visibilidade aos mais invisíveis nas Serras. Sendo um discurso muito recorrente. A categoria foi estruturada por um recorte econômico, social e político. O grupo lembrado pelo eixo econômico era os produtores rurais, que mesmo após décadas permaneciam em uma condição econômica menos favorável – olhar dos atores que viveram na cidade por um tempo e dos que tinham uma condição econômica mais favorável nas Serras. Já a invisibilidade social e política colocava todos na mesma categoria, os produtores rurais, os regulares e os irregulares os proprietários de empreendimentos turísticos, os que tinham condições econômicas mais favoráveis e os que não eram das Serras.

Nas conversas com os interlocutores o uso das expressões “os irregulares, os que não eram daqui, os outros” estabelecia a existência de grupos diferentes. Estes eram atores que faziam parte do processo como empreendedores que compraram fazendas históricas ou sítios em assentamentos de forma irregular, que residiam fora dos municípios de alcance da ASSETUR, não possuíam uma identidade com os territórios em questão, os que possuíam lote no assentamento rural sem ter produção agrícola e os que possuíam empreendimento turístico sem contribuir com a vizinhança e com os produtores rurais.

Os que “não eram da Serra” não carregavam um sentimento de inferiores, na mesma proporção dos *outsiders* de Elias (2000), principalmente porque não viviam nas Serras e nem nos arredores. Mas quando circulavam nas Serras eram avaliados e afetados pelo sentimento de pertença instituído nos territórios e pela irregularidade. Era um estigma vivido de forma temporária e em um dado contexto social. Considerando que no cotidiano vivido fora das Serras eram submetidos a outros valores.

Dentro do grupo dos “da Serra” existiam os “regulares”, composto por dois grupos. O primeiro grupo era composto por atores sociais que nasceram ou não nas Serras e foram para a cidade para estudar e trabalhar. Depois de anos retornaram para as Serras. Estes eram filhos e netos de atores sociais que consolidaram, em um passado recente, a história de uma das maiores riquezas dos territórios em jogo, a produção de banana. O segundo grupo era os que não nasceram nas Serras, bem como os seus pais e avós. Porém, os pais e avós lutaram para a consolidação dos assentamentos rurais presentes nas Serras. Em ambos os casos, os filhos e netos carregavam em suas respectivas veias identitárias o legado dos pais e avós, sem serem questionados se eram ou não “genuinamente” da Serra. Os “da Serra” se estendiam aos atores de Mangaratiba e Itaguaí que militavam a favor dos “da Serra”, na política local ou em projetos que desenvolviam enquanto profissionais. Embora não morassem nas Serras, percebiam-se como pertencentes das Serras.

Esse grupo tinha como triunfo a identidade social consolidada nas Serras e no campo/espço rural. Isso era uma questão importante para o coletivo, incluindo “os que não eram das Serras”. A tal ponto que estes faziam questão de evidenciar em sua forma de se vestir. símbolos de um imaginário rural, ainda que reducionista, como botas e chapéus. Além de constantes falas de que eram homens do campo – mesmo não sendo, em minha concepção. Tal comportamento me fazia acreditar que eles sabiam que não eram iguais aos atores “da Serra”, não detinham a mesma legitimidade. Reconhecendo o que possuíam e o que não possuíam, valorizavam e concatenavam o que os tornavam mais úteis no coletivo, a expertise no campo do turismo, os recursos financeiros, uma rede social para além das Serras e uma vivência de empresário em espaços urbanos.

Neste sentido, houve um exemplo emblemático de um ator que não era da Serra e tinha um empreendimento turístico nas proximidades de um assentamento. Os membros da direção nem sempre sabiam dizer se ele estava ou não na direção da ASSETUR, face as saídas e retornos. Contudo, a sua presença nos eventos parecia ter um valor simbólico para a direção. Este ator raramente se colocava no grupo de *WhatsApp* e quando o fazia nem sempre

compartilhava com posicionamentos defendidos pela maioria. Mesmo diante da tímida participação, esteve presente em eventos que dialogavam com o poder público. Este ator pagou uma consultoria ao SEBRAE para seu empreendimento turístico e com negociações conseguiu efetivar uma parceria entre a ASSETUR e o SEBRAE, resultando em uma consultoria gratuita nos empreendimentos turísticos das Serras. Esta parceria foi entendida por todos como um grande resultado. Esta conquista o colocava em uma situação mais confortável e de empoderamento diante do grupo.

No capítulo anterior, apresentarei algumas questões que se conectam com este tópico. Há um caso emblemático que se refere a um senhor que mora na cidade e comprou de forma irregular um lote no assentamento Fazenda Rubião e construiu um meio de hospedagem. Este ator social se autodeclarava um “Ermiteiro de luxo”, um homem do campo. Ser um ermiteiro de luxo o diferencia dos demais que vivem no assentamento. Em sua concepção na Serra do Piloto não havia produtor rural, “Talvez, lá na Serra Matoso deva existir. Na nossa, ‘nego’ só quer tomar cachaça. (...)”. Em seus relatos apresentava dados de que conseguira recuperar os lençóis de águas do assentamento com as árvores que plantou no sítio. Como também questionava a atribuição dada a Fazenda Rubião enquanto assentamento:

Chamam o Rubião de assentamento, mas não sei se pode ser chamado. Não é uma zona rural autêntica. Uma zona rural autêntica é aquela que tem plantação nem que seja para o próprio consumo. É um lugar onde originalmente se planta, se cultiva, onde se cria gados, galinhas caipiras, porco, se preserva a Mata Atlântica (...) O que se caracteriza uma zona rural é isso, onde se preserva os rios, riachos e a mata (Calebe).

Em minhas idas a campo constatee inúmeras limitações para se produzir no assentamento Fazenda Rubião, principalmente a existência de um solo que não favorecia a produção agrícola. Apesar disso, havia alguns produtores que perseveravam no plantio, na criação de galinhas, na produção de queijo e na preservação da natureza. Segundo o técnico do ITERJ, nas Serras, ainda se produz banana orgânica de altíssima qualidade.

Se este senhor desqualificava um dado cenário, por outro lado, “os da Serra” ao falarem sobre ele diziam: Ah! Ele está ficando doido. Fala coisa com coisa”. De forma geral, o jogo de legitimação do “eu” se construía na deslegitimação do “outro” e através da fofoca, como já apontava Elias (2000) e Fonseca (1999).

Os que “não são da Serra” não possuíam o mesmo grau de coesão social em relação aos demais, assim como os *outsiders* de Elias (2000). Ensaíam defesas em prol dos irregulares, ou seja, de seus pares, mas recuavam diante dos argumentos postados pelos demais. Também não construía laços mais fortes com os que “são da Serra” e nem mesmo uma participação regular nas reuniões e nos eventos.

O termo “os irregulares” era usado não só para reafirmar a condição dos que não são irregulares, como também para desqualificar os discursos dos que se enquadram nesta posição – os que tinham casa nos assentamentos como os proprietários de fazendas e lotes.

O jogo da desqualificação também era protagonizado pelos “irregulares”. Alguns interlocutores afirmaram, “Os irregulares dizem “aqui ninguém produz” porque possuem o interesse em desvalorizar o assentamento. Há muito interesse de especulação imobiliária dentro do assentamento” (Alzir).

Há “os irregulares” dentro dos assentamentos que não são assentados e há os “assentados irregulares” que são aqueles que não se enquadram no perfil dos assentados destinados a projetos de reforma agrária, como renda familiar, força de trabalho, afinidade com atividades rurais, agrícolas e outros.

Tanto no assentamento Rubião como no Matoso, muitos ocupantes dos sítios compraram de forma irregular as áreas que utilizam, sendo então propriedades do Estado, que foram vendidas sem o consentimento do mesmo. Em alguns casos, as áreas compradas

irregularmente estão em nome de outras pessoas que se aproximam do perfil. Estes “irregulares” são desde pequenos sitiantes a donos de grandes empresas farmacêuticas e ocupantes de cargos políticos. Chamo atenção para dois assentados irregulares: um que não produz na terra e está construindo um empreendimento turístico que não dialoga com a produção local; o outro já citado na página anterior. Estes são presentes nas reuniões da ASSETUR e são percebidos como atores com falas que causam polêmicas. Em reuniões se evidenciaram mudanças “no clima” através de olhares que pareciam desaprovar as falas construídas por tais atores ou um completo silêncio após o direito de fala que possuíam, deixando no ar o sentimento de que não merecia ser respondido ou debatido.

Já no grupo de *WhatsApp* a desaprovação era observada com críticas às falas seguidas de reprovação de outras pessoas ou simplesmente com uma postagem contendo um assunto diferente da postagem anterior. A estratégia de fazer uma postagem com um conteúdo diferente do que foi postado também era usado pelos “atores irregulares”. Comumente postavam propaganda de seus próprios empreendimentos para desviar o assunto que foi postado do qual discordavam ou faziam críticas sucintas ao que foi postado, sempre com a justificativa de que no grupo de turismo não é para ser debatido tal assunto.

A interação dos “irregulares” no *WhatsApp* eram e são pontuais e discretas. Talvez, por serem cerceadas pelo risco de serem excluídos ao romperem com as normas de boa conduta no grupo de *whatsApp* e por terem a convicção da importância de participarem de um sólido grupo.

Ressalto que muitos dos “irregulares” ao serem abordados por mim para fazerem entrevistas presenciais ou *on-line* não aceitaram, sob a justificativa de que estavam muito ocupados, inclusive ao longo da pandemia. As reservas ou o distanciamento estabelecido em nossa relação, certamente se dava porque o meu lugar de fala foi sendo construído em meio às interações sociais.

Mesmo com todas essas questões, as diferenças postas entre os membros não os impediam de estarem atuando em um projeto coletivo, por haver uma relação de interdependência entre os membros que faziam parte do processo. Afinal de contas, os esforços objetivavam a construção de um circuito turístico que conectava os quatro municípios. E, como muitos interlocutores diziam: as Serras possuem a exuberância de uma parte da Mata Atlântica, porém carecem de empreendimentos turísticos, principalmente meios de hospedagem. De certa forma, o objetivo comum suavizava a relação de concorrência entre eles e sobrepunha a emergência de perceberem “o outro” como parceiros.

A relação de interdependência observada não excluía as relações de poder subscritas entre os atores sociais da ASSETUR, dando lugar a um jogo de trocas, demonstração de resultados e de favores. O mosaico de demonstração de poder não rompia permanentemente as interações sociais antes, porém, intensificava a interdependência entre eles e tornava os conflitos superáveis. Mesmo porque a relação de interdependência entre atores sociais constitui pares de oposição, como apontara Elias (2000). No contexto social estudado nesta tese, os pares são “os da Serras e os que não são da Serras”, “os regulares e irregulares”.

#### **4.3 Questões que se Assentam a ASSETUR e suas Motivações para se Inserir no Mercado Turístico**

Ao longo do processo organizativo da ASSETUR, constatee discursos que desenhavam mundos ditos antagônicos, um turismo rural com viés econômico e o outro com múltiplos vieses que priorizam a preservação de identidades sociais, da história, da natureza e do patrimônio material e imaterial.

Nas reuniões da ASSETUR e em outros espaços, juntar “os mundos” parecia ser um insulto, pois para alguns o mercado turístico é entendido como algo destruidor dos bens humanos e naturais. Este olhar alimentava a desconfiança e desaprovação quando ressaltavam

o aumento de fluxo de turistas nas Serras. Aos poucos fui percebendo que a oposição não era a questão econômica e sim a ausência de um controle social local que definiria quem mandava no campo e nas trocas econômicas.

As idas a campo mostravam que a dificuldade de entender sobre quais questões a ASSETUR se assentava não advinha da heterogeneidade do grupo e sim da necessidade de se pensar o processo com uma lente mais ampla onde não havia sobreposições, pares antagônicos e sim a existência de um eixo simétrico que conectava abordagens econômicas e sociais, por entendê-las que estão enraizadas.

Assim, escolheu-se analisar as ações coletivas, fomentadas pela ASSETUR, na perspectiva da nova sociologia econômica por acreditar que esta ciência ajuda a pensar como os processos dentro de um campo econômico podem ter sentidos que vão além das trocas mercantis, passando por outros significados, interesses e trocas não mercantis.

Com o tempo, com leituras, discursos e ações, que fundamentavam a inserção no mercado turístico, muito além de interesses econômicos, dei-me conta de que precisava entender o que de fato tudo isso significava. Com este objetivo apresentarei algumas situações observadas.

Algo que chamou atenção foi um conflito no grupo de *WhatsApp* intitulado Turismo Rural. Este conflito ocorreu em 2020, no período de isolamento social gerado pela Covid 2019. Tudo começou com a postagem de um membro da direção da ASSETU ao compartilhar um vídeo intitulado: Deus e urnas suspeitas no “País dos Maricas” (<https://www.youtube.com/watch?v=3KCG0jKqlEw>), uma crítica robusta sobre o atual presidente da república, Jair Bolsonaro (na época, filiado ao Partido Liberal). Logo em seguida, Josué, um assentado irregular do assentamento rural na Serra do Matoso, postou o vídeo “Urgente! Bolsonaro solta o verbo e acaba de fazer um dos maiores desabafos de todos os tempos. (<https://youtu.be/4NecuGV5968> - o vídeo atualmente está indisponível), seguido do comentário “Você que é empreendedor de turismo ou quer desenvolver na Costa Verde um empreendimento, veja um pouco do que o nosso presidente pensa a respeito!”.

No vídeo, Jair Bolsonaro propõe um turismo mais massivo para a Costa Verde, principalmente para a região de Angra dos Reis/RJ, com o objetivo de torná-la a “Nova Cancún no Brasil”. Tal proposta foi apresentada como uma solução para o desenvolvimento econômico da região. Vale lembrar que Angra já é uma região turística, possui duas usinas nucleares e a terceira, em construção. Além de ter uma Estação Ecológica de Tamoios (Esec Tamoios) que é uma Unidade de Conservação Federal de proteção integral. Lugar em que o próprio Jair Bolsonaro, em 2012, na época deputado, foi multado por estar pescando ilegalmente.

Entre os que se manifestaram no grupo de *WhatsApp*, dois entenderam a proposta como uma oportunidade e os demais fizeram críticas. Estes reconheceram na declaração de Jair Bolsonaro impactos irreversíveis ambientalmente e socialmente para a Costa Verde.

Após as postagens o conflito efetivou-se. Apenas um empresário<sup>17</sup> (forma como o interlocutor se define) manifestou-se a favor de Josué, já no final do debate com a frase “Simples assim” e o símbolo de joiha concordando com a última postagem de Josué.

---

<sup>17</sup> Proprietário de uma Fazenda histórica na Serra do Matoso e residente da Zona Sul no Rio de Janeiro

Abaixo seguem alguns posicionamentos postados:

Ele quer Turismo de Massa. Isso é legal somente para um lado (Valdo)  
Prefiro nem comentar! (..) Eu não aguento ouvir tantas baboseiras. Avisem pra ele que o nome que ele cita é uma marca. Tenho vergonha de ter um presidente tão burro! (...) Se pensarmos só no “aqui e agora”, o que será das futuras gerações? (Maria)  
Esse é o meu ponto de vista, respeitemos os outros. blz. Legal é não entrar em debate vivemos na democracia e viva o turismo consciente! (Josué)  
Sim. Meu ponto de vista. Graças a Deus ainda podemos expressar nosso ponto de vista. Mas o erro sobre a motonáutica é verdadeiro e inadmissível de ser falado por um representante (Maria)  
<Figurinha de corações >  
Certo? Democracia, esse é o termo!” (Maria).  
Na verdade, o próprio exemplo que ele deu já tende a gerar um impacto significativo (10 ou mais jet-ski no Rio). O mergulho no espelho d’água no Rio em Bonito é outro exemplo (Jorge)  
Tema complexo e penso que certas abordagens não devem ser feitas neste momento. Abrir geral sem planejamento dará muito impacto (José)  
Também acho meu amigo. Mas não podemos simplesmente concordar com questões que lutamos contra em uma vida inteira (Maria)  
Não podemos aplaudir esse tipo de turismo a qualquer preço, de forma nenhuma (Projeto Italog)  
Quando a humanidade egoísta, egocêntrica e gananciosa, essa (e já está sendo) a exterminará a nossa espécie! Com o tempo, a natureza irá se regenerar e a humanidade já não mais existirá. “A vingança de Gaia,” do pesquisador britânico James Lovelock, é um bom livro para entender isso. Bom domingo a todos e todas! (Felipe)  
Nosso grupo de Turismo Rural surgiu exatamente com uma proposta de turismo sustentável de base comunitária, ecologicamente correto, totalmente contrário ao turismo de massa (Valéria) <Após esta fala postaram várias figurinhas de aprovação (aplausos, abelhinhas e joinhas) >  
8 lugares arruinados pelo Turismo  
([https://www.youtube.com/watch?v=tWtbYr\\_34lo](https://www.youtube.com/watch?v=tWtbYr_34lo))  
Hotéis sustentáveis – você nem imagina como são”.  
(<https://www.youtube.com/watch?v=ayuhIPYUA9C>) (Maria)  
"Maior autoridade do turismo mundial quer mostrar Angra dos Reis para o mundo..."  
<https://www.jornalcorreiodamanha.com.br/colunistas/claudio-magnavita/3970-coluna-magnavita-a-visita-da-maior-autoridade-do-turismo-mundial-ao-rio-e-brasilia> (Deise)  
Muito bom! Nós Turismólogos não somos contrários ao desenvolvimento do Turismo, mesmo porque é a nossa existência de vida. Somos contra o turismo sem devido controle e estudo. O potencial de Angra, assim como o de Mangaratiba e Paraty são imensos e por isso merece um grande estudo para que tenhamos um turismo consciente e que não haja ampliação de que vemos hoje no Abraão após um feriado prolongado: lixo, ratos, doenças, etc.. #turismosustentaveleconsciente. (Maria)  
Falou muito bem amiga!! (Valdo)  
Falou bem legal, parabéns (Cristiano)  
Somos todos “trabalhados” no turismo consciente e na sustentabilidade!!! (Maria)  
<Após esta fala várias figurinhas de aplausos>  
O cara está com projeto de divulgação de Angra para o mundo. O trabalho de infraestrutura e serviços públicos é com a turma que acabamos de eleger. Se o povo não sabe votar, somos nós que vamos pagar? Quem cuida do lixo, do abastecimento de água, das condições das vias, saneamento são nossos vereadores e prefeito. Se não estamos satisfeitos com eles temos de ser mais atuantes e influenciadores (Josué)  
Simples assim 🍷 (Símbolo de joinha) - (Bartolomeu)

A questão central do debate acima não era a segmentação turística em si, mas os valores associados ao Turismo de Massa e a um turismo sustentável de base comunitária ou algo que se aproxima desta segmentação.

A oposição ao Turismo de Massa, externada nos discursos de alguns atores deste coletivo, pautava-se na ideia de que este visa um “turismo a qualquer preço”, um “lucro a qualquer preço”, “um turismo sem devido controle e estudo” – expressões usadas pelos interlocutores. Em outras palavras, são projetos turísticos que mercantilizam os bens imateriais e materiais, colocando em condição subalterna os atores locais e, até mesmo, o que se diz querer preservar, como a natureza e a cultura.

O que a maioria dos membros da ASSETUR colocava em debate é um enfrentamento a uma proposta de mercado turístico amparado nos valores de uma economia neoliberal e a sobreposição do econômico a questões sociais, culturais e ambientais. A preocupação que se evidencia é a continuidade de um processo que mercantiliza até os componentes fundamentais da sociedade, destruindo a sociedade, o meio ambiente e tudo que toca, questão tão apontada no tipo de mercado estudado por Polanyi (2000).

A ação em curso poderá expressar um contra movimento, por vias do turismo rural, uma vez que se nega um mercado turístico ancorado em um viés “exclusivamente” econômico. Entendido por atores sociais como sendo incompatível com a reprodução da sociedade que idealizam. Entre os atores que possuem este olhar estão os que ocupam ou ocuparam cargos nas secretarias de cultura de Mangaratiba e de Piraí, fizeram parte da política local, são historiadores, atuam no segmento do ciclo turismo, estão na condição de representantes do ITERJ, da COMDEMA, da UFRRJ e alguns assentados. Tais posicionamentos foram embalados em discussões do Colegiado BIG e por um doutorando, que em 2016/2017 organizou as primeiras reuniões do grupo, que se estabelecia com o nome de Turismo Rural. Este doutorando era do PPGCTIA e se debruçava sobre as temáticas gestão social e a economia solidária nos territórios de alcance do Colegiado BIG. Aos poucos tais preocupações foram sendo reafirmadas por alguns associados e parceiros.

Uma historiadora da região ao falar sobre o que é a ASSETUR demarcou a sua esperança no projeto ao acreditar que este percorrerá dinâmicas diferentes do que se é vivido nas Serras:

Vejo a ASSETUR como uma grande esperança para movimentar esse sonho que tenho com a Serra do Piloto, ver pessoas viverem da Serra do Piloto, preservar a Serra, preservar a paisagem, a beleza, a cultura e a história. Vejo a ASSETUR com este potencial. Preservar vivendo bem. A ASSETUR é um caminho. Vejo a ASSETUR como este caminho; com esta possibilidade de movimentar tudo isso que sonho há muitos anos. Esse movimento será através do turismo rural. Não sei se vamos conseguir. (...) Também foi através da ASSETUR que passei a conhecer mais pessoas da Serra, que estão engajadas no mesmo propósito, que sonham como eu sonho, por uma sociedade mais integradora, por um turismo que não é só comprar. A ASSETUR foi um ponto de encontro. Não foi só um ponto de encontro, foi um ponto de esperança que esta organização nos dá. Que é fazer a Serra caminhar nesta direção mais solidária. Eu tenho muita consideração pela ASSETUR. (...) Para você acreditar, você tem que ter alguma coisa como exemplo. Você não tira nada do nada. Por exemplo, fiz um curso de monitoria ambiental de turismo pelo INEA, pelo Parque Ambiental, foram 6 meses de curso, foi um curso maravilhoso. (...) Fomos conhecer uma estrutura dentro de um parque que estava dando certo. Vale da Ribeira. É um lugar de cavernas, grutas. E todos os sitiantes, vivem em torno do turismo das cavernas com as pessoas fechadas no Parque e como monitores e ali as pessoas vivem de atividades de boia Cross, de artesanato, de comidas e feiras. Todos engajados dentro de uma organização que é do parque. Ali vi como todo mundo come e vive dentro daquela organização e como a organização é organizada. (...) Sei que isso é possível na Serra do piloto. (...) Tem o grupo que planta e cultiva banana e é orgânica. E não colocam veneno, todos respeitam. Tem as pousadas. Todos estão dentro de um sentido maior, que é possibilitar ganhos sociais, culturais e crescimento econômico, mas em uma rede em uma organização que tem um fundamento de não destruir o seu ambiente, a sua cultura, história, aquilo que é o seu ambiente, o que se vive. E para isso temos que



alcançar todo mundo. (...) Às vezes, o turista pode passar ali e não comprar nada, mas ao passar ali vai valorizando a cultura ao viver o contexto (Valéria).

Há um outro diálogo que traz pistas sobre o que motiva estes atores a se inserirem em um mercado turístico. Este diálogo ocorreu em 2020, entre um hóspede e Clara proprietária de uma pousada rural). O hóspede disse que seria muito bom se a Serra fosse asfaltada. Clara se contrapõe imediatamente:

De jeito nenhum. Você está louco. Brigaremos com qualquer um que tentar asfaltar a Serra, eu e quase todo mundo que mora aqui. Isso aqui é o nosso lugar de moradia. A serra é espaço de lazer, mas antes de tudo é a nossa moradia. Queremos manter o que temos hoje. Se com a Serra assim, já tem fim de semana que vem gente de tudo que é lugar. Imagine com asfalto. Se asfaltar isso aqui, como ficará o nosso modo de vida? E o nosso sossego? Como fica a minha produção? Como ficam os meus animais? Aqui é o nosso lugar de moradia. Escolhemos este modo de vida. Não queremos carros subindo e descendo aqui. Não queremos a Serra lotada. Não é este tipo de turismo que queremos. Antes de ser uma pousada, aqui é a minha casa. (...) Nem faço comercial da Pousada. A nossa clientela é boca-boca porque não queremos a Serra lotada (Clara)

Narrativas nesta direção apareceram em reuniões da ASSETUR, em 2019, e, em 2018, em reuniões do Colegiado BIG, onde assentados do assentamento rural Rubião na Serra do Piloto colocaram que hóspedes do Resorts da região entram e saem do assentamento “sem pedir licença”, sem dar qualquer tipo de informação, sem gerar nenhuma interação com os assentados. “Eles entram, fazem o que querem, usam o espaço de nosso sítio e vão embora, sem deixar nenhum recurso no assentamento. Não queremos mais isto. Queremos outro turismo” (Assentado do assentamento rural Rubião, 2019).

Há um meio de hospedagem, localizado dentro do assentamento rural Rubião, construído com um custo elevadíssimo tendo como proprietário um senhor que comprou um lote no assentamento. Este senhor é muito questionado por alguns membros da associação pelo fato de prescrever regras que diminuem o fluxo em seu meio de hospedagem. A presidente da associação chegou a falar “Seu Calebe tem tanto zelo pela Estância que dificulta às vezes o fluxo. A Serra precisa de meios de hospedagens. Não entendo. Parece que não quer muita gente lá. Tem medo de que destruam” (Almerinda). A preocupação com a possibilidade de destruição também aparece no discurso de seu Calebe “Não quero a minha Estância cheia. Só aceito grupos pequenos e famílias. Não quero qualquer um. Não quero que destruam o que demorei a construir por anos. É o meu lugar de descanso”.

O que se evidencia nestas narrativas não é ter ou não um simples asfalto na Serra ou ainda a possibilidade de ter ou não um turismo com um fluxo intensivo. E sim, ter uma dinâmica, que em alguma medida, garanta um controle social e atividades econômicas orquestradas pelos atores locais. No sentido, de ter um turismo que gere recursos econômicos que circulem no destino visitado.

As poucas atividades de turismo que ocorrem nos assentamentos rurais das Serras são coadunadas em sua maioria por instituições sociais de parentesco baseadas em relações de reciprocidade. Essa dinâmica assegura a reprodução coletiva do grupo e estabelece o ritmo das trocas econômicas entre eles e com os atores externos. Neste contexto, a preocupação é com um mercado turístico atomizado, ou seja, não regulado pelos princípios dos atores locais. Logo a preocupação com o tipo de mercado turístico a ser desenvolvido nas Serras não passa simplesmente por uma preocupação econômica, mas quem controlará “o jogo”, as dinâmicas sociais no território que residem. Portanto, não há uma negação do econômico.

Pode-se dizer que a leitura do mercado turístico negado por alguns associados da ASSETUR, em parte tem uma certa similaridade com a do mercado industrial estudado por Polanyi (2000). Na perspectiva dos defensores do mercado autorregulado, investigado pelo

autor, este produziria uma atividade sem a regência de instituições sociais. Fato que o tornava como algo estranho, uma ameaça constante as relações mercantis que ocorrem em âmbito local e uma dinâmica que afeta a ordem social.

A complexidade desta questão está no fato de o mercado não se resumir à noção de oferta e demanda, sobretudo o mercado turístico, por estar enraizado em dimensões não econômicas na mesma proporção que se dá em espaços com múltiplos usos sociais. O lugar que abriga turistas e visitantes também é um lugar da produção social dos atores locais, um lugar de descanso, um lugar de moradia, um lugar de produção, um lugar de trocas não mercantis e um lugar de hospitalidade transpassada ou não por relações econômicas. A defesa então é por um controle local que garanta a manutenção dos usos sociais atribuídos à espaços onde as relações mercantis também ocorrem. Igualmente busca-se a consolidação de um mercado que produza riquezas (obviamente não com a mesma noção neoliberal) transacionadas pelos controles locais.

É importante ressaltar que alguns associados ao serem indagados sobre o que os motivaram a trabalhar com o turismo, surge como resposta: o prazer em receber as pessoas, por ser um negócio de família, por paixão, a manutenção da história e dos patrimônios, a permanência de jovens no campo, a valorização da agricultura local, a possibilidade de manter a reprodução familiar no campo, pelo fato de o turismo rural oferecer um ritmo de trabalho diferente da relação de exploração que se vive na cidade, e o interesse econômico vinculado a uma espécie de estratégia de desenvolvimento econômico local.

AH! Eu sou apaixonada por turismo. Fiz Hotelaria e turismo. Mesmo morando no Rio de Janeiro eu tinha uma vontade de fazer alguma coisa ali no sítio de meus avós porque ali é um lugar muito bonito, tem a parte histórica também. Desde que eu fiz a faculdade já sonhava em fazer alguma coisa lá. A vida me levou para outros caminhos, mas a minha mãe ficando idosa e sozinha no sítio, eu me senti um pouco na obrigação de voltar. E voltando eu descobri o que eu realmente queria, era receber as pessoas. Receber pessoas é muito bom. Trabalhar com turismo e alimentação fora do lar é muito bom, é mexer com prazer. É muito bom isso, eu gosto muito. (...) Quando voltei à Serra do piloto e comecei a ver meus amigos de infância e de meus avós, sem sucesso, sem recurso, então, eu vi que o turismo poderia trazer uma melhora, um desenvolvimento rural. O turismo agrega muito valor a propriedade. Ele pode ser mesmo uma fonte de recurso para as pessoas. Principalmente, o turismo em área rural porque hoje em dia as pessoas procuram muito o contato com a natureza e a experiência na roça. Ainda mais agora com esta pandemia. (...) O que falta para o turismo funcionar na Serra do piloto é a ausência de política pública. Mas também porque as pessoas não têm consciência de que o turismo é uma indústria. (Almerinda)

Costumo dizer que só ganharei dinheiro quando minha mãe morrer. Gasto mais com a pousada do que ganho. Meu marido investe muito aqui. Ele fica dizendo: “Você é boba, fica gastando dinheiro aí”. A Pousada Sítio Beija-flor nasceu porque falei para a minha mãe que ela não iria mais fazer papel de empregada. Um monte amigos da igreja e parentes vinham aqui, diziam que era para visitá-la, mas quando eu via as pessoas estavam na beira da piscina. Falava para ela: Cadê a sua visita? Elas estão aqui conversando com a senhora? Aí falei: ‘Agora se quiser vir aqui terá que pagar’. Nunca mais vieram. Mas ela não tem jeito, vivo brigando. O Alzir vem pra cá: fica, dorme, come. Minha mãe briga comigo, mas não quer que ele pague. A mesma coisa acontece com outras pessoas, eles não pagam porque minha mãe não quer. Não digo nada não cobrar dos os professores e alunos da rural. Eles estão vindo para nos beneficiar. É diferente. Teve um grupo de uma universidade que veio fazer uma semana de estágio, estudaram as árvores, viram as folhas, os tipos de pragas. Nós não aceitamos pagamento porque em troca eles nos dariam um relatório de como estava o sítio. (...) E o cardápio? Faço um e quando vejo minha mãe fez um monte de coisa. Não tem jeito, só ganharei dinheiro quando ela morrer (Clara).

Acho que me envolvi no turismo porque é um negócio em que quase todos os meus familiares estão envolvidos. Tenho parentes com pousadas na Ilha Grande. Lá funciona muito bem. Aqui em Mangaratiba é mais difícil. Sou engenheiro, já viajei muito, fiz muita coisa. Atuei no trabalho da barragem do Rio São Francisco, já trabalhei na EMATER, sou muito atuante na política. Depois de andar muito, resolvi voltar e dar continuidade aos negócios da família abrindo uma Pousada. (Pedro)

Antes eu dizia que não me via trabalhando no sítio. Comecei trabalhando no Sítio aos poucos. Fui acompanhando a minha mãe fazendo compras, coisinhas para a Pousada. Depois fui aprendendo muito com o meu avô. Quando comecei a fazer o curso de agroecologia na rural fui me interessando mais. Hoje não me vejo mais trabalhando na cidade. Eu trabalhei no restaurante do meu pai, por dois anos, de domingo a domingo, de 6 da manhã e 6 da noite. Depois resolvemos fechar o restaurante. Aqui quero trabalhar com éguas (Guilherme)

Me envolvi no turismo porque sou apaixonado por história. Fiz até faculdade de história. Mas sou militar. Então, o “Patrimônio” me chamou para fazer o papel de um Jesuíta, que era meu tema de TCC. Aceitei e às vezes vou lá. Mas não ganho nada, faço por paixão mesmo. Faço turismo de bike também, levo pessoas para conhecerem a Serra, sem ganhar nada. É paixão mesmo. Ih! Faço muita coisa. (Rodrigo)

O desejo de ganhar dinheiro com o turismo é uma expectativa real e não surge nas entrevistas como algo central e nem contraditório aos valores da associação. Deve-se ter a compreensão de que nem toda busca por lucro é definida exclusivamente pela racionalidade capitalista desenfreada. Segundo Steiner (2006, p.63), Mitchell Aboulafia ao estudar os comportamentos dos corretores nos mercados financeiros observou que tais comportamentos eram resultantes de processos sociais de controle. Estes definiam o que era oportunismo, diante das incertezas impostas pelo mercado, e quais ações individuais eram aceitáveis pelo grupo. Sendo assim, o desejo pelo lucro e o capitalismo são coisas distintas:

A ‘sede de adquirir’, a ‘busca do lucro’, de dinheiro, da maior quantidade de dinheiro possível, não tem, por si mesmo, nada a ver com o capitalismo (...). O capitalismo se identificaria, de preferência, com a dominação, ou pelo menos com a moderação racional desse impulso irracional. (WEBER, 1905, p. 14-15 *apud* STEINER, 2006, p. 63)

As falas citadas anteriormente e associadas ao interesse econômico vinculam-se à esperança de que o crescimento econômico, oriundo do turismo, solucionará os problemas de populações rurais que vivem em condições mais desfavoráveis, economicamente e socialmente, e sem força produtiva para atender os padrões de eficiência e produtividade estipulados pelo regime capitalista. Compondo assim uma dimensão diferente do projeto de dominação capitalista. Na dimensão destes atores sociais se conjuga por exemplo a satisfação das necessidades básicas e do tempo presente. A busca pelo lucro não se origina pelo desejo de obter algo que está no futuro ou que nem mesmo existe. Desejar o que não existe é um desejo alimentado pela subjetividade capitalista.

É importante ressaltar que entender fatos econômicos como fatos sociais não significa desconsiderar os valores individuais presentes em relações econômicas, antes, porém as colocam em uma dimensão mais complexa (STEINER, 2006), imersas em estruturas sociais.

Ao se analisar a entrevista de Clara, citada na página anterior, é possível afirmar que o mercado turístico investigado não depende exclusivamente do dinheiro para organizar as suas trocas. Há um espaço para as relações monetárias e a dívida se efetivarem mutuamente. Entende-se por dívida tudo que circula na sociedade em prol dos vínculos sociais ou em nome do laço social, sem ligação com uma relação mercantil e com o Estado (MAUSS, 2003).

No início meus avós tiveram muita resistência em transformar o Sítio em Pousada. ‘AH! Vamos cobrar quanto? Tá caro; não tá’. Até hoje isso acontece. Há umas brigas entre minha avó e minha mãe. Chega um conhecido deles e minha mãe quer que cobre e ela não. Essas coisas são bem complicadas. Tem gente que vai lá e sai com bolsa cheia de fruta e hortaliça. Acho que se as pessoas tivessem um pouco mais de consciência, meu avô não precisaria descer toda semana para fazer feira. (...) Há pessoas que dormem e comem e não pagam nada em troca de algum serviço (Guilherme)

O jovem ressalta a tensão que foi instituir relações econômicas em um espaço onde se imperava trocas não monetárias. Neste universo, a dádiva se materializa em refeições, pernoite, frutas e hortaliças. A dádiva não é uma ação ingênua, há ganhos, interesses e uma certa “obrigatoriedade” prescritas nas trocas, chamadas de contra dádiva. Quando se fala de turismo, essa contra dádiva pode ser entendida como a relação de fidelidade que se estabelece entre o anfitrião e o hóspede, precisamente “o retorno” ao meio de hospedagem em que foi bem recebido. Na leitura de Camargo (2003), seria o retorno ao lugar que ofereceu uma hospitalidade genuína, capaz de “romper com o contrato” ao oferecer algo além do que foi pago.

A troca não mercantilizada que ocorre nas relações instituídas por Glória (mãe de Clara e avó de Guilherme) estabelece uma dívida de vínculos construída em um processo tríplice do dar-receber-retribuir. Nesta dimensão, o vínculo não seria unilateral, não se daria para receber, não se encerraria com o pagamento de uma estada no momento de um checkout, haveria um ciclo de trocas que são realimentadas por questões sociais e culturais.

Contudo, chamo atenção para o fato de que em uma leitura mais superficial paramos na tensão entre as trocas econômicas e as dádivas, como se elas não pudessem coexistir em um mesmo plano. Após dias em que me hospedei nesta Pousada e em visitas a outros empreendimentos turísticos das Serras, observei que as trocas econômicas e dádivas ocorrem simultaneamente. O hóspede que paga pelos serviços também recebe “agradinhos” (presentes), é um almoço para além do que foi “contratado” em uma diária, são frutas e hortaliça que se leva para casa.

As trocas não monetárias também são perceptíveis na realização de cursos promovidos entre os produtores como uma espécie de oportunizar que outros venham a participar do turismo de alguma forma, com a produção de geleia, banana chips e artesanato. Na própria construção das reuniões percebe-se trocas desde um café comunitário ao conhecimento compartilhado, tempo investido, trocas de produtos e novas ideias. Como bem definido pelo interlocutor Pedro: “A associação é uma soma de doações, é um trabalho voluntário”. Neste contexto, a dádiva e as relações econômicas convivem no mesmo plano, não há uma oposição ou destruição mútua.

A incerteza presente no mercado turístico também aparece como mais um elemento que afastam estes atores sociais de uma visão exclusivamente pautada na racionalidade econômica:

O turismo é muito incerto. Não é possível se envolver com o turismo aqui na Serra apenas com interesses econômicos. Para você ter uma ideia, o Empório tem 2 anos, em março de 2020 completou 2 anos, e teve muitos fatores externos que me fazem abrir e fechar. Quando completou duas semanas do Empório aberto, a estrada caiu e ficamos sem acesso. Foram 8 meses sem acesso. Eu até brincava que os nossos clientes eram os curiosos da cratera e os desavisados da cratera. (risos) Tinha muita gente que queria ir a São João Marcos e via que estava interditado e voltava. Mas muita gente ia para ver a cratera porque a cratera era uma coisa muito grande. Passou até no jornal (...). Então, o meu público já não era muito grande e logo depois que resolveram o problema da estrada, veio a greve dos caminhoneiros. Depois da greve dos caminhoneiros, veio uma crise econômica. Depois da crise econômica, veio o problema da chuva. Esse nosso último verão foi muito chuvoso, árvores caem, demoram para tirar, com isso perdemos turistas. No carnaval mesmo não teve muito movimento. Agora temos a pandemia. É um setor muito incerto, principalmente aqui na Serra. (Almerinda)

Os mercados turísticos, assim como outros mercados da atualidade, são cercados por incertezas e riscos. Conceitos fundamentais para a nova sociologia econômica. Para Beckert, desde o século XIX, pode-se entender o futuro como sendo “aberto, diferente do presente e incerto” (2015, p.3). O risco é a ameaça de possibilidades que se desenham em um futuro a ser dominado (*ibidem*, p.4). Nesta leitura, a economia capitalista se constitui por um desejo contínuo de conquistar algo no “futuro imaginado”. O desejo de conquistar riquezas ou bens é infundável e as possibilidades são ilimitadas em um contexto incerto. Em meio a esta compulsão de desejos, o mercado capitalista se retroalimenta e “gera novas projeções relacionadas com novas oportunidades e riscos” (*ibidem*, p.8), calculados sempre por expectativas ficcionais – “representações de um mundo futuro, cuja veracidade não pode ser conhecida” (p.12).

Face a estes elementos Beckert (2015) enuncia que os riscos e incertezas inviabilizam a tomada de decisões puramente racionais. A questão posta, nas entrelinhas, pelo autor é: Como ter ações ou escolhas baseadas exclusivamente na racionalidade econômica se não há clareza do contexto que cerca as ações futuras?

Para Beckert (2015), um ator econômico não é racional porque é influenciado por emoções, por seus *habitus* de classe ou por pressões do grupo social o qual faz parte. Antes, porém, afirma que a ação econômica não pode ser racional por ser efetivada em um contexto repleto de incertezas. O terreno de insegurança se intensifica diante de mercados oligopolizados onde um ator, uma instituição e até mesmo uma pandemia interfere na oferta e na demanda.

A atenção está também no fato de que o futuro imaginado não pode ser entendido como utopia, são projeções “baseadas em informações, em esperança, medos, valores e crenças” (*Ibid.*, p.12). Fantasia seria dizer que as expectativas com os futuros imagináveis são produtos de “objetificação em um modelo econômico” e estudos probabilísticos, decorrentes de teorias racionais (*ibid.*, p.12).

Então, o questionamento que se coloca diante das incertezas é: como proceder neste cenário de incertezas, a fim de evitar que atores e processos fiquem estáticos causando mais crises? Uma resposta que se configura com a análise de Beckert (2015) está na ação coletiva que aciona as expectativas ficcionais, encorajando os atores a acreditarem que mesmo diante das incertezas é possível investir em um dado mercado. Isso porque “a base social das expectativas encontra-se no interior da estruturação institucional da economia, em normas e esquemas cognitivos, em redes sociais e nas estruturas de poder em que se inserem os atores do mercado” (*ibid.*, p. 13).

Seguindo este caminho é possível afirmar que as incertezas impõem ao mercado turístico investigado, ações para além da racionalidade econômica. Isso não significa dizer que não há a ação do homem econômico racional. O que há são ajustes de interesses deste homem com interesses que se colocam, baseados em valores sociais, culturais, políticos e ambientais.

Com esta premissa, o enfrentamento dos riscos não se dará a partir de expertises de um ator e nem mesmo será vencido com a capacidade de se prever ou problematizar os riscos de um futuro incerto. O enfrentamento se dará com a capacidade de estabelecer normas e acordos entre os atores. No ceio das negociações se definirá o comportamento dos atores enquanto membro de uma rede de relações sociais, orientadas por valores culturais e regras estabelecidas em instituições. Por mais que esse mecanismo seja uma resposta, não se eliminará as incertezas do futuro. Mas haverá uma certa previsibilidade que se constituirá através de ações aceitas e valorizadas por outros atores, impulsionando-os a assumirem riscos, mesmo que sejam incalculáveis.

O quadro apresentado remonta estratégias para se viver em um mundo de incertezas tendo como uma resposta a noção de *embeddedness*, conjugado ao mesmo tempo as redes de relações sociais, de Granovetter (1995), aos valores culturais, de Zelizer (1992), e as instituições de Fligstein (2001) por meio de normas e regras que conduz os atores em um mesmo campo.

O importante não é dizer se as ações da ASSETUR são impulsionadas por interesses econômicos ou de outra ordem. E sim, dizer que as transações econômicas idealizadas pelos associados da ASSETUR, majoritariamente, estão pautadas em vínculos sociais e questões que ultrapassam a racionalidade econômica, sem excluí-las. No entanto, são transacionadas por regras instituídas pela associação e pelos seus parceiros.

#### **4.4 A identidade Visual do Circuito São João Marcos e a Construção de Territorialidades**

A apresentação da identidade visual do Circuito São João Marcos ocorreu em uma reunião da ASSETUR, no dia 18 de novembro de 2021. Embora esta reunião tenha ocorrido três anos após o início da associação, considero salutar trazer o evento para o segundo capítulo da tese, uma vez que este evidenciou o que estruturava o engajamento com a associação e com o projeto EntreSerras.

Nesta parte, enfatizarei o uso de narrativas que mobilizaram o engajamento com a associação e a proposta de construir um projeto EntreSerras. O que será apresentado confirma as primeiras reflexões elaboradas desde 2016, o engajamento e o projeto do Circuito foram construídos com a produção de identidades coletivas, dando lugar a novas territorialidades.

Nas duas falas iniciais na reunião, do vice-presidente e o segundo secretário, se construiu um resumo do que era a ASSETUR e a importância do evento que estava ocorrendo. Nesta reunião se afirmou em vários momentos que a ASSETUR consolidou em uma rede de relacionamentos, já existentes nas Serras, porém com laços dispersos. Assumindo assim o papel de interligar os diferentes atores que faziam parte desta rede que era muito maior em relação ao que estavam presentes. Chamou-se atenção para os princípios de cada parceiro, as múltiplas identidades que faziam parte desta rede e como, tudo isso, poderá se traduzir em um coletivo orientado por um bem comum.

O segundo secretário, conclui sua fala, dizendo que cada dono de empreendimento turístico encontrou na ASSETUR um grupo de pessoas com mesmo propósito, mas que viviam momentos distintos enquanto atores sociais e políticos, e, empreendedores, alguns com vida estabilizada em áreas distintas do turismo. E, “outros, começando aprendendo, estudando juntos para se desenvolver, com poder público envolvido”. As conquistas da associação foram efetivas com um conjunto de ações paralelas que ocorreram em distintos municípios, começando por ações da prefeitura de Piraí, com intervenções na região das Três Vendas, na Estrada da Calçada, se estendendo a prefeitura de Mangaratiba que fez melhorias estruturais no Mirante

do Imperador e, por último, a prefeitura de Rio Claro, que em parceria com o COMDEMA, captaram recursos para a elaboração da identidade visual do projeto.

Constatava-se que em um cenário repleto de incertezas como é o turismo – com elevados investimentos econômicos e sociais, com relações assimétricas de poder –, fazer parte de uma organização e de uma sólida rede de cooperação/relacionamentos ou de coalizões sociais diminuiria as incertezas, prevê e padronizaria comportamentos e ações (FLIGSTEIN e MCADAM, 2003; GOMES, 2020) necessárias para o desenvolvimento do que estava sendo construído.

Antes de passar a fala para o representante do Efeito Tuca, pediu-se para a historiadora da região desenhasse um cenário histórico que conectava os quatro municípios que faziam parte do circuito. A historiadora, entendida por muitos como uma idealizadora da associação e do projeto EntreSerras, iniciou sua fala de forma muito emblemática dizendo que “a história não tem e desconhece fronteira territorial” e foi narrando um sistema territorial marcado por uma relação de dependência, onde um território não existiria sem o outro:

No período passado era outro limite, outra dinâmica, outra geopolítica, diferente da atual. Que esse litoral de Mangaratiba e Itaguaí tem a ver com as Serras, mas um dependia do outro, pois sem o litoral não haveria o escoamento do café. Que não existiria São João Marcos, que hoje está em Rio Claro e Piraí, e que fizeram parte dessa cidade. Que não existiria Piraí, assim como também o porto de Itaguaí. Que era uma dinâmica. Que aqui temos uma história muito entrelaçada. Que, onde estamos dessa barreira para cima, até 1941, era S.J.Marcos. Que quando se fala que era grande produtor de café, se pode imaginar daqui para cima, Serra do Piloto, Rubião. Que a Serra do Piloto inteira era S.J.Marcos, e hoje é distrito de Mangaratiba.

O exercício que a historiadora fizera mostrava como os espaços construídos, em um dado momento histórico, representavam um único território que com o passar dos anos foram sendo recortados, por relações de poder, dando origem aos quatro municípios, Mangaratiba, Itaguaí, Piraí e Rio Claro.

A narrativa posta pela historiadora, comumente foi lembrada por outros associados, em outros momentos, e incorporadas ao projeto EntreSerras que propunha reconectar os municípios, produzindo um novo desenho que evidencia a interdependência entre os territórios em jogo, sob uma tessitura social em que os agentes da ASSETUR teriam mais controle, mais autonomia, mais capacidade para intervir nos processos.

A dimensão dada pelos interlocutores, ao conceito de território, era algo em constante construção, marcado por materialidades e imaterialidades sócio-históricas e culturais, se aproximando da noção de Haesbaert (2018). Mas também favorecia a compreensão de que território seria a superfície de uma produção marcada pelo poder, para alcançar interesses de quem o disputa (RAFFESTIN, 1993) ou uma produção abalizada pelo sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2002, p.10).

Dando continuidade à narrativa da historiadora, fez-se um paralelo do passado com um possível futuro. Mostrou-se que no passado os territórios foram emoldurados por relações que se davam em volta do ouro verde – banana – e o ouro negro – o escravo que era precificado no tráfico negreiro e gerava riqueza aos seus senhores. Já em um possível futuro, poder-se-ia produzir novas relações nessa malha territorial através do que compreendem por turismo rural sustentável e com o resgate da produção rural. Entretanto, essa malha territorial não seria mais recortada, pelo menos simbolicamente, mas unificada pelo uso do termo Serras e pelo circuito de São João Marcos – que nos discursos, dera origem a todos os demais municípios.

Em meio, ao resgate histórico, do que era e do que poderia se tornar o sistema territorial em jogo, havia uma compreensão de que se poderia contestar, ressignificar as principais funções – legal, fiscal e de controle –, estabelecidas na delimitação das fronteiras ou gerar novas funções

que atendessem os interesses das novas relações tecidas (RAFFESTIN, 1993), neste caso, pela ASSETUR.

Na reunião, se contestava, a ideia de que as linhas fronteiriças poderiam aprisionar os atores sociais em seus municípios, a tal ponto de desalinhar as articulações e os diálogos necessários para além das fronteiras. Como também, se contestava desenhos que não permitissem novos atores controlando as decisões nestes territórios. E, neste sentido, ter territórios repartidos – não em uma dimensão física/concreta, mas, muito mais, em uma dimensão do que se é vivido –, significaria centralizar o poder nas mãos de uma minoria, consequentemente a exclusão de outros atores.

Os limites e fronteiras, são vistos por Raffestin (1993), como elementos estruturantes do exercício do poder, sem os quais perderia a sua capacidade de se manter e reorganizar. Nesta leitura, os limites fazem parte da territorialidade na medida que são vividos no “jogo de reprodução social” e se estabelece relações de alteridades presentes em pares de oposição, que definem o “nós e os outros”. Contudo, a divisão circunscrita a partir de fronteiras passa ser uma barreira para a territorialidade porque: “Todo período de crise, toda insurreição, toda revolução se traduzem por modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites. Isso se torna a nova quadriculação na qual se instaura, por bem ou por mal, uma nova territorialidade” (*ibid.*1993, p.170,).

Porém, a territorialidade, segundo Haersbert (1997), não é determinada tão somente no poder que emana da espacialidade, mas por laços de identidades que buscam de alguma forma diminuir a alteridade no território, “dotá-lo de uma área/ superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial (...) e/ou por uma fronteira definidora da alteridade” (*Ibid.*, p. 42). Para o autor, essa dinâmica afetaria a noção de “territorialidades contínuas” baseada no princípio da exclusividade, materializada nas fronteiras territoriais, dando lugar as múltiplas territorialidades manejadas de acordo com interesses, a fase e a localização de cada ator (*Ibid.*, p. 44).

Ler o quadro desenhado pelos interlocutores, a partir de Raffestin (1993), é enxergar novas estruturas de poder sendo criadas para atender uma nova ordem, emanada pela comunidade local. Em uma linha muito semelhante, convém lembrar a leitura que Haesbaert (2018) fez de limites, ao se utilizar de Porto Gonçalves (2002), indicando que falar de limites é falar de quem tem poder para protagonizar. Esse olhar, foi inspirado por Pierre Bourdieu e Hannah Arendt, afirmando que:

protagonista é aquele que principia a ação e que, numa sociedade democrática, não cabe somente ao Príncipe a prerrogativa de principiar a ação. Grafar a terra, geografar, para o autor, não está apenas vinculado ao soberano, ao Estado, mas a todo grupo/classe que procura dar um sentido à vida prática conformando territórios (*Ibid.*, p.275).

Conscientemente ou não, na busca por um processo mais inclusivo, participativo e democrático, a ASSETUR construiu territorialidades. Entende-se por territorialidade “a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade” (RAFFESTIN, 1993, p. 158), em um jogo de influências onde se busca autonomia dando lugar as dimensões culturais, da natureza e políticas. Tendo três elementos que a constitui: “senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço” (SOJA, 1971 *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Ao longo do trabalho de campo fui percebendo que na percepção dos atores sociais, as relações geradas a partir de recortes espaciais fragilizava a história do passado e do presente, gerava uma ruptura nos elementos históricos e culturais que foram e são vividos ao longo das Serras, e, por fim, se tentava apagar uma história de resistência que marcou o município de São João Marcos.



Nesta reunião e em outros espaços, o município de São João Marcos foi citado como um “município histórico, um município com uma história de resistência”. Questões que justificavam a atribuição do nome do projeto EntreSerras como Circuito São João Marcos. Pois, para a maioria, não se tratava apenas de uma história de “resistência” de um município, mas das Serras.

Aqui cabe resgatar um pouco do que ocorreu na perspectiva da historiadora e de um membro da diretoria da associação, fatos corroborados nos discursos de outros interlocutores. A densa narrativa dá corpo a uma história de luta de colonos expulsos de seu território. Expulsão determinada por um projeto de um governo ditatorial (1930-1945), sob o comando de Getúlio Vargas, que decretou o destombamento da cidade – feito pelo órgão de proteção do patrimônio histórico e artístico, em 1940:

Tudo era a Fazenda Histórica de São João Marcos. Todos os municípios foram abalados pela destruição de São João Marcos. Todos. Muitas fazendas foram abandonadas, como a Fazenda Conceição antiga (onde está a Pousada Sítio Beija Flor). As que não foram inundadas, como a Fazenda da Coroação, foi porque se imaginava que a represa Ribeirão das Lages não chegaria. Logo a pós a implementação da represa, construída pela light que era de origem Canadense, as Fazendas foram abandonadas por falta de tudo. Não tinha mais caminho, não tinha mais município, não tinha nada. Rio Claro ficou com esta parte, mas até o trânsito foi alterado, por isso o Sertão do Bálsamo ficou sob custódia de Mangaratiba como se pertencesse ao município, porque não tinha, não existia caminhos de 1941 a 1968 ou 64, não sei, foi em plena ditadura que se fizeram aquela estrada que segue do Piloto até Rio Claro. Não existia mais ligação. Então, isso foi um caos administrativo em todas as fazendas da região e em todo o grupo. E muito dos colonos destas fazendas foram atingidos pela malária, devido ao município ter sido invadido pelas águas da represa. (...) Houve um abalo no sistema de saneamento. Os que não tinham propriedade vieram, sem eira e nem beira, trabalhar aqui no alto da Serra. Outros se espalharam em toda Serra, trazendo seus santos, suas tradições, suas famílias, foram se posicionando em uma luta muito grande para se estabelecer no mesmo território que foram expulsos, pois tudo aqui era São João Marcos. Eles não saíram secretamente, lutaram para permanecer na Serra. Foram lutas muito grandes porque os fazendeiros não aceitavam apesar do decreto governamental, em 1964, não sei muito bem, teria que ler o decreto do governo federal que os permitiam voltar. Depois de tudo construído, com igreja, com escola, os fazendeiros foram lá e fizeram um “auê” e eles se espalharam novamente por toda Serra. Desse grupo, uma parte está no Rubião, no Macundu, que foi dado para quem morava em São João Marcos. O santo, que está lá, é uma réplica porque o original está aqui na Serra do Piloto, que eles trouxeram. Tem um livro que eu e o mestre Geraldo queremos publicar este ano, que é o “Memórias do Mestre Geraldo”. Essa folia de Reis é de São João Marcos que tem hoje na Serra do Piloto. Neste livro eles traçam o caminho do povo fugindo da malária, ficava aqui, ficava ali. É uma história de gente pobre, colonos que não ganharam dinheiro para se estabelecer em outro lugar. Seu Geraldo é um dos Marcosenses, ele tem 83 anos, nasceu no ano em que São João Marcos foi destruído. Isso foi marcante na caminha de seu Geraldo e neste livro ele traça toda a sua busca pela “terra prometida”. Tem um texto muito legal escrito por um padre que fala desta história, deste “povo da resistência”. Mas a gente diz que resistente são todos aqueles que ficaram e vieram de uma área produtora enorme, uma das maiores metrópoles do Rio de Janeiro, que teve que ser destruída para dar água a cidade do Rio de Janeiro. É uma história muito grande e de muita luta. Hoje a gente vê falar, mas não se narra a história tanto no claro, como de fato se deu. (...) Há algumas instituições com muitos projetos, mas é patrocinado pela light, embora, essa light não seja a light Canadense que gerou tudo isso, ela se exime das culpas porque na verdade foi a ditadura Getúlio Vargas que determinando tudo isso. Há projeto, mas não se trabalha isso, não narra essa história triste. Desta forma, nítida. Por isso todos que estão neste projeto, no Circuito São João Marcos, concordam com este nome porque reflete o que o grupo quer, O grupo quer trabalhar o que foi destruído, trazer a lembrança desta luta, desse

ambiental, desse espaço que é altamente histórico, marcado pela história de São João Marcos (Valéria).

A resistência principal foi quando não concordaram com o fim da cidade. A população tentou resistir de diversas formas. Não foi um processo curto não. Foi longo. Eles tiveram iniciativas antes da inundação. Eles começaram, pararam e depois voltaram. Não foi uma coisa de um dia para o outro. Eles até tentaram se organizar, resistir com moradores ilustres, com pessoal local. Conseguiram até que a cidade fosse tombada. Depois Getúlio destombou quando foi pressionado pela Light que queria e tinha interesse de explorar comercialmente a energia no Rio de Janeiro. Se pressionou muito Getúlio para que a cidade fosse esvaziada e se ampliasse o reservatório. (...) A cidade não foi totalmente alagada. Mas o fato de ter sido alagada ou não, ela teria que ser evacuada. As pessoas dizem ‘Ah! A cidade não chegou ser cheia’. Mas as pessoas não poderiam viver mais na cidade porque muitos acessos ficaram impossibilitados, a cidade sofreu muitos problemas de saúde devido ao reservatório, muitos vetores, muitos mosquitos. Até economicamente a cidade não se sustentaria. Acabou a economia e a vida da cidade. O processo foi longo, foi pré inundação e está até os dias de hoje, muitos estão espalhados por Pirai, Mangaratiba, Itaguaí, Rio Claro até a cidade do Rio. (...) Muitos ainda tem apego a sua terra. Há um saudosismo (Pedro).

Em uma conversa com um membro da diretoria surgiu uma justificativa para associar, de alguma maneira, a história de resistência da cidade ao circuito turístico:

Acho que a história de resistência de São João Marcos, agregada ao circuito da ASSETUR, é um tema que naturalmente se relaciona a um projeto de turismo, como o nosso, com identidade, focado na cultura. O modelo de turismo que a gente pensa desenvolver na região, ele tem que registrar isso, desenvolver e ter atividades que façam este resgate. E, de certa forma, aproximar estas pessoas. Afinal de contas o circuito é São João Marcos. Não queremos um turismo que não respeite a nossa região e o meio ambiente, como o turismo de massa. Então toda região pode estar tratando deste assunto. O que aproxima o circuito a São João Marcos é a história de resistência e a dispersão das pessoas de suas terras para todos estes municípios. A importância dessa retomada no circuito pode ser enxergada como uma retomada da cidade de São João Marcos. Tem até uma coisa bem poética nisso. Seria bem interessante, se conseguíssemos fazer um trabalho nesta direção, de defesa do projeto para a região. Acho que é nesta linha que poderemos estar desenvolvendo (Pedro).

Na concepção dos atores, que decidiram pela identidade visual, nomear o circuito de São João Marcos seria resgatar as conexões entre os municípios, as histórias que os entrelaçam, os elementos que forjavam as identidades sociais e a ideia de resistência que marcara este município. Uma “resistência” a um modelo de desenvolvimento que subordinou as dimensões sociais, históricas e ambientais à racionalidade econômica.

Para alguns interlocutores se fazia necessário trazer à memória, um processo marcado por uma territorialidade em oposição a uma lógica ditatorial e hegemônica, orquestrada exclusivamente pela racionalidade econômica. Neste sentido, o vivido no passado refletia, em escalas diferentes, um processo do presente em que os colocavam à margem de alguma dimensão, por exemplo, no campo do turismo ou de acessos sociais ou do campo político. Outros nem mesmo estiveram presentes, portanto, não posso dizer que se sentiram nestas condições. Mas foram vistos nestas condições e lembrados pelas histórias contadas, se fazendo presente no campo discursivo através de outros atores.

As histórias retratadas construíram um fenômeno que Porto-Gonçalves chamaria de “territorialidade de r-existência”. Uma territorialidade erguida por lutas instituídas com lógicas e saberes subalternos, seguindo um movimento que se dá de baixo para cima, com uma conotação muito além da noção de “resistência”, o “r-existir” seria uma forma de existir (2013,

p. 276-277 *apud* HAESBAERT, 2018, p. 275). Isso, de certa forma, potencializaria os interesses circunscrito em uma face da ASSETUR.

Dando continuidade as narrativas na reunião, ocorreu a apresentação da identidade visual elaborada por um representante da empresa Efeito Tuca. A apresentação do projeto foi bem detalhada. O objetivo aqui é mostrar um pouco do que foi apresentado, considerando que as imagens, direta e indiretamente, acionam as questões apontadas até aqui. Inicialmente, destacou-se o objetivo da empresa, de desenvolver ações com empresas e instituições:

que queiram de fato repensar a forma como estão inseridas no mercado. A gente sabe que é muito difícil mudar o sistema. A gente vive em um sistema capitalista, a gente precisa de quem venda e de quem compre. Isso não muda. Só que podemos fazer isso de uma maneira muito mais consciente. Então a minha empresa ajuda a encontrar soluções mais consciente de forma coletiva.

Elencar este discurso às questões levantadas ao longo deste capítulo corroboram com a ideia de que havia a proposição, por parte da ASSETUR, em alterar as interações com a natureza, as que se davam em uma relação mercantil e com a comunidade local.

O representante da empresa retomou a noção de “ausência de fronteiras na história”, colocada pela historiadora, e pontuou como tal ausência perpassava o plano do que é vivido em cada território. O que para ele trouxe dificuldade para se pensar cada município individualmente, pois a história mesclava cada região. E assim, surgiu o desafio de destacar o micro (individual) dentro do macro (regional), sem ignorar as identidades de cada Serra. Precisaria então acomodar em um único símbolo as múltiplas identidades de cada território. Além disso, tinha o compromisso de relacionar o cenário às questões atuais, como a COP 26. Para a empresa, muitos dos objetivos da COP 26 coagulam com o tipo de turismo idealizado nas Serras, acentuando-se os objetivos como erradicação da pobreza, fome zero, educação de qualidade, água limpa e saneamento, emprego e crescimento econômico, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e reprodução responsável, combate as alterações climáticas, vida sobre a terra, parcerias em prol das metas.

Nesta perspectiva, fez-se uso de alguns elementos, como serra, água, estrada de pé de moleque/café e ruínas históricas (ilustrados na Figura 26), visando a construção de símbolos e códigos que dialogariam com os objetivos definidos pela COP 26. A história e a memória estavam sendo representadas pelos arcos que são ruínas históricas de São João Marcos e o café, sendo associadas a uma educação de qualidade que dá lugar a história local. O café elencava a produção rural à uma proposta de fome zero, ao emprego e a dimensão econômica. As Serras representavam a floresta que cercam o território, portanto, preocupações com a vida sobre a terra. E os rios, praias e cachoeira traziam a necessidade do cuidado com a água que passa também por projeto de saneamento – uma questão colocada, logo no início da reunião, como um problema a ser vencido na Serra e em todas as cidades do Brasil. Sublinhou que tais elementos são fortes para gerar símbolos, códigos e identidades que se propõe acionar ao circuito.



**Figura 26.** Símbolos que compõem a Identidade Visual das Serras. Fonte: Efeito Tuca, 2021.



**Figura 27.** Símbolos que compõem a Identidade Visual das Serras. Fonte: Efeito Tuca, 2021.

Estes símbolos deram origem a logomarca do projeto com três níveis, micro (local), intermediário (comunicação) e o marco (regional), visando o fortalecimento do turismo em cada região. O primeiro plano teria o intuito de respeitar a individualidade de cada região, ressaltando os símbolos mais relevantes, as montanhas, o arco das Ruínas de São João Marcos e a Estrada Real feita com pedras de “pé de moleque”. Neste nível haverá a possibilidade de se criar novos símbolos e códigos a partir do que a comunidade desenvolveu. No segundo nível chamou-se atenção para as serras que cercam a Estrada Real e a conexão entre as duas Serras, com o leve arco. Essa representação demarca o papel deste nível, que é facilitar a comunicação para se chegar a qualquer ponto do circuito – exemplificado com perguntas que um turista e visitante faz a cada parceiro que atua no circuito. O terceiro nível evoca símbolos presentes em todas as regiões trazendo a noção de pertencimento de algo maior: as ruínas de São João Marcos, a história que começou com o café, as Serras que cercam toda a região e as águas que banham a região (rios, mar e represa), conforme exemplificado anteriormente. As cores foram pensadas propositalmente. O verde trazia menção das florestas. O amarelo às riquezas do passado (o café e os escravos) e de um novo tempo que se desenha com a consolidação do projeto EntreSerras, reverberando o turismo sustentável e possibilidade de desenvolvimento dos negócios. Há uma abertura para que o mapa visual seja reconstruído a cada ano, renovando a identidade, ao se incorporar elementos e atores da região. Um exemplo seria a construção de desenhos elaborados por um artista da região.



**Figura 28.** Identidade Visual das Serras. Fonte: Efeito Tuca, 2020.



**Figura 29.** Identidade Visual das Serras. Fonte: Efeito Tuca, 2020.

O representante da empresa Efeito Tuca, ao falar sobre a conexão (Figura 29) entre as Serras e os municípios frisou que o sucesso do projeto exige duas questões. A primeira é a necessidade dos atores de uma Serra estarem alinhados à outra e se sentirem pertencentes ao projeto e coparticipantes. Exemplificou dizendo: “Nós da Serra do Piloto somos parte do circuito da Serra do Matoso e concomitantemente”. A segunda questão é a existência de uma convergência entre discursos e ações, entre o que é vivido e sonhado. A conexão tinha duplo sentido, conectar as Serras – o que geraria conexões mais esparsas entre os municípios – e conectar o ser humano a natureza. Ao longo do trabalho de campo constatee dissonâncias entre discursos e práticas.

É sabido que as dissonâncias de alguns discursos e ações reproduzem tessituras e imagens com distâncias significativas entre o plano real e o idealizado por um grupo ou indivíduo. Para Raffestin (1993) a ruptura entre os dois planos ocorre porque há a impossibilidade da reprodução exata do que é idealizado em função dos diferentes atores que atuam no território, produzindo múltiplas tessituras sociais e imagens, entremeadas por relações de poder – que são potencialmente capazes de dar outros contornos ao que se é executado na prática.

A apresentação foi concluída com imagens dos logos do Circuito São João Marcos, da Estrada EntreSerras, das Serras do Piloto e Matoso sob a narrativa de que o ponto mais alto e central do projeto era conectar as Serras criando sentimentos de pertencimento e amor pela região, “replicando e criando o sentido de comunidade, onde se desejará fazer parte desse fortalecimento e da manutenção do local”. Na concepção da empresa, a ideia de gerar “pertencimento e amor” aos locais visitados estaria ligado ao que dissera no início da apresentação:

o projeto não é egoísta e egocêntrico, no sentido de visar somente um empreendimento local e uma região. O projeto deve ser altruísta para o desenvolvimento geral da região visando que todo mundo venda um pouco mais e ganhe um pouco mais, mas naquele local mesmo, de maneira sustentável de forma a trazer menos impacto a região.

Ao longo da reunião chamou-me atenção o fato do termo “desenvolvimento econômico” ter surgido poucas vezes em contraste com a ênfase dada a territórios, a cultura e símbolos identitários – territorialidades. Após a apresentação do projeto duas falas foram fundamentais, a da secretária de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Turismo, Eventos, Esportes e Lazer de Rio Claro e do diretor-presidente do Jornal Atual (com sede em Itaguaí, mas com ação nos municípios de Mangaratiba e Seropédica/RJ).

A secretária, que é professora, iniciou a sua fala localizando a época que conheceu o movimento que criara a ASSETUR, em 2018. Chamou atenção para a necessidade de todos terem um coração altruísta. Relembrou que nas primeiras conversas com a diretoria da ASSETUR ficou encantada pela proposta ouvida porque a sua vida representava muito bem a conexão retratada no “Circuito EntreSerras”. A partir deste parâmetro reconheceu que não poderia ficar de fora do projeto da ASSETUR porque tal projeto falava de sua própria história.

Acho que, talvez, nem todos aqui tenham uma ligação tão forte com os quatro municípios como eu tenho. Eu nasci no hospital de Itaguaí. Vivi até os meus quinze anos em Mangaratiba, então a minha família é de lá. Moro há 34 anos em Rio Claro. E trabalhei em Pirai. Então, estou ligada, de qualquer jeito, aos quatro municípios. Então é um carinho muito grande por este projeto. Fora isso, os meus irmãos maiores, nasceram a beira da represa – referindo-se Represa Ribeirão das Lages, em Rio Claro – A minha mãe morava ali, à beira da represa onde teve os quatro mais velhos e os quatro mais novos nasceram em Muriqui/Mangaratiba. Então, quando vi o projeto, senti o desejo de ajudar de alguma forma. Procurei o prefeito e falei. Mas no poder público temos muitas dificuldades e sempre perguntamos: Como fazer diante de tantas carências da secretaria? (...) Eu trabalho com o turismo, eu e mais duas pessoas, para dar conta de oito pastas. (...)

Finalizou dizendo que ninguém compreendia mais do que ela o que significava a “conexão entre as Serras”. Posteriormente, a secretária apresentou mapas acentuando o extenso território de Rio Claro e como abarcava os demais municípios, bem como, os atrativos e empreendimentos turísticos presentes no circuito. Concluiu a fala propondo que as demais secretarias atuassem e dessem continuidade ao que a ASSETUR iniciou e direcionou as suas últimas palavras a associação: “Vocês é que nos ajudam. O poder público não teria como fazer tudo isso sozinho”.

O diretor-presidente do Jornal Atual, ao retomar a fala, registrou o seu contentamento com o projeto porque também possuía relações fortes com os territórios, não na mesma escala como a da secretária de turismo de Rio Claro. O pai de Paulo nasceu em Mangaratiba, ele e sua mãe nasceram em Itaguaí. Seus pais moraram em São João Marcos, ele mora em Itaguaí e trabalha em Mangaratiba.



Nas falas finais parabenizou-se Davi (representante da empresa Efeito Tuca) que ao elaborar o projeto do Circuito EntreSerras conseguiu traduzir nas imagens aspectos subjetivos que extrapolavam um simples guia com atividades de entretenimento. Uma vez que o produto final traduzia as emoções, os elementos identitários, a história local forjando assim a cultura local e a relação com a natureza que desejam viver e exibir aos turistas e visitantes.

Ficava nítido que a territorialidade que a ASSETUR construiu e que conflitava com o que cenário posto, encontrou acolhimento nos atores públicos do município de Rio Claro que se tornaram um dos maiores parceiros na rede de relacionamento – conforme observado no capítulo seis. E o ponto de encontro que gerou este acolhimento foi o sentimento de pertencimento de um dado território.

O quadro apresentado nesta e em outras reuniões avultava que a noção de território e de territorialidade –, ou seja, o que é vivido cotidianamente neste palco, que vai desde as relações familiares até relações tecidas em arenas políticas – não fora construída exclusivamente por uma relação de dominação, embora estivesse presente. Havia um sentimento de pertença a um sistema territorial, o simbólico, identidades coletivas e uma dimensão afetiva – o que para Haesbaert (1997 e 2018) é possível a depender do grupo e da classe social em jogo.

É claro que todo o cenário descrito só se desenhou a partir de engajamentos firmados com os atores que assumiram a posição de desafiantes contrariando a ordem instituída nos campos interligados ao turismo. O engajamento de diferentes atores foi estruturado a partir de aspectos subjetivos. Não houve a possibilidade de acionarem recursos financeiros próprios para gerarem o “encantamento” (expressão usada em reuniões) e interesses em prol do objetivo comum.

Acionou-se valores que aproximaram o circuito turístico à vida cotidiana e à individualidade de cada um, como bem disse uma representante da secretaria de Turismo de Rio Claro: “Este projeto tem um valor para mim como um indivíduo, não como representante do poder público”. Narrativas nesta direção se repetiram entre membros da ASSETUR. Ou seja, para alguns o projeto é algo valoroso, sem uma precificação racional, mexe com as emoções e permite ser apropriado em uma dimensão pessoal e simbólica. Colocando os interesses econômicos em uma dimensão secundária, obviamente não se desconsidera a sua importância. Mas há um reposicionamento de valores, que dava lugar há um enquadramento de narrativas que vai além do racional, conectando o projeto a existência de cada ator.

Ao longo do caminho descrito observou-se que a busca por um caminho mais inclusivo e participativo foi dando corpo a consolidação de uma territorialidade. Não é possível dizer, com tanta nitidez, qual o debate está em primeiro ou no segundo plano porque há um imbricamento nas relações vividas. Mas, certamente, a busca por um processo chamado de mais inclusivo e participativo foi a base de todos os outros. Como também, colocava em cena os ideais do coletivo, as discontinuidades, as controvérsias e disputas internas e externas. Tudo isso foi servindo de base para a territorialidade desenhada pelos atores sociais.

## 5. MUDANÇAS NO NOME DA ASSETUR: ENTRE O RURAL, O HISTÓRICO E O EMPREENDEDOR

### 5.1 O Turismo Vivido e o Idealizado

Antes de apresentar o processo de mudança no nome da ASSETUR, na perspectiva dos atores sociais, considero salutar dizer que, a partir de referenciais teóricos, o turismo que ocorre na Serra do Piloto se aproxima mais da terminologia de Turismo no Espaço Rural, uma vez que as atividades, na maioria das vezes, não geram grandes influências na comunidade rural e nem em sua produção (TULIK, 2010), pelo menos até o momento observado. Assim, tomo como definição para Turismo no Espaço Rural ou em áreas Rurais.

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não (BRASIL, 2010, p.17).

Alguns empreendimentos na Serra do Matoso se aproximam da concepção de Turismo Rural conceituados pelo Ministério do Turismo (2010), por ser um turismo que ocorre no espaço rural e que, ao mesmo tempo, compromete-se com o desenvolvimento rural ao se executar atividades turísticas que agregam valor a serviços e produtos, enaltecendo o patrimônio cultural e natural do território. Logo, as atividades desenvolvidas nesta modalidade estão imersas no cotidiano da família rural.

O que se observou nos discursos dos atores, que atuam na Serra do Piloto, é um desejo de que o turismo praticado neste território gere a mesma dinâmica que ocorre em alguns empreendimentos da Serra do Matoso. Entretanto, a prática e a ausência de produtores rurais no processo em curso, distanciam-nos desta concepção. Mas ainda assim, há expectativa de que a atividade turística promova para ambas as Serras os benefícios listados pelo Ministério de Turismo (2010, p. 15) e por Solha (2019, p.620). Tais benefícios foram compilados dos autores, seguindo elementos que surgiram nos discursos dos atores sociais do universo pesquisado:

#### Quadro 2. Benefícios do Turismo Rural.

Benefícios do Turismo Rural segundo o Ministério do Turismo (2010, p. 15) e Solha (2019, p. 620)	Diversificação da economia local, pelo estabelecimento e incentivo a novos empreendimentos; Geração de novas oportunidades de trabalho e renda; Cria-se mercado de consumo local; A comunidade gera valorização do patrimônio presente no meio rural a partir do olhar do turista; Incorporação do núcleo familiar na atividade turística; Agregação de valor ao produto primário; Permanência do jovem no meio rural e sua saída para qualificação, visando a continuidade da atividade turística desenvolvida pelos familiares;
--	---

Continua...



Continuação do <b>Quadro 2.</b>	
Benefícios do Turismo Rural segundo o Ministério do Turismo (2010, p. 15) e Solha (2019, p. 620)	<p>Diminuição do êxodo rural;</p> <p>Melhoria da infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento no meio rural;</p> <p>Melhoria dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida das famílias rurais;</p> <p>Interiorização do turismo;</p> <p>Conservação de recursos naturais e do patrimônio cultural;</p> <p>Promoção de intercâmbio cultural e enriquecimento cultural;</p> <p>Integração das propriedades rurais e população local;</p> <p>Valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho;</p> <p>Promove a satisfação de viver na “roça”.</p>

Fonte: Adaptado de Ministério de Turismo (2010) e Solha (2019).

No documento “Turismo Rural: Orientações Básicas”, produzido pelo Ministério de Turismo (2010), há uma apresentação sobre a diferença entre Turismo no Espaço Rural e o Turismo Rural. Tendo este material como referencial, farei uma reprodução da ideia que desencadeou o modelo apresentado. Assim, é possível exemplificar que um meio de hospedagem (construída dentro do assentamento Rubião, na Serra do Piloto) é um exemplo de uma propriedade que se encaixa na classificação de Turismo no Espaço Rural, considerando que a atividade de lazer não gera uma relação profunda com o meio rural tanto em sua dimensão cultural, quanto produtiva. Já as atividades de lazer vivenciadas na Pousada Rural Sítio Beija-Flor (construída no assentamento Matoso, na Serra do Matoso) estão comprometidas com a ruralidade que compõe o meio rural, tornando-a a sua atração principal e agregando mais valor ao conjunto de elementos que fazem parte deste espaço.

Fazendo uma leitura dos empreendimentos das Serras a luz do referencial teórico citado, tem-se o seguinte quadro (Quadro 3):

**Quadro 3.** Classificação turística das unidades de produção de serviços turísticos, segundo sua localização.

Serra do Piloto	
Café com Art	Turismo no Espaço Rural
Empório da Barreira	Turismo no Espaço Rural
Fazenda da Lapa	Turismo no Espaço Rural
Estância do Carneiro	Turismo no Espaço Rural
Empório Art-café	Turismo no Espaço Rural
Pousada Mirante Imperial	Turismo no Espaço Rural

Continua...

Continuação do **Quadro 3.**

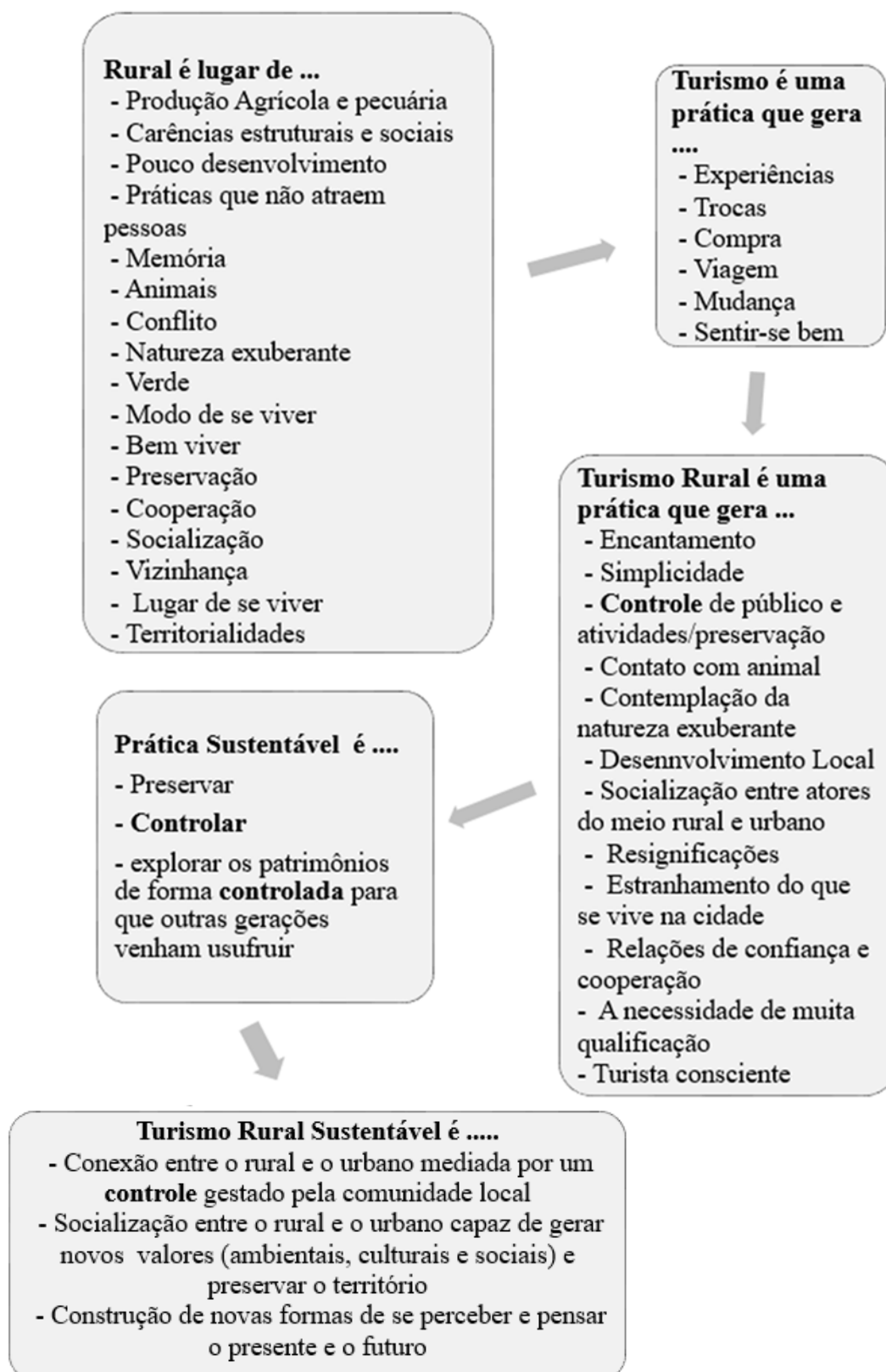
<b>Serra do Matoso</b>	
Sítio Cláudio Cordeiro	Turismo no Espaço Rural
Três Vendas (bar)	Turismo no Espaço Rural
Pousada Rural Sítio Beija Flor	Turismo Rural
Fazenda Santa Thereza	Turismo no Espaço Rural
Sítio Santa Alice - Casinhas Amarelas	Turismo no Espaço Rural
Chácara Alto da Serra	Turismo no Espaço Rural

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O cenário observado na prática reservou uma diversidade de interesses e o uso de diferentes terminologias de segmentação turística: Turismo Rural, Turismo Histórico, Turismo Ecológico, Turismo Sustentável de Base Comunitária, Turismo Rural Sustentável, Turismo Incluyente e Sustentável e Turismo de Massa.

Em meio a tantas terminologias, o nome da ASSETUR sofreu algumas alterações. A entidade foi intitulada como Associação de Turismo Rural nas Serras do Piloto e Matoso, Associação de Turismo nas Serras Históricas do Piloto e Matoso; e, por fim, Associação de Empreendedores de Turismo nas Serras Históricas Piloto e Matoso. Ao longo do processo, chamou-me atenção as mudanças no nome da ASSETUR ocorridas em um pequeno espaço de tempo, considerando o fato de a associação ter sido efetivada no final de 2018. Em 2021, narrativas deixavam em aberto a possibilidade de se alterar a qualquer momento o nome da associação e um possível retorno do termo “rural”. Ao se observar o que estava em jogo em cada mudança, obtive elementos para a construção do mapa mental<sup>18</sup> abaixo:

<sup>18</sup> O mapa mental é uma técnica de organizar informações, atribuindo-lhes uma sequência lógica. A apresentação dos dados é feita com palavras chaves, posicionadas em um formato de árvore ar dial contendo tópicos e subtópicos. A técnica foi criada pelo psicólogo Tony Buzan. (Ver <https://www.estudarfora.org.br/mapa-mental/>). Atualmente há diferentes programas para a construção do mapa mental.



**Figura 30.** Turismo Rural Sustentável na perspectiva dos atores sociais. Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

O mapa acima foi construído com relatos elaborados em entrevistas formais, em diálogos e em observações feitas tanto nas reuniões da ASSETUR, como em outros espaços. Os elementos que compõem o mapa ajudam na análise sobre os motivos que cercam as alterações no nome da associação. Desta forma, chamo atenção para os termos empreendedores, rural e histórico e, por último, o turismo rural e turismo rural sustentável, tendo como norte questões que foram elencadas no mapa.

Constata-se no mapa a repetição da palavra “controle”, termo usado pelos interlocutores. O uso deste termo define o que venha ser prática sustentável e o Turismo que idealizam, independentemente da adjetivação utilizada, como o Turismo Rural, Turismo Rural Sustentável e o de Base Comunitária.

## **5.2 O Termo Empreendedores**

O termo empreendedores apareceu apenas em uma reunião, que definiu o estatuto da associação, não tendo sido algo debatido ao longo do processo. O uso do termo, pela primeira vez, em uma reunião tão importante, pegou-me de surpresa.

As reuniões da associação são entendidas aqui como espaços de diálogos com parceiros gerando negociações, sugestões e ajustes que moldavam e redesenhavam o processo em curso. Contudo, esse processo iniciava-se em interações entre os membros da diretoria e atores do poder público, aos quais não tive acesso. A sensação era de que as reuniões evidenciavam acordos pré-estabelecidos ou já refletidos em um grupo menor. Como também, destacava-se a influência dos novos parceiros. Um exemplo a ser citado foi a alteração no nome da ASSETUR com a entrada do SEBRAE, que passou a ser o maior parceiro da associação em 2019. Com este novo parceiro o termo rural saiu dando lugar ao termo “empreendedor”.

Esta alteração gerou mudanças para além do título. Desde então, as dinâmicas que se desenhavam nas reuniões evidenciavam um espaço onde os empreendedores do trade turístico eram privilegiados em relação aos produtores rurais, desde o local escolhido para a reunião a espaços de falas que sofriam encurtamento com interrupções. Também se intensificou o diálogo com o setor privado e as prefeituras. Os aspectos sociais e culturais não eram tão destacados quanto antes, a não ser por “Estrada” e os incansáveis historiadores da região.

A reunião ocorreu dentro do assentamento rural Matoso, em 2019, em uma Pousada Rural. Foi uma reunião muito tensa. Ao chegar na reunião, um membro da diretoria veio me falar que não estava entendendo a presença de um advogado, que foi convidado por outro membro da diretoria, que “não faz parte da Serra”. O advogado foi convidado a participar com o intuito de “contribuir” com possíveis mudanças no estatuto da associação. Alguns me diziam “Nem sei de onde ele é. Não sei o que está fazendo aqui”. Parecia que a presença do advogado era uma surpresa para a maioria.

A primeira mudança proposta pelo advogado foi o nome da associação, estava sendo ventilado a mudança para algo mais amplo, assim como outras seguindo a mesma lógica. Dias após o término da reunião, os mesmos atores que ficaram surpresos com a presença do advogado disseram que o advogado queria mudar o estatuto por interesses pessoais. Além de advogar era dono de uma imobiliária. Havia a crença de que as mudanças no estatuto favoreceriam a especulação imobiliária nas Serras e principalmente nos assentamentos, um problema que já era vivido por eles.

Em um dado momento da reunião, uma produtora fez uma fala questionando os elementos identitários que cercam o termo empreendedor e o de produtor rural. Ora os termos apareciam como categorias opostas, ora se integravam. Nesta reunião, solicitei um momento de fala questionando a substituição do termo “rural” por “empreendedor”. Chamei atenção para a baixa participação dos produtores rurais na reunião, levando-os a pensarem se aquele momento seria o ideal para tal mudança, considerando a diversidade do grupo e a perda que poderiam ter

com a mudança proposta. Por compromissos de trabalho e de natureza familiar, precisei me ausentar da reunião logo após a minha fala.

O desconforto quanto ao termo empreendedor não parecia estar vinculado a avanços de uma política neoliberal, a informalização do trabalho e negação de direitos ao trabalhador no momento em que funde em um mesmo ator à figura do chefe e do trabalhador, assumindo todos os riscos de sua função. O empreendedor é um “chefe de si” que está subordinado a outras formas de controle, não rompendo, portanto, a sua condição de trabalhador (ABILIO, 2019).

O que se questionava era a generalização que se impõe à figura do trabalhador e ao seu campo de atuação. Em conversas, dias após a tal reunião, ouvi a expressão “não sou empreendedor, sou produtor rural”. O uso de tal expressão reivindicava a identidade de produtor rural que “por si só” remete o ouvinte ao trabalho com a terra e a um modo de vida no campo. O que coloca em evidência a noção de pertencimento de um território rural e funções muito bem delimitadas, como por exemplo, preservação de recursos naturais, manutenção da paisagem e de patrimônios culturais, e a produção de alimentos mais saudáveis.

Também ouvi a frase “um produtor rural é o seu próprio patrão. Logo, é um empreendedor. Não vejo problema. Todos são empreendedores” (parceiro e residente em uma área urbana). A crítica apresentada em uma conversa particular foi justamente sobre a noção de um “todos” que sucumbe “todas” as diversidades em uma mesma categoria.

Para além destas questões, constatei que nas reuniões não ocorreram debate sobre a mudança do nome indicando impactos positivos ou negativos sobre tal alteração. Dando a entender que prevaleceu a percepção de um parceiro externo, entendido por alguns do coletivo como um parceiro com expertise no campo do turismo, o SEBRAE.

Há duas questões interessantes que merecem atenção ao se falar no SEBRAE. Primeiro, a mudança gerada por esta instituição reafirma o que será debatido no próximo capítulo, as influências de parceiros sobre o processo organizativo da ASSETUR e suas decisões. O que pode levar a associação a se distanciar dos princípios e metas, definidos no início do processo, a depender sobre quais valores e interesses tais parceiros defendem. A segunda questão a se chamar atenção é o fato do SEBRAE, entre todos os parceiros, ser o que mais evoca a ideia de mercado. Esta questão somada às diferentes terminologias de segmentação turística, já citadas, dá lugar para a compreensão de que a mudança do nome da associação também foi orientada pelo mercado.

### **5.3 O Termo Rural e o Histórico**

A segunda questão relacionada a mudanças no nome da associação parece repousar sobre estereótipos do que é o rural. Certa vez, uma associada, ao ser indagada sobre o motivo de se tirar o termo “rural” do nome da associação, informou que o termo “rural não atrai turistas”. Assim, justificou-se a troca pelo termo “histórico”, que por sua vez atrairia mais visitantes. Em uma reunião, em 2019, também se colocou a percepção de que “O Turismo Histórico não exclui o Turismo Rural, ambos são complementares”, eram falas de associados que residiam em cidades. A ideia de “complementariedade” justificava a mudança. Também se constatava que o interesse pelo retorno do termo “rural” devia-se ao apoio da UFRRJ e, principalmente, pela dimensão que o Turismo Rural e Turismo de Base Comunitária ganharam nas *lives* durante os primeiros meses da pandemia COVID-19, como alternativa mais viável para o retorno de um turismo “seguro” pós pandemia.

O último elemento que parece justificar as mudanças no nome da associação deve-se a pouca clareza quanto às inúmeras adjetivações do turismo, como o Turismo Rural, Turismo de Aventura, Turismo Sustentável de Base Comunitária, Turismo Ecológico, Turismo Histórico e Ecoturismo. Nos discursos dos associados, observam-se as multiplicidades de termos, às vezes opostos, às vezes como conceitos indissociáveis. Uma associada recentemente ao criticar uma

postagem de outro associado (que havia postado a fala do presidente Bolsonaro sobre o retorno do turismo pós Covid-19, suscitando práticas que poderiam fomentar o turismo de massa, pelo menos na concepção dos atores envolvidos no diálogo construído no grupo de *WhatsApp*) traz a diversidade de elementos: “Nosso grupo de Turismo Rural surgiu exatamente, com uma proposta de Turismo Sustentável de Base Comunitária, ecologicamente correto, totalmente contrário ao Turismo de Massa” (Valéria, diálogo no grupo de Turismo Rural do *WhatsApp*).

Se não há tanta clareza ou uma linearidade do tipo de turismo que desejam implementar, é inegável que desde a fundação da ASSETUR a maioria se opõe ao turismo de massa e ao ganho monetário a qualquer custo. Por outro lado, há de se pensar que a dificuldade de se definir se Turismo Rural, Histórico ou Ecoturismo, pode ser em função do turismo idealizado aglutinar distintas vivências que não cabem em classificações que engessam a pluralidade das experiências turísticas a serem vividas nas Serras.

O nome não consegue incorporar toda a diversidade que estamos trabalhando ali. Acho que o histórico agrega valor ao projeto porque o espaço é altamente histórico. Mas o eixo ali, o norte que não pode perder é o rural. É histórico, mas é o Turismo Rural. Nós temos pontos fortes que de ponta a ponta permeia todo circuito, mas é um agregador de valores, é um potencial a questão rural e ecológica porque a beleza ecológica que temos ali é grande demais. Não acho que nada atrapalha. Acho que nenhum destes eixos podem se perder ao longo do caminho. Nunca poderemos ignorar que ali tem um aspecto ecológico acima de tudo, as matas, a beleza e riqueza ecológica e rural. O projeto rural tem uma base comunitária. Tem a comunidade rural e tem as comunidades que trabalham no entorno do rural com suas pousadas. Algumas não produzem nada, estão só localizadas no campo rural, tipo a Estância do Carneiro, que não vende produtos rurais. Até a Fazenda da Lapa é um histórico do mundo rural, mas não tem um rural ali (Valéria).

De fato, há uma diversidade que compõe a proposta de turismo nas Serras e a dificuldade da ASSETUR se encaixar nas terminologias do turismo que são frágeis no sentido de não abarcarem realidades distintas.

O uso de diferentes terminologias parece ser habitual pelo pouco entendimento sobre o tema e pela dificuldade de classificar algo diverso em terminologias limitadas, sobretudo face às transformações de uma sociedade pós-moderna. Freitas (2011) faz uma crítica sobre a incapacidade das inúmeras segmentações turísticas refletirem desejos, demandas e experiências do que se é vivido na condição de turista. Sobretudo, por acreditar que um turista pode comprar um pacote de um determinado segmento e ter experiências que as classificariam em outro segmento, a partir de suas ressignificações e do que se descobre em cada vivência.

As perguntas de Freitas (2011, p. 98) partem do pressuposto de que a segmentação é uma “estratégia de organização de mercado” que agrupa ofertas semelhantes orientando a clientela. Porém, questiona se há sentido falar de segmentação em um contexto histórico em que o cliente é impulsionado pela lógica da “individualização do ser e da sociedade de consumo” (*Ibid.*, p. 26), pelo sentimento de buscar serviços únicos e personalizados. A de se ressaltar que Freitas (2011), ao falar de consumo não o faz calcado na busca pela diferenciação social e sim do prazer e da satisfação de facilitar a vida e se sentir bem.

A busca por serviços e produtos personalizados leva o autor a refletir sobre a economia da variedade. Esta se torna o ápice de seu trabalho ao mostrar que economia da variedade provoca mudanças na lógica produtiva:

Se na fase industrial a oferta era preponderante, hoje o consumidor que o é. Como bem destaca Lipovetsky (2007, p. 80), “não se trata mais de produzir primeiro para vender em seguida, mas de vender para produzir, tornando-se o consumidor final uma espécie de ‘comandante’ do produtor.” Fica claro que a demanda ganha muito mais força que a oferta (*Ibid.*, p. 67).

Assim, constitui-se o que Freitas (2011) chama de nova ordem mercadológica que produz uma infinidade de produtos e serviços porque há uma demanda disposta a consumir. Mesmo com toda esta diversidade e com definições bem estruturadas, o processo é desafiador porque o consumidor da pós-modernidade é comparado a um indivíduo que tem dentro de si “diversas *personas* que não são necessariamente confluentes, mas muitas vezes antagônicas e conflitantes” (*Ibid.*, p.76).

Para aprofundar um pouco mais tal questão, Freitas faz uma analogia entre “turismo líquido” e a modernidade líquida<sup>19</sup>, de Bauman (2007), partindo de três características definidas pelo autor: dinâmica, versátil e fugidio. Na analogia feita o turismo ganha diferentes formas e ressignificações em um pequeno espaço de tempo. Freitas (2011) então afirma que a segmentação turística é um esforço, orientado pelo mercado, de classificar o turismo mesmo sendo um fenômeno socioeconômico complexo, transdisciplinar, multifacetado e livre.

No campo de estudo observa-se que o uso de diferentes terminologias também foi orientado pelo mercado. No entanto, a escolha pelo termo a ser usado ficava a depender dos atores que defendiam uma dada terminologia e o que estes representavam para a associação. O contexto em que se vivia também influenciava a escolha pela terminologia. Sendo assim, tem-se o seguinte quadro (Quadro 4):

**Quadro 4.** Terminologias turísticas utilizadas no campo pelos interlocutores.

<b>Terminologia utilizado no campo</b>	<b>Período que a terminologia foi usada</b>	<b>Atores que usaram a terminologia com mais frequência</b>
Turismo Rural	2016-2019	SEBRAE, UFRRJ, Empreendedores Locais, Produtores Rurais, PEPEDT
Turismo Histórico	2016-2019	Empreendedores Locais, Historiadores da região
Turismo Ecológico	2019	Guias de Turismo
Turismo Incluído e Sustentável	2016-2017	PEPEDT/Colegiado BIG
Turismo Rural Sustentável	2020-2023	SEBRAE, Empreendedores Locais, Produtores Rurais, PEPEDT, Historiadores da região
Turismo Rural de Base Comunitária	2020-2021	Empreendedores Locais
Turismo Rural Solidário de Base Comunitária	2020-2021	Empreendedores Locais

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O uso que suscitou alguns embates foi o de Turismo Rural e Turismo Histórico, aplicado tanto como terminologias distintas como complementares. Há de se observar que mesmo diante de mudanças, o termo “rural” se fez presente tanto antes da pandemia como ao longo da pandemia e teve como apoiadores representantes da comunidade local (empreendedores locais, produtores rurais e historiadores, científica (UFRRJ, PEPEDT) e técnica/mercado (SEBRAE, guias de turismo). O Turismo Ecológico foi uma terminologia pouco usada, ganhando mais

<sup>19</sup> “‘Líquido-moderna’ é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir.” (BAUMAN, 2007b, p. 7 *apud* FREITAS, 2011, p.77).

propriedade em pouquíssimas colocações de alguns guias de turismo que usavam bicicletas ou 4x4 para a prática turística. O Turismo Incluyente e Sustentável foi uma expressão usada por membros do PEPEDT, sem ter sido apropriada nos espaços coletivos da associação. Já as terminologias Turismo Rural Sustentável e Turismo Rural de Base Comunitária fez parte dos diálogos a partir da pandemia da Covid-19. Tais dados revelam que as mudanças ou os diferentes usos de terminologias de segmentação turística carregam expectativas do mercado, sendo determinada por jogos de influência que cada ator possui na rede de cooperação.

Os debates sobre a mudança no nome revelaram também disputas entre os associados que residiam em áreas urbanas (os donos de empreendimentos turísticos nas Serras) e os associados que eram produtores rurais ou que residiam no espaço rural. Fato visível na forma como se aglomeravam nas reuniões e na composição da diretoria (questões a serem refletidas no próximo capítulo). Logo no início do processo, a diretoria da ASSETUR tinha dois representantes do rural, uma assentada – dona de uma Pousada Rural (assumiu a tesouraria da associação) – e uma jovem assentada da Serra do Piloto (exercia o cargo de secretária). A composição era proposital e se pautava na expectativa de que estas assentadas fizessem a conexão entre os produtores rurais e a ASSETUR, assegurando então falas e a presença de mais produtores nas reuniões. Papel estendido também ao representante do ITERJ.

Com a composição inicial de fato, observavam-se mais produtores rurais nas reuniões, embora a representatividade ainda fosse bem pequena. A dificuldade em participar devia-se ao horário da reunião ser incompatível com as tarefas no meio rural, como a ordenha do leite, e com a ausência de transporte para o deslocamento do assentamento até o local da reunião. Para além destas dificuldades, a “conexão” entre os assentados e a ASSETUR não ocorreu como o esperado, principalmente porque a jovem assentada, segundo alguns relatos, afirmara não gostar de trabalhar com assentados e tinha uma relação muito próxima com os “irregulares” do assentamento Rubião. Na concepção de um sitiante, que também é “irregular”, a jovem traiu a confiança do grupo ao dialogar com os “irregulares”, levando-a a se candidatar à vereadora nas eleições de 2020.

Em 2019, tive a experiência de dormir na casa desta jovem, após um convite para conhecer melhor o assentamento, o sítio dos pais, visando à possibilidade de “abrir as portas do sítio para turistas” e mapear outras possibilidades turísticas dentro do assentamento. Ao chegar em sua casa, solicitei que me recebesse da mesma forma como receberia uma turista. A jovem informou que era muito comum faltar luz no assentamento, que às vezes ficam sem luz por 5 dias e com isto perdem todos os mantimentos guardados na geladeira. Após alguns minutos aconteceu o que ela tanto temia, faltou luz. Informei que como hóspede viveria uma noite à luz de velas. Saí do assentamento no final da tarde do dia seguinte e todos continuavam sem luz. No dia seguinte, fomos a uma pequena feira dentro do assentamento, organizada pela jovem. Havia produtores que levaram queijo e manteiga, ovos de galinha, alguns legumes, suculentas e galinhas para serem vendidas. Todos que estavam vendendo, eram jovens. Neste dia, acompanhei a jovem em um guiamento de um grupo de turista. A jovem contextualizava cada espaço mostrado aos turistas. Ao longo de minha estada em sua casa, a jovem comentou sobre as dificuldades do jovem assentado e de se fazer qualquer coisa dentro do assentamento. A jovem não escondeu desavenças com o representante do ITERJ, com a liderança da ASSETUR e sua relação com os irregulares. Esta relação era pautada no desejo de conseguir mais infraestrutura para o jovem rural, como um campo de futebol e um lugar para festas. Questões que para ela seriam possíveis somente com a ajuda dos “irregulares”.

Diferentemente do que falavam, a jovem tinha uma conexão com assentados. Talvez, não com os assentados que alguns desejavam. Era inegável que estava diante de uma jovem com potencial, que desejava falar pelos jovens e que era impetuosa em sua forma de agir. As tensões com a presidente da ASSETUR se repetiram, culminando em seu desligamento do cargo de secretária da associação. Fato anunciado em uma reunião inesperadamente. O que gerou um



desconforto muito grande na reunião, não só para a jovem, mas também para os que a apoiavam e para a substituta. Durante a reunião, a jovem não fez nenhum questionamento sobre o assunto. A substituta confidenciou-me que não estava ciente do que havia acontecido e nem mesmo que a troca se daria de forma delicada. A jovem que substituiu a assentada era uma aluna da UFRRJ do curso de História e moradora da Serra do Piloto. Após o fato ocorrido, não participou mais das reuniões e ações da ASSETUR. A jovem, estudante do curso de História, teve uma participação bem rápida na associação, encerrando-se em duas reuniões. A sua saída foi justificada com acúmulos de atividades na universidade.

Com a saída da jovem assentada, não se perdeu apenas a oportunidade de uma “conexão com o rural”, mas se reafirmou sobreposição da história sobre o rural. De fato, houve uma baixa na representatividade de produtores rurais nas reuniões. Após este acontecimento e nas reuniões seguintes, surgiram comentários que transferiam para o outro a responsabilidade sobre a ausência dos produtores “Qual produtor que você trouxe?”, “E você? Me mostre quem você trouxe”. Por várias vezes, tive a sensação de que a cobrança se dava pela minha presença, o meu lugar de fala que era em defesa dos produtores rurais e, especialmente, por ser de uma universidade federal rural. Com a baixa representatividade dos produtores na composição da diretoria e nas reuniões, estes perdiam as disputas que se formavam.

Em uma tentativa de reafirmarem que nas reuniões havia produtores, houve um certo alargamento do que era produtor rural ou uma redução vinculada a expressão “alguns pés de banana”. Desta forma, alguns empreendedores turísticos começaram a dizer “Quem disse que aqui não tem produtor rural? Eu sou produtor rural”, valendo-se de “poucos pés de banana”. Os assentados que eram produtores rurais não os reconheciam desta forma. Entretanto, isso não era colocado nas reuniões e, sim, em comentários feitos quando visitei algumas propriedades. Uma assentada com uma produção agrícola diversa fez a seguinte colocação: “Se bobear, Salomé, você é mais produtora do que eles (risos). O pessoal tem um pezinho de banana e se diz produtor rural”, comentário feito quando mostrei as fotos das plantas que tinha em minha casa, de um pé de noni, flores e hortaliças. Tudo em vaso.

Com todo este cenário me perguntei: Será que o rural enxergado não vai além da produção agrícola? Será que neste rural não há história, não há luta? Teoricamente tais questões já foram debatidas por uma vasta produção acadêmica<sup>20</sup> que entende que o viés produtivista não é capaz de explicar o mundo rural contemporâneo. Para Medeiros, Quintans e Zimmermann (2014), as novas ruralidades compostas por novos atores e organizações, novas temáticas e reivindicações consolidam paulatinamente o “rural como um espaço de moradia, de vida econômica, social, política e cultural” (MEDEIROS et al., 2014, p.23). Contudo, no universo investigado há ainda percepções que o rural se define majoritariamente pela presença de animais e produção agrícola. Associado a esta visão, algumas vezes ouvia a expressão “Ali, na fazenda, o rural precisa ser criado. Precisa colocar uma vaquinha para o turista tirar o leite. Precisa produzir o queijo. Não tem o rural ali, só tem a história da fazenda”. A visão que persiste em associar o rural tão somente à produção agrícola e pecuária oculta os atores que vivem no campo e o que é vivido por eles (MEDEIROS et al. 2014). Além de oferecer ao turista uma “falsa experiência” do que venha ser rural.

Nesta tese não cabe a proposta de desenvolver uma reflexão se os produtos e serviços turísticos ofertados são ou não “genuínos”. Mas, há espaço para dizer que alguns debates teóricos apontam que o turista não assume uma posição passiva frente ao que lhe é ofertado. Para Freitas (2011) os turistas são capazes de analisar o que é ofertado pelos prestadores de serviços e optarem ou não por comprarem ou viverem experiências turísticas, mesmo não representando integralmente a cultura local. Em seu olhar, isso se dá porque, mesmo diante de todas as controvérsias, o que se consumiu e viveu foi real.

---

<sup>20</sup> Ver Carneiro; Maluf (2003); Carneiro (1997); Schneider (2010); Wanderley (2006).

Com tais questões, retorno à reflexão sobre as mudanças no nome da associação tendo como norte não só as minhas inquietações, mas uma afirmação feita em uma reunião: “Ouço vocês falarem o tempo todo em história, mas vocês têm um grupo de Turismo Rural. Acho que o nome do grupo de vocês está errado, não era para ser Turismo Rural e sim Turismo Histórico” (reunião de 2019, acompanhante do representante da Instituição Mário Peixoto). Havia então um paradoxo, discursos em defesa do rural e ações que o fragilizavam.

Embora se percebesse uma valorização do rural, em espaços coletivos, o mesmo não ocorria em espaços mais intimistas, como em conversas e entrevistas com empreendedores locais. Nos discursos destes atores, o termo rural carregava o sentimento de ser algo atrasado, portanto, não atraindo turistas por ser algo voltado exclusivamente à produção agropecuária, algo em que a pobreza era evidente carecendo, portanto, de projetos a serem desenvolvidos na área do turismo rural. Neste caso, o turismo seria uma solução para os problemas vivenciados no campo.

É claro que o rural como um lugar de ausências também era compreendido por produtores rurais, onde apontava-se a ausência de lazer no campo, de internet, de um sistema de distribuição de energia mais eficiente, de assistência técnica adequada, de falta de crédito para o pequeno produtor e falta de saneamento – problema mais evidente na Serra do Piloto como um todo.

Na percepção dos produtores rurais, sobressaía também o rural como um espaço possuidor de uma natureza exuberante, que precisa ser conhecido e preservado. Tais atores, se aproximam da leitura que aponta a necessidade do homem se enxergar como parte desta natureza exuberante para frear a lógica de mercadoria que a ameaça (XAVIER e DOLORES, 2001). Entretanto, para o desenvolvimento do turismo, tal espaço requer “muita qualificação” – visão registrada em ata –, ou seja, intervenção de instituições como SEBRAE e Universidades. A ênfase na qualificação profissional, a necessidade de investimentos altos e de planejamento estão comprometidos com o entendimento de que o turismo rural é uma atividade econômica e social complexa com desafios externos e internos ao produtor rural (SOLHA, 2019), independentemente se a atividade turística desenvolvida no campo é secundária ou principal. Discursos neste sentido foram poucos, mas não exclui a importância de pensar sobre eles.

Por outro lado, o rural verbalizado por alguns entrevistados ao requerer mais qualificação para se “desenvolver” parece carregar a visão de ser um espaço mais atrasado do que a população de seu entorno ou de origem dos turistas. Neste sentido, a ajuda viria por meio do turismo. Este pensamento de certa forma amparava uma expressão que ouvi algumas vezes, “Os assentados não querem mudar a sua condição. Posso chamá-los para virem, mas isso aqui não os interessa”. Em uma entrevista, esse pensamento foi retomado quando conversava sobre a baixa participação dos produtores rurais nas reuniões da ASSETUR: “Bem, ‘Produção e tecnologia agrícola’, diz que eles ficam satisfeito com aquilo que eles vendem. Não querem aumentar a produção. Ele pensa assim ‘não há um sonho de crescimento pessoal’. É o que ele diz. É a forma dele ver” (Valéria). Se estes discursos forem lidos superficialmente a questão trataria apenas do movimento de ficar parado ou de se “desenvolver”.

Contudo, a partir das atividades de extensão desenvolvidas, penso que os produtores rurais ao verbalizarem este sentimento atribuem outro significado à tal expressão que rompem com uma proposta de desenvolvimento e crescimento calcada no consumo ou na lógica capitalista, na grande produção. Percebo que são leituras distintas sobre o que venha ser crescimento, atraso e o que é bem viver. São parâmetros distintos que guiam os que ouviram a expressão e os que as verbalizaram.

Mas há também outros caminhos para “não desejarem mudar”. Uma assentada por várias vezes afirmava que poucos assentados do assentamento Matoso trabalhavam na terra. Segundo o seu relato, a maioria mantinha alguns “pés de banana” para justificarem a permanência no campo. Neste discurso, manter “alguns pés de banana” tinha dois objetivos. Primeiro, revelava

um desejo de morarem no campo por consideram o melhor lugar para se viver. O segundo porque “alguns pés de banana” os permitiriam estar na condição de produtores rurais sendo favorecidos na obtenção de bolsas de auxílio e de programas públicos.

O rural também foi definido como um espaço de conflito entre os atores que residem no assentamento e com o poder público. Presenciei reuniões em que foi necessário apartar dois assentados, evitando que uma briga fosse efetivada. As brigas internas possuem múltiplos papéis na construção coletiva, geram coesão e divisão social, evidenciam os atores com mais legitimidade e demarcam alianças. É um conflito que forja a construção identitária enquanto grupo.

Nos discursos dos associados, surgiu o rural como um lugar de sossego. Mas nem sempre tal percepção foi citada sem preocupações, pois tal sossego atraía pessoas da cidade. No assentamento Rubião, constatava-se a intensificação de venda ilegal de lotes para construção de área de lazer e casa de veraneio. Havia no assentamento proprietários de sítios que eram donos de rede de farmácias conceituadas na cidade do Rio de Janeiro. Para alguns atores sociais, a “facilidade permitida” pelo poder público local poderia descaracterizar o assentamento diante da especulação imobiliária. Processo que desdobraria em venda de lotes para construção de empreendimentos diversos, reafirmando no espaço rural o viés econômico, não mais por vias da produção agrícola e, sim, por práticas turísticas como estratégia de desenvolvimento, mas sem estarem comprometidas com o local. Para um associado, o processo em curso evidencia a ausência de uma “consciência turística”, lida como a ausência da importância do campo para o turismo:

Nós estamos fazendo um trabalho lá na Serra do Piloto, mas tem que fazer um trabalho de consciência para a importância da zona rural, da importância do campo. Para não acontecer o que está acontecendo. As pessoas estão se auto expulsando da cidade e indo para o campo. Se eles não conhecem nada da zona rural e do que é ecologicamente, isso vai destruir fatalmente o campo porque eles não têm conhecimento, não tem cultura, não tem preparo para lidar com o campo. Como já destruíram em outros lugares (..) O turismo provoca essa consciência. Já falei para a Almerinda, que a ASSETUR precisa ter essa consciência (Calebe).

No discurso, ressalta-se a importância que a produção rural possui na constituição do mundo rural, do agricultor familiar e para o próprio turismo. Sem o qual não teria como atrair turistas. Há outras visões mais amplas sobre o rural, em especial nos discursos de alguns produtores rurais que enaltecem a noção do rural como sinônimo de lugar de vida, inerente a um modo de viver. A compreensão do “espaço de vida”, para além da produção sugere um espaço com demandas respaldadas em direitos sociais como saúde, educação, trabalho, lazer, moradia, transporte e acesso a informações (MEDEIROS et al., 2014). Acrescento aqui o direito a tecnologias digitais no campo.

Já a noção de modo de viver coloca em cena o debate de território. Por várias vezes, ouvi discursos que diziam “a Serra não é um lugar para entrar de qualquer jeito, fazer o que quer e sair”, revelando ser um modo de viver que deve ser respeitado pelos turistas. Essa objeção era pautada na noção de que a Serra, acima de tudo, era o lugar escolhido para se viver. Em outras palavras, é um espaço identitário produzido em um território. Tanto o “espaço de vida”, como o “modo de viver” são construídos por meio de interações sociais com atores do campo e do urbano. É a partir destas mútuas interações que mercados são consolidados, invenções e apropriações de tecnologias ocorrem e há o desenvolvimento de ambos os espaços (HAESBAERT, 2004).

Mesmo diante deste cenário, há ainda os que acreditam em um rural autêntico e um não autêntico. Para um informante, o “rural não autêntico” seria o retrato que desenhava do assentamento Rubião, como um espaço pouco rural como sinônimo de ausência de produção

agrícola. Para este informante, “os assentados lá não são muito rurais. Nem mesmo o nome da minha funcionária é rural. O nome dela é Urbana (risos)”. Já o rural autêntico foi apresentado como sinônimo do Turismo Rural.

Uma zona rural autêntica é aquela que tem plantação nem que seja para o próprio consumo. É um lugar onde originalmente se planta, se cultiva, onde se cria gados, galinhas caipiras, porco, onde se preserva a Mata Atlântica (...) O que se caracteriza uma zona rural. Uma zona rural é um lugar onde se preserva os rios, riachos e a mata. O turismo rural é isso (Calebe).

Considero importante pontuar que nos assentamentos rurais presentes nas Serras, há um enorme esforço para que tais territórios também sejam conhecidos como um lugar de produção mesmo diante da pluriatividade, que é tão marcante nestes espaços. De modo geral, a produção agrícola tem sido realizada em um contexto precário reforçando a complementação da renda com o exercício de atividades econômicas nas cidades em cargos de ajudante de pedreiro, babá, empregada doméstica e jardineiro.

No assentamento Rubião, os assentados e os “irregulares” trabalham mais com pecuária, enquanto no Matoso com agricultura. Percebi que em ambos há um desejo de trabalhar com a terra, mas não há conhecimento, não há recursos e nem uma assistência técnica que consiga atender as demandas dos assentados e dos “irregulares”. As carências resultam em uma produção agrícola diversa, mas abaixo do potencial de cada assentamento. Os dois assentamentos recebem assistência de um técnico do ITERJ e da EMATER, que executam funções paralelas. Ambos ficam sobrecarregados com o acúmulo de serviços burocráticos. Além, do sucateamento dos órgãos que inviabiliza uma atuação eficaz no campo. Com isso, a assistência técnica que promoveria a troca de conhecimentos não se concretiza. Um dos técnicos fez o seguinte desabafo:

Trabalho mais com a interface humana, de resolver conflitos. Trato menos da produção orgânica, de levar tecnologia agrícola, que é o que gosto e o que é a minha função. A minha função tem sido mais amenizar a dura interpretação do Estado; principalmente, daquele que está na labuta, no campo (Alzir).

O assentamento Rubião possui muitas carências como falta de transporte, posto de saúde e saneamento básico. O que não ocorre no assentamento Matoso, considerado por alguns produtores como “um lugar com mais assistência do que lá embaixo (a cidade)”. No assentamento Matoso, há uma produção relevante de porcos e produtos agrícolas. No Rubião, destaca-se os produtores de queijo. Nos dois assentamentos, havia a preocupação em preservar as cachoeiras e a Mata Atlântica, gerando discursos contrários a um turismo predatório. No assentamento Rubião, há um desejo de alguns assentados promoverem em seus sítios atividades turísticas. Nele, há um meio de hospedagem chamado Estância do Carneiro, lugar construído como se fosse uma réplica dos casarões do século de XIX, cujo proprietário é um empresário e residente da Zona Sul do Rio de Janeiro. Este interlocutor é considerado pelos demais como um dos irregulares no assentamento. Já no assentamento Matoso, há três empreendimentos: a Pousada Rural Sítio Beija Flor e o Rancho do Cordeiro são de propriedade de produtores rurais, o terceiro é de um pecuarista que possui casas para alugar aos fins de semana, feriados e temporada – conhecida como “as casinhas amarelas”.

O que se concluiu é que as Serras expressam múltiplas atividades, sendo um lugar de espaço de produção agrícola e agropecuária, lazer, de moradias de veraneio, de se viver, de turismo rural, de eventos sociais entre outras. Tudo isso ocorre por meio da combinação de atividades não agrícolas com agrícolas, ou seja, atividades pluriativas (CARNEIRO e MALUF, 2003; CARNEIRO, 1997; SCHNEIDER, 2010; WANDERLEY, 2006). Isso não significava

necessariamente um processo desagrarização ou urbanização do campo. O crescimento de atividades não agrícolas no campo, segundo Carneiro (1997), é uma reorientação das famílias rurais como uma estratégia de reprodução social, de capacidade produtiva de enfrentamento ao desemprego, ao êxodo rural e ao modelo de desenvolvimento dominante que atinge a agricultura contemporânea. Para Carneiro (1997), as novas ruralidades não cabem em padrões uniformes, deve-se olhar cada contexto a partir de suas peculiaridades. Do contrário, se negará às novas organizações sociais, culturais e econômicas que ocorrem no campo em diálogo com o urbano. Desta forma, as novas ruralidades são reconstruídas de forma dinâmica e constantes, alterando, portanto, elementos locais por meio de interações e apropriações com o que lhe é externo (GALVÃO et al., 2018).

Os autores também chamam atenção para os novos significados atribuídos ao campo. Para Carneiro (1997), o conceito de pluriatividade e de multifuncionalidade convergem para uma compreensão de um rural com múltiplos significados. Assim, tanto o conceito de pluriatividade e de multifuncionalidade têm como proposta superar o enfoque funcionalista que reduz a agricultura familiar à produção agrícola. Segundo Wanderley (2003), o conceito de multifuncionalidade se estabeleceu no momento em que o agricultor familiar afirmou no mercado a sua condição de produtor rural. Para a autora, esse momento não apresenta uma contradição ao debate, antes revela como a sociedade rural vive e se constitui de forma plural, conjugando ao mesmo tempo a produção de bens materiais e imateriais.

A atenção dada à unidade familiar, evidenciou a complexidade presente no meio rural e nas relações com a natureza e a cidade, construindo e desconstruindo novas percepções sobre o mundo rural (WANDERLEY *apud* CARNEIRO e MALUF, 2003). Partindo desta premissa, Carneiro e Maluf (2003, p. 136-137) definiu quatro grandes enfoques da multifuncionalidade da agricultura brasileira: a) Reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) Promoção da segurança alimentar dessas famílias e da sociedade; c) Manutenção do tecido social e cultural e; d) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Maluf (2007), chama atenção que este último enfoque aglutina diferentes significados impulsionados pela perspectiva da sustentabilidade/desenvolvimento sustentável. Assim, as famílias rurais possuem distintas relações com o meio ambiente “desde a valorização do espaço de sua existência até a valorização do ideário conservacionista com propósitos de renda (turismo rural)” (2007, p. 15).

Na perspectiva do quadro teórico apresentado, o rural se desprende da noção de atraso, da produção agrícola como atividade exclusiva e a um espaço isolado do urbano. Com estas mudanças a proposição de projetos que visam o desenvolvimento no meio rural não deve ser mais ancorado na ideia de superação do rural (GALVÃO et al. 2018) e nem mesmo de propostas homogeneizadoras.

Constata-se que alguns associados da ASSETUR percebem o rural como um espaço pluriativo e multifuncional, enquanto outros ainda o percebem como um espaço atrasado e de produção, estes em sua maioria são urbanos. Entretanto, independentemente de como o rural é enxergado, todos compartilham que o turismo pode ser uma complementação de renda para os produtores rurais, que se envolverão direta ou indiretamente com a atividade turística, e para os empreendedores da Serra.

Não romper com a ideia do rural como um lugar, exclusivamente, de produção e atrasado, é correr o risco de produzir imagens e vivências fetichizadas sobre o rural para atender o imaginário distorcido que turistas ou os próprios empreendedores possuem sobre o campo. O que de certa forma fundamenta a ideia de se “criar o rural” em uma propriedade para turista, tirar leite da vaca, vivenciando então o que está se chamando de “rural”. Percepções que seguem esta direção podem contribuir com a transformação do espaço rural em aldeias, bem distante do que se é vivido na prática, mas que propiciam um verdadeiro “espetáculo” em nome da preservação da tradição rural, de saberes, da paisagem e da natureza.

Na prática, o desejo de manter as ruralidades, reais ou fictícias, e fazer parte de um mercado turístico gera expectativas que colocam em jogo a identidade do agricultor familiar – que evoca o pertencimento a um grupo social e a um território, a um modo de vida, a produção para subsistência, a conflitos que geram ou não a coesão social, a formas de sociabilidade e de vizinhança que se consolidam por trocas/dádivas para além de relações mercantis, pela produção e mercantilização agrícola e pecuária.

O que se constata é quanto mais as famílias rurais e a própria atividade agrícola puderem ter um perfil que contemple a diversidade presente no campo, mais incentivo haverá para que essas áreas despertem atenção para fins turísticos. Somado a isso, as áreas rurais carecem de ações coletivas para atender demandas da clientela diante do limitado poder aquisitivo para inovar ou ampliar equipamentos turísticos.

A partir da realidade observada, nem sempre as mudanças se dão com a mesma rapidez, dinâmica e qualificação que requer o mercado turístico. Pois, entre o que a demanda exige, o que se pode e o que se deseja fazer, tem a preocupação de construir novos equipamentos sem impactar o meio ambiente, o patrimônio considerado histórico ou ainda sem desprezar as regras de uso instituídas pelos órgãos competentes que regem os territórios.

Ao frequentar as Serras desde 2016, tive a possibilidade de ver como as mudanças nos empreendimentos turísticos (sítios e em fazendas históricas) ocorrem de forma bem lenta e como há preocupações com as regras ambientais instituídas e com denúncias de “olheiros” (termo usado pela assentada) que observam o que está sendo feito em cada propriedade e em pontos históricos. As limitações verificadas exigem ações mais coletivas dos empreendedores locais, a fim de se subsistirem neste mercado. Neste ponto de vista, as redes de relacionamentos tecidas pela ASSETUR podem forjar contribuições ao afirmar saídas em ações mais coletivas do que individuais.

#### **5.4 Percepções sobre Turismo Rural e Turismo Rural Sustentável: “Turismo de Controle”**

Se em algumas concepções o rural carregava uma noção estereotipada, o mesmo não ocorria com o termo Turismo Rural. Este era percebido como uma experiência: com o campo, em lugar de sossego, diferente da cidade, ecológica, contemplativa tendo a natureza e animais como destaque, com o fazer artesanal, com a gastronomia local feita no fogão de lenha que gera encantamento dos turistas de regiões urbanas, que propicia contato com animais, com tradições e, por fim, uma experiência mediada e controlada pela comunidade local.

Ao se pensar o que seria Turismo Rural, algumas carências ou realidades do campo foram retratadas na definição do rural com a conotação da “simplicidade do modo de vida rural”. Em uma reunião do Colegiado BIG, a dona da Pousada Sítio Beija-Flor ressaltou a simplicidade da vida rural como uma demanda dos turistas que recebe:

Eles não saem do seu luxo querendo o luxo, querem a simplicidade do campo. Querem viver o que eu vivo. No fim do ano a luz acabou, fiquei apavorada. Os hóspedes não estavam nem aí. Ficaram felizes da vida ao redor do lago a luz de vela. Meu marido comprou fogos e fizemos um churrasco. E eles amando. Os hóspedes às vezes ligavam para mim e diziam “Eu trouxe um pedacinho do Sítio, estou com um carrapato”. Você acha que eles acham ruim? Que nada, ficam é rindo. Mas agora com o Guilherme aqui, consegui acabar com os carrapatos (Clara).

Em 2021 e 2022, Clara pontuou mais uma vez a busca pela simplicidade ao me mostrar uma casa de estuque que estava sendo feita com o intuito de ser um espaço para contar a história da família. Ressaltou já ter uma lista de hóspedes que querem se hospedar na casinha de estuque. A procura por esta casinha a surpreendeu: “Eu falava para eles: Jura que você quer ficar nesta casinha? Dormir nesta cama? Tomar banho de balde?” Clara visando atender os

desejos dos hóspedes, sem comprometer o seu próprio desejo de ter uma casa de estuque como um espaço para contar a história de sua família, acabou decidindo construir outras casinhas de estuques para hospedar apenas hóspedes. Em cada casinha haverá o fogão de barro, a cama de bambu e no banheiro um vaso sem descarga, balde, penico de ágata e um balde para banho.

Em uma visita feita à Pousada, presenciei uma hóspede se emocionando ao entrar na casinha por lembrar dos tempos que morou em uma casa de estuque. A hóspede, levada por mim para passar um dia na pousada, dizia-me: “Era exatamente assim, o fogão e a cama. Da pousada, este foi o lugar que mais gostei”. Confesso que fui surpreendida, pois desconhecia tal passado e ao comentar este fato com a Clara, tive a seguinte resposta: “É isso que quero. Quero trabalhar com as emoções. Não falei para você que os hóspedes ficam encantados com a casinha ou o que se vivia lá”.

Esta vivência conjugada a falas e ao movimento de intensa busca por atividades turísticas nas Serras, ao longo da pandemia, consolidava outra percepção sobre o rural entendido como um lugar de memória capaz de ressignificar o modo de vida rural tão presente na história do brasileiro. E ao mesmo tempo ser capaz de abrir um caminho para a concepção de um rural que conecta o urbano a novos valores.

O turismo rural também foi definido como um “turismo de controle” (termo usado pelos interlocutores). É importante ressaltar que ao se apropriarem da noção “turismo de controle” não havia a crença de que os espaços visitados, inclusive áreas rurais e a natureza, eram intocáveis ou estáticos. Antes afirmavam o oposto, pois havia o entendimento de que o lugar visitado sofre mudanças espaciais, culturais e econômicas com fluxo de turistas e visitantes. As mudanças se efetivam em dois momentos. Primeiro, quando a atividade turística exige equipamentos para consumo e diversos atrativos culturais, históricos e naturais (GALVÃO et al., 2018). Assim, o lugar visitado precisa recriar constantemente as estruturas turísticas, visando atrair novos clientes. Segundo, as relações entre os visitantes e os visitados provocam mudanças nos atores sociais e nos espaços.

A noção de “turismo de controle” era apresentada sempre em oposição ao turismo de massa entendido pelo coletivo como um turismo que gera uma enorme aglomeração, que desrespeita o lugar visitado, tendo como resultado o acúmulo de lixo, destruições de alguns patrimônios e que não promove o desenvolvimento local como esperado.

De modo geral, a concepção que se formava sobre um turismo que promove o desenvolvimento local se estruturava ou pelo menos deveria se estruturar a uma lógica de funcionamento diferente do turismo de massa calcado nos modelos dominantes. Sendo assim, há no Turismo Rural um discurso de que neste processo se produzirá uma subjetividade distinta do Turismo de massa. Como também, há expectativas de que os empreendimentos turísticos rurais ou no meio rural permitam uma socialização que não seja agenciada pelos mesmos valores do capital, mas que fortaleça as relações de confiança e cooperação mútua e uma nova forma de se perceber e pensar o futuro.

A ausência de controle das atividades turísticas ocorridas nas Serras configurava o maior incômodo e a ação que o grupo tenta reverter e impedir. A noção de controle era usada de forma indissociável à ideia de preservar a organização espacial, as relações sociais e de poder, a paisagem exuberante e a Mata Atlântica. O controle expresso justificava o “turismo rural” que na concepção dos atores sociais gera a presença de “pessoas conscientes” – termo usado por diferentes associados. Havia uma singularidade no turista que opta pelo turismo rural: “Não é qualquer pessoa que faz turismo rural. Quem faz turismo rural tem consciência turística e ambiental, sabe o que vai encontrar” (Pedro).

A expressão “não é qualquer pessoa” tem duplo sentido, qualitativo e quantitativo. O qualitativo reforça a ideia de ser um grupo seleto, na maioria das vezes disposto a pagar um valor diferenciado “pela simplicidade” e consciente do que vai e quer encontrar. “Saber o que vai encontrar” significava, de algum modo, respeitar o modo de vida e os símbolos que

constituem a dinâmica social do espaço visitado. O sentido quantitativo está conjugado ao mesmo motivo, a atividade é seleta, é destinada a um grupo específico. É um turismo que exige pouco fluxo, afinal não querem a Serra cheia, pois é um lugar de se viver. Isso significa que é um mercado que exige um nicho específico do que é ofertado e demandado, valendo-se muito mais da qualidade do que da quantidade. Por outro lado, tal característica impõe um conjunto de desafios aos produtores rurais e aos empreendedores locais citados por Solha (2019), ao trazer para o debate falas de um conferencista do 9º Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Entre os desafios listados está a capacidade de:

Agregar o valor turístico dos serviços e produtos regionais; ter visão de longo prazo; ser rentável como uma estratégia de diversificação dos ingressos agropecuários tradicionais, utilizando os recursos ociosos tanto humanos como materiais; manter o interesse nas atividades produtivas; aceitar que a privacidade da família será reduzida; entender que se trata de um negócio de baixo retorno (SOLHA, 2019, p. 621).

Em meio a tais preocupações, agregou-se aos discursos o termo “sustentável”. Este termo se fez presente ao longo da pandemia como um objetivo a ser alcançado pela associação. Contudo, o grupo não discutiu em nenhum momento parâmetros que definiria se um dado empreendimento seria ou não sustentável e nem mesmo sanções para os empreendimentos entendidos como insustentáveis. Também não se adotou práticas comprometidas com pelo menos um dos 17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável que compõem a agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Além de não existir a formalização de parâmetros que definiria o que é ser sustentável, havia as próprias carências estruturais nas Serras, como a ausência de saneamento básico, segundo relato da própria presidente da associação.

A ausência de parâmetros acerca do que poderia ser sustentável se repousava na ideia de que o “uso controlado” para o turismo auxiliaria na proteção dos patrimônios ambientais, humanos e históricos. Há uma esperança de que gestores públicos atenderiam demandas, carências históricas e a proteção do patrimônio histórico face à preparação das Serras para o turista – já que estes alocariam recursos às prefeituras.

Outra leitura era de que o termo “sustentável” se projetava na implementação de um “turismo rural controlado” conjugado à preocupação de manter o domínio sobre o território. Em uma reunião que ocorreu em 25 de novembro de 2021, ao se pautar os usos que ocorrem ao longo da Serras, um membro da associação afirmou: “Se não fizermos uso de tudo que temos, acaba que outros vêm e fazem usos de qualquer maneira, de outras formas como não queremos. Estamos nos articulando para fazer usos de forma sustentável”.

Após alguns debates, este mesmo ator, em consonância com a historiadora da região, disse que o projeto EntreSerras é uma forma de conter e enfrentar a violência, com a biodiversidade animal, presente nas Serras. Foram relatados diversos casos de caça de tatu, onça, paca, aves, capivara e outros. O enfrentamento a este tipo de violência estava sendo enxergado como um uso mais sustentável, que poderia ser alcançado com um turismo controlado pela comunidade local.

Constantemente os associados questionavam a presença de caçadores nas Serras, de turistas que entravam e saíam dos assentamentos e até mesmo a presença de guias de turismo de outras regiões acompanhando grupos enormes sem diálogo e consentimento da comunidade visitada. A questão centrava-se então no domínio de território, especificamente quem detinha o poder dos espaços visitados. O que estava em disputa era se tal domínio/controle seria da comunidade e de empreendedores locais ou de pessoas externas ao território. Nos questionamentos dos associados havia um descontentamento com a inação do poder público local que não indica ou propõe parâmetros para um fluxo adequado de turistas no assentamento Rubião, sobretudo por ser localizado em uma área de Proteção Ambiental (APA).



Nos discursos acima, a relação de poder não se dava apenas pela aplicabilidade, exclusiva, do Estado – que tem o poder normatizador, delimitado por um corte geográfico, em nome de uma ordem social (RATZEL, 1983). A disputa se consolidava por meio de imaginários sociais que atribuíam significados de pertença a um dado território. Era uma disputa entre “quem era da terra” e “quem era considerado o invasor” – turistas, visitantes, donos e hóspedes de redes hoteleiras de regiões próximas, donos de empreendimentos que não residiam ou que não tinham nenhuma relação com os municípios de alcance da associação.

Discutia-se então um poder mobilizador, na concepção de Sack (1986), capaz de modificar e criar estratégias em um dado contexto geográfico a partir das experiências vividas e dos significados atribuídos a ele, dando a estes atores a chancela de decidirem quem “usaria” o território e como “se apropria” deste território.

A preocupação com a ideia de negar e controlar um turismo de massa e outras práticas, como a caça animal, pode significar que tais atores sociais estavam se antecipando à um processo de desterritorialização<sup>21</sup> ou estavam construindo uma estratégia para frear tal processo em curso. Para Haesbert (2018) o processo de “territorializar-se” ocorre a partir de novas conexões e com momentos de retração, chamado de resguardo e aconchego, “Para esse resguardo e aconchego precisamos ter o poder de controlar a abertura e o fechamento de nossos territórios, e que o (re)façamos quando o necessitarmos ou desejarmos, sem que isso afete a autonomia de outros grupos sociais” (HAESBERT, 2018, p.289).

Se anteriormente apresentei território em uma dimensão física e subjetiva (material e simbólica), aqui chamo atenção para o elemento primário que o define, as relações sociais. Para Haesbaert (2002), o território está imbuído de relações sociais que são sempre relações de poder. Na obra, isso confirma a natureza relacional do território, presente inclusive em leituras mais materialistas que o percebe como um substrato concreto, um espaço físico ou um simples palco onde os eventos ocorrem. Haesbaert (2002) ao enfatizar o caráter relacional do território cita Souza (1995), que em sua concepção não menospreza o território como base material (formas espaciais) e nem supervaloriza como relações sociais: “território não é um substrato, um espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um referencial” (SOUZA, 1995 *apud* HAESBAERT, 2002, p.55).

Nas preocupações colocadas pelos atores sociais, há também uma concepção de território em uma perspectiva do concreto, ganhando uma dimensão de um recurso ou meios materiais que forjam a existência enquanto atores sociais.

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984, p.112 *apud* HAESBAERT, 2002, p. 47).

Nesta perspectiva, a equação formada expressa a ideia de que não há existência sem território. É isso que justifica um certo receio com um “turismo sem controle”, uma vez que este seria potencialmente capaz de provocar mudanças na organização espacial a ponto de retirar o poder e a autonomia da comunidade local sobre o lugar que se vive. Afinal de contas, o espaço em que ocorre o turismo é também um espaço de vida e um modo de se viver que os constituem enquanto atores sociais, econômicos e políticos.

---

<sup>21</sup> Em um trabalho recente é apontado um processo de desterritorialização em Itaguaí, um dos municípios que fazem parte da associação (NASCIMENTO, 2021). O autor era doutorando do PPGCTIA e membro do PEPEDT/UFRRJ, o que possivelmente pode ter aventado a preocupação com processos de desterritorialização que circundam as Serras do Piloto e Matoso.

Ao olhar o universo investigado à luz do debate de território, compreendo que o mais relevante de fato não é a adjetivação que define a tipologia do turismo e sim as relações de poder imersas nos territórios em disputas, ou seja, no “comum” da ASSETUR entendido como as Serras – questão debatida no segundo capítulo.

A ideia de “turismo rural como um turismo de controle” também passa pelo reconhecimento do risco de insustentabilidade que a prática turística pode gerar em um determinado território, levando os atores sociais a uma preocupação com a preservação ambiental associada aos impactos do fluxo intenso de turistas e de automóveis em uma região cercada pela Mata Atlântica. A preocupação com a circulação de automóveis não se resume a poluição sonora e ambiental, antes chama atenção para a ausência de políticas públicas de estrada, principalmente na Serra do Piloto que tem sido impactada com fortes chuvas, acarretando abertura de crateras e quedas de barragens, como se observa nas fotos abaixo após o após chuvas no mês de abril de 2022.



**Figura 31.** Buraco na Estrada na Serra do Piloto. Fonte: Almerinda (2022), postada em grupo de WhatsApp.

O cenário é decorrente da ausência de infraestruturas preventivas. Após tais postagens de fotos no grupo de *WhatsApp*, surgiram críticas como “O Estado e a prefeitura deve querer que a estrada desmorone de novo...não sei o porquê... Imagina a serra de novo fechada quase um ano como ficou... Lamentável...mas isso vai mudar e não vai demorar muito” (relato postado no grupo de *WhatsApp*, abril de 2022).

Teme-se que a condição da estrada venha a se agravar com o aumento de fluxo nas mesmas, face à visibilidade que a região tem alcançado com ações da ASSETUR. Mesmo no cenário de carência, a ASSETUR tem se mostrado uma organização capaz de pressionar as prefeituras. Após as rachaduras foi instalada uma placa na Serra do Piloto informando o início de obras de infraestrutura, conforme a foto (Figura 32):



**Figura 32.** Placa indicando início de obras na estrada da Serra do Piloto. Fonte: Almerinda (2022), postada em um grupo de WhatsApp.

Não há como precisar o desenvolvimento destas obras, apenas que a demanda de saneamento rural tem sido colocada incessantemente pela ASSETUR em reuniões onde se abordou tal assunto, como o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu-RJ). O Comitê é um órgão colegiado pautado na gestão participativa e descentralizada, agregando diferentes atores públicos e não públicos que buscam para todos o direito à água potável. Para a diretoria da ASSETUR, tal demanda é basilar para se falar em um turismo rural sustentável.

A percepção de um Turismo Rural Sustentável fica mais nítida em discursos que tratam do que venha a ser um desenvolvimento sustentável, como observado abaixo:

O que nos une é o desenvolvimento da região de forma sustentável, é a importância de deixar um legado para valorizar e manter o patrimônio e a riqueza que tem naquela região. Mas não só isso, é construir um desenvolvimento sustentável diferente desse modelo de desenvolvimento neoliberal, veterano, que bate em nossas portas. Então, esse senso comum de preservar, de conservar, de poder manter aquilo e ao mesmo tempo gerar ganhos ali é o que mais nos aproxima. Acho que todos enxergam desta maneira. Acho que isso é mais importante do que qualquer divergência que temos (...) De certa forma, o desenvolvimento sustentável sintetiza os interesses em comum. A preservação do patrimônio é um interesse em comum, a preservação do patrimônio, da cultura regional que é rica, conseguir estudar a região que tem importância da histórica e ecológica. É importante a gente não perder isso. Conseguir gerar renda para a população que está ali, o morador, isso é um interesse em comum. A renda para a pessoa que está ali e conseguir viver da terra de uma forma digna na região dela; é você preservar estas raízes, a tradição, a cultura. Isso é o nosso interesse em comum. Esse conjunto de coisas é o nosso interesse em comum e além disso se você conseguir, de certa forma, algum retorno através das visitas e permitir que se possa desfrutar disso também. Pois, não tem sentido você ter a beleza intocável. Isso aí serve para unidade de conservação extrema, só para alguns biomas específicos que há coisas que não mereçam ser vistas de alguma forma. (Pedro).

A temática do Turismo Rural Sustentável e do desenvolvimento sustentável foram registradas no Estatuto da Associação, no capítulo um, artigo segundo em que expressa a finalidade da associação, inciso 2 e 4, respectivamente:

Procura de auxílio para o desenvolvimento do turismo rural sustentável regional, nos municípios de Mangaratiba, Pirai, Itaguaí e Rio Claro, entendendo-se por sustentável ações que respeitem as Leis Ambientais, promovam projetos solidários e gerem a reciclagem da economia local; Incrementar o desenvolvimento rural sustentável dos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Pirai e Rio Claro, buscando a valorização da cultura local, a preservação ambiental e patrimonial (histórico e cultural), utilizando prioritariamente produtos rurais e mão de obra da localidade (Estatuto Associação dos Empreendedores de Turismo das Serras do Vale Histórico do Piloto e Matoso - Serras do Vale Histórico, p.1, 2019).

A partir do diálogo entre o conjunto de elementos apresentado até aqui e do que compõe o quadro 2 e a ilustração nº 30, é possível afirmar que o Turismo Rural Sustentável, na leitura dos associados, se dá mediante a:

- Conexão entre o rural e o urbano, mediada por um controle gestado pela comunidade local;
- Socialização entre o rural e o urbano capaz de gerar novos valores (ambientais, culturais e sociais) e a preservação do território;
- Construção de novas formas de se perceber e pensar o presente e o futuro.

O debate sobre turismo e sustentabilidade é tão complexo como o par turismo e desenvolvimento. Santos (2018) em sua tese, “Critérios para o desenvolvimento de uma hotelaria sustentável”, fez um denso estudo bibliométrico e constatou que mesmo diante da vasta produção acadêmica sobre o tema, pouco se avançou no fazer sustentável. Essa lacuna é o que justifica o objetivo de sua tese, propor critérios para uma hotelaria sustentável. O acúmulo de produção acadêmica e ausência de ferramentas práticas também aparecem no estudo de Juan e María Pulido-Fernandez (2015), neste estudo evidenciou que a ausência de ferramentas aplicáveis fez com que muitos dentro do campo da hospitalidade se apropriassem do conceito, consolidando na prática “processos de desenvolvimento do turismo abusivos e claramente contrários aos princípios da sustentabilidade, incluindo, em muitos casos, a ética própria” (2015, p. 132). A prática de uma sustentabilidade inconsistente ou antiética aumenta com o fato de os brasileiros terem uma predileção por empresas mais sustentáveis<sup>22</sup>.

Ter discursos que apontam para a definição acima não significa que o turismo fomentado pela ASSETUR tenha alcançado ou seguem uma trajetória para integralizar o que idealizam. Principalmente, quando se pensa “comunidade local” enquanto indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais que vivem nas Serras ou nas proximidades. Constatamos que tais comunidades são ausentes no processo. Por enquanto, o termo “comunidade local” refere-se majoritariamente a atores que nasceram nas Serras e em municípios próximos. Há de se destacar que tais atores carregam histórias familiares e símbolos que constituem os espaços onde vivem e os impulsionam a atuarem no turismo. Contudo, há pouquíssimos atores de comunidades tradicionais engajadas na associação. O que se avulta é uma distância entre o que se vive e as aspirações futuras, incorporadas nas falas de associados que compõem a diretoria, como é observado no discurso abaixo:

Claro que durante a formação da ASSETUR, não necessariamente, teremos incorporado as comunidades e a população rural de forma geral. Isso é gradual.

<sup>22</sup>

<https://g1.globo.com/google/amp/sc/santa-catarina/especial-publicitario/top-sun/top-sun-energia-solar/noticia/2021/03/02/responsabilidade-social-pesquisa-aponta-que-87percent-dos-brasileiros-preferem-empresas-com-praticas-sustentaveis.ghtml>

Estamos ainda iniciando. Neste início, tem participado mais os empreendedores. Mas gradualmente eles se envolverão. Não é fácil. A ASSETUR sinaliza neste sentido, mas não necessariamente o troço vai se formar, se constituir da forma que a gente imagina e no prazo que imaginamos. Para isso a gente precisa estudar, é preciso se adequar, ter um *feedback*, estar se reunindo. (...) A ASSETUR almeja esse modelo de Turismo de Base Comunitária. Almeja que isso se desenvolva dentro do circuito. Mas ao mesmo tempo nesse momento não se desenvolveu tal proposta pela carência de participação da comunidade junto conosco. Independentemente disso, estamos atuando pontualmente envolvendo um ou outro representante da comunidade. Por enquanto, isso é muito gradual. Acreditamos que eles estarão conosco. Também precisamos atuar mais próximo deles. Esse envolvimento será gradativo. Acho importante, a gente como ASSETUR, enxergar isso como necessário (Pedro, *WhatsApp*, 11 de maio de 2022).

Neste relato, ao se falar da pouca participação das comunidades tradicionais, o Turismo Sustentável dá lugar a outra tipologia, o Turismo de Base Comunitária. Para tais atores, o Turismo Rural Sustentável absorve as comunidades já existentes no território e as incorporam em circuitos turísticos. Defendem que a inserção destas comunidades no turismo não deve vincular-se à condição de empregados e sim como geradoras de serviços, no sentido de desenvolverem o turismo em si, de forma autônoma, evidenciando a sua cultura, sua formação e a vida que é vivida. Para os associados isso significa disponibilizar elementos de sua própria vida como produtos turísticos, sem perder a sua identidade. Assim, entende-se Turismo de Base Comunitária aquele que tem a comunidade como base formadora do turismo da região, preservando a cultura e o meio ambiente.

O uso desta tipologia foi muito marcante no início do processo, ficou sem ser citada por um tempo e reapareceu no período da pandemia da Covid-19. Bem como, o termo sustentável. A tipologia também foi acionada em eventos onde representantes da ASSETUR estavam compondo a mesa de debate cuja chamada da associação no material de divulgação vinculava o projeto da ASSETUR ao Turismo Rural e de Base Comunitária, como se observa no evento de comemoração dos 35 anos de criação da Área de Proteção Ambiental Estadual de Mangaratiba, no dia 15 de março de 2022:





**Figura 33.** Os 35 anos de criação da Área de Proteção Ambiental Estadual de Mangaratiba.  
Fonte: Elaborado pelo Parque Estadual Cunhambebe, 2022.

Ressalto tal questão, trazendo à memória algo que presenciei em uma reunião do Colegiado BIG, em 2019. A presidente da ASSETUR falou que o projeto fomentado pela associação era uma proposta de Turismo de Base Comunitária. Durante o almoço, comentei que o projeto da associação não se enquadrava em um Turismo de Base Comunitária, uma vez que o processo não era gestado apenas pela comunidade local ou por comunidades tradicionais. Neste instante, falaram-me que a direção já tinha sido alertada para tal questão, em uma reunião do Conselho de Turismo de Mangaratiba onde uma professora do CTUR/UFRJ compartilhou com os associados uma percepção que corroborava com o que havia colocado. A questão é que os esclarecimentos não impediram o grupo de se apropriar de tal adjetivação em alguns momentos.

O uso inadequado da terminologia não era então um caso de falta de esclarecimentos, parecia ter um objetivo. Ficava nítido que o grupo buscava elementos que dessem mais visibilidade ao projeto, que o colocasse em uma condição de destaque, já que desdobramentos da pandemia da COVID-19 evidenciava o Turismo de Base Comunitária e o Turismo Rural como modalidades promissoras.

Todavia, há elementos para acreditar que o coletivo da ASSETUR compartilha com objetivos que movem projetos de Turismo de Base Comunitária, no sentido de se construir alternativas a um modelo de turismo que incansavelmente omite a participação da comunidade local, a oprime e, em alguns casos, a expulsa de seus territórios.

Me colocaram para falar porque sempre vivo defendendo o desenvolvimento deste Turismo de Base Comunitária que é também um Turismo Histórico, um Turismo Rural e um Ecoturismo em função da preservação. Tenho um projeto, eu e o Dovaldo. Temos um projeto “Ecoturismo Histórico e Cultural de Mangaratiba”. A ideia começou ali, em 2005. A gente organizava passeio pela comunidade a comunidade nos esperavam. A gente pagava para almoçar nas comunidades, cada um oferecia o seu prato característico. Levava o turista para passear visitante os sítios históricos nestas comunidades. A gente trabalhava para mostrar a história e divulgar. Não era,

no sentido incrementando o turismo de Base Comunitária onde eles estariam vendendo seus produtos. A ideia é chegar a isso. Ainda não chegamos a este ponto. Fizemos um curso no PEC, um curso pelo INEA, era um curso de monitoria ambiental. Fizemos um curso Monitoria Ambiental. A gente visitou lugares que estavam funcionando como Turismo de Base Comunitária, era a toda comunidade engajada em receber o turista e de alguma forma vender seu produto. Nenhum turista visitando cachoeira, visitando sítios sozinhos. Nenhum turista visitava lugares preservado sozinhos. Então, os guias turísticos locais ganhavam para contar a história e para acompanhar um número de turista bem ordenado. E assim, eles visitam fazendas e sítios, compram produtos das fazendas e dos sítios, almoçam em lugares determinados pelas comidas típicas, compram os artesanatos. Ao mesmo tempo que o turista anda, vai situar os lugares lindos que as Serras tem, vai andar pelos sítios históricos, vai ouvir as histórias, ao mesmo tempo ele vai visitar uma casa de melado toda rústica como tem no Rubião. Vai visitar a casa de queijo, vai ver retirar o leite, vai comprar o queijo, vai tomar café, vai pagar. Esse turista vai dormir nas Pousadas locais. Temos pousadas para isso. Vai assistir uma seresta em um local histórico deste, em um sítio histórico. A gente tem esse potencial, bem seresteiro. São grupos que tocam a noite inteira. A gente tem um potencial adormecido na Serra do Piloto (Valéria).

A chamada do evento me causou uma certa estranheza e com isto perguntei aos que representaram a associação no evento (dois membros da diretoria e uma voluntária) como se deu a definição do título da mesa. Segundo as informações, não houve qualquer interferência da associação na escolha do título do debate. Foi uma definição colocada pela organização do evento, o PEC.

Ter uma mesa com o tema “O projeto de Turismo Rural e de Base Comunitária” suscita duas questões importantes. Os discursos apropriados pela ASSETUR dão margem para ser reconhecida como uma organização que caminha em direção a um projeto de Turismo Rural e de Base Comunitária. Segundo ter uma mesa com o tema “O projeto de Turismo Rural e de Base Comunitária” pode, de alguma forma, associar a organização do evento a símbolos desejados. Logo, ter uma mesa com este tema em um evento de comemoração subscreve um apoio a projetos desta natureza. Tal imagem afastaria o próprio território de práticas contraditórias escritas em um passado recente onde dizimou os indígenas que viviam em Mangaratiba e Itaguaí entre o século XVII ao início do século XIX.

No capítulo “A ASSETUR e o que motivou a formação do coletivo”, evidenciei como a associação avulta ser um projeto político em oposição a modelos de turismo excludentes e hegemônicos. Mas, contraditoriamente, a heterogeneidade presente na ASSETUR envolve atores que não se opõem plenamente a projetos vinculados a interesses de um sistema neoliberal. Dentro do coletivo e dos mais envolvidos no processo fomentado pela ASSETUR, não percebi qualquer leitura sobre o assunto. Sendo visível apenas em comentários cercados por suspeitas de que alguns atores dentro da associação eram aproveitadores de um processo iniciado pela comunidade. Visão expressa por atores envolvidos em projetos da UFRRJ e do Colegiado BIG.

Ainda considero importante ressaltar que o envolvimento, da maioria dos associados, com o turismo passava pela defesa do território imbuída por um sentimento de pertença formado nas relações familiares. Assim, o turismo seria uma via para proteger os territórios que guardam memórias familiares e que os constituem. Tal questão apareceu no capítulo anterior e é retomada no próximo capítulo, no momento em que apresento “o lugar de fala” dos entrevistados, evidenciando que o envolvimento com o turismo não se deu, tão somente, “pela porta da lógica do empreendedorismo ou por uma lógica mercantil” e sim pela relação familiar construída nos territórios que cortam as Serras do Piloto e Matoso. Essa dinâmica se repetiu tanto em discursos de atores públicos e não públicos, sempre envolvidos por muita emoção, sejam em reuniões organizadas pela ASSETUR como em eventos em que a ASSETUR era convidada a participar. Neste sentido, a ASSETUR se aproxima de um posicionamento do

Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que entende o turismo “como uma estratégia de luta política e social em defesa do local herdado” (MENDONÇA et al., 2016), guardadas algumas contradições presentes no processo fomentado pela ASSETUR.

Entre tantas questões que aponte ao longo deste capítulo, constatei quatro fatores ligados às mudanças no nome da associação. Primeiro, a opção por um termo se efetivava como uma tentativa do grupo se encaixar em um dado campo, a fim de obter mais visibilidade no mercado turístico e agregar valor ao projeto fomentado. O que permite afirmar que os usos de diferentes tipologias são orientados pelo mercado. Segundo, as mudanças advinham das influências da rede de relacionamentos em que a ASSETUR está imersa. Há de se considerar o fato de que a rede de relacionamentos da associação é muito dinâmica – ora um dado ator possui um laço forte, ora ocupa uma posição mais periférica/fraca –, o que gera constantes mudanças nos interesses a serem efetivados. Terceiro, as mudanças estão associadas a “velhas” concepções sobre o rural e também a uma ressignificação de experiências no meio “rural” observada ao longo da pandemia da Covid-19. O que intensificou atividades turísticas nas áreas rurais das Serras do Piloto e Matoso. Quarto, os associados sabem o que não querem. Não querem um “turismo sem controle” independente de sua adjetivação. Foi justamente o termo “controle” que surgiu como elementar para definir o que era Turismo Rural, estendendo-se a definição Turismo Rural Sustentável.



## 6. TECENDO RELAÇÕES PARA ALÉM DAS SERRAS

### 6.1 O Uso do Termo “Rede” na ASSETUR

As interações sociais efetivadas pela ASSETUR foram chamadas pelos interlocutores de “rede” ou uma “nova forma de se governar”. A primeira expressão foi usada pelos associados em momentos mais formais, como falas em eventos em que a ASSETUR era convidada ou em construções de documentos, como o termo de compromisso entre os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Pirai, Rio Claro. O termo também foi presente em um documento que apresentava a ASSETUR e o objetivo de construir de uma rede entre os quatro municípios.

O uso do termo sofreu influências do Colegiado da Baía de Ilha Grande, um dos parceiros presentes desde a incubação da associação. Membros do Colegiado, que fazem parte do PEPEDT/UFRRJ, levavam para este espaço debates que tratavam de conceitos como Gestão Social, Governança, Redes e Desenvolvimento Territorial Sustentável por serem temáticas pesquisadas pelo grupo – docentes e discentes de cursos de graduação e pós da UFRRJ. Assim, influenciavam o coletivo a refletir sobre questões e ações que abarcavam tais conceitos, tornando-se em um espaço onde a ASSETUR se apropriava destes conceitos.

Os associados usavam a expressão “essa nova forma de se governar”, enaltecendo o termo “conexão”, como no discurso abaixo:

Dizem que a ASSETUR nasceu no colegiado. Não nasceu, não. Tudo começou no grupo de *WhatsApp*. Foi um chamando o outro, o outro chamava o outro e quando vimos já estava um grupo enorme. Resultou nisso que vemos nesta rede, nesta forma de se governar que é assim sabe (gestos indicando uma espécie de ninho com diferentes ramos). Nem a rural é capaz de fazer isso, só a ASSETUR tem esta capacidade de se conectar com diferentes organizações” (Pedro).

O uso do termo e da expressão possuía os mesmos significados. A ideia central no uso da “rede de cooperação” ou na “nova forma de organizar” significava processos mais inclusivos e uma relação mais paritária entre todos os atores do coletivo. Para os associados essa “nova forma de governar” seria fundamental para uma governança. Termo usado por atores que representam prefeituras, o ITERJ e atores que atuam em diferentes espaços como conselhos e outras associações.

A governança estava sendo compreendida como uma forma de instituir um ato de governar mais cooperativo, em oposição a uma estrutura hierárquica de se governar. Esse formato geraria um reposicionamento do papel do Estado e da sociedade civil e um distanciamento do modelo hierárquico em que as autoridades estatais tomam decisões de forma unidirecional, promovendo políticas em um formato *top down* (TRENTIN, 2016; VALENTE, 2015; COSTA, 2020). Acredita-se que ao se afastar de um modelo hierárquico a tomada de decisão é efetivada por meio de uma participação mais democrática que, muitas vezes, se dá por diferentes atores que tecem a rede social. Sendo assim, a governança turística não propõe tão somente ações técnicas, mas associa-se a debates e modificações na arena política. Partindo das premissas do debate teórico de governança, as mudanças provocadas na arena política não são ou não deveriam ser apenas estruturais (COSTA, 2020). Entretanto, no campo prático, a governança possui muitas nuances, lacunas e desafios observados nos trabalhos de Freitas (2017), Trentin (2016), Valente (2015), Rodrigues (2015), Hall (2011) e Costa (2020). Principalmente, ao comparar a proposição presente na teoria com o fazer prático. Inclusive, no contexto social desta tese é visível que mesmo diante dos esforços por um modelo mais participativo ainda persiste ações menos inclusivas e democráticas.

Aqui é salutar pontuar a presença do termo governança porque na prática do universo estudado os usos de conceitos de rede e de governança possuíam uma sinergia. A ideia de

interdependência se constrói porque ambos os conceitos perseguem dinâmicas mais participativas. Acionar tais conceitos reforça que há um desejo de fato de se adotar estratégias mais plurais entre atores públicos e não públicos interdependentes por meio de interações mais horizontalizadas que garantem a autonomia de cada ator (TRENTIN, 2016). Esta autonomia é um ideal a ser perseguido no universo investigado e como alcançá-la é um grande desafio no tocante da comunidade local.

Todavia, o mais importante a ser ressaltado é que no imaginário dos interlocutores a ideia de “rede” de relacionamento ou “a nova forma de se governar” se aproxima da noção de rede de Granovetter (2014)<sup>23</sup>, no sentido do coletivo da ASSETUR tratar de uma representação constituída por atores/organizações e interações sociais.

Aqui se faz oportuno trazer algumas questões centrais para Granovetter (2007). Os laços fortes são consolidados por relações com alta intensidade e proximidade, por relações de confiança e reciprocidade. São laços mais centrais que com o passar do tempo estabelecem informações redundantes, como também se tornam semelhantes. Já os laços fracos representam uma dinâmica contrária, com relações esparsas e mais periféricas. As informações produzidas nos laços fracos dificilmente serão redundantes porque a interação se dá com atores essencialmente diferentes por terem um alcance muito maior. No entanto, Granovetter (2007) ressalta que mesmo sendo chamado de laços fracos, tais conexões demonstram “força” e são importantes para a manutenção da rede social a partir das interações com múltiplos atores. Se por um lado, os laços fortes possibilitam informações mais homogêneas por se conectarem a atores com características semelhantes, por outro lado, as interações oriundas dos laços fracos trazem mais pluralidade para a rede social. O que redundaria na diversidade de informações, de recursos e maior mobilidade para a rede, questões elementares para o aumento da coesão social da rede social.

Contudo, as redes não promovem tão somente relações congruentes. Para além da cooperação e solidariedade, Granovetter enxerga neste espaço normas, subordinação, conflitos e poder. As interferências e os benefícios entre os atores da rede ocorrem em níveis desiguais a depender da posição de cada ator, se estão em uma posição mais central ou periférica. Bem como, da externalidade que cerca a rede. De forma geral, os diferentes elementos analíticos dos precursores da nova sociologia econômica ampliaram o entendimento sobre o mercado, sendo constituído por redes sociais, instituições, valores e normas.

Partindo das contribuições de Granovetter e das percepções dos interlocutores o campo formado pela ASSETUR representa um conjunto de coalizões com diferentes atores/organizações que geram vínculos sociais fortes e fracos, com capacidade de provocar ou não mudanças no processo. Os vínculos são mutáveis e tecidos em meio a relações de poder, de solidariedade, de amizade e cooperação.

Na primeira parte do capítulo serão apresentadas algumas questões sobre os vínculos (laços) fortes e fracos. A proposta é entender o que está em jogo ao se definir um parceiro como produtor de laços fortes ou fracos e o que consolida a posição de centralidade dos parceiros

---

<sup>23</sup> Granovetter (2007) define rede como um conjunto de atores sociais que se articulam com outros atores, em um determinado espaço, gerando relações de confiança, de cooperação, de tensões, contradições e de poder. A rede social é constituída por dois elementos centrais, os atores e as interações sociais (GRANOVETTER, 2007; BRANDÃO, 2014). As interações fortalecem a rede e a torna mais eficaz, sendo compreendida como a quantidade de “nós” (indivíduos, grupos ou organizações) e de laços, existentes em sua estrutura. Estes laços são os vínculos interpessoais construídos ao longo das interações de uma rede social, classificados como laços fortes ou fracos (GRANOVETTER, 2007). Nesta leitura, “a força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam esse laço. Cada um destes aspectos é independente do outro, embora o conjunto seja altamente intracorporal” (GRANOVETTER, 1973, p. 1631).

atribuindo-lhes maior capacidade de influência no processo e no campo construído pela ASSETUR. Nesta análise também privilegiei as falas que se “desviavam” da maioria dos discursos.

Na segunda parte serão apresentados dois mapas que mostram quais atores são mais próximos, mais influentes e como se posicionam na rede de cooperação tecida pela ASSETUR. Esse caminho é fundamental para entender o quanto a associação, na prática, se aproxima ou se distancia do que foi idealizado pelo coletivo.

Tendo as relações de poder como uma questão presente na rede de relacionamento submeti os dados a um software de análise chamado Mic Mac, uma ferramenta de prospectiva estratégica de Godet e Durand (2011), com base no conceito de campo de poder de Bourdieu (2002). Tal instrumento tem sido aplicado em algumas obras das ciências sociais que se apropriam de métodos quali-quantitativos. Pode-se citar o trabalho de pesquisadores vinculados ao PPGCTIA, como o de Maury (2020). Esta análise tem um foco maior na estrutura da rede, porém propicia uma reflexão relacional ao observar a ASSETUR em relação aos demais agentes e vice-versa.

Obviamente o retrato desenhado da rede de cooperação da ASSETUR refere-se a um momento, uma espécie de “congelamento” das interações que estão em constante construção. A dinâmica de continuidade e descontinuidade dos vínculos por si só apresentava um desafio para a minha análise. Principalmente, por não ser possível acompanhar tudo, sobretudo com as interações no privado que ocorriam no *WhatsApp*, as quais não tinha acesso.

## **6.2 Nuanças Presentes nas Interações Sociais da Rede de Relacionamento da ASSETUR**

Para entender a construção do cenário descrito nos mapas, apresentados nas páginas 176 e 179, é importante a compreensão do que atribui a um ator a condição de influenciador. Para isto passei a olhar as nuances entre as interações sociais geradas na rede de relacionamento da ASSETUR. As interações efetivadas entre os atores ao longo das reuniões e os diálogos com os interlocutores ajudaram a mapear as influências de cada ator e quais possuíam vínculos mais próximos (laços fortes) ou mais distantes (laços fracos). Este exercício foi muito difícil porque o coletivo estudado é muito dinâmico. Isso resultava na consolidação de interações muito densas e em outros momentos mais esparsas produzidas por um único ator. Além da interdependência entre as organizações e do duplo vínculo que permitia a circulação dos atores em distintas organizações. A começar por mim, que sou da UFRRJ, participava do Colegiado e do PEPEDT e era considerada como uma voluntária da associação.

Mesmo diante do dinamismo, a maioria das respostas sobre o posicionamento dos atores na rede corroborava com algumas informações presentes no mapa de influências e dependências. Sendo assim, os agentes citados como mais próximos eram normalmente os mais influentes no mapa, como a Secretaria de Turismo de Rio Claro, a Prefeitura de Rio Claro e o Trade Turístico. Mas ao olhar o mapa de influências com dados de observações constatei que algumas organizações que ocupavam o lugar de mais influentes eram os que possuíam vínculos mais fracos, comprovando a tese de Granovetter (1973), a força dos laços fracos.

O entendimento que tenho por vínculos ou laços mais fracos segue os princípios de Granovetter (1973), são os que assumem a função de ponte (ligação/articulação) e os mais distantes do centro das articulações. Didaticamente, é o que Steiner (2006) chama de “o amigo do amigo”. Seguindo estes princípios, os laços mais fracos seriam: o SEBRAE, PEC, *Convention Bureau* do Caminho dos Jesuítas, prefeituras e secretarias de Mangaratiba e Itaguaí, os Conselhos de Turismo, o Efeito Tuca, COMDEMA, a UFRRJ, voluntários e Produtores Rurais. Os fortes seriam: Prefeituras e secretarias de Rio Claro e Pirai, Trade Turístico e o ITERJ. Porém, tal posicionamento não é tão simples assim, as percepções dos atores impunham várias condições para os laços fracos e fortes. Além daqueles que oscilavam entre os dois tipos

de vínculos como o PEPEDT. No trabalho de campo e no mapa de influências e dependências percebi que os laços fracos possuíam potencial para se tornarem laços fortes, como já apontava Granovetter (1973). Mas aqui a mudança de posições ficava a depender do contexto social vivido e de fortes influências externas, como a pandemia.

Os agentes que possuem laços fortes não foram definidos pela simples relação de proximidade. Este tipo de vínculo passava pela fluidez e rapidez na comunicação, pelo capital social que dominavam e pela interação com o território vivido.

O capital social moldava as oportunidades e as barreiras que eram postas a cada ator, como também delimitavam determinadas ações a partir das regras estruturais e comportamentais (STEINER, 2016). Isso significa dizer que grupos com laços fortes geram fluxos contínuos de informações e de capital social, agregando mais valor à rede. Por outro lado, a imersão e a alta intensidade nos vínculos sociais estabelecerá uma espécie de controle entre os atores, em nome da coesão social (GRANOVETTER, 1973, STEINER, 2016).

Os atores com laços mais fortes possuíam interações com muitos problemas de diálogo, assim como os de laços fracos. Desse modo, no jogo entre os tipos de interações há outros elementos que definem a intensidade dos vínculos. A proposta aqui é revelar estes elementos, a começar pelos ruídos na comunicação ou a falta de dificuldade de diálogo (elemento comum nas relações entre atores laços fortes e fracos), a ausência no cotidiano vivido, o capital social valorizado pelos associados e a desconfiança com determinados atores. Por fim, chamo atenção para a importância dada ao fato de estarem incluídos em um coletivo, pois “pertencer um grupo é possuir um capital social, ou se já, é possuir um recurso que facilita as transações (STEINER, 2016, p. 81,). Por este motivo, uso como instrumento analítico o esforço de alguns atores de evitarem conflitos, mesmo portando olhares que divergiam do que estava sendo colocado. O conflito, como instrumento analítico, será abordado no próximo capítulo como algo que colocava em risco os laços e a participação.

### **6.3 Dificuldade nos Diálogos entre os Parceiros e entre Interesses Individuais e Coletivos**

Na rede de cooperação da ASSETUR ruídos na comunicação eram permanente entre os agentes que ocupam a condição de laços fortes e fracos. Esta ausência é presente principalmente nas interações entre instâncias governamentais, inclusive do mesmo território. Ou seja, entre agentes que possuem laços fortes.

Os problemas na comunicação entre os pares dentro das prefeituras e secretarias, geraram discursos da seguinte forma: “Ah!! Não sou a melhor pessoa para falar das relações construídas entre o Colegiado BIG e a prefeitura. Quem pode responder é o secretário de Agricultura” (representante do poder público). Ou ainda, “Essa pergunta passarei para meu amigo porque ele que acompanha essa relação, Colegiado do BIG, PEPEDT e UFRRJ” (representante o poder público). A falta de diálogo entre os pares, da mesma secretaria e pastas tão próximas, somadas as descontinuidades nos cargos políticos em função de corrupções ou de trocas efetivadas nos processos eleitorais, é bem grave. Não é possível planejar um turismo que diz promover o desenvolvimento local se não há diálogo entre as secretarias de cultura, agricultura, saúde e de transporte, por serem pastas vitais para o fazer turístico. Principalmente partindo do princípio de que o turismo é uma atividade essencialmente que depende de ações do poder público e não público. Requerendo uma gama de interações (nós) e quanto mais interações com diferentes atores, maiores são as chances do turismo promover tal desenvolvimento e do poder público alcançar o que lhe cabe no processo, como organizar a infraestrutura, elaborar normalização, articular diferentes atores, harmonizar conflitos e articular a qualificação profissional.

A falta de diálogo e ruídos na comunicação entre os pares gerava uma fragmentação no processo e dificultava a compreensão sobre o que o outro fazia e a sua importância no coletivo.

Uma vez que este processo não tinha continuidade, os Secretários de Turismo investiam em proposições básicas que já deveriam ter sido efetivadas em gestões anteriores ou por outras secretarias. O que gera o enorme equívoco de achar que obras de infraestrutura são de responsabilidade da Secretaria de Turismo e com isto os recursos destinados para o turismo não são efetivamente aplicados em proposições que dizem respeito a prática turística. Os ruídos e constantes rupturas nas interações do poder municipal geravam a falta de clareza do papel de cada agente e de seu significado. Indo muito além das secretarias de turismo.

Em entrevistas com representantes da secretaria de Turismo de Rio Claro e de Mangaratiba a necessidade da construção de uma governança consolidada em práticas cooperativas foi um elemento em comum. Alguns relatos da secretaria indicaram a dificuldade de os gestores dos meios de hospedagem não entenderem o papel que lhes cabiam em uma rede de cooperação a favor do turismo. Como exemplo, citou a não compreensão do cadastro no CADASTUR e como isso impactava todo um coletivo e limitava as ações de apoio que a prefeitura poderia consolidar.

Sabe-se que ao pensar em planejamento e projetos turísticos o setor privado aparece como um agente principal. Isso se repete na ASSETUR e confirma que as interações sociais produzidas em um coletivo são fundamentais para o fazer turístico, diante das diversas atividades que o compõe e de sua complexidade política, ambiental, econômica e social. Daí a necessidade dos diferentes empreendimentos do trade turístico compreenderem suas responsabilidades. Pois, estas desencadearão contribuições de outros atores. Isso passa ser um princípio em um campo que se reconhece o outro como parceiro, gerando responsabilidades e ações cooperativas entre si de forma continuada como, por exemplo, vendendo ou divulgando o produto do outro ou através de elaboração de roteiros que interliguem os diversos serviços e atrativos turísticos da rede. Tal prática se constituía um desafio porque para alguns interlocutores a busca por interesses próprios era algo a ser vencido:

Estou pensando em chamar alguém do Quilombo para participar das reuniões. No Quilombo eles estão recebendo visitantes, fazem feijoada. Tem sido bem interessante. Vejo como um início de um Turismo de Base Comunitária, mesmo. Não é como no nosso grupo; cada um tem o seu lucro. No Turismo de Base Comunitária de verdade, o lucro é dividido por todos. Na prática eles (o coletivo da associação) não sabem trabalhar em grupo, estão tentando. Acho que o grupo tem muito que aprender. O nosso grupo no fundo busca seus interesses, com isso acabam trazendo benefícios para o coletivo. Acho que será bom a participação dos quilombolas, vai ajudar (Alzir).

Em falas observadas nos intervalos de reuniões também notei desafios que se circunscrevem na lógica individualista de uma sociedade regida por um sistema capitalista, onde o outro não é percebido como “uma parte de um coletivo” e sim como um concorrente. Ter esse olhar inviabiliza a percepção de que o turismo é um negócio coletivo e colaborativo, como era pontuado na maioria das vezes pelo coletivo. O fazer turístico precisava se fazer com muitas mãos, com uma diversidade de produtos, com trocas, atores e empreendimentos que se conectam para além dos limites de um território.

A dimensão individualizada colocava em cena o questionamento do que seria um coletivo e um turismo com base sustentável. Ambos são dependentes de redes de troca e de negociação que desembocam em uma governança com um sentido mais amplo. O que parece ser buscado não é apenas um processo paritário, um lugar de fala, de escuta e que possibilita o “decidir junto”, e, sim, um espaço que permite um ganha-ganha consolidado nas redes de relações sociais. Este ganha-ganha pode ser de natureza econômica, sem significar uma contradição no campo social. Uma vez que os diferentes campos se entrelaçam, partindo do princípio de que a “ação econômica é socialmente situada; é uma forma de ação social” (GRANOVETTER, 1993 *apud* FREITAS, 2017, p. 7).

## 6.4 Ausência no Cotidiano Vivido

A presença no cotidiano vivido era um elemento que definia se um ator tinha vínculos fortes ou fracos. Tal questão sobressaiu na relação com três parceiros, o Colegiado, a UFRRJ e o PEPEDT. Independente das divergências de percepções citadas acima, estes agentes provocaram debates iniciais que despertaram interesses e articulações que resultaram na formação da ASSETUR.

Ao entrevistar uma interlocutora, presente desde o início do processo da associação, fui surpreendida com a seguinte resposta: “É fraco. Nem sei o que é PEPEDT direito. O que é PEPEDT? Me fala, o que é?”. Depois de um silêncio, a entrevistada olhou para mim e disse: “Ah! Depende. Se você for PEPEDT é forte”. Nesta mesma entrevista quando perguntei a relação do Colegiado BIG com o empreendimento e com a ASSETUR, obteve-se a seguinte resposta: “Fraca. Nunca colocaram o pé aqui. Zezinho (nome fictício) nunca colocou o pé aqui, no assentamento, a não ser naquela reunião (...)”. A expressão “nunca colocaram o pé aqui” tinha um sentimento de que a ausência no cotidiano interferia no valor atribuído a instituição e ao conhecimento que possuíam, mesmo que esta instituição tivesse grande representatividade em uma esfera mais ampla.

Ao longo das conversas fui percebendo que meu posicionamento no coletivo investigado tornava mais complexa a tarefa de construir percepções sobre organizações as quais eu pertencia. O que ocasionava um tempo maior na elaboração das respostas em relação a parceria com a UFRRJ, o Colegiado e o PEPEDT. Cheguei até dizer “Ao responder não tenha em mente que você está falando de uma organização a qual faço parte”. Obviamente que isso não funcionava integralmente. O que os faziam se sentirem mais à vontade eram dois motivos. Primeiro, a relação de amizade e confiança construída ao longo do processo. O segundo motivo por que não compartilhava de tudo que se propunha. O que é normal, o fato de um dado ator participar de uma instituição não exclui a sua individualidade. Participar pressupõe tensões entre o individual e coletivo. Neste sentido, era um ser como eles que vivia os mesmos embates, o que justificava a expressão “Você me entende”. Se por ora vivia os mesmos embates, entenderia algumas críticas elaboradas na expectativa de que os vínculos fossem melhorados com tais parceiros. Neste sentido, assumia a função de “ponte” entre os associados e o grupo os quais participava.

Também a de se considerar que a face da UFRRJ, que tais interlocutores tinham acesso, era da extensão universitária (desenvolvidas por mim, pelo PEPEDT, em sua maioria pelos doutorandos do PPGCTIA, e pelo Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR)). Para alguns interlocutores a relação de interdependência entre o Colegiado BIG, a UFRRJ e o PEPEDT gerava uma percepção de que estavam diante de um único agente. Principalmente, porque o Colegiado era orquestrado por um professor da UFRRJ que também era o responsável pelo PEPEDT.

Independentemente se a UFRRJ era percebida ou não como uma esfera mais ampla do que o PEPEDT e o Colegiado, havia a concordância de que era um ator fundamental, mas precisava ser mais atuante ou explicitar melhor o seu real papel no coletivo. Como relatou uma interlocutora “A Rural está ali, mas não sabemos de fato qual é o seu papel” (Valéria). O fato de “estar ali” carregava a ideia de que há qualquer momento a UFRRJ poderia ser acionada, mesmo sem total convicção de sua ação. Algo similar acontecia com o PEPEDT, nem todos os associados tinham um entendimento de seu significado. Fato que o colocava como um agente com duplo vínculo, fraco e forte.

O discurso da primeira interlocutora apresentou questões que se conectam. Verificou-se que a falta de compreensão, sobre o que representa uma dada organização e em que sentido ela

somará, gera algumas frustrações que poderiam ser resolvidas por diálogos contínuos, sobretudo por parte das instituições que se aproximam da comunidade e dos demais atores.

A fala da interlocutora também evidencia o problema de resumir a ação de um coletivo em uma única pessoa. Partimos do pressuposto de que um coletivo é composto por um conjunto de individualidades e, por vezes, esse coletivo possui diversas frentes. O não reconhecimento de uma compreensão maior do que é um coletivo, tanto por parte de atores de dentro ou de fora, fragilizava o processo em curso.

A segunda questão a ser ressaltada no discurso é a crítica que emerge quando a interlocutora diz “Nunca colocaram o pé aqui”. O que presenciei inúmeras vezes em relação a alguns parceiros era a efetivação de interações em espaços mais coletivos e em arenas políticas, como em secretarias municipais e em câmaras de vereadores – lugares entendidos pelos interlocutores como espaços de domínio do poder público. Não se organizava reuniões em espaços de domínio das comunidades locais. A questão que se colocava era de que o significado de ser parceiro não era orientado pelos mesmos parâmetros.

O quadro desenhado, fez-me lembrar da importância de trabalhos etnográficos que tiveram legitimidade ao se afirmar a ideia de que o pesquisador “esteve lá” (no espaço a ser estudado). A mesma dinâmica surge no olhar desta entrevistada, como a de outras (os), para ser parceiro a ponto de ser localizado como laços fortes é necessário “estar lá”. Isso significa ver o cotidiano do parceiro, conversar e trocar saberes. É um “fazer com”, como define Boaventura (2020, p.13) ao fazer uma crítica aos intelectuais, “Medeiam entre si, entre suas pequenas-grandes divergências ideológicas. Escrevem sobre o mundo, mas não com o mundo”.

Para Boaventura (2020), a riqueza do “junto com”, ou seja, da participação qualitativa nas decisões não se resume na presença corporal em uma reunião. Ela deve extrapolar o espaço da reunião e invadir o território vivido dos reconhecidos como “peritos” ou os “não peritos” de Boaventura ou “os da Serra e os que não são da Serra” conforme a visão de “meus” interlocutores. Será essa “invasão” que forjará parceiros de vínculos fortes que se reconhecem mutuamente independentemente das posições que venham ocupar na rede. Nesta perspectiva, a reunião era um ponto de partida, uma “ponte” para as articulações nos territórios vividos.

Em diálogo com esta questão apareceu, uma única vez, uma fala que destoou de todos os atores, porém muito significativa evidenciando a complexidade das interações de uma rede de cooperação. É sabido que a Prefeitura de Rio Claro foi um agente presente, esteve em todas as reuniões e articulou ações importantíssimas para o fortalecimento da ASSETUR perante os seus parceiros. Mesmo diante deste panorama foi considerada, por um ator da direção e muito influente dentro da ASSETUR, como um agente de vínculo fraco por não reconhecer que Mangaratiba está dentro do Circuito EntreSerras. O interlocutor justificou o fraco vínculo com a seguinte fala:

A prefeitura de Rio Claro é muito atuante, mas a preocupação deles é mais com aquela região de Lídice. Não está em nosso eixo, apesar de ser Turismo Rural. Eles têm avançado no turismo, mas a gente não está inserido na prioridade do turismo deles. Eles consideram São João Marcos com um dos principais pontos turísticos deles. Eles esquecem que São João Marcos foi Serra do Piloto. Quando acabou a cidade uma parte da população ficou em Mangaratiba, a outra em Lídice, Itaguaí e em Pirai (Pedro).

Na concepção deste interlocutor um vínculo forte vai além de proximidades, de uma presencialidade concreta, engloba um compartilhar de interesses capaz de romper com delimitações territoriais e gerar o reconhecimento da territorialidade do outro abrangendo toda a sua representatividade histórica e cultural.

As falas dos interlocutores indicam que ser um ator com uma posição privilegiada na rede de relacionamento é necessário fazer parte do cotidiano e reconhecer o que é vivido no

território (RAFFESTIN, 1983). Desta forma, há uma compreensão coletiva da necessidade do fortalecimento das territorialidades que impulsiona a base da ASSETUR e cada ator que faz parte da rede. Na perspectiva de alguns interlocutores, isso é essencial “para que a ASSETUR não se perca”, principalmente quando a rede de relacionamento se tornar mais densa.

## 6.5 Capital Social Valorizado pelo Coletivo

Se distanciando um pouco do significado de “estar ali” como uma representação concreta, retomo a expressão em uma perspectiva mais simbólica. A expressão de que a universidade rural “estava ali” na condição de ser acionada a qualquer momento, deixava pistas de que sua presença no coletivo, mesmo distante, trazia legitimidade as ações do grupo e a certeza de que haveria um capital social disponível na rede de relacionamento. Reconhecer e buscar o capital social é afirmação do que Granovetter (1973) apontara, o capital social é distribuído de forma desigual em uma rede social. Sendo assim, uma das vantagens de estar dentro de uma rede de relacionamento é a possibilidade de se apropriar de um dado capital social como um caminho para a autonomia e o empoderamento dos atores.

O conceito de capital social aplicado nesta análise parte de definição de Steiner (2006) que tem influências de Pierre Bourdieu (1980) e de Coleman (1990). Sendo entendido como um conjunto de recurso social (real ou potencial) que podem ser apropriados pelos atores na rede de relacionamento, visando o alcance de seus objetivos (STEINER, 2006). Nesta leitura, o capital social pressupõe uma ação coletiva que se associa a imersão social e aos vínculos sociais presente nas redes, ou seja, a noção de capital social também se funde a ideia de rede. Para Steiner (2006, p.81), “a rede é um elemento da vida social” e a produção social gerada em seu interior é vital porque sem ela não é possível alcançar alguns resultados. Todavia, é uma dinâmica que demanda investimento para coadunar e manter os vínculos (STEINER, 2006).

Ao longo do trabalho de campo observei que havia uma busca constante “por aprender” e trocar conhecimento com os parceiros. Por vezes, ouvia a expressão “Ah! Não sou perita no assunto, quero que a universidade venha aqui, o Colegiado e o ITERJ. Quero aprender e trocar” (Flávia). Chamo atenção para a expressão “aprender e trocar”, há uma convicção de que “não são peritos”, mas possuem conhecimento que merece ser compartilhado e reconhecido pelos parceiros.

A questão que pontuo não escapou a Steiner (2006, p. 108) ao tentar compreender como “a economia (saber) “performa” a economia (prática)”. Em seu texto, Steiner (2006) provoca uma reflexão sobre o conhecimento teórico e outros saberes e como isso se materializa em uma atividade econômica.

Não há como deixar de reconhecer que os conhecimentos de economia dos agentes vêm de outras fontes; eles são extraídos de valores diversos ou de exigências axiológicas de ordem política, ética, religiosa que conformam o modo como os indivíduos pensam sua existência (*Ibid.*, p.110).

O “não sou perita” às vezes era seguido de uma análise contundente sobre um turismo mais integrador ou sobre temas correlacionados. Não eram atores da área do turismo, mas tinham uma expertise construída com os saberes disponíveis nas pequenas redes as quais faziam parte, muito antes de entrarem na associação.

Discursos nesta direção me levou a perceber que no contexto social estudado o que definia a importância do ator dentro da rede era o tipo de capital social que um dado ator possuía. É isso que fazia a universidade rural ser entendida como uma forte parceira, pois era percebida como detentora e produtora de conhecimentos, capaz de compartilhar saberes e ampliar a rede de relacionamentos dando mais autonomia a ASSETUR e a seus membros. Essa



percepção se mantinha mesmo diante da não clareza de sua contribuição a curto prazo e de estar na rede como “o amigo do amigo”, ou seja, um vínculo característico de um laço fraco.

Isso de certa forma, correlacionava-se a segunda característica mais relevante para o grupo, a capacidade de mobilizar recursos públicos ou particulares para questões diretas e indiretamente associadas ao turismo. Os atores que mais detinham esta característica eram do poder público e do setor privado. A UFRRJ se destacava com as parcerias efetivadas com outras instituições e pelas atuações do PEPEDT.

A maioria dos atores da comunidade local não detinha os elementos que atribuem a condição de centralidade na rede, conhecimento teórico e a capacidade de mobilizar recursos. No entanto, valorizava-se estes elementos e buscava-se obtê-los por meio de projetos que visavam a capacitação, fomentados pelo SEBRAE, SENAR, UFRRJ, PEPEDT e de outras instituições. Neste sentido, há um exemplo emblemático que aponta esta busca e como as relações sociais no interior da rede são importantes para a obtenção do conhecimento que redundará em um reposicionamento no campo construído pela ASSETUR:

No colegiado tinha aquele curso de Jovens Formadores<sup>24</sup>, né. Aí o Ronaldo<sup>25</sup> chegou no assentamento e disse que eram três vagas para cada município e que tinha uma vaga ainda. Olhei para a cara dele e disse “Quero esta vaga para meu filho”. Falei “Aqui (o Sítio) é Rio Claro”. Falei ‘Pelo amor de Deus, quero esta vaga’. Automaticamente o João Emílio colocou a vaga para mim. (...). Lá na reunião do Colegiado da BIG quando mencionaram este curso, eu falei para a Vilma (jovem assentada): ‘Eu preciso de uma vaga dessa. Não sei como vai ser, mas quero isso’. Acho que isso foi um ano antes de começar o curso. É assim, a gente tenta colocar os nossos filhos no caminho. Nós temos um potencial que é o sítio. Já tem os meus pais com certa idade e nem que eu tenha que assumir hoje, mas chegarei a uma certa idade. Depois de mim, alguém vai ter que assumir. Falo isso para eles que eles precisam se preparar. (...) Na hora de colocar a mochilinha nas costas e ficar 10 dias preso na rural, ele não queria ir. Eu disse ‘Ah! Vai’. Foi e passou a amar. (...) Hoje está na graduação na rural, em Educação do Campo, e encaminhado no Sítio, tomando a frente com meu pai. (Clara).

A certeza de que “precisava de uma vaga” partia do reconhecimento que as reuniões da ASSETUR e do Colegiado são espaços de disputa onde o conhecimento atribui legitimidade aos atores. A inserção do filho no curso de Jovens Formadores acabou se tornando um caminho de encantamento para que entrasse na universidade. Esta entrada era muito significativa, passava por dois motivos: a obtenção do capital intelectual era uma estratégia para fortalecer a sua família no campo de disputa que é ASSETUR, e, para obtenção de outros saberes com o intuito de ampliarem o conhecimento que possuem como uma via a sucessão familiar na propriedade rural que possuem.

Se por um lado, a sua ação evidenciava que não possuía o conhecimento acadêmico que estava em jogo, por outro lado, sobrepujava que tinha habilidades para articular vários atores. A forte imersão social na rede de relacionamento contribuiu para estar em uma condição privilegiada que lhe permitiu apropriar-se e a desenvolver outros recursos, tão valiosos quanto o conhecimento acadêmico – a confiança, amizade e habilidade na articulação com atores de três municípios.

---

<sup>24</sup> O curso citado tinha como título: Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. O projeto aconteceu em 2018 e foi uma parceria da UFRRJ com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, objetivando formar 56 jovens rurais, com idade de 15 a 29 anos das regiões Serrana, Baixada Fluminense, Baía da Ilha Grande e Norte Fluminense. A proposta metodológica se deu pela pedagogia da alternância e os(as) jovens tiveram o compromisso de multiplicar os conhecimentos adquiridos para outros jovens de suas localidades, totalizando 430 jovens envolvidos no projeto.

<sup>25</sup> Ex-secretário de meio ambiente de Rio Claro, Gestor do Parque Cunhambebe e membro do Colegiado da BIG.

Esta interlocutora também utilizava seu capital social em benefício do coletivo. Na reunião da associação, que ocorreu no dia 18 de maio de 2022, acionaram a sua habilidade para interagir com o poder público de Rio Claro e Piraí visando a comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil, ocorrido nas Serras e sob a responsabilidade da ASSETUR.

O mesmo se repetiu diante da necessidade de ajudar a população de Lídice/Rio Claro após fortes chuvas e transbordo de rios que cercam a cidade, em 2022, gerando morte de animais, um cenário de várias famílias desabrigadas e perdas significativas nos empreendimentos turísticos da cidade. O cenário gerou muita comoção e ajuda fomentada a partir da comunidade local da rede de cooperação da ASSETUR.

As experiências observadas evidenciaram que acionar o capital social da rede não foi dado, tão somente, de forma instrumental, objetivando os interesses próprios de um ator ou de pequenos grupos. A operacionalização do capital social foi forjada nos vínculos intergrupais entre atores de dentro e de fora da rede, o que gerava relações extraterritoriais formadas na maioria das vezes por atores da comunidade.

## **6.6 A Desconfiança nos Laços**

Para alguns associados estar na condição de laços fortes não significa ausência de desconfiança ou ter uma representatividade expressiva nas reuniões. A participação dos atores públicos nas reuniões da ASSETUR em relação ao setor privado é bem menor. No entanto, se admite a importância do poder organizacional do setor público ao se comparar com o setor privado, mesmo que este tenha o poder econômico e seja mais representativo numericamente nas reuniões. Neste caso, há uma valorização do poder organizacional da esfera pública sobre o poder econômico da esfera privada. Este reconhecimento intensifica buscas por parcerias com o poder público. Mesmo diante deste quadro, há uma parte do grupo que atribui um baixo nível de confiança nesta esfera, sendo notória em alguns relatos, como “Temos que fazer nós mesmos. Não dá para esperar pelas secretarias, pelo poder público” (empreendimento do trade turístico, 2019).

Outro parceiro da rede que vivencia uma relação ambígua é o SEBRAE, que foi a principal instituição articuladora de todo processo turístico dos municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Itaguaí e Piraí. O SEBRAE ora é entendido como um laço forte, ora como um laço fraco. Uma parte do grupo reconhece na articulação com o SEBRAE uma forma de se promover o bem comum através de cursos de capacitação e de um planejamento participativo que poderá trazer benefícios a todos os envolvidos.

Já a outra parte do grupo expressa uma certa desconfiança com a instituição que advém de experiências negativas que outros grupos tiveram e que se esbarram nos limites que cercam a noção de regionalidade nos projetos do Sebrae ou a sua ausência, que por vezes desconsidera a diversidade de cada território. A desatenção a este aspecto pode gerar um processo de homogeneização fundamentado em uma lógica globalizante de mercado que deprecia toda a polarização presente no território e em seus micro espaços. Assim, se negligenciam distintas dinâmicas que forjam tempos díspares de amadurecimento de todo o conjunto de atores envolvidos em atividades turísticas, a escolha da tipologia adequada de turismo para uma região, a construção de redes de sociabilidade e de cooperação tecidas por uma racionalidade social e não tão somente pela racionalidade econômica.

A interação com o SEBRAE estabelece no coletivo a noção de que laços fortes não se constituem pela proximidade em si, mas por relações duradouras. Neste sentido, um agente pode ser fundamental no processo. Porém, com uma atuação mais pontual, determinada por um espaço temporal. Enquanto, os parceiros mais fortes são aqueles que consolidam a base da associação e que percorrerão uma longa trajetória com o coletivo, como por exemplo as pessoas da comunidade e do poder público.

Já a parceria com a universidade carrega a expectativa, ainda que timidamente, de se ampliar a rede da ASSETUR, incorporando à rede da associação os parceiros da UFRRJ, formando então laços mais esparsos e vínculos com atores periféricos ou mais distantes (GRANOVETTER, 1973; BRANDÃO, 2014). Este formato favorece mais autonomia às ações, gera rapidez aos processos e garante a pluralidade na rede.

No coletivo da associação buscava-se também parcerias com as outras instituições de ensino com o objetivo de minimizar a lacuna de um conhecimento mais técnico e científico. Essa parceria é uma saída apropriada, mas às vezes limitada por haver uma dificuldade de se desenvolver projetos “com” a comunidade, na perspectiva de Boaventura (2020). Alguns projetos pareciam ser desenvolvidos “para” a comunidade, oriundos das expertises acadêmicas sem um diálogo com o conhecimento da comunidade. Pensava-se alguns projetos sem ouvir as demandas da comunidade. Rever tal postura é crucial, pois as novas alternativas estão associadas a um modelo mais democratizado, com a proposição de um conhecimento construído com diferentes pares, intelectuais e a sociedade, sendo capaz de produzir um conhecimento mais coletivo e integrador. Este reposicionamento atribui novas autorias ao processo do conhecimento, não sendo mais entendidos como uma produção feita por especialistas e sim por “comunidades especialistas” – junção da academia com a comunidade (SANTOS, 2020). Somente assim será possível construir um conhecimento emancipatório e que dialoga com saberes não hegemônicos.

Para além destas questões, acionar as redes, mesmo com laços cercados por desconfianças, parecia ser uma estratégia para gerar mudanças no plano decisório e diminuir alguns impactos ou pelo menos adiar problemas de projetos que despertavam suspeitas. Essa preocupação normalmente direciona-se à grandes empreendimentos e à algumas prefeituras. Aqui vale pontuar que a prefeitura de Mangaratiba que é percebida por alguns membros da associação com uma certa desconfiança, a ser explicitada em dois exemplos a seguir. Antes da pandemia os produtores rurais dialogavam com a ASSETUR entendendo que sua produção local, especificamente de queijo, poderia ser uma espécie de souvenir turístico a ser vendido nos empreendimentos locais. No entanto, ocorreram embates com a prefeitura de Mangaratiba que desejava construir dentro do assentamento Fazenda Rubião uma cooperativa de queijo onde a produção estaria sob responsabilidade exclusiva da prefeitura, cabendo aos produtores apenas a entrega do leite. Isso significaria a perda da autonomia na produção de queijo por parte dos produtores rurais.

Vencida tal proposta, se configurou o desafio de se impor a ideia de permitir maior especulação imobiliária de terras dentro do assentamento rural objetivando a intensificação do turismo. Especulação que teria o consentimento da prefeitura ao facilitar a venda de lotes. A especulação imobiliária nas Serras tem sido fortemente questionada pela ASSETUR. Na concepção dos interlocutores, o início de uma parceria entre o ITERJ e a ASSETUR poderá frear tal processo ao apoiar a criação de um Centro de Memória do Rubião, em um casarão antigo dentro do assentamento, como um ponto turístico. Isso seria a primeira ação para inserir a comunidade do Rubião no circuito turístico e assim proteger o território de uma especulação que descaracteriza o assentamento rural e consequentemente o turismo rural. E porque não dizer, proteger de um processo de desterritorialização.

O quadro apresentado evidencia que a ASSETUR tem buscado a consolidação de interações entendidas como uma forma organizacional em oposição ao modelo de mercado que prioriza relações verticalizadas (POWELL, 1990). Os múltiplos nós, construídos a partir de interações, se conectam de forma ilimitada, se fortalecem e promovem interdependência de recursos e trocas, trazendo muitos benefícios e embates importantes para a construção do coletivo e de individualidades que fazem parte do processo. Essa esfera é muito tensa podendo romper laços sociais, aproximar os antigos e construir novos.

## **6.7 Um Panorama dos Parceiros e da Posição que Ocupam no Campo Construído pela ASSETUR**

### **6.7.1 Tratamento dos dados**

Para a construção dos gráficos/mapas foi necessário a realização de três passos. Primeiro defini os parceiros da ASSETUR. Os parceiros da ASSETUR foram mapeados a partir das reuniões e de outros espaços em que a associação esteve presente. Após a construção de uma lista encaminhei a mesma aos interlocutores-chaves visando um parecer do coletivo sobre as minhas impressões. Como resultado desta interlocução construí uma lista com 26 parceiros da ASSETUR. Nesta contém a descrição e o nome da organização abreviada utilizado pelo programa, como observável abaixo:

- 1 - Associação de Empreendedores de Turismo nas Serras Históricas Piloto e Matoso (ASSETUR) – A associação é composta por diferentes atores que atuam em atividades turísticas direta e indiretamente. Prioriza o diálogo com o poder público, setor privado e a comunidade local, tendo como proposta promover o desenvolvimento local de áreas rurais por meio do turismo.
- 2 - Parque Estadual Cunhambebe (PEC) – O parque ambiental engloba parte dos municípios de Angra dos Reis, Rio Claro, Mangaratiba e Itaguaí, atingindo trechos das Serras do Piloto e Matoso. Tem como finalidade preservar o ecossistema da Mata Atlântica, realizar pesquisas e ações de educação ambiental gerando contato com a natureza e o turismo ecológico.
- 3 - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) – Instituto que visa democratizar o acesso à terra, mediar conflitos e processos de regularização fundiária, oferecer suporte técnico aos assentados e executar política fundiária do Estado direcionado a assentamentos urbanos e rurais.
- 4 - Pequena Central Hidroelétrica do Rio do Braço (PCH) – A finalidade da pequena usina hidrelétrica PCH é gerar energia elétrica com a exploração do potencial hidráulico do Rio do Braço, nos municípios de Rio Claro/RJ e Bananal/SP. No município de Rio Claro/RJ apoia projetos turísticos e de outra natureza.
- 5 - Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) – O órgão tem a responsabilidade propor debates e soluções para usos de recursos naturais de forma ambiental e sustentável, envolvendo instâncias públicas, setores políticos e empresariais.
- 6 - Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) – O programa é formado por alunos e professores da UFRRJ que por meio de ações multidisciplinares visam o Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Baía da Ilha Grande.
- 7 - Efeito Tuca – É uma agência de comunicação, com fins lucrativos, voltada para negócios sociais e ambientais, com o objetivo de contribuir com negócios que tenham potencial em transformar e se conectar com o maior número de pessoas. Possui uma estrutura que lhe permite participar de licitação pública.
- 8 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, localizada em Seropédica, RJ.
- 9 - Colegiado BIG – É uma instância que busca aglutinar interesses governamentais, do setor privado e da sociedade civil, dentro do território da Baía da Ilha Grande, Rio de Janeiro, contribuindo com debates e ações para um Desenvolvimento Territorial Sustentável.
- 10 - Guia de Turismo – Profissionais do turismo responsável por guiamento de turistas e visitantes, tendo relação ou não com a comunidade e os empreendedores das Serras do Matoso e Piloto.

- 11 - Voluntários – Atores sociais que compartilham com o projeto fomentado pela ASSETUR, engajados em reuniões e grupos de trabalho. Não são residentes nas Serras e nem empreendedores turísticos da região. São atores que criaram laços com a região a partir de relações familiares e de trabalho – direta ou indiretamente com os territórios de alcance da associação.
- 12 - Trade Turístico das Serras – Conjunto de equipamentos que viabilizam direta e indiretamente as atividades turísticas, sendo gestado por empreendedores das Serras ou que residem na Zona Sul do Rio de Janeiro e suas proximidades.
- 13 - Produtores Rurais das Serras – atores sociais que vivem em áreas rurais, explorando a terra para subsistência ou fins econômicos, utilizando-se da agricultura, da pecuária ou de atividades não-agrícolas, como por exemplo o turismo.
- 14 - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE) – É uma entidade privada que fomenta o empreendedorismo, promove consultorias para formalização e capacitação de micro e pequenas empresas.
- 15 - Prefeitura de Rio Claro – Sede do poder executivo do município de Rio Claro com responsabilidades de administrar a cidade com recursos públicos, visando um conjunto de ações que garanta bens, serviços e políticas essenciais à vida.
- 16 - Prefeitura de Mangaratiba – Sede do poder executivo do município de Mangaratiba com responsabilidades de administrar a cidade com recursos públicos, visando um conjunto de ações que garanta bens, serviços e políticas essenciais à vida.
- 17 - Prefeitura de Pirai – Sede do poder executivo do município de Pirai com responsabilidades de administrar a cidade com recursos públicos, visando um conjunto de ações que garanta bens, serviços e políticas essenciais à vida.
- 18 - Prefeitura de Itaguaí – Sede do poder executivo do município de Itaguaí com responsabilidades de administrar a cidade com recursos públicos, visando um conjunto de ações que garanta bens, serviços e políticas essenciais à vida.
- 19 - Secretaria de Agricultura de Pirai – A secretaria atua para desenvolver políticas de desenvolvimento rural por meio da promoção e coordenação de pesquisa e diagnóstico e de convênios com instituições públicas e privadas. A secretaria promove diálogo com a população rural e tem sido um dos fortes parceiros para o turismo rural na Serra do Matoso.
- 20 - Secretaria de Cultura, Turismo, Eventos, Esporte e Lazer de Rio Claro – Tem como responsabilidade planejar, apoiar, elaborar e propor ações e políticas que possam desenvolver o turismo, a cultura, o esporte e lazer na região. Bem como, criar parcerias com instituições públicas ou privadas visando o crescimento econômico e social por meio do turismo, cultura, do esporte e lazer.
- 21 - Secretaria de Turismo e Cultura da prefeitura de Mangaratiba – Tem como responsabilidade planejar, apoiar, elaborar e propor ações e políticas que possam desenvolver o turismo e a cultura na região. Bem como, criar parcerias com instituições públicas ou privadas visando o crescimento econômico e social por meio do turismo, cultura, do esporte e lazer.
- 22 - Secretaria de Turismo e esporte de Itaguaí – Tem como responsabilidade planejar, apoiar, elaborar e propor ações e políticas que possam desenvolver o turismo, a cultura e o esporte na região. Bem como, criar parcerias com instituições públicas ou privadas visando o crescimento econômico e social por meio do turismo, cultura, do esporte e lazer.
- 23 - TV Jaguanum – É responsável por gerar mídias e conteúdos enaltecendo os potenciais turísticos da Costa Verde/RJ. Atualmente a maioria das produções estão direcionadas a região praiana.
- 24 - Conselho de Turismo de Mangaratiba – É uma instância consultiva e deliberativa com a atribuição de promover discussões que venham fundamentar propostas e ações comprometidas com o desenvolvimento do turismo.

25 - Conselho de Turismo de Rio Claro – É uma instância consultiva e deliberativa com a atribuição de promover discussões que venham fundamentar propostas e ações comprometidas com o desenvolvimento do turismo.

26 - Convention Bureau Estrada dos Jesuítas – O Convention Bureau é regional, abarca os municípios de Seropédica, Itaguaí, Pirai, Mangaratiba e Rio Claro. Tem um papel importante na estrutura de governança do turismo. Busca consolidar a identidade de cada região e construir um novo interesse turístico tendo como fundamento a herança cultural dos Jesuítas.

27 - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) – É uma organização que agencia a capacitação profissional rural e a promoção social de atores que residem em áreas rurais.

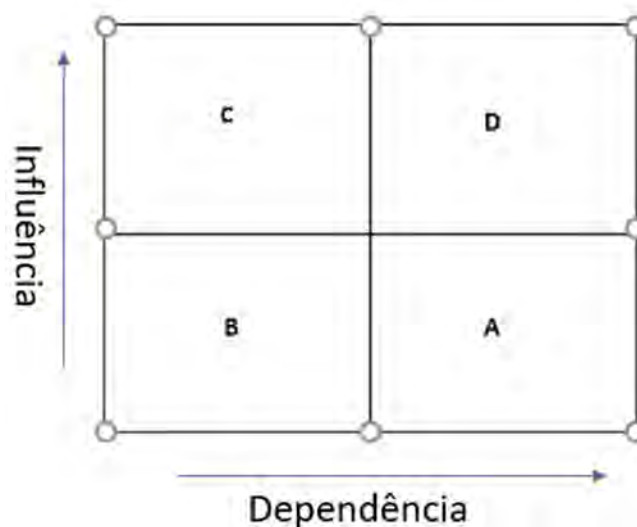
Após esta etapa alimentei o programa com as informações presentes na lista acima e reenchi a tabela com os níveis de influência. A primeira coluna da tabela localiza-se a ASSETUR e os parceiros. Em oposição a esta coluna há os mesmos agentes para cruzar os níveis de influências entre cada um. Os valores atribuídos vão de 0 a 3, sendo o zero (0) indicando nenhuma influência, o um (1) indicando influência fraca, o dois (2) influência média e o três (3) influência forte, conforme a Figura 34:

	1 : ASSETUR	2 : Parque Cun	3 : ITERJ	4 : Pref Itag	5 : PCH	6 : COMDEMA	7 : PEPEDT	8 : Efeito Tuc	9 : SecTur RC	10 : UFRRJ	11 : Coleg BIG	12 : Guia deTur	13 : Pref. Mang	14 : Voluntário	15 : Trade Tur	16 : Pref RC	17 : Prod Rural	18 : SEBRAE	19 : Pref Pirai	20 : Sec Ag Pir	21 : Sec Tu Mag	22 : Sec Tu Ita	23 : TV Jaguanu	24 : Cons T Man	25 : Cons Tu RC	26 : Conv Burea	27 : SENAR
1 : ASSETUR	0	1	2	1	0	2	1	3	3	2	2	1	1	3	3	2	1	1	2	3	3	1	3	3	3	3	1
2 : Parque Cun	3	0	1	2	0	3	2	0	3	1	3	2	3	3	3	2	1	0	2	0	3	3	0	1	0	0	0
3 : ITERJ	3	2	0	1	0	3	1	0	0	1	3	0	1	2	2	1	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
4 : Pref Itag	1	2	1	0	0	2	2	0	0	1	3	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	3	0	0	0	0	3
5 : PCH	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
6 : COMDEMA	3	3	3	3	3	0	0	0	3	0	0	0	1	0	1	3	1	0	0	0	1	1	0	0	3	0	0
7 : PEPEDT	1	1	1	3	0	0	0	0	0	3	3	0	2	0	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
8 : Efeito Tuc	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	3	3	3	0	0	2	2	1	2	0	0	0	0
9 : SecTur RC	3	0	1	1	3	3	0	3	0	2	0	3	1	1	3	3	1	3	1	3	3	3	0	0	3	0	3
10 : UFRRJ	3	3	3	1	0	3	3	0	2	0	3	0	1	1	1	1	3	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0
11 : Coleg BIG	3	3	3	3	0	1	3	0	0	3	0	0	2	0	1	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
12 : Guia deTur	3	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	1	1	3	3	3	3	0
13 : Pref. Mang	1	3	3	0	0	2	1	0	0	0	2	0	0	2	2	0	3	1	1	1	1	0	1	3	0	0	1
14 : Voluntário	3	1	2	0	0	1	1	0	0	2	2	1	1	0	1	2	1	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0
15 : Trade Tur	3	0	1	0	0	1	0	3	3	1	2	2	1	2	0	1	1	3	3	3	2	2	3	2	1	3	2
16 : Pref RC	3	0	1	0	3	2	1	3	3	1	2	1	0	1	3	0	3	3	1	2	2	2	0	0	3	0	0
17 : Prod Rural	1	0	3	3	0	1	1	1	2	1	2	0	1	1	2	2	0	0	2	3	1	1	1	0	0	0	0
18 : SEBRAE	3	0	0	1	0	0	0	0	3	0	0	3	1	1	3	3	1	0	1	3	3	3	3	3	3	1	0
19 : Pref Pirai	2	1	1	1	0	1	1	0	0	0	2	0	0	1	3	1	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	3
20 : Sec Ag Pir	3	1	3	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	2	0	3	0	3	0	0	1	0	0	0	0	3
21 : Sec Tu Mag	2	2	1	0	0	2	0	0	1	1	0	1	3	1	2	0	1	2	0	1	0	1	3	3	0	3	1
22 : Sec Tu Ita	1	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3
23 : TV Jaguanu	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	3	3	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
24 : Cons T Man	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	3	3	0	0	1	0	0	3	0	3	0	0	1	0	0
25 : Cons Tu RC	3	0	0	0	0	3	0	3	3	0	0	3	0	3	3	3	3	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0
26 : Conv Burea	3	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	2	2	2	1	0	2	2	3	3	3	3	3	3	0	0
27 : SENAR	1	0	0	3	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	2	3	2	0	1	3	1	1	0	0	0	0	0

© UFSOR-EPTA-MCMAC

**Figura 34.** Tabela de Influências Diretas da ASSETUR. Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

A terceira etapa consiste na geração dos gráficos no formato de mapas e linhas, termos usados pelo referencial teórico (BOOLE, 2009; MAURY, 2019). A elaboração dos gráficos parte da multiplicação matricial (Ver Boole ([1854] 2009). O mapa de influências e dependências possui representação conforme a Figura 35:



**Figura 35.** Mapa de influência/dependência dos parceiros da ASSETUR. Fonte: Adaptado de Maury, 2019.

A linha vertical representa o nível de influência dos agentes no processo fomentado pela ASSETUR. Quanto mais acima estiver posicionado o agente, mais influente<sup>26</sup> será no processo em curso. Assim, os mais influentes estarão localizados nos quadrantes superiores, C e D. Os menos influentes estarão nos quadrantes inferiores, B e A.

A linha horizontal representa o nível de dependência<sup>27</sup> dos agentes envolvidos no processo em curso. Quanto mais à direita os agentes estiverem posicionados, mais dependentes serão de outros agentes ou do sistema/campo. Desta forma, os agentes com menos autonomia e mais dependentes de outros agentes estarão posicionados nos quadrantes a esquerda, A e D. Os que estiverem nos quadrantes B e C são os mais autônomos e menos dependentes do sistema ou de outros atores.

### 6.7.2 Uma análise quali-quantitativa das influências e dependências de parceiros da ASSETUR

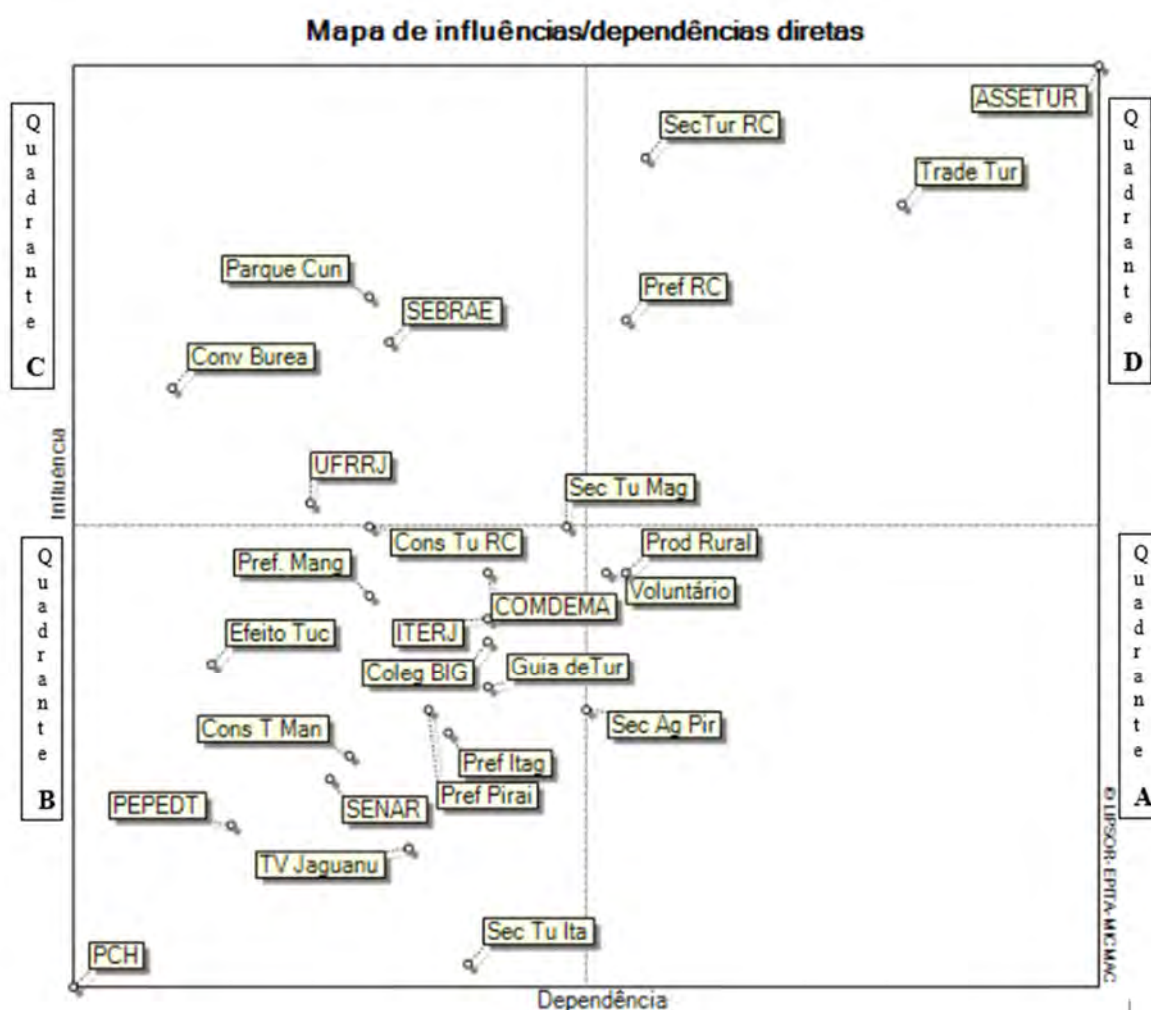
A Figura 36 representa em quais posições os atores da rede de cooperação ocupam no campo construído pela ASSETUR. Inicialmente o mapa mostra que a ASSETUR é uma organização muito influente e dependente do próprio campo que instituiu. Esta posição é ocupada porque o campo de análise é organizado por ela, mas isso não significa que ela exerce influências em cada um destes atores.

As Figuras 36 e 37<sup>28</sup>, em diálogo com discursos e situações observadas no trabalho de campo, confirmam uma intensa relação de dependência com as diferentes interfaces presentes no campo. O alto grau de dependência reafirma a sua condição de organização participativa, porém a coloca em uma condição com pouco autonomia. Com estas características a ASSETUR passa a ser uma entidade de participação que sofre fortes influências de seus parceiros e por vezes é conduzida pelos interesses que estes possuem.

<sup>26</sup> Entende-se por atores mais influentes aqueles que instigam outros atores a negociarem ou repensarem seus pontos de vistas. Essa capacidade advém do poder que possuem em um dado campo. O que pode gerar uma tomada de decisão que satisfaça aos seus interesses.

<sup>27</sup> Atores que são dependentes são aqueles que não possuem capacidades de projetarem algo por si mesmo, ficando em uma situação subjugada a vontade de outros.

<sup>28</sup> Tais figuras são compreendidas pelo sistema Mic Mac como mapas. Por este motivo, será usada esta expressão ao se fazer menção a tais figuras.



**Figura 36.** Mapa de influências/dependências diretas. Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Os mapas revelam que a ASSETUR não é autônoma, não é hegemônica, não assume um controle autoritário do processo em curso ao buscar dialogar com diferentes agentes. Mas apresenta falhas no processo por ainda não conseguir diálogos e ações mais paritárias entre os diferentes agentes. Neste sentido, sobressai relações de influências e de dependência com atores que representam o poder público e o mercado. O que pode redundar em uma participação insuficiente dos atores que representam a comunidade local ou os entendidos como “invisíveis” no território. Como a reprodução de formatos existentes que a própria base da associação busca negar. O mapa também revelou que os atores mais influentes em ordem decrescente são: Secretaria de Turismo de Rio Claro, Trade Turístico, Parque Estadual Cunhambebe, Prefeitura de Rio Claro, SEBRAE, Convention Bureau dos Jesuítas e UFRRJ. De todos os atores a Secretaria de Turismo de Rio Claro é a mais influente no processo, mas não é totalmente autônoma. Entre os mais influentes, o Trade Turístico é o mais dependente do sistema, portanto, com menos autonomia. O mais autônomo é o *Convention Bureau* dos Jesuítas. Seguido, em uma ordem decrescente, por UFRRJ, Parque Estadual Cunhambebe, Conselho de Turismo de Rio Claro, SEBRAE e Secretaria de Turismo de Mangaratiba.

Entre os mais influentes e os mais autônomos destaca-se dois atores que representam interesses do setor privado, o SEBRAE e o *Convention Bureau* dos Jesuítas – constituído por empresários do setor turístico. Este cenário evoca uma preocupação com uma possível sobreposição de interesses e de atores do mercado em relação aos demais. Brandão (2015) em seu artigo já evidenciava como esta realidade estimula a sobreposição de interesses do mercado,



ao afirmar que: “Se o Estado não dispõe de recursos econômicos para fomentar a atividade turística, então as ações do Ministério do Turismo raramente vão contra o interesse do capital (a classe empresarial)” (*Id.*, 2014, p.15). A sobreposição dos agentes do setor privado em relação aos demais não só coloca em risco a paridade entre os atores no sentido de participação social como também nos interesses a serem contemplados.

No estudo de Brandão (2014) tal sobreposição se desenha de forma muito intensa, assim como, se constata no campo criado pela ASSETUR. Os atores privados carregam para a rede a preocupação com a qualidade nos serviços, o que possibilita um olhar mais cuidadoso sobre processos de eficiência, eficácia e efetividade da ação estatal. Enquanto, os atores da população local ficam ausentes no debate de proposições, inclusive de políticas públicas para o turismo. A posição de centralidade dos atores do setor privado e a de periferia ocupada pela população local evidência que a “sinergia não está alinhada a contento com as orientações pró-democratização. Isso porque a descentralização do poder estatal tem se convertido na centralização do poder do mercado” (*Id.*, 2016, p. 5).

A centralidade dos representantes do setor privado era visível nas reuniões e no campo construído pela ASSETUR. Aumentando as chances de se imprimir um viés mais competitivo dificultando a construção de um coletivo com ações cooperadas. Ao longo das reuniões foi possível observar a dificuldade de alguns perceberem “o outro” como parceiro. Algumas vezes os diálogos evidenciavam que estavam diante de potenciais concorrentes que se apropriam da clientela, no lugar de aliados.

Os atores menos influentes estão nos quadrantes B e A. Contudo, a figura indica que neste espaço há diversos atores com um certo grau de influência de média para fraca. Posição que atribui aos que ocupam influências médias a possibilidade de intervir no jogo. Entre estes visualiza-se, em uma ordem decrescente, os seguintes parceiros: Conselho de Turismo de Rio Claro, Secretaria de Turismo de Mangaratiba, COMDEMA, Voluntários, Produtores Rurais, Prefeitura de Mangaratiba, ITERJ, Colegiado Big, Efeito Tuca, Guia de Turismo, Prefeitura de Piraí, Secretaria de Agricultura de Piraí, Prefeitura de Itaguaí, Conselho de Turismo de Mangaratiba. Dentro deste quadrante, os que possuem influências mais fracas são: SENAR, PEPEDT, Tv Jaguanum, Secretaria de Turismo de Itaguaí e Pequena Central Hidrelétrica do Rio do Braço.

Ainda nestes quadrantes destacam-se as posições dos mais autônomos. Em uma ordem crescente, da esquerda para a direita, tem-se: PCH, PEPEDT, Efeito Tuca, SENAR, Conselho de Turismo de Mangaratiba, Conselho de Turismo de Rio Claro, Prefeitura de Mangaratiba, Prefeitura de Piraí, Prefeitura de Itaguaí, ITERJ, Colegiado BIG, COMDEMA, Secretaria de Turismo de Mangaratiba e Secretaria de Agricultura de Piraí. Os menos autônomos são o Voluntários e Produtores Rurais. Entretanto, possuem uma forte tendência para se tornarem mais autônomo no sistema criado.

Saindo de um diagnóstico mais geral e entrando nas particularidades, constata-se que todas as interfaces relacionadas a Rio Claro (Conselho de Turismo de Rio Claro, *Secretaria* de Cultura, *Turismo*, Eventos, Esporte e Lazer de Rio Claro, Prefeitura de Rio Claro, Efeito Tuca, Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA) são muito influentes no processo e ao mesmo tempo menos dependentes do campo construído pela ASSETUR. Observa-se que os parceiros que norteiam a organização e as regras do jogo são pertencentes ao município de Rio Claro, sobressaindo a Secretaria de Turismo de Rio Claro.

Este desenho confirma as dinâmicas observadas nos trabalhos de campo. A Secretaria de Turismo de Rio Claro teve representatividade em todas as reuniões da associação, mesmo diante da distância territorial. A efetiva participação atribuiu aos atores do município de Rio Claro condições para a tomada de iniciativas. Um exemplo, foi a consolidação de parcerias para obter recursos e abrir um edital, via licitação, para a escolha de uma empresa que faria a marca de divulgação do Circuito chamado EntreSerras. Tendo como vencedora a empresa Efeito Tuca.

Após a consolidação da marca e aprovação da mesma, na reunião do dia 21 de novembro de 2021, a secretária de Turismo de Rio Claro propõe a realização de um Termo de Compromisso entre os quatro municípios. Este foi construído em diálogo com a Secretaria e finalizada em uma reunião da ASSETUR, realizada no dia 18 de maio de 2022. Nesta estavam presentes apenas os associados. A Secretaria de Cultura de Rio Claro junto com a presidente da Associação e alguns membros da diretoria apresentaram o termo aos demais municípios. A última etapa consistirá na apresentação desta proposta a Secretaria do Estado do Estado do Rio de Janeiro, feita pela Secretaria de Turismo de Rio Claro. Bem como, organizarão um evento para a inauguração da marca de divulgação EntreSerras.

A consolidação do Circuito EntreSerras não só articulou o poder municipal, empreendedores e a comunidade local de quatro municípios, como também fortaleceu territorialidades destes municípios. É mediante este fortalecimento que haverá a interação da esfera municipal com a estadual, podendo ampliar as interações na rede de cooperação da ASSETUR e gerar mais autonomia. Pois, a tendência é construir uma rede mais densa, estabelecendo interações com diferentes atores e de diferentes escalas.

Nota-se que a Secretaria de Cultura, Turismo, Eventos, Esporte e Lazer de Rio Claro assume no processo funções normalmente desenvolvidas por uma secretaria executiva, auxiliando a ASSETUR em suas tarefas e coordenando os representantes dos municípios envolvidos, visando mais participação e proposições para viabilizar o projeto desenhado pela associação. A parceria entre a ASSETUR e este município perdurou ao longo da pandemia da Covid-19. Sendo as únicas prefeituras e secretarias a manterem diálogo e ações durante o isolamento social.

É inegável a importância dos atores de Rio Claro e como este município domina o processo. No entanto, ao se considerar descontinuidades políticas, o nível de dependência deste município pode fragilizar o processo. Isso se torna uma realidade concreta, uma vez que os cargos poderão ser ocupados por atores com ideais divergentes da associação ou sem uma relação tão forte com o território, como é da atual secretária de Turismo. Fato que tem gerado um comprometimento diferenciado da atual secretaria com o projeto fomentado pela ASSETUR, por se perceber representada neste projeto, como visto no capítulo três.

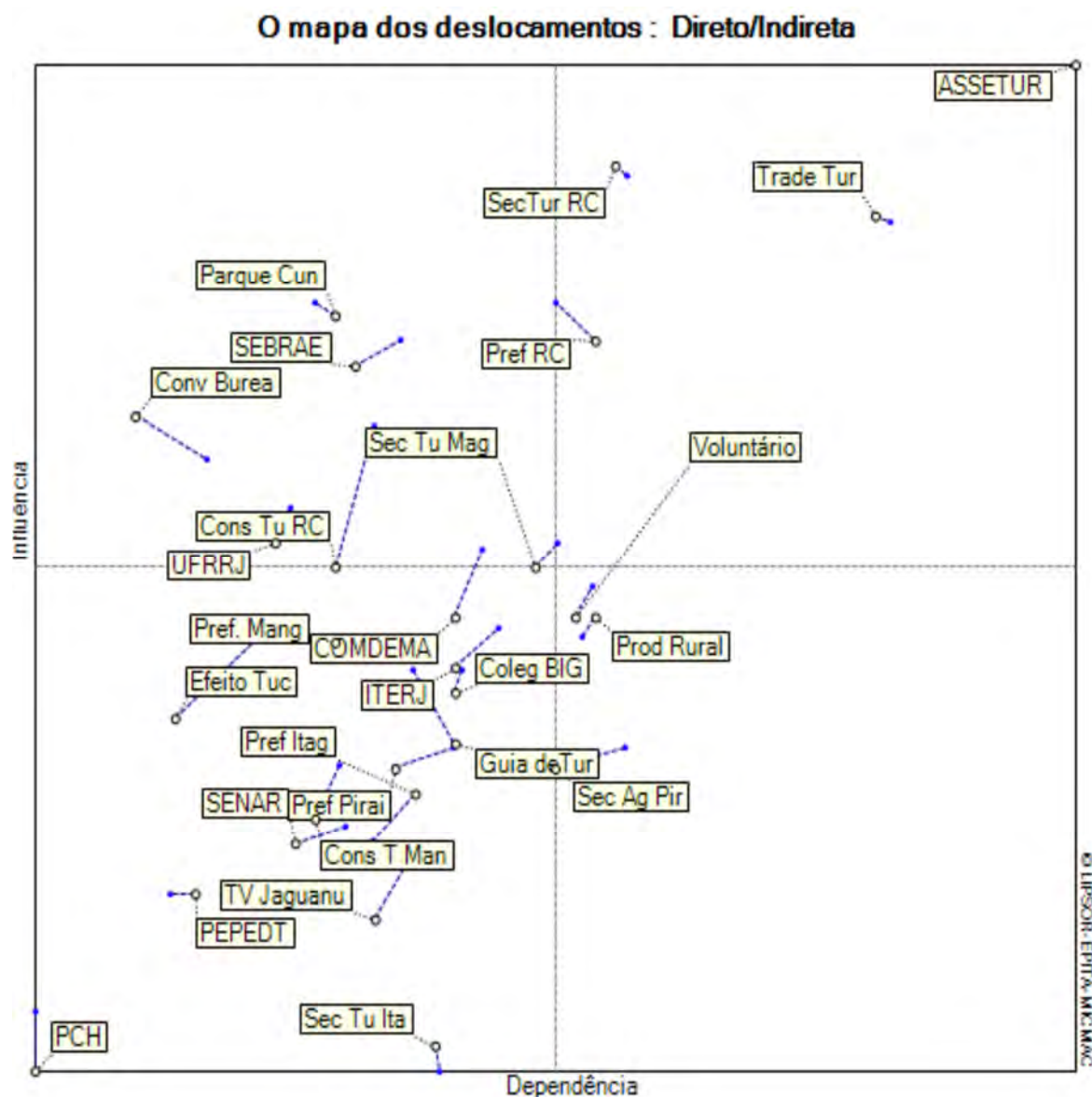
A relação de dependência e de autonomia, da ASSETUR com os parceiros, foi reproduzida no desenho de sua rede de relacionamento. Um dos cenários desenhados revelou que a construção de um processo mais inclusivo, participativo e democrático está na intensificação de conexões e ações que garantam uma relação de autonomia da comunidade local frente aos parceiros da rede e a intensificação de uma relação de dependência dos parceiros no sistema criado pela ASSETUR.

A influência e o crescimento dos atores do município de Rio Claro também são reproduzidos no mapa de deslocamento de atores, entendido como o instrumento mais adequado para traçar perspectiva futuras. Neste mapa se observará o quanto um ator poderá se deslocar para outra posição, por exemplo, se ocupará uma posição de mais ou menos influência ou dependência.

A reprodução deste cenário significa que os atores de Rio Claro possuem uma perspectiva de aumentarem sua influência sobre as decisões da ASSETUR. Embora a Secretaria de Turismo de Rio Claro e a Prefeitura estejam no mesmo quadrante A, em uma perspectiva futura a Prefeitura tende a se tornar mais influente e menos dependente do sistema. Uma vez que se desloca do quadrante A para o quadrante C. Já o Conselho de Turismo é o que possui menos influência entre os agentes de Rio Claro, mas dentro das tendências futuras é uma das variáveis que mais cresce em termos de influência.

De modo geral, o que se constata é que os agentes de Rio Claro se constituem como núcleo central do campo criado pela ASSETUR. Dificilmente haverá outro desenho, pois os agentes se fortalecem mutuamente na rede. Na figura 35, o Trade Turístico é o que menos

crece em uma perspectiva futura. Contudo, ainda permanece sendo o agente mais próximo da ASSETUR.



**Figura 37.** Mapa de deslocamento de influências de Rio Claro sobre a ASSETUR. Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

O Parque Estadual Cunhambebe é menos influente do que a Secretaria de Turismo de Rio Claro. Contudo, é muito mais independente, possui mais autonomia sobretudo por ser uma organização do Estado. Embora haja um integrante da ASSETUR como conselheiro consultivo do PEC há poucas chances da associação promover grandes mudanças no PEC.

Mesmo após os deslocamentos o *Convencion Boreau* Caminho dos Jesuítas continua sendo o mais autônomo no sentido de não depender do sistema da ASSETUR. Porém, tem a tendência de ser menos influente e perder um pouco de sua autonomia ao aproximar-se mais para a direita. A perspectiva futura apontada se dá justamente pelo fato de o *Convencion Boreau* Caminho dos Jesuítas ser uma organização participativa e aberta, assim como, é a ASSETUR. Acredita-se que o *Convencion Boreau* Caminho dos Jesuítas ao assumir outras funções e ao se

articular com outras redes de cooperação perderá um pouco da influência no sistema criado pela associação.

A Secretaria de Mangaratiba entre as demais secretarias (Itaguaí e Piraí) está em uma situação mais favorável por ter mais influência e se aproximar um pouco mais da associação. As secretarias de Itaguaí e Piraí são mais autônomas do que a de Mangaratiba, mas não possuem influência.

Já a Prefeitura de Mangaratiba tem como maior vantagem a sua localização territorial que é bem próxima as Serras do Piloto e Matoso, se destacando nos territórios. No contexto em que se deu a investigação a prefeitura de Mangaratiba foi marcada por casos de corrupção e ações questionadas pelo coletivo da associação. Este contexto de certa forma limita uma aderência da prefeitura de Mangaratiba as causas defendidas pela ASSETUR. Porém, neste município há dois atores chaves para a ASSETUR que ocupam posições de destaque no território. O primeiro tem uma representatividade muito grande na política local de Mangaratiba, em função da sólida e respeitada trajetória de sua família no campo político, atribuindo-lhe respeitabilidade e boa influência entre os diferentes atores do sistema da ASSETUR. A segunda se destaca no município por ser uma historiadora respeitada na região, com fácil acesso ao poder público e por militar a favor das causas dos povos tradicionais. Estes dois atores possuem legitimidade nos campos político, ambiental e social impulsionando então uma participação do município.

O diálogo e a proximidade com os agentes do quadrante B, principalmente os que estão na parte superior (COMDEMA, ITERJ, Secretaria de Mangaratiba e Colegiado BIG) pode ser fundamental para o fortalecimento da ASSETUR enquanto uma organização inovadora e participativa. Principalmente, por serem agentes com princípios fundantes para o desenvolvimento de um turismo alternativo a um modelo hegemônico.

Os Produtores Rurais e Voluntários são atores que representam com mais intensidade os interesses da comunidade local. Entretanto, ocupam uma posição de menos influência e bem próxima da linha de menos dependência do sistema criado pela ASSETUR. A permanência deste desenho pode afastar a ASSETUR de sua proposta inicial que seria construir um campo mais inclusivo, no aspecto de dar mais voz a tais atores ou do que eles defendem. O reconhecimento desta deficiência, ou seja, a pouca participação destes atores, foi muito presente nas entrevistas, em diálogos e nas reuniões da associação. Alguns foram mais incisivos dizendo que a ASSETUR precisava recomeçar e que se perdera ao buscar muitos parceiros, sendo urgente “voltar aos princípios que motivaram o grupo a construir a associação. Já vi este filme” (Guilherme). Outros disseram que “o maior furo” da associação, expressão dos interlocutores, tem sido a incapacidade de levar para as reuniões produtores rurais, artesões da região e quilombolas – como observado no próximo capítulo.

O discurso que acena para a necessidade de um recomeço guarda uma certa preocupação com as mudanças no projeto em curso e com a intensa influência de algumas organizações. Coloca-se em debate a compreensão de que cada ator possui uma capacidade distinta para mudar as regras do jogo.

Aqui cabe resgatar duas concepções que se utilizam de elementos analíticos diferentes, a de Granovetter (1973) e North (1990). A partir de Granovetter (1973), é possível afirmar que no contexto estudado as regras podem ser alteradas com a apropriação de elementos significativos para o coletivo, como a confiança, recursos econômicos, conhecimento e habilidade para dialogar com distintos atores. Quem os detém possui mais influência e facilidade nas transações no interior de uma rede. Na entrevista com o jovem rural percebi que “parar e recomeçar” significava apropriar-se de instrumentos de domínio da base que instituiu o jogo e colocá-los como centrais.

A concepção da Nova Economia Institucional de North (1990) traz elementos importantes para compreender as mudanças efetivadas. Nesta leitura as interações humanas

resultam no poder de coerção das instituições, entendidas como regras formais e informais. As regras informais são elaboradas pela sociedade e enraizadas socialmente como um instrumento que vai orientando a conduta de cada ator social. As normas informais são comumente elaboradas por organizações ou agentes com poder para efetivar as leis que podem complementar ou superar o que foi instituído nas regras formais. Nesta leitura, as instituições não teriam apenas o poder coercitivo, são formas de promover o bom desempenho das organizações. Se as instituições possuem o poder de alterar os interesses em comum, facilitar as trocas e o caminhar de uma sociedade ou de um projeto (NORTH, 1990), se faz necessário ter “boas instituições”. No caso, da ASSETUR é salutar ter “boas instituições” que complemente o que a comunidade local instituiu.

Retornando a preocupação do jovem: Como romper com os processos que se repetem? Um caminho seria apropriar-se de capacidades que reposicionam os atores locais na rede ou que lhes garantam a construção, a legitimidade e manutenção das regras informais. O que o jovem sugere é um empoderamento da base que iniciou o processo. Assim, a resposta não estaria no poder público e nem mesmo no setor privado.

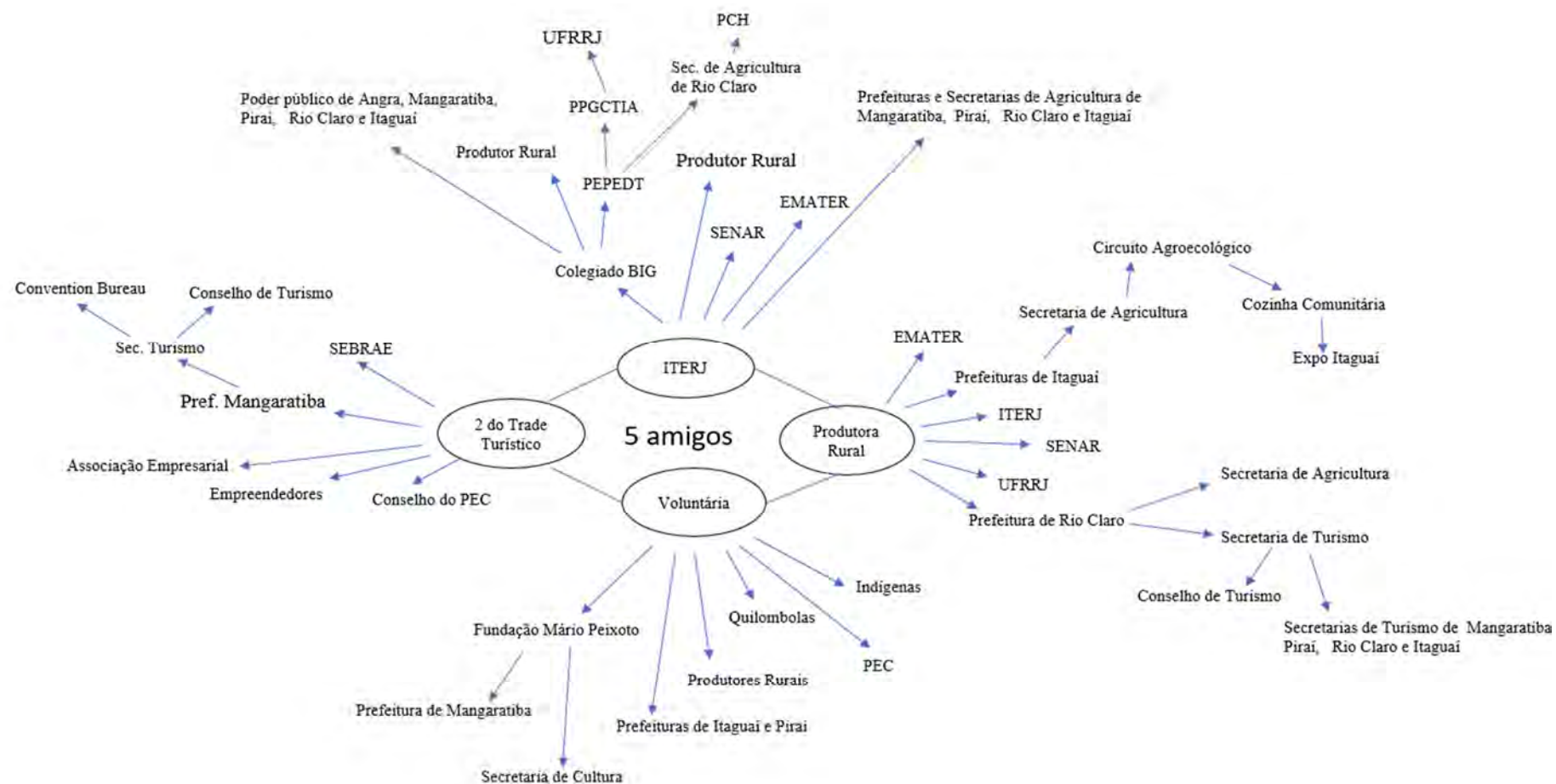
A afirmação dos produtores rurais e de voluntários dentro do sistema pode propiciar o empoderamento dos atores da Serra. Os Voluntários não são residentes nas Serras e nem empreendedores turísticos da região. Estes residem nos municípios de alcance da ASSETUR e são atores com fortes laços sociais nos territórios em jogo, a partir de relações familiares e de trabalho. Além de possuírem um bom trânsito com comunidades tradicionais que estão nas Serras ou em suas proximidades, como quilombolas, indígenas, caiçaras e produtores rurais. Inclusive, alguns assumem o papel de militantes em prol das causas destas comunidades e se autodeclararam como tais.

Os Voluntários, o ITERJ e os Produtores Rurais não estão tão bem colocados como os agentes do quadrante C, mas estão bem próximos de uma posição mais influente e tendem a se tornarem mais autônomos. A proximidade com os voluntários pode significar uma importante posição estratégica para a ASSETUR, uma vez que estes possuem um bom diálogo com os diferentes agentes do sistema e por possuírem ações que acenam para a inclusão, mais proeminente, de atores excluídos no processo em curso. Na reunião realizada no dia 18 de maio de 2022, pontuaram a importância do planejamento do evento de comemoração do Bicentenário da Independência organizado pela ASSETUR, realizado no dia 15 de agosto de 2022 com o intuito de guiar turistas e visitantes nos caminhos percorridos por D. Pedro I. O evento foi orientado por uma análise crítica sobre os acontecimentos da história narrada, por este motivo acordaram em convidar quilombolas e líderes indígenas, que retomaram o Parque Estadual Cunhambebe<sup>29</sup>, para exporem no evento o que significava o Dia da Independência a partir de suas leituras. Porém, no dia do evento havia um certo descontentamento diante da ausência dos indígenas face a expulsão vivenciada mais uma vez, desta vez no PEC. A quilombola do Quilombo Santo Ajustino participou do evento e segundo os que participaram “A Quilombola foi e deu um show, como educadora social contando e cantando a história do negro no processo de construção do Brasil” (Valéria).

Há de se destacar que a força destes atores (ITERJ, Produtores rurais e os voluntários) já se evidenciava nas articulações individuais que os cinco amigos possuíam antes mesmo de fazerem parte do campo criado pela ASSETUR. A ilustração 36 demonstra que tais atores tinham boas articulações.

---

<sup>29</sup> ver UNI. Retomada Cunhambebe. Liberdade e Autonomia das Nações indígenas, 2002. Disponível no anexo da tese



**Figura 38.** Interação individual dos atores que iniciaram a ASSETUR. Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Mesmo diante da boa articulação, acreditavam que fazer parte de uma rede de cooperação facilitaria as transações (STEINER, 2006), garantiria recursos que os reposicionariam no campo dando-lhes mais autonomia. Observa-se que o ITERJ, a produtora Rural e a voluntária dialogavam com diferentes atores que daria mais densidade a rede e, ao mesmo tempo, mais ramificações ou buracos estruturais (STEINER, 2006). Isso os garantiriam uma posição mais privilegiada no processo. Entretanto, no mapa de autonomia e dependência é visível que a categoria a quais tais atores pertencem não dominam o campo.

Quem assume o campo criado pela ASSETUR é o município de Rio Claro, face aos recursos que possui como confiança, conhecimento e habilidade para articular-se com diferentes atores e para captar recursos – questão a ser analisada no próximo tópico. Além do forte sentimento de pertença do território.

A consolidação da rede de cooperação não os afiançou a autonomia no processo e não garantiu a paridade na tomada de decisão entre os diferentes atores da rede de cooperação. Principalmente, com os produtores rurais e aqueles que defendem as suas causas, chamados de “voluntários”.

O cenário pressupõe que se a ASSETUR quer se fortalecer precisará estimular a influência dos demais parceiros, dialogando e fortalecendo laços com o ITERJ, os produtores rurais e os voluntários. Assim, poderá compensar a centralidade do município de Rio Claro, ou de qualquer outro, em um cenário em que tais agentes não compartilharão com os princípios da ASSETUR. Tal reposicionamento será necessário para se fomentar um projeto mais sustentável a longo prazo.

Por outro lado, sabe-se que as articulações são muito dinâmicas e há um reposicionamento constante na rede. A dependência que marca a relação da ASSETUR com o poder municipal de Rio Claro pode ser substituída, a longo prazo, por uma relação mais independente. Uma vez que há a expectativa da ASSETUR se engajar e se fortalecer, por meio dos laços sociais mediados pela Prefeitura e Secretaria de Turismo de Rio Claro.

A partir do observado penso que o caminho para romper com modelos que se repetem/dominante (“o filme já visto”, como colocado pelo jovem assentado, chamado Guilherme não esteja tão somente na autonomia desejada pelos atores da comunidade local/atores da Serra e na visibilidade dentro do território, e, sim na construção de um campo onde atores e organizações se percebam pertencentes ao projeto e incentivados a construir vínculos de dependência mútua. De forma tal, que tais atores e organizações dependam minimamente do sistema criado por atores da comunidade local/atores da Serra.

## **7. O FAZER COLETIVO NAS REUNIÕES E NAS INTERAÇÕES ON-LINE: A CONSTRUÇÃO DE BENS DEMOCRÁTICOS ENTRE CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES**

A partir dos interesses colocados ao longo da tese, os participantes verbalizaram em diferentes reuniões que o objetivo do coletivo era construir um processo mais inclusivo, participativo e democrático. A expressão “processo mais democrático” surgiu com mais robustez nos debates do Colegiado BIG – expressão impulsionada pelos membros do PEPEDT. Nos debates promovidos pela ASSETUR apareceu com mais frequência a expressão “processos mais inclusivos, mais participativos”. Embora as expressões sejam diferentes guardavam o significado de ser um processo a ser conquistado e construído em uma arena com pares diferentes, com poder de fala e de decisão garantida a todos igualmente. Obviamente que este “igualmente” na prática não ocorre literalmente porque um processo mais participativo pressupõe uma disputa por poder entre os dominantes e dominados e entre os ditos iguais. O que há é uma conquista gradual por espaços que podem diminuir o estado de repressão e dominação de alguns atores.

A busca por um processo mais participativo tinha a dimensão afetiva, definida por Bornernave (1994), que os impulsionavam por um fazer coletivo. Alguns desejavam um espaço no campo do turismo, visibilidade social e política. Enquanto outros, lutavam para que terceiros pudessem alcançar mais direitos. A participação, portanto, era uma prática construída em um contexto de inexistência, de falta de direitos que apontava a maneira como as pessoas se viam e viam o outro (CORNWALL, ROMANO E SHANKLAND, 2007). Para os autores, o mais importante não é como se acessam os direitos e sim reconhecer que se tem o direito. Chega-se então à concepção de democracia, que orienta esta tese:

A democracia “vai muito além dos procedimentos e dos desenhos institucionais: tem a ver com os *processos* através dos quais as pessoas, enquanto agentes políticos e atores coletivos, formulam as decisões que afetam suas vidas, e com o exercício da cidadania e da ação política, no qual entra em ação aquilo que Hannah Arendt chama de “direito a ter direito” (CORNWALL et al., 2007, p. 272).

Assim, a participação é um imperativo da atualidade diante do descontentamento com a democracia representativa, que favorece interesses de uma minoria. Neste sentido, a proposição de Demo (2009) ainda é necessária:

é preciso chegarmos a um tipo de sociedade, marcada pela constituição democrática, tão bem tecida em suas malhas associativas, que a própria democracia se torne oxigênio diário e seja capaz de reagir às intervenções centralistas e autoritárias. Passar de objeto de manipulação, para sujeito de seu próprio destino, instaurar o Estado de direito, contra o estado de impunidade, de exceção, de privilégio. Institucionalizar o controle do poder de baixo para cima, de tal sorte que o estado sirva à sociedade, não o contrário (DEMO, 2009, p. 33-34).

A esperança escrita nas entrelinhas de Demo (2009), reaparece na leitura de Smith (2009), que se utiliza de Dalton (2004) e Blaug (2002), para afirmar que a população ainda reserva um compromisso com valores mais participativos mesmo diante da frustração crescente com a democracia representativa. Para os autores é esta reserva que impulsiona os atores sociais mais excluídos a construírem outras formas participativas, para resistir e desestabilizar as instituições existentes e as formas tradicionais de democracia ou antidemocráticas.

Tal necessidade tornou-se uma questão a ser perseguida pela ASSETUR, quando os atores sociais tomaram consciência da dominação que estavam submetidos e passaram a acreditar na capacidade de auto gestar o seu futuro. O que estava em pauta, então, era a



construção de um projeto para democratizar processos que emanam em gabinetes políticos e redundam em ações a serem aplicadas nas Serras, sob o ensejo de ser possível por meio da participação de diferentes atores. A aspiração encontra lugar na reflexão de Avritzer (1996) ao afirmar que democratizar a sociedade é um processo que se dará por vias da razão comunicativa, ou seja, por meio de um processo de integração entre a sociedade civil que será efetivada pelas conexões entre pessoas.

Smith (2009) caminha nesta mesma concepção, ao dar indícios de que nenhuma mudança na democracia<sup>30</sup> representativa trará expectativas de que haverá um processo democrático em que a sociedade se sinta incluída nos processos de tomada de decisão. Para Smith (2009) a resposta está nas inovações democráticas, entendidas como novas formas institucionalizadas que garante o envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas. As inovações democráticas provocariam mudanças nos desenhos democráticos representativos e da democracia participativa, aproximando o cidadão dos espaços onde se decide ou dos atores que tomam decisões. Assim, as “vozes” dos excluídos se fariam presentes no campo político à medida em que estes se envolveriam nas instituições/organizações.

Identificando os embates neste cenário, Smith (2009) propõe uma reflexão das instituições inovadoras (conselho, associação, fóruns e outras) a partir de quatro bens democráticos – a inclusão<sup>31</sup>, o controle popular<sup>32</sup>, o julgamento ponderado<sup>33</sup> e a transparência<sup>34</sup> –, como forma de se medir o quanto tais instituições percorrem caminhos democráticos.

Embora, a inclusão ou participação, na dimensão de presença e voz, seja o alicerce de um desenho mais participativo, ela não pode ser o único parâmetro a definir se uma instituição segue um caminho mais ou menos democrático. Mesmo porque Pessali e Gomes (2020) salientam que os bens democráticos são apresentados individualmente para um melhor entendimento, no entanto na prática se aglutinam. Como exemplo, citam que “a maior inclusão pode fazer com que os participantes sejam expostos a uma gama maior de visões e abordagens

---

<sup>30</sup> É claro que mudanças na macro participação, “contribuíram para a consolidação da democracia, mesmo que imperfeita, e para estimular as tentativas de implementar um Estado gerencial que garantisse eficiência à administração pública” (BRANDÃO, 2014, p. 1). O uso da expressão “democracia, mesmo que imperfeita” evidencia distorções associadas ao que se chamou e se chama de democracia. Entretanto, Brandão (2014, p.1) reconhece que mesmo diante da “democracia imperfeita” criou-se uma arena mais “propícia para mecanismos participativos como conselhos, fóruns, associações e outros”, mas com problemas estruturais e de conteúdo que inviabilizam uma construção democrática em sua totalidade.

<sup>31</sup> A inclusão de diferentes atores em um dado processo pode redundar em processos mais participativos. Entretanto, ser engajado em uma reunião, aberta a todos, não é o suficiente para se determinar o nível de inclusão. Smith (1999) chama atenção para o fato de que algumas instituições oportunizam espaços para todos, mas não se legitimam as diferentes falas a ponto de serem colocadas em debate ou modificarem um possível encaminhamento. Por este motivo, o autor subdividiu a inclusão em presença e voz. Um grupo mais inclusivo incentiva diferentes falas e assegura condições para que todos possam falar, do mais ao menos experiente

<sup>32</sup> Para Smith (1999), o controle popular, é medido pela interferência dos cidadãos sobre as decisões. Para o autor quanto maior o controle popular maior é a exigência de mudanças nas instituições, que deve considerar outros atores para além dos políticos ou de líderes de um determinado grupo. Nesta leitura, o controle popular é central por considerar que, muitas vezes, o cidadão é atraído a participar de uma mera simulação onde se debate, sem ter qualquer chance na tomada de decisão. Quando a tomada de decisão se dá em outros espaços que não sejam os quais o cidadão está presente, a participação é, portanto, uma teatralização onde os participantes não possuem condições de se impor e desafiar as práticas já estabelecidas (SMITH, 1999).

<sup>33</sup> O conjunto de saberes é o que dá ao participante a capacidade de fazer um julgamento ponderado, ou seja, analisar o que está em jogo, os possíveis impactos para uma tomada de decisão mais assertiva. O conjunto de saberes se dá a partir da participação, momento em que se adquire informações e conhecimento, inclusive de natureza técnica.

<sup>34</sup> Já a transparência tem um papel importante que legitima as ações do grupo tanto para o seu público interno quanto para o externo, atribuindo mais confiabilidade quando se transmite o que é debatido, como se fez o debate, quais atores estiveram envolvidos, as metas e como se processou a tomada de decisão (SMITH, 1999). A fragilidade neste bem democrático pode resultar na não participação.

das questões ali tratadas, ampliando o rol de ponderações a se fazer para uma tomada de decisão” (PESSALI; GOMES, 2020, p.8), estimulando assim o controle popular.

Tendo tais questões como uma premissa, o presente capítulo analisou as interações sociais presenciais (nas reuniões) e *on-line* (nos grupos de *WhatsApp*) da associação considerando os três bens democráticos (inclusão, transparência e controle popular), com o objetivo de entender em que momento o fazer coletivo da ASSETUR se aproximava ou se afastava de um desenho institucional mais participativo e quais elementos influenciaram a participação, redesenhando-a em três momentos – antes, durante e após o pico da Covid-19.

## **7.1 Reuniões que Ocorreram antes da Pandemia da Covid-19**

### **7.1.1 Conhecendo um pouco da dinâmica das reuniões ordinárias da ASSETUR**

O retrato geral das reuniões da ASSETUR, a ser construído neste tópico, sofreu influência de leituras de Peirano (2002) e Comerford (2000), que entendem as reuniões como um ritual coletivo e um espaço de sociabilidade. A leitura de Comerford (2000) serviu como um valioso percurso metodológico. Isso significa dizer que olhei para o que ocorria nas reuniões da ASSETUR, a partir do que Comerford (2000) chamou atenção em seu trabalho. Obviamente, são trabalhos diferentes com densidades diferentes.

Para Peirano (2002) e Comerford (2000), pensar as reuniões sob a ótica do ritual descortina elementos que não seriam vistos sem tal referência. A partir de Peirano (2002) é possível afirmar que as reuniões possuem uma estrutura que as ordenam cujo propósito é coletivo, é uma ação social que revela visões de mundo, é um drama social fixo e rotinizado, é um evento que demarca valores que os envolvidos desejam eternizar. Entender as reuniões com esta perspectiva é abarcar os múltiplos significados e expectativas atribuídas a elas (COMERFORD, 2000).

A direção da associação destacou a ideia de que construiriam um processo mais participativo, o que a levou a optar por um arranjo que sugestionava uma lógica mais participativa, com cadeiras colocadas em círculo. Acreditava-se que cada participante teria as mesmas chances para intervenções e a mesma importância, pois todos estavam a priori no mesmo plano (COMERFORD, 2000). Esse arranjo fora escolhido por acreditarem que tal dinâmica era oposta ao formato mais hierarquizado, com cadeira em fileira diante da cadeira do coordenador da reunião, evidenciando a relação de poder.

A composição de uma mesa em destaque e o modo como as cadeiras são dispostas pode revelar, a princípio, quem detém mais autoridade e se um espaço permite ou não relações mais hierárquicas (COMERFORD, 2000). Nas reuniões observadas a estrutura em si não definiu todo o evento porque os atores sociais conseguiram criar estratégias para romper ou confrontar uma lógica mais hierárquica. Como também eram incentivados pelos anfitriões a criarem outras relações mesmo diante de um espaço com limitações. E por fim, o arranjo em círculo por si só não excluía relações de poder. Alguns costumeiramente se sentavam com seus pares dando a impressão de uma coesão maior, de mais poder durante as falas ou de que não estavam sozinhos em seus posicionamentos. Apenas uma vez, em momento de tensão, quando se questionava a pouca participação de produtores rurais, que mesmo em círculo se levantou para se posicionar, ganhando destaque e se impondo perante os que estavam sentados, dizendo: “Como eles não estão presentes? Eu sou produtora. Ele é” (Almerinda) e assim outros também se autodefiniam como produtores rurais.

Embora o arranjo escolhido para as reuniões tenha sido círculos, nem sempre existia um único círculo. Às vezes, existiam dois círculos em volta de duas fileiras de mesas que ficavam separadas. Quando havia dois círculos era nítido a divisão instaurada. Em uma mesa ficavam os que mais participavam do processo com mais comprometimento, ou seja, que estavam

presentes em outras arenas representando a associação. No outro círculo, ficavam os que não se apropriavam tanto do espaço de fala da associação. Tinham também aqueles que ficavam em pé, normalmente porque não havia assento que comportavam a todos no espaço. Os espaços em que as reuniões ocorreram eram amplos e com um número de assento bem significativo. Porém, para as reuniões se delimitavam tal espaço. Costumeiramente, os que ficavam em pé eram os que faziam mais intervenções ou pressões sobre os problemas nas estradas e a ausência de placas de sinalização para orientar o turista. Era um momento em que os atores não públicos se colocavam perante os atores públicos, ainda que esses estivessem em minoria parecia ser uma presença importante e a ausência sempre era muito questionada pelo grupo.

Nas programações das reuniões havia um horário específico para o café da manhã, que dava início as reuniões, e os intervalos para o almoço. Estes não foram entendidos apenas como intervalos, eram espaços de sociabilidade e de negociações, como surgiu no trabalho de Comerford (2000).

No contexto social estudado, organizar o café da manhã era um gesto de hospitalidade do anfitrião. Este estabelecia o primeiro contato com o convidado por meio de uma dádiva, a mesa com o café, suco, doce da região, bolo, pão, aipim e banana. Neste gesto, às vezes, se revelava a capacidade de mobilização do anfitrião para contribuições do coletivo, sem perder a ideia da “dádiva”.

O café da manhã era um momento em que se consolidava laços. Este primeiro momento terminava com uma foto coletiva, deixando a ideia de que o apoio da política local era registrado na fotografia. Vale ressaltar que as reuniões que ocorreram em Mangaratiba, em 2019, tiveram a presença de políticos locais até o término do café da manhã, evidenciando assim a importância do evento para a política municipal, como também os distintos momentos que faziam parte das reuniões. A presença dos políticos locais parecia ser um prenúncio da “época de política”<sup>35</sup> a ser vivenciada com as eleições municipais de 2020.

O anfitrião também oferecia o almoço, mas era custeado por cada participante. O momento do almoço parecia uma continuidade da reunião, com um rito diferente ou um pouco mais leve. Os agentes do poder público se aglomeravam com os pares de seus municípios. Os produtores rurais ficavam mais próximos do técnico do ITERJ. Os membros da diretoria ficavam mesclados nos grupos. De modo geral, os grupos de interesses se formavam a partir da ideia de pertença dos territórios e pelas questões que defendiam nas reuniões.

A ASSETUR alcançou o desafio de construir um coletivo heterogêneo. A presença de distintos atores trazia a sensação de estarem construindo um processo mais inclusivo. Entretanto, havia a dificuldade de se interconectarem, principalmente entre atores do poder público.

Durante os “intervalos” se observava conversas, mais privadas, alguns falavam bem baixinho, dava a impressão de serem acordos firmados ao longo do almoço. Sem dúvidas, era um momento de negociação, de ajustes, de repensar posicionamentos e de acalmar os ânimos. Às vezes, a parada para o almoço, propositalmente ou não, era determinada em momentos de difícil consenso.

As reuniões ordinárias da ASSETUR eram itinerantes, ocorreram em vários empreendimentos turísticos geridos pelos associados e instituições parceiras, como no Empório da Barreira (Mangaratiba, Serra do Piloto), no Parque Nacional São João Marcos (Rio Claro), na Fazenda da Lapa (Serra do Piloto), na Estância do Carneiro (Assentamento Rubião, Serra do Piloto) e Pousada Sítio Beija Flor (Rio Claro, Serra do Matoso). As três reuniões extraordinárias coordenadas pelo SEBRAE ocorreram no Empório da Barreira.

---

<sup>35</sup> Ou “Tempo da política”, expressão usada por Heredia e Palmeira (2006) para designar as negociações e disputas que precederiam as eleições.

Os envolvidos no processo acreditavam que o fato das reuniões serem itinerantes permitiria: maior participação entre os associados, sendo mais justo no que tange a deslocamentos por não privilegiar apenas um lugar; possibilitava a cada membro o exercício e o aprimoramento da prática do bem receber entre os membros do grupo; e, promoveria trocas e saberes, pois uma dada prática poderia ser aperfeiçoada em outro empreendimento a partir do que foi vivenciado no espaço visitado em função da reunião.

O que se buscava com esta dinâmica era a promoção de um espaço mais participativo que passava inicialmente pela escolha de um local e de um horário que atendesse o maior número de representantes do grupo.

Os temas abordados nas reuniões não provinham de uma decisão coletiva, normalmente eram construídos pela direção da associação ou pela presidente da associação. No grupo de *WhatsApp* se postava um convite para a reunião. Contudo, não se construía uma pauta e sim ideias de questões consideradas importantes a serem debatidas. Em uma conversa informal com um membro da direção surgiu uma crítica relacionada à ausência desta formalização, por entender que a existência de uma pauta é um elemento que gera uma mobilização para a participação, no sentido de despertar interesses.

Com base nas observações feitas e nos registros das atas, as reuniões foram constituídas por três momentos. No primeiro momento, o objetivo era de apresentar os participantes, cargos que ocupavam e o município que estava representado. Era muito comum nas falas iniciais a expressão “Sou morador de”, indicando a importância do sentimento de pertença a um dado território na auto apresentação. Poucos se auto definiam como produtores rurais ou agricultores familiares. Porém, quando se questionava a ausência de produtores rurais e a permanência do termo “rural” no nome da associação, alguns participantes diziam: “Como não tem produtor rural? Eu sou” e assim outros se colocavam da mesma forma. Contudo, no momento da auto apresentação o que surgia era a ideia de “ser proprietário de um empreendimento turístico” ou de uma Fazenda Histórica. No momento da auto apresentação, alguns pontuavam os interesses que tinham na associação e como poderiam contribuir com o processo em curso.

No segundo momento, falava-se de problemas vividos nos territórios, possíveis encaminhamentos para solucioná-los e apresentação de alguma tarefa determinada em uma reunião anterior, como por exemplo, levantamento da diversidade de comunidades presente nas Serras. Os problemas vividos pareciam estar direcionados aos atores públicos. As tarefas determinadas eram valorizadas por ser considerado uma chance de estreitarem os laços, de conhecerem, circularem e se fazerem conhecidos pelas Serras.

As atividades em grupo, determinadas nas reuniões ordinárias, foram interrompidas, inicialmente, para a realização da Oficina de Planejamento Estratégico do SEBRAE, para a construção do Estatuto da ASSETUR e, posteriormente, interrompidas pela pandemia da Covid-19. Para alguns membros a interrupção de tais atividades foi uma perda que desmobilizou o grupo. O debate sobre o estatuto foi entendido como uma “parada para questões mais técnicas e burocráticas”. Uma integrante da diretoria lamentou: “Estávamos em um momento de trabalho tão bom, que foi interrompido. Perdemos muito tempo com o estatuto. Depois veio a pandemia” (Valéria).

As reuniões normalmente terminavam com a proposição de nomes para representarem a associação em alguma reunião com o poder público, em Conselhos, do *Convention Boureau* dos Jesuítas ou no Colegiado BIG. Habitualmente, os que se prontificavam eram membros da direção da ASSETUR, com mais frequência a produtora rural e proprietária do Sítio Pousada Beija Flor, o proprietário da Fazenda Santa Tereza e o proprietário da Fazenda da Lapa.

Entre as questões debatidas e registradas nas atas encontraram-se a: apresentação de motivos que encorajaram a formação da ASSETUR; confecção de uma ficha cadastral para associados; levantamento de recursos financeiros para criar o CNPJ da associação e para a manutenção de gastos fixos da associação; resgate da história do assentamento rural Fazenda

Rubião (apresentado pelo técnico do ITERJ); problemas de infraestrutura como a falta de saneamento básico e de sinalização turística; o uso ou a apropriação inadequada e insustentável do território por atores que não são do território; mapeamento dos bens materiais e imateriais dos territórios com o intuito de organizar os saberes, visando a articulação entre os vários empreendimentos das regiões; criação da mídia institucional para o Circuito São João Marcos; sinalização de pontos turísticos para compor o circuito turístico; alimentação da página do Facebook da ASSETUR; dificuldades de conscientizar vizinhos sobre os benefícios que a ASSETUR pode agenciar nas Serras; dificuldade de agregar produtores rurais no projeto da associação; a construção do Termo de responsabilidade entre a ASSETUR e as prefeituras de Mangaratiba, Itaguaí, Rio Claro e Pirai; a capacitação a ser desenvolvida pelo SEBRAE, que posteriormente foi chamada de Planejamento Estratégico.

Entre todas as questões citadas acima, o que repetidamente se fez presente foi a necessidade de melhorias na infraestrutura nas Serras, a manutenção com o patrimônio histórico e estratégias para torná-los conhecidos, e o uso do território pelos tores locais – o que normalmente era conjugado a ideia de desenvolvimento de um turismo sustentável. Tais questões eram tão importantes para o coletivo que foram mencionadas na minuta do Termo de Compromisso entre a ASSETUR e as prefeituras, como aparece no registro da ata do dia 18 de maio de 2022:

O presente Termo de Compromisso tem como objetivo a união de esforços entre a ASSETUR, e os Municípios de Rio Claro, Itaguaí, Mangaratiba e Pirai em busca do desenvolvimento da região das Serras Históricas do Piloto e Matoso, contribuindo para a melhoria da infraestrutura, principalmente no que tange às estradas de acesso e favorecendo a manutenção dos empreendimentos existentes e abertura de novos, e colaborando com o desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades incluídas nesse circuito, podendo assim gerar emprego e renda na região. E para que se possa desenvolver o turismo sustentável e potencializar os movimentos de base comunitária. (...) Responsabilidades da ASSETUR e as prefeituras. (...) a ASSETUR, promoverá união dos empresários, amigos e investidores na busca de estreitar os laços com o poder público, criando e encaminhando as demandas; buscar parcerias; articular, convidar a comunidade para participar no processo. Das prefeituras, manter sempre que possível as estradas das Serras Históricas do Piloto e Matoso (dentro de seu município) em boas condições; propiciar a infraestrutura necessária para a execução de eventos turísticos e desportivos, constando em sua dotação orçamentária; fazer a manutenção periódica das estradas; constar em calendário turístico / desportivo / cultural, eventos que promovam a região; sempre que possível fomentar ações em parceria com os municípios cooperados para o desenvolvimento da região; utilizar a logo marca criada, na identidade visual, para os eventos realizados na região; contribuir com placas informativas para a região, dentro de seu município; divulgar os eventos na região, de qualquer um dos cooperados, que venha contribuir para o desenvolvimento da localidade das Serras Históricas do Piloto e Matoso”.

Há de se chamar atenção para o fato de que ao longo das reuniões analisadas, antes da pandemia, alguns associados buscavam construir um coletivo capaz de formular suas próprias regras, de terem autonomia para autorregular as atividades turísticas a serem desenvolvidas nas Serras e de serem agentes com “vozes” representativas frente ao poder público, em especial as prefeituras, as secretarias de turismo e de agricultura que se faziam presentes. Assim, nas reuniões se asseveravam valores do grupo, que tinha como objetivo promover o desenvolvimento por meio do turismo sustentável, estruturado na ideia de controle da comunidade e em oposição ao Turismo de Massa.

### 7.1.2 Reuniões extraordinárias

As reuniões extraordinárias foram dirigidas pelo SEBRAE, onde desenvolveu a Oficina de Planejamento Estratégico – sendo compreendida pelos membros da ASSETUR como um evento que auxiliaria a organização da ASSETUR, no tocante a capacitação e produção do Roteiro Turístico/Histórico.

O planejamento Estratégico do SEBRAE foi desenvolvido em três encontros no dia 24 de setembro de 2019, 22 de outubro de 2019 e 4 de novembro de 2019. Acompanhei apenas as duas primeiras reuniões. O primeiro encontro tinha o objetivo de conhecer o público-alvo a ser trabalhado, os donos de empreendimentos turísticos das Serras – fato destacado três vezes pelas responsáveis da oficina. Neste sentido, os produtores rurais e aqueles que tinham um sítio com potencial para desenvolver uma atividade turística ficaram um pouco excluído da atividade. O que resultou na não participação destes atores nos encontros posteriores. Pois, não tinham um empreendimento acabado, mas um desejo de serem incluídos no processo. O primeiro encontro começou com 38 participantes e o último teve 24 presentes.

As reuniões não foram itinerantes, ocorreram todas em um empreendimento turístico, localizado na Serra do Piloto, em Mangaratiba/RJ. O que causava um desconforto no grupo, pois para alguns a centralidade das reuniões beneficiava os residentes de Mangaratiba e dificultava os que residiam dos demais municípios.

Havia um clima de muita expectativa no primeiro encontro. Muitos estavam participando da reunião pela primeira vez, o que fez do momento do café da manhã e do almoço um espaço de muitas apresentações e trocas, cada um falando um pouco de sua propriedade, do que desenvolviam e do que pretendiam fazer. Os grupos formados, neste momento, passavam por algo em comum que tinham nas propriedades e por laços construídos em seus territórios.

A reunião seguiu com o ritual das apresentações que de certa forma induzia a fala. Diante do elevado número de participantes, o grupo foi organizado em três grandes círculos. Desta vez, existia uma lógica mais hierárquica, coordenada pelo SEBRAE que tinha um espaço de destaque para coordenar as atividades. O arranjo escolhido para as reuniões foi da mesa em “U”. Diante do elevado número de participantes, esses foram se organizando de outras formas. Após o almoço, a organização seguiu o arranjo feito pelos participantes, segundo as suas afinidades e grupinhos estabelecidos ao longo do almoço.

A oficina proposta pelo SEBRAE era um encontro diferente dos demais, com uso de computadores e data show, com uma mesa para os responsáveis pela oficina. Estes estavam sempre em pé enquanto os demais participantes sentados. Embora houvesse uma dinâmica que buscava, pontualmente, exercitar o direito da fala, se constituiu um evento mais de escuta.

Nas oficinas, os agentes do poder público não tinham um papel tão significativo como nas reuniões ordinárias, não se falava para eles. A conversa era direcionada aos donos de empreendimentos turísticos das Serras. Entretanto, a visão dos participantes era diferente, em relação a presença do poder público. Para os participantes, tal presença significava apoio a possíveis desdobramentos do encontro. Desta forma, algumas ausências do poder público foram justificadas e outras lamentadas.

A abertura da oficina foi dada pela presidente da associação que solicitou que todos se apresentassem. Após as apresentações, o grupo foi provocado com as seguintes perguntas: “Quais desafios deverão ser enfrentados para o desenvolvimento rural? O que temos? O que queremos? Como fazemos?”. Cada participante recebeu uma folha para responderem as questões, com base nestas respostas desenvolveu-se o segundo encontro.

No segundo dia da oficina do SEBRAE a intenção inicial era consolidar o coletivo já instituído. Ressaltou-se muito a ideia de cooperação e da necessidade de enxergarem o outro como parceiros e não como concorrentes. Na explanação caracterizou-se três linhas de cooperação empresarial (relações internas e externas em busca de parceiros), setorial (relações

com empreendimentos do mesmo segmento em busca de maior governança e cadeia produtiva) e territorial (processo entre atores públicos e privados capaz de gerar uma governança territorial com vista ao desenvolvimento regional).

Neste dia, construiu-se um exercício sobre o que seria a missão, a visão e os valores. Chegou-se ao consenso de que a missão seria “criar um novo olhar para a região, com uma rede de cooperação, identificando e oferecendo os atrativos naturais, históricos, culturais e produtivos das serras históricas do Piloto e Matoso, com o objetivo do desenvolvimento sustentável e solidário da região (ata, 18 de nov. 2019)”. A visão: “Ser referência em turismo sustentável, mantendo a conservação da Mata Atlântica e buscando excelência da produção local e da valorização e preservação do patrimônio histórico-cultural (material e imaterial)”. E, por último, os valores que tinham o “Compromisso de auxiliar na evolução do turismo sustentável com eficiência e ética” (ata, 18 de nov de 2019).

Esta reunião influenciou o processo de mudança no nome da ASSETUR, discussão iniciada em 2018. O momento que pareceu mais significativo na reunião foi a divisão de cinco grupos de trabalho: marketing turístico, infraestrutura, capacitação, eventos, patrimônio histórico. Alguns participantes se prontificaram como líderes enquanto outros foram indicados pelos amigos, por terem mais acesso aos dados ou acesso às “pessoas chaves” ou conhecimento que acreditavam ser importante para ocupar a liderança do grupo.

Em conversas informais, alguns integrantes dos grupos colocaram dificuldades em desenvolver as tarefas, por considerarem que não tinham base para iniciarem o que havia sido proposto e pelo tempo exímio que teriam para tal construção. No dia da apresentação, dois líderes de grupo não estiveram presentes. O grupo de Capacitação sofreu esvaziamento, por este motivo aglutinaram-se ao grupo de Eventos.

O grupo de Patrimônio foi liberado por uma historiadora local que ocupa cargos públicos em Mangaratiba. As atividades de incursões, sob a responsabilidade do grupo Patrimônio Histórico, atraíram membros que estavam em outros grupos. O grupo se autodenominou como “os desbravadores”. E postaram no grupo de *WhatsApp*, de Turismo Rural, fotos das incursões e falavam com orgulho da descoberta das ruínas de um Cemitério particular de famílias importantes, desconhecido até então. Para os participantes o Cemitério tinha um valor histórico por ser localizado, no distrito de Arrozal, a antiga São João Marcos – na década de 1940, município despovoado e inundado com a criação da represa de Ribeirão das Lages que viria abastecer a cidade do Rio de Janeiro. As vivências que propiciaram descobertas foram consideradas momentos de aprendizado coletivo, estendendo-se para além da capacitação iniciada pelo SEBRAE. Como questão a ser vencida pelo grupo, acenou-se para as deficiências nos acervos investigados.

O grupo de infraestrutura teve como líder, o dono de um empreendimento turístico, localizado na Serra do Matoso/R, nas proximidades do assentamento rural Matoso. O grupo considerou que todas as proposições obrigatoriamente passam por ações do poder público. O grupo de Sustentabilidade, liderado pelo engenheiro agrônomo e técnico do ITERJ, pontuou como ações sustentáveis o reuso de água, tratamento de esgoto, célula fotovoltaica, estímulo de energia limpa, denúncias de atos predatórios na região, levantamento das lideranças locais e envolvimento das comunidades no projeto. O grupo de capacitação propôs cursos técnicos, liderado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo da prefeitura de Pirai. O de eventos, liderado pela produtora rural e dona de um empreendimento turístico na Serra do Matoso/RJ, propôs um festival de comida da Serra.

O objetivo do terceiro encontro foi a apresentação de levantamentos de dados dos grupos de trabalho, chamado de relatório. Terminada a apresentação dos relatórios, o grupo colocou em pauta as antigas questões da associação, como estratégias que precisariam ser construídas para elaboração de um circuito e a retomada as reuniões ordinárias. Neste dia, a oficina foi encerrada.

Em conversas informais, ganhou-se destaque o estreitamento de laços promovidos nas oficinas e as visitas que o SEBRAE realizou em cada empreendimento, o que gerou um diagnóstico com análises do espaço e dos serviços, bem como propostas de melhorias.

As reuniões sob a responsabilidade do SEBRAE foram mais frágeis no que tange a inclusão, por dois motivos. Primeiro, a dinâmica promovida nos encontros ressaltou mais os momentos de escuta do que de fala. Entretanto, foram importantes para aquisição de novas informações, o que dá aos participantes a sensação de se sentirem aptos a falarem sobre um tema e de se apropriarem do direito da fala. Como também, é base para a formação de um julgamento ponderado que influencia diretamente. Segundo, porque se incorporou nas oficinas apenas donos de empreendimentos turísticos que já estavam funcionando ou com uma estrutura prestes a entrar em funcionamento, excluindo a diversidade presente dentro da associação, sobretudo de protutores rurais. A exclusão foi verbalizada, com um potencial de implicar futuras reaproximações com o grupo que esteve presente.

Talvez, essa exclusão não tenha sido gerada propositalmente por parte do SEBRAE. Pode ter ocorrido por falta de dados da diversidade que compõe a ASSETUR ou por uma visão mais centralizada nos empreendimentos. Esse cenário apresenta uma relação com os valores que direcionam quem fez o diálogo entre a ASSETUR e o SEBRAE. A aproximação entre as duas organizações foi feita por um ator que fez parte da direção, porém é pouco presente nas reuniões e com saídas e retornos à associação. O último retorno ocorreu após pedidos de alguns membros da direção que o reconheciam como um ator importante no processo, por dialogar bem com os da cidade (o que tinha uma relação com o fato de ser da cidade) e com os atores do mercado. Além de ter recursos financeiros que se destacam em relação aos demais. É um ator que tem uma fazenda histórica nas proximidades de um assentamento rural e se auto apresentava como empresário – um termo que não era usado por nenhum outro ator.

No contexto estudado, “ser empresário” parece ter conotações diferentes de “ser dono de um empreendimento da Serra”. A primeira expressão conecta o ator a relações mercantis ou a relações que são mais amplas do que as Serras. Enquanto, os que se dizem “ser donos de um empreendimento da Serra” carregavam um sentimento de que faziam parte da Serra, que os seus pais e avós fizeram parte da história da Serra e da produção agrícola – elemento que definia tais territórios como sendo rurais.

Alguns atores por meio da fofoca (ELIAS, 2000), localizaram tal ator dentro do processo. Quando eu perguntava por “fulano”, me diziam: “Ah! Ele não quer mais nada com a associação. Agora ele quer ser ator global” (concluindo a fala com um sorrisinho. A narrativa foi construída em uma conversa informal no intervalo de uma reunião da associação – fala que se repetiu em 2021 e 2022), “Ele é um aproveitador que está na associação” (conversa informal, 2022). A primeira fala foi construída por alguém que faz parte da associação e a segunda por alguém que é de uma organização parceira da associação. São atores distintos com visões que, em certa medida, apontavam para pouco comprometimento com o coletivo.

O que se pretendeu ressaltar aqui é a influência de questões externas na elaboração de um processo mais ou menos participativo. Logo, a reunião não pode ser lida a partir dela mesma e sim de um conjunto de elementos que a influenciam, como de seus parceiros como foi desenvolvido no capítulo anterior.



### 7.1.3 Os participantes das reuniões ordinárias e extraordinárias

Em cada encontro havia uma média de 20 participantes enquanto as reuniões de planejamento estratégico, organizadas pelo SEBRAE, tiveram 30 participantes de vários municípios. Entre os presentes verificou-se a participação de atores do trade turístico local e externo, produtores rurais, atores do poder público e agentes que desejavam abrir um negócio turístico nas Serras.

Os atores sociais mais presentes nas reuniões foram: dois moradores de Volta Redonda que eram atletas de corrida em montanhas e empreendedores proprietários da Extreme Mountain, com interesse em elaborar roteiros seguindo a modalidade para a região; representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Eventos, Esporte e Lazer de Mangaratiba; integrante do Conselho de Turismo de Mangaratiba; Secretário de Turismo de Mangaratiba; representante no Conselho Estadual de Turismo na vaga da Costa Verde; representante do ITERJ; artesão da Serra do Piloto; artesão de Piraí; guias de turismo que atuam nas Serras; Trabalhadores de Turismo de Aventura; residente e historiadora de Mangaratiba; produtores rurais de Rio Claro e das Serras Piloto e Matoso; SENAC; pesquisadores da UFRRJ; TV Jaguanum; produtores do assentamento rural Rubião e Matoso; produtora rural de Rio Claro; agentes do Instituto Mário Peixoto da secretaria de Mangaratiba; agricultor familiar da Serra do Matoso com projeto de implantação do Museu da Rapadura; Representantes do SENAC e SEBRAE; Engenheiro agrônomo e proprietário da Fazenda Santa Tereza (na Serra do Matoso/RJ); proprietário da Fazenda da Lapa e da Pousada Piquara, à beira mar; integrante da secretaria de Turismo do município de Piraí; Secretária de Agricultura do município de Piraí; residente de Itaguaí e historiador; assistente da secretária de Turismo de Rio Claro; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, *Turismo*, Eventos, Esporte e Lazer de Rio Claro; Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do município de Rio Claro; proprietário do Sítio Tamanduá em Piraí, Proprietário do Sítio Rabelo, localizado na Serra do Matoso, produtor de banana e funcionário da prefeitura de Piraí; produtor de banana e apicultor; coordenadora de turismo rural do SEBRAE; gerente de análise do SEBRAE; produtora rural e proprietária da Pousada Beija-Flor em Piraí; estudante da Licenciatura em Educação do Campo (LEC/UFRRJ), morador da Serra do Matoso e produtor rural; Editor da TV “Jaguanum”, proprietário de casas de aluguel na ilha Jaguanun, em Mangaratiba, e produtor de sucos e frutas; Proprietário do Rancho Claudio Cordeiro na Serra do Matoso, em Piraí; representantes do Parque Estadual de Cunhambebe; Apicultor da Serra do Matoso; Proprietário de barca e de jipe.

Os que participaram com menor frequência nas reuniões foram: Membro da comunidade de Cacaria, em Piraí, produtor de doces de jaca e presidente da associação da comunidade; representante da Casa de Cultura de Piraí; Engenheira florestal da secretaria de Agricultura e Pesca do município de Itaguaí; Veterinária da Secretaria de Agricultura de Rio Claro e moradora do município de Passa Três; morador de Rio Claro e engenheiro de Telecomunicações responsável pelo Mapa Cultural da Região, com pontos de interesse turístico e histórico das Serras; tesoureiro do Clube Diretores Logistas (CDL) de Itaguaí e presidente do Rotary Club de Itaguaí; representante do CDL Jovem de Itaguaí; proprietário da Fazenda Alvorada, em Rio Claro; residente de Mangaratiba e proprietário da Verde e Mar Ecotur; Apicultor e voluntário em trabalho social em um Sítio em Itacuruçá; Proprietário de Chácara Alto da Serra e Administrador Regional da Serra do Matoso da prefeitura de Piraí; Morador da Praia Grande, em Mangaratiba, e produtor de bananas; Morador da Serra do Matoso, médico e pecuarista, e iniciante no ramo do turismo com uma Pousada; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo da prefeitura de Piraí; Arquivista do Rio de Janeiro; Empreendedor de Turismo Náutico; representante da PCH de Rio Claro; Empreendedor de Turismo Náutico.

Em geral, a participação do setor privado era maior do que os demais representantes. Os produtores rurais e representantes do setor público apareceram em menor número, com concentração nos municípios de Rio Claro, Pirai e Mangaratiba. O município de Itaguaí teve pouca representação de produtor rural nas reuniões da ASSETUR, mas marcaram uma presença significativa no evento Bicentenário organizado pela associação.

A presença do poder público era muito significativa para os participantes que enxergavam nas reuniões da ASSETUR a única chance de dialogar com seus representantes. Esta expectativa foi evidenciada logo nas primeiras reuniões. Na reunião, no dia 20 de fevereiro de 2018, houve uma cobrança direta de um interlocutor e membro da direção da ASSETUR: “Temos que saber qual a participação do poder público. O que vocês podem fazer neste processo? A empresa privada é importante, mas temos aqui o poder público e precisamos saber em que podem contribuir”. Nesta narrativa, a ideia de participação é a capacidade que um determinado ator tem em fazer algo. A resposta obtida não atendeu a expectativa por não se configurar em uma proposição imediata. Foi uma fala que prorrogou uma resposta, considerando o fato de que precisariam conversar com o prefeito, para ver o que poderia ser acordado. A cobrança se repetiu em outras reuniões, partindo do princípio de que algumas ações a associação não poderiam fazer sozinha.

Os atores sociais que mais se destacavam com intervenções eram os membros da diretoria da ASSETUR, donos de empreendimentos turísticos e representantes do poder público de Mangaratiba e Rio Claro. Os produtores rurais tinham uma participação mais tímida com poucas intervenções, exceto a produtora rural e dona do Sítio Pousada Beija Flor – entendida por muitos como uma liderança dentro e fora do assentamento rural.

Com o quadro posto, é possível afirmar que quanto ao quesito “presença”, a ASSETUR, por meio das reuniões (ordinárias e extraordinárias), permitiu o engajamento de diferentes atores. Mas em alguns momentos esta “presença” deixava lacunas quando ocorria em um horário que não atendia o agricultor rural ou em um lugar mais distante para os residentes da Serra do Matoso – questão a ser abordada no tópico “participação nas reuniões”.

Tal dinâmica poderá desenhar propostas e rupturas ao longo do processo, principalmente se somadas às relações de poder instituídas no interior de uma associação (COMERFORD, 2000). Nas reuniões da ASSETUR, se detectou algumas relações de poder observadas no campo de Comerford (2000), como a simples tarefa de se pensar questões a serem debatidas nas reuniões que era centralizada na diretoria, por cortes “sutis” durante as falas dependendo do assunto a ser abordado e de quem falava – como os irregulares e atores de Mangaratiba que suscitavam muita polêmica –, até a condução dos debates.

As relações de poder, de modo geral, não equilibravam o engajamento pela presença e pela voz. Nitidamente, havia, um certo, estímulo à participação, enquanto presença nas reuniões, que se efetivava nas reuniões itinerantes. Mas a ausência da “voz” dos diferentes atores revelava uma questão a ser resolvida a longo prazo.

Para alguns atores sociais a diversidade nas reuniões representava mais do que engajamento, significava a possibilidade atenuar o domínio dos atores estabelecidos nos territórios. Um ator muito querido para o grupo fez a seguinte fala na reunião da associação: “Aqui tem muita gente nova que não conheço. O grupo do zap já tem 80 pessoas. Estou adorando porque esse pessoal novo vai colocar tudo pra frente e aí o pessoal mais antigo terá que se adaptar ao grupo novo” (reunião da associação, 26 de março de 2019). Neste sentido, as reuniões eram um rito que enaltecia a presença de diferentes atores e demarcava o desejo por mudanças nas relações de poder tanto em arenas políticas quanto locais.

Portanto, o que se pretendia eternizar era uma participação que seguia caminhos diferentes, uma efervescência que vinha de baixo para cima para provocar mudanças nos mecanismos já estabelecidos. Em estudos de casos que tiveram a participação como temática

central, o empoderamento da participação popular já aparecia como uma via que fortalece a “democracia de baixo para cima” (CORNWALL et al., 2007, p. 258).

#### **7.1.4 A transparência interna e externa nas atas das reuniões, ordinárias e extraordinárias**

Se o horário e o local, onde ocorre a reunião, são centrais para a participação, a ata também é um instrumento importante, por retratar a existência ou não da transparência interna pontuada por Smith (1999). A ata é um registro de falas, de intervenções e interrupções que pode dizer muito sobre o nível de existência de bens democráticos. É um espaço onde se registra: a data, o local de realização, os participantes, as negociações, resumos das discussões e votações, temas que foram abordados, tendo assinatura de todos os participantes.

A estrutura de uma ata pode ser definida no estatuto de uma associação. Ressalta-se que no estatuto da ASSETUR não há qualquer menção sobre a construção das atas, nem mesmo no artigo 39 que cita as atribuições ao 1º e 2º secretário.

Foram analisadas oito atas. Dentre essas, cinco foram de reuniões ordinárias dos que ocorreram nos dias: 09 de maio de 2019 realizada no Parque São João Marcos, 18 de junho de 2019 realizada na Estância do Carneiro, 02 de setembro de 2019 realizada no Empório da Barreira, 17 de novembro de 2021 realizada no Empório da Barreira e 18 de maio de 2022. A reunião do dia 12 de março de 2020, foi cancelada por falta de quórum gerada pelo avanço da pandemia da COVID-19 no Brasil.

Nas três reuniões extraordinárias desenvolveu-se o Planejamento estratégico sob a responsabilidade do SEBRAE, nos dias: 24 de setembro de 2019, 22 de outubro de 2019 e 04 de novembro de 2019.

Nas atas questões debatidas foram apresentadas de forma sucinta tendo uma média de três páginas. Isso é um dado a ser ressaltado considerando a longa duração das reuniões, começando às dez e terminando por volta das 16h. A longa duração das reuniões gerava um esvaziamento no decorrer da reunião, impossibilitando a participação de todos até o final. A disparidade entre a riqueza de debates vivenciados nas reuniões e entre o que está registrado nas atas, embora esteja bem escrita, é um aspecto negativo tanto para a memória do processo em curso como para a transparência interna e externa. A reunião prevista para o dia 12 de março de 2020 foi cancelada por falta de quórum em função do isolamento social causado pela Covid-19.

A única ata densa, com doze páginas, trazia informações da apresentação do Circuito São João Marcos para atores do poder público. A construção da ata com mais detalhes deve-se a um comentário que fiz ao longo de uma reunião sobre a ausência de informações nas atas e a uma conversa com o secretário da associação, que após o diálogo passou a gravar as reuniões. No dia em que o secretário levou a ata com as doze páginas, disse com orgulhoso: “Aqui está a ata com algumas sugestões da professora”. Com os diálogos e observações fui percebendo que as deficiências das atas passavam, muito mais, pela falta de compreensão do que uma ata deveria apresentar do que uma ação tendenciosa de não revelar, por exemplo, conflitos. O atual secretário costumeiramente dizia: “Não sou secretário. Estou secretário. Sou apenas um apaixonado, um entusiasta pelas Serras e me voluntariei na associação. Estou aprendendo”.

Mesmo com o entusiasmo do secretário por ter conseguido desenvolver uma ata com mais detalhes, o grupo mais uma vez não fez a leitura da ata. Em apenas três atas há o registro de que as mesmas foram lidas durante as reuniões. Nas demais reuniões não houve leitura da ata. Nenhuma ata foi encaminhada por e-mail ou disponibilizada no grupo de *WhatsApp* intitulado “Associados ASSETUR” e nem mesmo no grupo “Turismo Rural”, onde todos os integrantes da associação estão presentes, bem como outras pessoas. Esse constante comportamento, exteriorizava que a construção da ata era uma mera formalidade para a maioria. Não era entendida como um instrumento a serviço do coletivo que obrigatoriamente deveria ser

disponibilizada a todos, dando o direito, inclusive, dos ausentes de entenderem o que tinha sido debatido.

As atas além de não serem lidas, na maioria das vezes, não foram disponibilizadas em canais digitais. Nas Serras, assim como em outros espaços rurais, o acesso ao uso da tecnologia ainda tem sido um desafio a ser enfrentado. O acesso aqui está sendo relacionado não apenas a dificuldade de sinais de internet em áreas rurais como também a exclusão digital por falta de conhecimento para manusear alguns programas, sites, aparelhos eletrônicos, etc. Isso significa dizer que nem sempre o uso da tecnologia poderá ser entendido como uma forma de tornar um processo mais democrático. Principalmente, em países com elevados níveis de desigualdades sociais, resultando na exclusão digital para muitos atores e instituições (BITTENCOURT; SANTOS, 2020). O uso de mídias digitais para tornar pública as informações de uma instituição impõem desafios para práticas ditas mais democráticas em pleno século XX.

As questões postas acima, se fazem presente no cotidiano da maioria dos associados da ASSETUR, por não possuírem acesso ao uso da tecnologia ou terem um acesso que os impossibilitam “navegar” de forma eficiente. Realidade que dificulta a transparência interna e externa por meio de mídias sociais ou até mesmo a realização de reuniões virtuais.

Entretanto, mesmo diante das limitações com a tecnologia, a associação poderia se apropriar do grupo de *WhatsApp* para postar informações sobre as reuniões como as atas, as decisões e ações do grupo. Uma vez que o espaço virtual se tornou como um lugar de ação da ASSETUR e de diálogo com os pares.

As atas também não possuíam assinatura e algumas reuniões não possuem ata. A presidente da associação justificou tal ausência com as dificuldades que a associação teve com as secretárias. Em um curto período a associação teve três pessoas secretariando as reuniões. A primeira secretária foi uma jovem assentada do assentamento rural Fazenda Rubião que tinha muitos conflitos com a presidente da associação, o que a levou a deixar o cargo. A segunda era uma aluna do curso de história da UFRRJ, era residente da Serra do Piloto, mas não fazia parte da associação. O terceiro e atual secretário, é residente de Itaguaí e um voluntário muito envolvido nas atividades da associação. As descontinuidades no cargo geraram perdas de informações, a elaboração das atas tardiamente, a inexistência de algumas atas e ausência de assinaturas. A ausência de assinaturas nas atas se constitui como uma questão séria, pois as assinaturas corroboram cada fala registrada e os encaminhamentos. Da mesma forma, se perdeu a primeira versão do estatuto da associação, que gerou fortes embates.

Na ata não se registrou os embates, os consensos e não consensos. Não houve registro de quantos votaram discriminadamente em cada ponto, mesmo porque nem sempre havia uma pauta, apenas questões que alguns membros da diretoria idealizavam como pertinentes. Em algumas reuniões as pautas não eram debatidas integralmente, parecia existir um certo receio de debater assuntos que potencialmente poderiam gerar conflitos. O atual secretário, por diversas vezes, mostrou-se incomodado com a ausência de trâmites como leitura de uma ata da reunião anterior e sua aprovação, a realização de uma pauta para o chamamento e a abertura dos debates baseados na pauta e discussões gerais. O secretário tentou implementar tal ordenamento, mas, segundo ele, o grupo não conseguia enxergar como algo importante – até a presente data da conversa com o interlocutor.

A não observância aos cuidados com as atas demonstra debilidade na transparência. Para Smith (1999) a transparência é medida com a publicidade das ações de cada participante, materializada na elaboração e na divulgação de atas de reuniões. Acredita-se que essa prática traz maior transparência interna e externa, atribuindo mais confiabilidade ao processo ao tornar público o que se debate em cada encontro, inclusive por meio de mídias digitais.

As intervenções registradas nas atas oscilaram entre questões mais burocráticas como formalização da associação às questões que evidenciavam a disputa pelo território entre “os de dentro” e “os de fora”. Os registros também revelam que as intervenções, na maioria das vezes,

eram feitas pelos mesmos atores, evidenciando a não participação de todos ou, ainda, os diferentes níveis de capacidades sociais de Sen (2000) que moldam a participação.

### **7.1.5 Enfrentando as dificuldades para participar das reuniões e os significados desta participação**

Ao longo das reuniões fui observando o imenso esforço de alguns atores em participar das reuniões da associação. O enfrentamento das dificuldades vividas em um plano individual pressupunha uma solução mais coletiva, as famosas caronas. Alguns assentados só conseguiam participar das reuniões porque se valiam das caronas cedidas pelos técnicos da EMATER e do INCRA, por vizinhos, amigos e secretários das prefeituras de Mangaratiba, Piraí e Rio Claro, e outros. Inclusive, as caronas que eu também oportunizava. Alguns participantes percorriam uma parte do caminho a pé, outros faziam uma verdadeira viagem em um trajeto de duas horas de carro.

As dificuldades que se apresentavam evidenciavam as inúmeras ausências de infraestrutura no meio rural e nas instituições públicas. O sucateamento das secretarias do meio ambiente, da agricultura e do turismo era notório. Entre as secretarias que participavam da ASSETUR, a de Turismo encontrava-se em condições muito precárias, carecia de recursos humanos (turismólogos) e estruturais como um carro. Na visão dos representantes das secretarias o carro é um instrumento básico que viabilizaria a participação em reuniões de diferentes naturezas, incluindo as de Conselhos e da ASSETUR, e a realização de visitas de campo nos empreendimentos turísticos e nos que possuíam potencial para a atividade. A ausência destes recursos dificultava o trabalho diário das secretarias de turismo desde o mapeamento de empreendimentos turísticos até ações de conscientização dos gestores do turismo local.

Diante das diversas dificuldades observadas a de se perguntar: O que os faziam participar destas reuniões e o que os impediam de estar presentes? Tanto o participar quanto o não participar são questões essenciais que nos ajudam entender a aproximação e os distanciamentos com os bens democráticos.

Para os atores investigados, participar das reuniões vai muito além de uma construção de roteiros turísticos e de questões técnicas que envolvem o fazer turístico. Significava sair da condição de invisibilidade social, cultural e política, mais do que econômica. Sair desta condição estava associada ao processo de aprendizado vivenciado a cada reunião da associação e aos desdobramentos de redes sociais que eram tecidas a partir da ASSETUR, o que garantia, de certa forma, um aprendizado que lhes foi negado fora deste contexto.

Em uma primeira leitura, as reuniões carregavam um caráter participativo e democrático, sendo um espaço aberto onde “todos” poderiam falar, “todos” poderiam expressar os problemas vivenciados em seus empreendimentos e em suas regiões, e um espaço de aprendizagem com outros associados ou com “os de fora” que participavam das reuniões. O aprendizado se dava por meio de debates, de informações que eram apresentadas, por noções formadas no coletivo, pelo construir da reunião e por cursos de capacitação ofertados aos associados.

Havia um esforço dos dirigentes da associação em consolidarem parcerias para “capacitar” os associados. Neste caso, tal esforço contribuía tanto para garantir maior participação nas reuniões como oportunizar uma qualificação do grupo. A qualificação não se resumia apenas a cursos ou eventos ministrados por agentes externos. O aprendizado se instrumentalizava na troca de saberes locais e no fazer turístico – que tinha como base a hospitalidade doméstica e lentamente foi se configurando na hospitalidade comercial. Na dimensão retratada é possível dizer que as ações da associação oportunizavam um contexto para um julgamento ponderado mais eficaz.

Alguns participantes da comunidade local, antes de atuarem na associação nunca haviam feito uma ata ou redigiram um documento para ser exposto em uma arena pública, não tinham hábito de representarem um grupo em ambientes externos ou a possibilidade de dialogarem com secretários municipais e outros atores fundamentais para a melhoria dos serviços básicos e atividades turísticas nas Serras. O desenvolvimento das capacidades exigidas no processo participativo se dava na medida que participavam dos encontros (SMITH, 2009; PATEMAN, 1970) e compartilhavam saberes.

Os que possuíam algum conhecimento sobre como fazer uma reunião assumiram funções ou compartilhavam o que sabiam para que outros pudessem assumir papéis ou participar de alguma forma. Os que tinham tais habilidades as adquiriram acompanhando pais e avós – que tiveram uma trajetória no associativismo ou na política local ou no exercício da profissão.

Cada reunião era uma possibilidade de se aprender a falar, se posicionar, a fazer a reunião, a fazer uma ata, aprender novas práticas que poderiam ser adaptadas ao turismo e aprender novas formas de se portar em espaços ritualizados como os da ASSETUR. O aprendizado que se dava no espaço de reuniões era gradual e transcendia esta esfera, formando novas lideranças e saberes que são apropriados no fazer coletivo (COMERFORD, 1999, FERREIRA, 2010) dentro e fora da reunião.

A arte de saber falar coloca o falante na condição de letrado e atribui a quem fala competências para negociar com seus pares e com representantes do poder público (COMERFORD, 1999, FERREIRA, 2010). Sendo assim, a arte da fala “é o veículo que possibilita ao grupo ser representado e reconhecido para além dos limites de seu próprio campo, assim como, fazer conhecer os seus interesses enquanto grupo” (FERREIRA, 2005, p. 103). Nestas leituras, “aquele que sabe falar” possui um poder que o coloca em uma posição ambígua, como alguém cuja fala pode expressar a verdade e o conhecimento ou como aquele que ilude o ouvinte ao usar sua capacidade de fala e persuasão, condição que coloca em risco a reputação de quem fala (COMERFORD, 1999; FERREIRA, 2005). No contexto investigado, essa ambiguidade aparecia vinculada aos políticos do município de Mangaratiba.

O aprendizado que foi construído a cada reunião fez com que as “vozes” dos atores fossem ecoadas em outros espaços. A direção da associação falava com muito orgulho: “Nós estamos participando de muitas reuniões que nem pensávamos. O povo não para de nos chamar” (produtora rural e dona de um empório, presidente da associação, 2019), “Já estou até sem tempo de fazer meus doces, é tanta reunião. Estou me sentindo...(risos) Virei importante agora” (produtora rural, dona de uma pousada rural, tesoureira da associação, 2019), “Já não tenho mais espaço em minha agenda (associada, 2019)”. Infelizmente, a escrita nem sempre consegue descrever os sentimentos que envolvem cada fala, furtando do leitor a densidade vivida pelo pesquisador e os significados de cada gesto e expressão dos respondentes. Para estas mulheres o esforço de estar presente e se engajar nas reuniões valia a pena, dava-lhes a visibilidade antes não alcançada.

Neste prisma, enfrentar as dificuldades para participar das reuniões garantiria aos participantes o acúmulo de capital simbólico e social (BOURDIEU, 1998, FERREIRA, 2010) que poderia ser acionado em outros espaços. Logo, participar das reuniões significava dominar símbolos que consolidam lideranças e os colocam na condição de atores políticos. Como também, atribuía um certo nível de pertencimento do processo em curso, cada ator distintamente se apropriava de outros espaços como o Conselho de Turismo e a Prefeitura, tornando-se atores sociais e políticos, não mais invisíveis, agora com conhecimento legitimado ou com instrumentos que os colocavam na condição de negociadores. Uma fala da presidente da ASSETUR retrata bem este contexto: “Muitas vezes fui a prefeitura para conversar sobre o Turismo em nossa região e nunca fui recebida. Hoje eles é que me chamam para conversar. Isso

só aconteceu depois que comecei atuar na ASSETUR. Hoje a ASSETUR tem uma identidade visual, mesmo sem CNPJ. Ela abre portas” (Almerinda).

O aprendizado que se consolidava nas reuniões, gerando o acúmulo de capital simbólico e social, pode permitir um julgamento ponderado de questões debatidas nas reuniões como em outros espaços. Com este cenário, há a possibilidade de tomadas de decisões serem protagonizadas por estes atores, alcançando o controle social evidenciado por Smith (1999).

Nas reuniões da associação na maioria das vezes apresentavam-se ideias e problemas vivenciados nos municípios. Buscava-se formas de se enfrentar a inação do poder público. Para o grupo isso só seria possível mediante a visibilidade e legitimidade enquanto um coletivo. Mesmo com limitações, os convites que a diretoria da ASSETUR recebia para participar das reuniões de Conselhos de Turismo, de *Convention Bureau* Caminho dos Jesuítas e a dialogar com secretários de Turismo, objetivava soluções de melhorias de estradas, sinalização turística e formas de se efetivar o circuito turístico projetado. As propostas de futuras intervenções ocorreram a partir de algumas demandas colocadas pela associação, mostrando que o controle popular exercido pelo grupo não era tão frágil, considerando o estágio prematuro da associação.

Assim, as “portas abertas” pela ASSETUR têm relação com o acúmulo do capital social e simbólico descrito até aqui, que por sua vez é uma pré-condição a mutação de atores marginalizados em atores sociais e políticos. Tudo isso só foi possível porque tais atores se “sentiram parte” de um processo e por isso se colocaram na responsabilidade de “tomarem parte” dele, da produção, da gestão e dos usos dos bens em jogo (BORDENAVE, 2009).

Talvez uma das maiores contribuições do caminho traçado pela ASSETUR possa ser a consolidação da participação em nível micro para se alcançar a participação em nível macro, indo muito além da associação, de forma a mitigar a marginalização de atores em arenas políticas. Estava posto que a emergência era ter um espaço de fala, mas também considerá-la de tal forma que o seu conteúdo aparecesse nos debates e nos encaminhamentos que atravessariam as reuniões da ASSETUR e fariam eco em outros espaços.

Bordenave (2009), afirma que não se alcança a participação em níveis macro sem o aprendizado e vivências efetivadas na esfera da micro participação, como a participação desenvolvida na associação. Sem este caminho o que há é uma participação fictícia onde não se toma parte “dos meios de produção material e cultural” (*Ibid.*, p. 26).

### **7.1.6 A ausência da presença física e da voz nas reuniões**

Até aqui priorizei analisar quem falava e quem participava, mas há também os que pouco falavam, os que nem falavam, os que participaram apenas uma vez e os que não participaram de nenhuma reunião. O não participar pode estar associado ao custo da participação que engloba recursos financeiros, tempo e capacidade técnica que garante condições de intervir ao longo das reuniões (SMITH, 2009, BRAGA, 2015).

Analisar a não participação ou as ausências é um caminho muito complexo, que necessitaria de entrevistas com aqueles que em algum momento deixaram de participar ou que não participaram – processo que se tornou impossível com o isolamento social gerado pela Covid-19. Admitindo esta limitação, chamo atenção para quatro elementos que se conjugam, a dificuldade de organizar uma reunião que atendesse a todos, a ausência da “voz”, o desinteresse “pelo que era dito” e a falta de transparência externa do poder público – que gera desencantamentos dos atores sociais, se tornando uma barreira para a participação nas mais diversas arenas políticas, sendo a ASSETUR uma delas.

Havia uma dificuldade de organizar uma reunião em um horário que atendesse a todos, principalmente os produtores rurais. Em uma dada reunião questionou-se o antigo título da associação com ênfase no rural, em oposição a pouca participação dos produtores rurais nas reuniões. Alguns associados alegaram que os produtores são convidados, mas não podem

comparecer porque no horário da reunião estão tirando leite e cuidando das vacas. Neste momento, se ensaiou um breve debate sobre a mudança no horário da reunião. Afinal de contas, não poderiam manter o título de Associação de Turismo Rural, sem a presença dos produtores rurais.

Alguns discursos apontavam que a escolha do horário visava atender os parceiros que residiam em municípios distantes, em sua maioria, os do poder público. Como se estes fossem a peça central de toda a engrenagem.

A ausência dos produtores rurais foi justificada por um ator muito próximo a esta categoria. Seguiu-se na direção de que as discussões de caráter inicial da ASSETUR não geravam interesse “pelo que era dito”. Dizia-se que os produtores rurais, esperavam um debate que resultasse em melhorias na produção agrícola. E, quase como uma garantia, ressaltou-se que no final do processo tais produtores estariam presentes: “Agora não é hora de o agricultor estar nesta reunião, só depois quando tivermos definido os roteiros. Aí será a hora deles estarem presentes. Já conversei com alguns produtores e eles ficaram apaixonados e querem participar. Mas agora não é o momento” (reunião da associação, 26 de março de 2019).

Alguns discursos, por inúmeras vezes, associavam os produtores a produção agrícola e agropecuária, como se o rural consistisse exclusivamente na produção e não representasse uma riqueza histórica e cultural de um grupo. Alguns atores, do município de Mangaratiba, quando falavam de história, remetiam-se primordialmente aos monumentos históricos, deixando em segundo plano a história protagonizada pelas pessoas e nas relações que são tecidas a partir delas. Visão contestada pela historiadora local.

Entretanto, na perspectiva mais reducionista, a participação esperada dos produtores se daria por meio da venda de seus produtos que poderiam ser comercializados nos empreendimentos turísticos. Porém, este olhar não era um consenso, alguns negavam a possibilidade de tomarem decisões pelos produtores e diziam: “Não posso falar por eles” (reunião da associação, 26 de março de 2019).

Esse cenário suscitou perguntas: “Que sustentabilidade está sendo sonhada pelos membros da ASSETUR? Como romper com uma lógica hierárquica, que representa um coletivo, sem criar um diálogo com os representados? Como construir um espaço onde todos são importantes para o processo em curso? É possível pensar em sustentabilidade sem um modelo de governança participativa, de fato?” Obviamente responder a estas perguntas seria um exercício quase que impossível. Entretanto, é possível constatar que as reuniões da ASSETUR oscilam entre processos mais e menos democráticos.

Até a pandemia as ausências nas reuniões incomodavam o grupo, sendo um assunto abordado nos encontros. O que gerou um esforço dos dirigentes da associação em consolidarem parcerias para “capacitar” os associados, acreditando que isso estimularia a participação e daria instrumentos para entenderem o que estava sendo dito. Alguns associados tiveram a oportunidade de fazerem cursos, oferecidos pela UFRRJ, para atuarem em Conselhos e Colegiados e como Condutor Local. O curso para conselheiro teve três edições. A última versão foi *on-line*, durante a pandemia, tendo pouquíssima participação de associados gerada por problemas de acesso à internet em áreas rurais. O Planejamento estratégico promovido pelo SEBRAE também tinha o intuito de agregar conhecimento ao grupo.

Em uma atividade de extensão estreitei os laços com alguns assentados e assentadas com carências sociais profundas, que passava pela dificuldade de conhecer cédulas de dez reais. Atores com este perfil não se perceberam dentro do projeto turístico e estiveram presentes somente nas primeiras reuniões.

Na maioria das vezes, os atores que mais falavam portavam algumas capacidades que os colocavam em uma posição de destaque. Atores que não dominavam a “arte do falar” ou com carências econômicas e sociais faziam a opção por “apenas ouvir”, fazendo do momento



de apresentação o seu único espaço de fala. As carências mais profundas eram barreiras para a participação, pois limitava a compreensão do que era dito.

Essa incompreensão desmotivava o estar presente nas reuniões e afetava o julgamento ponderado, pois este pode comprometer o entendimento dos temas expostos e dos diferentes olhares estabelecidos por múltiplos atores. Bassani (2019), ao citar Arent (1994), entende que este bem democrático “conjuga o particular com o geral, o mundo interno com externo, tornando-se uma capacidade política” (ARENT, 1994, *apud* BASSANI, 2019, p.30), que gera o entendimento pela perspectiva do outro, sendo capaz de construir o novo a partir deste outro e não de suas próprias percepções. Mas como se dá isso, diante da incompreensão e do desinteresse com o que é dito?

Em uma entrevista, uma participante, que domina a “arte do falar”, ressaltou a importância de todos falarem e o quanto era significativo um espaço de fala nas reuniões. Em sua concepção “ir à reunião e não falar é melhor não ir”. Enquanto outros falavam “É melhor estar na reunião e não falar, do que não ir”, evidenciando a representação de uma categoria como algo essencial, mais do que a fala.

Nesta leitura, “apenas ouvir” pode não ser pouco, pode representar algo bem maior do que se pensa. Estar presente não significa se dispor a fazer intervenções em um espaço coletivo e sim “como agem diante ao direito de participar” (SMITH, 2009, p. 21-22). Na visão dos que carecem de capacidades sociais (SEN, 2000), este “participar” pode ter outras singularidades e a “presença” não se configura tão somente na “voz” e sim na corporalidade que por si só parecia ter significado político.

Obviamente, que isso é uma questão que merece mais análise. Mas, por ora, é possível ressaltar o fato de que se expressar por meio da voz exige algumas liberdades colocadas por Sen (2000): liberdade política, facilidade econômica, oportunidades sociais, garantia de transparência e a segurança protetora. Essas liberdades são vistas pelo autor como dependentes, ou seja, uma apoia a outra. Havendo carências em uma, se compromete o desenvolvimento da outra liberdade. O aprimoramento e o acesso as cinco liberdades se conectam entre si (SEN, 2000) e estão intimamente relacionadas à diretrizes mais participativas. Neste sentido, a negação de oportunidades sociais e tantas outras carências, implica na liberdade política destes atores de se expressarem como cidadãos de direitos.

Desta forma, não há processo participativo sem que haja mudanças nas estruturas que sustentam as desigualdades sociais (DEMO, 2009). Contudo, as mudanças necessárias não devem ocorrer somente na estrutura das classes, mas na forma de pensar e agir de cada ator que compõe a classe dominante ou dominada. Demo (2009) afirma que o problema que limita processos participativos não se encerra somente no que está fora de nós. Antes necessita de uma autocrítica sincera do fenômeno do poder e da posição que se ocupa no jogo, sendo burguês, proletário ou apoiadores do proletariado.

Este cenário é problematizado, de forma um tanto cirúrgica, por Demo (2009) ao sustentar que normalmente atores que estão na arena política podem não estar na posição superior, que no fundo no fundo, almejam, mas estão lutando por ideias de outros por uma questão de instinto de sobrevivência. É uma luta por manutenção ou não de privilégios. Nesta leitura, não seria possível manter os privilégios sem compartilhar alguma coisa ou sem permitir que outros sentem à mesa. A manutenção de privilégios pautada na cristalização de desigualdades seria, o que Demo (2009) chama de “comportamento suicida”. O autor não desconsidera que há convicções humanísticas e reais compromissos com os menos desprovidos – prática que pode agregar mais valor à pessoas e organizações no campo do poder. Mas acredita que o que move de fato as ações participativas, de forma intensa e duradoura, são ideais de classes.

Por último, se justifica a não participação nas reuniões da ASSETUR com desencantamentos com o poder público local. Nas reuniões da associação se evidenciavam

discursos de que a ausência de determinados atores locais se relacionava a pouca credibilidade com os atores políticos, a inúmeras promessas que nunca foram efetivadas após assumirem os cargos nas prefeituras, aos projetos que evidenciam vontades exclusivas dos políticos e das grandes cadeias hoteleiras, ao desafio de chegarem a consensos que atendem a todos e, por fim, a falta de clareza nas proposições oriundas das prefeituras.

Partindo desta premissa, há três falas de associados da ASSETUR que atribuem um baixo nível de confiança no setor público diante da ineficiência dos governos (municipal, estadual e federal): “Temos que fazer nós mesmos. Não dá para esperar pelas secretarias, pelo poder público. Cadê as oportunidades que falaram? O que o turismo que está aí, trouxe para gente?” (Marcos); “Esse projeto (referindo-se a ASSETUR) dará certo porque somos nós que estamos fazendo e não as prefeituras” (associado, 2018); “Cadê o poder público? Ficamos quatro meses sem receber ninguém em nossos empreendimentos por causa da estrada que caiu um pedaço. Até passou na televisão. Começou com um buraco na estrada. A ausência da prefeitura levou a vida de uma menina, que estava passando de bicicleta na hora em que a estrada caiu” (Almerinda).

As narrativas eram influenciadas pela visão de que o poder público fracassara diante de suas obrigações. Como também, tinha matizes na ideia do empreendedor que “confere” ao cidadão poderes, inclusive de ser auto dependente de instituições. Sobre tais certezas, precisavam defender seus interesses e conquistar direitos, que passavam por questões básicas, socioeconômicas e de pertencimento do território.

O desencantamento com o poder público é preocupante, pois se torna inviável cogitar qualquer planejamento turístico sem parcerias entre a comunidade local, o setor privado e o poder público. A pergunta que se circunscreve é: Como construir parcerias com o poder público diante de uma relação de confiança tão fragilizada? Como gerar maior participação diante dos desencantamentos vividos em outros momentos? E, porque não dizer, diante da ausência de transparência externa dos políticos locais.

Por outro lado, os atores que apontavam para uma descrença no poder público, invocavam uma crença que os moviam para construírem todo o processo que tinha como um dos objetivos o diálogo com o poder público.

Crendo ou não crendo no poder público, tais atores não deixavam dúvidas que cansaram da ilusão de que a negociação viria por uma concessão dos atores dominantes públicos e não públicos, dentro ou fora do mercado turístico.

O choque de realidade, os afastavam do equívoco de que participação e o que resulta dela estaria conjugada a concessões e favores, como tão bem relatado por Demo (2009). O que, em alguma medida, os aproximavam da ideia de participação como conquista (BORDENAVE, 1994; DEMO, 2009). A mudança de concessões e favores para um processo de conquista é essencial para a construção de um processo participativo gestado pela comunidade local (residentes, donos de empreendimentos turísticos, produtores rurais e artesãos) que buscava coordenar as negociações com seus parceiros públicos e não públicos.

### **7.1.7 Participação nas reuniões presenciais e em interações on-line, nos grupos de WhatsApp, sendo moldadas por conflitos**

As reuniões forjavam uma proximidade que fortalecia uma relação de confiança entre os associados e seus pares, como também era permeada por conflitos e relações de poder. Alguns conflitos traziam à tona o que estava em disputa, gerava divisões ou consolidava alianças e evidenciavam dificuldades.

Muito dos conflitos que ocorreram nas reuniões presenciais foram retratados nos capítulos anteriores. As questões que mais suscitavam conflitos ou um certo desconforto nas reuniões era a baixa participação dos produtores rurais – o que gerava um discurso de cobrança ou de se buscar responsáveis por tal ausência, conseqüentemente, fala-se sobre os deveres de cada um –, o estatuto da associação e a mudança no nome da ASSETUR.

Outra questão que gerou conflito na reunião foi a mudança no cargo de secretária, para explicar o que estava em jogo com a mudança no nome da ASSETUR. Aqui vale a pena retomar de forma breve, algumas questões. A mudança no cargo ocorreu sem qualquer discussão coletiva, sem um aviso prévio para a jovem que estava no cargo e sem nenhuma explicação para a jovem que assumiria o cargo. Nesta reunião, um participante fez uma crítica severa e ameaçou sair do grupo, caso não houvesse mudança na postura da direção: “Vocês não decidiram isso no coletivo. Se vocês não fizeram reunião para decidir, por que fazer isso desta forma? Se fizerem isso novamente, sairei desse negócio” (parceiro, residente e proprietário de um empreendimento turístico na Serra do Piloto, 20 de fevereiro de 2018).

O desconforto gerado com a situação explicitava o quanto o processo foi considerá-lo inadequado e autoritário. Após a reunião, alguns membros que estavam cientes da mudança pontuaram que a saída da jovem era inevitável diante de conflitos decorrentes entre a presidente e a jovem. Para os adultos mais próximos a ambas, a tensão entre as duas era justificada pela jovem ser impetuosa e querer fazer parceria com os irregulares dentro do assentamento. Em conversas informais, a jovem mostrou ter consciência que era criticada por buscar parcerias com os irregulares, porém enxergava nesta aliança a única forma de promover algumas melhorias no assentamento. E, em seu ponto de vista, era incompreendida por buscar soluções práticas enquanto os demais apenas “discursavam” em muitas reuniões.

Em meio a tensões, o grupo criou estratégias que equilibrariam os conflitos que sucedessem, como a pausa para os “intervalos” e acionamento de atores-chaves ou, supostamente, “mais imparciais” para intervir ao longo dos intervalos. No caso, relatado acima, fui acionada, por alguns da diretoria, a conversar com a jovem assentada. Tínhamos (eu e a jovem) uma relação muito próxima, assim como eu tinha com os demais. Mas parecia ser uma relação com menos reserva. Isso me fazia compreender algumas questões em jogo e reconhecer que os caminhos poderiam ter sido diferentes.

No decorrer das reuniões, o que parecia amenizar os momentos de tensão e garantir um certo estado de confiança era a fala de parceiros da UFRRJ e de atores que circulavam nos diferentes municípios e tinham um bom diálogo com atores públicos e não públicos, com assentados e cidadãos, como era o caso de uma historiadora local e o técnico do ITERJ. Estes eram vistos como atores que tinham um capital social diferenciado por representarem organizações e por isso dialogavam bem com a polaridade presente na ASSETUR.

O estatuto da associação foi pensado como uma estratégia para minimizar possíveis conflitos por estabelecer direitos e deveres a cada associado, por delimitar e formalizar um monitoramento das ações dos mesmos, bem como sanções<sup>36</sup> a comportamentos que ferem os valores estabelecidos pelo coletivo.

---

<sup>36</sup> Prescritas nos Artigos 13 e 14. No artigo 13 que versa sobre a suspensão das regalias e atribuições dos sócios, o inciso 3 afirma que a suspensão se dará por “procedimento irregular perante a ASSETUR, depois de advertido,

Aqui abre-se um parêntese para acentuar que regimentos internos também interferem na transparência de uma instituição inovadora, por estar associados ao conhecimento que cada ator possui em relação as regras das instituições e o que tange a sua participação (SMITH, 1999). Neste sentido, a associação possui fragilidades nos parâmetros de transparência definidos pelo autor. A associação compartilhou no grupo de *WhatsApp* a segunda versão do Estatuto – um documento que elucida a missão da associação, os papéis dos associados e seus deveres, presentes no capítulo II, artigos 10 e 11. Porém, não compartilhou a primeira versão do documento, que demandou conflitos ao longo de sua construção. Quando solicitei tal versão recebi a informação que o documento foi perdido.

O estatuto da associação era entendido como uma estratégia importante porque afiançaria um compromisso coletivo com o que estava escrito. Isso se tornava elementar diante da heterogeneidade do grupo, composto por atores de diferentes classes sociais e de diferentes territórios (Mangaratiba, Itaguaí, Rio Claro e Piraí), levando-os a perceberem e se inserirem no processo de formas distintas.

O cenário tão plural e os conflitos evidenciavam nas deliberações da associação a quebra do mito da unidade da vontade geral, colocada por Schumpeter (1984), pautada na argumentação de que não existe um homem, o que há são homens e mulheres diferentes. O que torna impossível uma concepção unificada através de diálogos mesmo em processos percebidos como mais democráticos. Há de se pontuar que processos democráticos pressupõem conflitos e não consensos. Cornwall, Romano e Shankland (2002) acrescentam: “o consenso não é só difícil de atingir, como também pode ser indesejável” (p.262), por considerar que ao atingi-lo se gerará a exclusão de um posicionamento.

Braga (2015) ao analisar participação cidadã se utiliza de Vainer (2007) para contrapor a noção de consenso geral, afirmando que o consenso é uma utopia em um espaço democrático. O conflito passa ser um elemento constitutivo da própria participação:

O pressuposto da participação cidadã e na busca da deliberação a partir de acordo com os grupos envolvidos na governança abrangem ações de diálogo, da consulta e em construir interesses gerais, princípios estes que são questionados ao avaliar que as classes e grupos sociais somente se instituem em sujeitos coletivos por meio do e no conflito” (VAINER, 2007, p. 08 *apud* BRAGA, p.48, 2015).

A leitura de Laclau e Moufée (1987) corrobora com estes olhares e ajuda a pensar que consenso pode ser muito mais uma ameaça a práticas democrática do que a sua afirmação. A partir das leituras dos autores citados pode se afirmar que não há um processo mais inclusivo sem negação do universal. O não consenso pode ser um elemento estruturante de um processo organizativo mais democrático. Além de pontuarem que os espaços ditos hegemônicos também podem carregar relações de poder imperceptíveis.

A partir destes princípios observei a forma como as deliberações da associação foram dadas na esfera pública presencial, ou seja, como se chegou ou não aos consensos. As questões que geravam mais debates, dificilmente eram resolvidas na reunião em que as discussões se faziam presentes. Normalmente, a resolução ficava para a reunião seguinte onde, supostamente, o grupo traria uma reflexão mais ponderada sobre o assunto.

Costumeiramente, nas reuniões seguintes os ânimos estavam mais arrefecidos. Alguns atores traziam um discurso mais consolidado e com base em dados. É possível citar dois exemplos. Em uma reunião, logo no início do processo, o técnico do ITERJ e a historiadora da região apresentaram dados sobre os assentamentos rurais e sua importância para o circuito

---

por escrito, pelo presidente. Esta suspensão não excederá a três meses”. No artigo 14 onde trata do cancelamento do sócio, o inciso 3 indica que o cancelamento se dará quando o sócio “causar deliberadamente danos morais e ou materiais a ASSETUR” e o inciso 4 indica que o cancelamento se dará “pela infração do estatuto”.

turístico. Na reunião em que o ponto de pauta foi a construção do estatuto da associação, não se levou apenas dados, mas alguém de fora – um advogado que residia na cidade. Nas conversas após as reuniões, observou-se que tal presença não foi aceita por todos, havia o discurso de como alguém de fora poderia compreender a dinâmica do processo em curso. Acreditava-se também que o advogado estava presente para defender interesses de um pequeno grupo, principalmente os que se beneficiariam com um mercado imobiliário nas Serras.

Nestes momentos, as narrativas, mais evidentes, que construíam um ambiente para o consenso eram de proprietários de empreendimentos turísticos e do poder público. Talvez, porque acreditava-se que estes tinham mais habilidade no jogo em curso.

Averiguou-se que o debate que gerava o não consenso era mais plural do que o debate que instaurava o consenso. O consenso parecia não negar o universal, não romper com velhos desenhos. Quem dominava o espaço de fala, na tomada de decisão, nem sempre eram os “mais invisíveis”, que a ASSETUR buscava atender, como os produtores rurais. Assim, se constatava que a associação apresentava fragilidades na tomada de decisão mais plural. Havia um controle popular. Porém, se privilegiava uma parte de um coletivo.

As pausas nas interações presenciais jogaram luz aos conflitos e as estratégias de contorná-los nos grupos de *WhatsApp*, para garantir os laços tecidos até o início da pandemia. Constatei que no campo presencial os conflitos eram mais sutis comparados ao que foi observado nas interações *on-line*. O espaço virtual parecia ter uma zona de segurança que não era reconhecida no campo presencial. O que atribuía a tal espaço maior liberdade para os atores sociais se colocarem. Sobretudo, porque o campo virtual, onde ocorriam as interações destes atores sociais, estava em construção e sem complexas regras de moralidade e sociabilidade instituídas no campo presencial que fazia parte da vida destes atores sociais antes da pandemia da Covid-19. A ausência de interiorização de regras não informais tornava o ambiente mais frágil, dando lugar a estratégias para controlar os conflitos.

A densidade dos conflitos também estava associada ao contexto social vivido durante a pandemia. Todos estavam vivendo diversas incertezas causadas por um quadro pandêmico desconhecido. Questões políticas, ambientais e econômicas foram acionadas aos diálogos e a decisões de enfrentamento para o problema de saúde pública, que tomava dimensões globais. Assim, paulatinamente, assuntos como fome, pobreza, desigualdade, segurança alimentar, Estado autoritário, crises geradas pelo neoliberalismo, a necessidade de outras formas de se viver, economia versus questões sociais, foram se avolumando em telejornais, nas mídias sociais e na comunidade científica.

Tais embates também apareceram no grupo de *WhatsApp* de Turismo Rural que por vezes sofreram tentativas de interrupção por um lembrete de “Dicas de Etiqueta no *WhatsApp*”, contendo a informação de que os participantes deveriam “limitar-se a assuntos para o qual o grupo foi criado”, no caso o turismo. O lembrete de “Dicas de etiqueta no *WhatsApp*” era postado pela presidente da associação que assumia a posição de mediadora de conflitos. Muito antes da pandemia já se observava a presença do lembrete de “Dicas de etiqueta” quando membros postavam algo sobre política, demonstrando o seu posicionamento contra ou a favor do atual presidente da república. Postagem sobre este tema e assuntos correlatos pareciam um verdadeiro “estopim” ao longo da pandemia.

Na dimensão analisada o conflito revelou diferentes percepções sobre o turismo, o tipo de mercado turístico em que a associação se apoia ou se contesta e, por fim, o posicionamento de alguns atores sobre tais questões (debate discutido no segundo capítulo). O conflito também revelou ser um movimento que gerava rompimentos sociais, coesão entre atores e formava “panelinhas” – pequenas redes que se constroem dentro de redes maiores, a partir de afinidades e interesses.

Se por um lado, acionar as “Dicas de Etiqueta no *WhatsApp*” era uma forma de controlar os conflitos para impedir que tais embates transpassassem as redes de relações que estavam

sendo consolidadas, tornando-as frágeis a ponto de se romperem. Por outro lado, revelava uma visão reducionista do turismo, aproximando-o de uma leitura mais mercadológica e tecnicista, afastando-o então de debates de outra natureza os quais está imerso.

Para os atores que possuíam uma perspectiva mais ampla sobre o turismo e o mercado turístico, o lembrete das “Dicas de etiqueta” não deveria aparecer após postagens sobre política, cultura e outros temas. Pois, tais questões polêmicas compõem o mercado turístico, por não ser isolado de outras esferas, como observado no segundo capítulo).

Se as “Dicas de etiqueta no *WhatsApp*” eram uma estratégia para inibir conflitos no campo digital, o “medo” do conflito e de uma possível exclusão do grupo do *WhatsApp* impedia interações mais participativas e democráticas. Em alguns momentos, a presidente da associação e administradora do grupo postava a imagem de um cartão amarelo ou regras de etiqueta que deveriam ser cumpridas no grupo. Estes apareciam após postagens entendidas com forte potencial para gerar conflitos.

Este quadro inibia atores com interesses e percepções divergentes de se colocarem constantemente em uma situação de conflito, capaz de gerar profundas rupturas com o projeto compartilhado. Como também reduzia o conflito a noção de ruptura e constrangimento.

Quando escrevia este capítulo, 12 de maio de 2022, ocorreu um evento, que segundo os interlocutores, ficaria na história dos municípios de alcance da ASSETUR, a retomada dos índios Patajós ao Parque Estadual Cunhambebe (PEC). Historiadores das Serras afirmavam que não foi uma invasão e sim um retorno a casa que lhes pertenciam.

O Parque Estadual Cunhambebe é um agente na rede de cooperação da ASSETUR com muita influência em Mangaratiba/RJ, com um forte apelo a preservação ambiental e atividade turística. Os associados da ASSETUR legitimam a importância do PEC, mas reconhecem que o Parque não tem cumprido com a sua principal função que é a preservação ambiental. Há vários relatos que dentro do Parque ocorrem práticas ilegais, como caças, retirada de árvores e em sua fronteira um centro de tiro<sup>37</sup>.

Com a retomada dos Indígenas ao PEC muitas questões foram colocadas no grupo de Turismo Rural do *WhatsApp* evidenciando diferentes posicionamentos e conflitos que resultaram na expulsão de um membro do grupo que também é associado da ASSETUR. A retomada dos indígenas ao PEC foi um evento externo que influenciou as interações *on-line*.

Na maioria das vezes os conflitos observados nas reuniões presenciais e nos grupos de *WhatsApp* eram iniciados pelos mesmos atores sociais que não expressavam tanta confiança dos demais, o que passava pela lógica de não serem do território e serem irregulares. Porém, estes não eram os únicos que discordavam. Na ASSETUR há outros atores que compartilham com visões externadas, principalmente por estes atores. De forma mais velada, divergiam de posicionamentos, processos e valores que orientam o coletivo. Entretanto, quando se posicionavam faziam timidamente e uma vez que o conflito estava instaurado, se calavam.

Em vários momentos me perguntava: Por que há o vai-e-vem? Por que permanecem no grupo, já que discordam de tantas coisas? Fui observando que alguns pareciam carregar um desejo de estarem ocupando uma posição diferenciada no grupo ou de terem seus posicionamentos considerados. Tive muita dificuldade de me aproximar destes atores. Penso que os posicionamentos externados por mim, os repeliam.

Mesmo com uma certa distância percebi que a consolidação de vínculos mais próximos com o coletivo não era por falta de empatia e nem mesmo por ausência de recursos culturais, institucionais ou financeiros. Alguns tinham habilidades sociais que o coletivo valorizava,

---

<sup>37</sup> O centro de tiro citado foi construído por um candidato a prefeito de Mangaratiba, que se tornou posteriormente prefeito. Segundo alguns relatos, o prefeito foi orientado a fazer uma espécie de contrato de gaveta, ou seja, colocou o nome de outra pessoa para não comprometer sua imagem política. Práticas ilegais como estas, com anuência do poder público local, abrem precedente que dificultam a ação do PEC.

mostravam conhecimento sobre o campo do turismo, possuíam vínculos para além da ASSETUR com agentes importantes para a consolidação do turismo na região e possuíam uma condição econômica privilegiada. Fui percebendo que mesmo diante do desejo de estarem submissos a outras regras e princípios, evitavam gerar rupturas por entenderem a importância de serem reconhecidos como alguém do grupo ou de estar incluído em um sólido coletivo – em expectativa futura.

Nos casos citados percebi que a própria noção de interdependência que os envolviam, seja dentro de uma rede de cooperação, em uma organização ou em um campo, fez com que atores tão distintos e com interesses divergentes não se colocassem constantemente em uma situação de conflito, capaz de gerar profundas rupturas em um projeto compartilhado. Houve então um acionamento das regras não escritas para manutenção do bom convívio, como não insistir nos embates, não falar tudo que pensa e assumirem a incumbência de buscarem resultados para o coletivo.

Alguns atores pautados na autenticidade e no seu direito de fala não acionavam tais regras e diziam convictos: “Falo mesmo. Sou autêntico. Gosto de falar. Não tenho o que esconder. Não sou como alguns que querem falar o que falo, mas ficam com rabinho entre as pernas” (Calebe).

Diferentemente de outros atores, inclusive os que não eram da Serra, que procuravam seguir as regras de boa convivência, buscavam parcerias, ampliavam a rede de relacionamentos levando novas pessoas para o grupo. Eles mostravam resultados e ao considerarem as regras de boa convivência possibilitavam um certo equilíbrio entre conflitos e cooperação. Isso não significa dizer que eram impulsionados por um sentimento despretenso. Tinham interesses assim como os que ignoravam as regras de boa conduta.

Théret (2003) ao refletir sobre as instituições aponta um debate interessante sobre a necessidade de equilíbrio entre conflito e cooperação, afirmando que se:

Um conflito supera a cooperação, que sua interdependência exige, a transação não ocorre; o conflito exagerado põe fim a cooperação e, no nível de cooperação é excessivamente dominante, o conflito se perde, e à nível social, o perigo é de se abrir mão do dinamismo da sociedade, incapaz de evoluir e se adaptar de maneira endógena às modificações de seu ambiente (*Ibid.*, p.249).

Théret (2003), ao se utilizar de Commons (1989,) salienta que o conflito e a cooperação fazem parte das transações subscritas as regras internas que consolidam uma noção de controle, como induz uma certa liberdade individual. Nesta perspectiva, Théret (2003) defende que a ordem social estabelecida tem uma dupla funcionalidade, estabelecer princípios e regras de coordenação. Portanto, a apropriação desta lógica não gera “constrangimentos coletivos” antes um “estímulo de ação individual” (*Ibid.*, p.249), basilar para as mudanças nos múltiplos espaços de ação. Fligstein e McAdam (2011) corroboram com tal percepção ao entenderem que a estrutura (regras e normas) coordenam o funcionamento de um campo, limitando ou promovendo a ação. Logo, as negociações diante de conflitos e incertezas não só evidenciam um campo instável ou com rupturas, paradoxalmente podem trazer estabilidade e mudanças reais nas tomadas de decisões, impactando ações e projetos coletivos.

A permanência dos atores na rede de relacionamento da ASSETUR, mesmo diante dos diferentes posicionamentos, pode indicar que as incertezas, presentes no mercado turístico, diminuem as distâncias entre os distintos atores que a compõe ou torna as diferenças mais elásticas e toleráveis.

## 7.2 Uma Pausa nas Interações Presenciais ao Longo da Covid-19

Este tópico tem o objetivo mostrar como o isolamento social interferiu no processo organizativo da associação e no fazer coletivo. Sendo consolidado por tais perguntas: “Será que a ASSETUR resistirá tanto tempo sem reuniões presenciais ou *on-line*? Resistirá tantas modificações no campo do turismo, tantas crises e os *lockdowns*? Hoje, em primeiro de agosto de 2022, onde há o registro de 323 mortes no Brasil causadas pela Covid-19 (BRASIL, 2022), posso afirmar que a ASSETUR resistiu ao isolamento social. Contudo, a sua dimensão coletiva foi afetada, colocando em risco o que lhe era tão caro – a construção de um processo mais inclusivo e participativo/democrático.

Isso foi sendo forjado por quatro questões. A primeira refere-se a dificuldades no acesso à internet. A segunda está associada à ausência do domínio de se construir um coletivo mediado pela tecnologia. A terceira questão relacionava-se ao fato de as interações sociais mediadas pela internet evidenciarem um espaço menos favorável a embates, cercado por um receio de ser excluído do grupo limitando as participações. A quarta questão é o sucesso repentino do turismo nas Serras que tornou, quase inexequível, o retorno às atividades fomentadas pela ASSETUR. O discurso abaixo é um dos mais significativos que exemplifica bem este quadro e evidencia a expectativa de uma continuidade do projeto iniciado pela ASSETUR:

A pandemia atrapalhou o processo organizativo, mas o turismo não. (...) Nas reuniões estavam discutindo coisas muito legais e aí veio a pandemia. E a Clara estava pensando o que fazer porque passou a trabalhar dia e noite. Você vê ela falar que até então ela nunca mais deixou de ter hóspedes na pousada dela. Esta questão do meio rural passar a trabalhar dobrado contribuiu para parar o processo de discussão no grupo. Além do distanciamento social por conta da pandemia e do turismo rural ter aumentado, ocupando as pessoas. É muito complicado pensar o que vai ser em um pós pandemia, mas eu acho que o grupo voltará a atuar no processo organizativo como algo importante. Acho que o que começou não vai parar. (..) O Pedro estava fazendo café colonial, mas teve que parar. O Pedro era uma pessoa forte no processo organizativo, mas ele teve que dar uma parada por conta do pai que está lutando contra um câncer. Ele fica tentando voltar, mas está difícil para ele. Ele ficou apavorado com a pandemia. Ele fica com medo de receber as pessoas. Ele também tinha o apoio da mãe para receber as pessoas. Ela se afastou porque teve derrame facial por causa do problema com o pai. Ali, aconteceu assim com a pandemia. A Almerinda hoje tem a clientela que ela sempre quis ter. Hoje ela anda fechando com medo da pandemia. Teve um dia que um grupo subiu na Serra, ela não pretendia fazer almoço, era só o café. Mas teve que atender com um almoço e agora está investindo nisso. Lá na Pousada do Valdo tem dia que todos os quartos estão lotado, às vezes não. Mas sempre tem gente, algo que não acontecia. O Ariovaldo com certeza está recebendo muita gente. Ele, a Clara, o Bartolomeu e o José passaram a receber mais público, eles estão muito atarefados. O Bartolomeu tem tido muito público, faz o café colonial e vende produtos orgânicos (Valéria).

Diante do prolongamento do isolamento social houve a preocupação dos laços sociais serem “desfeitos”, aventou-se então a possibilidade de uma reunião *on-line*. Esta não ocorreu apenas em função do problema de conexão da internet, e sim porque em meio a uma pandemia, inicialmente, era necessário organizar a própria vida cercada por medos e incertezas.

Os membros da associação e os cinco amigos foram envolvidos por problemas gerados pela pandemia. As mudanças na vida pessoal foram afetando a família, os negócios, o fazer coletivo da ASSETUR e o turismo que ocorria nas Serras.

Ficara nítido a impossibilidade de lutar por projetos coletivos, no âmbito do turismo, quando não se acessa recursos econômicos e se vive situações de emergências de saúde pública. Muitos conviveram a angústia de continuarem as atividades e expor a vida dos familiares, principalmente aqueles que contavam com a ajuda dos pais nos empreendimentos turísticos.



Com o fechamento dos empreendimentos ao longo das Serras os proprietários ficaram sem nenhuma renda oriunda do turismo e passaram a utilizar reservas econômicas individuais e/ou dos familiares ou da renda dos pais.

Alguns interlocutores indenizaram os funcionários, deixando de lado os planos de manutenção com pousada e outros empreendimentos. Outros, sem recurso, dispensaram os funcionários e deram a eles os produtos que vendiam nos empreendimentos. Esse quadro era mais decorrente nos empreendimentos que não tinham funcionários regularizados. Em sua maioria eram empreendimentos novos, pequenos, grande rotatividade de funcionários e com baixa visitação de visitantes. Vale lembrar que as Serras antes da pandemia eram entendidas como um lugar de passagem para Angra do Reis/RJ. Discurso este muito presente em Rio Claro/RJ. Neste sentido, o projeto da ASSETUR visava enaltecer tais espaços como um lugar de vida e de histórias e não meramente um lugar de “passagem para”.

As perdas observadas no processo organizativo também ocorreram pela falta de habilidade de continuarem, em um campo virtual, o que tinha sido iniciado em um campo presencial. Obviamente, que toda a dificuldade passa primeiramente pela falta de conexão à internet. Lembro que, no final de 2020, os empreendedores vibravam com a chegada da internet nas Serras. Até então o pagamento era feito à vista ou por uma relação de confiança que se estabelecia entre o dono e o cliente. Isso foi uma experiência que também vivenciei. Após fazer um lanche no Empório da Barreira, na Serra do Piloto, informei que o pagamento seria no débito, pois não estava com dinheiro em mãos. A dona dissera que o pagamento poderia ser no dinheiro ou efetuado quando eu chegasse em casa. Fiquei absurdamente surpresa com a relação de confiança, já que ainda não me conheciam. A visita ao empreendimento fazia parte de incursões para conhecer o território. O meu espanto foi tão notório que a dona do Empório respondeu: “Fique tranquila. Pode ir, quando você chegar em casa, faz o depósito”. A experiência me levava a hipótese de que não estava diante de uma relação estruturada tão somente na ideia de mercado.

A chegada da internet às Serras não foi para todos e não tinha uma qualidade necessária a todas as transações. De certa forma, era uma tecnologia nova, no contexto social estudado, e muitos não sabiam manejá-la. Isso agravou o engajamento social e político mediado pela tecnologia, em tempos de pandemia. O domínio parecia existir apenas nas interações presenciais. No campo *on-line*, se destacavam ausências de habilidades no exercício de tarefas, antes habituais.

Aos poucos fui percebendo que a participação via interações *on-line* era e continua sendo um aprendizado para os “meus” interlocutores. A necessidade de construir um coletivo em um ambiente virtual, sem a tecnologia adequada e o conhecimento para operacioná-la, aprofundava as desigualdades no que tange às diversas formas e “inovações democráticas” – entendidas como formas alternativas de engajamento político (SMITH, 2009).

Com o prolongamento do isolamento social, as interações foram efetivadas no grupo de *WhatsApp* intitulado Turismo Rural. Este era um espaço onde todos postavam informações direta e indiretamente associadas ao turismo nas Serras. Porém, dificilmente relacionadas à uma ação mais específica da ASSETUR.

Mesmo com esta lacuna, não se pode negar a importância do grupo de *WhatsApp* na consolidação da ASSETUR. Em uma entrevista um associado afirmou que o nascimento da ASSETUR se deu com o grupo de Turismo Rural criado no *WhatsApp* e quando foram incluindo pessoas, o grupo foi se materializando gerando então a ASSETUR. Fato que reforça a necessidade do espaço ser compreendido como um lugar de ação da associação.

Esse encaminhamento também cabe a página do *facebook* da associação, de forma a potencializar a transparência interna e externa por meio desta rede social. Averiguou-se que as informações postadas no face, antes da pandemia, eram sucintas, as fotos dos eventos de negociação em que a ASSETUR participou tinham apenas um indicativo de reuniões, sem

qualquer menção dos objetivos alcançados. Além destas questões observou-se que a página estava desatualizada, pois a última postagem ocorreu antes da pandemia da Covid.

De forma geral, as interações via *WhatsApp* retificavam alguns olhares observados nas reuniões e nas visitas as propriedades sobre percepções acerca do turismo, do embate da submissão do econômico à esfera social, o desejo da construção de um coletivo capaz de dar voz a comunidade local e críticas ao contexto político vivido. Também demonstrava que os produtores rurais se tornavam mais invisíveis e menos participativos do que no campo presencial, face as dificuldades de acesso à internet. Em linhas gerais, nas reuniões presenciais os diferentes atores tinham acesso as informações e as “mesmas chances” de debaterem coletivamente sobre uma dada questão.

As discussões no grupo de *WhatsApp* contribuíram para o amadurecimento de debates, que sem dúvida nenhuma, são essenciais para a consolidação de um julgamento ponderado. Ou seja, foram momentos em que membros da comunidade local dialogaram, com atores de diferentes territórios e instituições, sobre temas diversos em conexão com um turismo idealizado pelo grupo. As postagens não seguiram uma pauta instituída, por um pequeno grupo, eram mais livres e emanavam de questões vividas no cotidiano.

Entretanto, com a substituição e o prolongamento de relações presenciais para interações *on-line*, essa liberdade começou a ser cerceada com expressões: “Vamos respeitar o nome do grupo”, “O grupo não foi criado para este tipo de debate”, “Mais um comentário sobre este assunto será retirado do grupo”. Havia uma preocupação latente de não deixar que a polaridade construída no campo político – entre os favoráveis ao governo de Jair Bolsonaro e a frente, que se construía, contra o governo. Tendo isso como algo importante, os grupos de *WhatsApp* foram se revelando como um ambiente menos favorável a debates que concebia o não consenso, por gerar conflitos cercados pela possibilidade de exclusão de algum membro do grupo.

Os conflitos que surgiram ao longo das discussões foram mostrando a existência de dois grandes grupos no *WhatsApp*. Um grupo, entendia que os conflitos faziam parte de um espaço que prioriza a participação, a garantia das múltiplas “vozes” e que era impossível discutir turismo sem debater questões políticas. E o outro, que submetia tais questões à manutenção das redes de relacionamentos construídas até então.

O campo virtual (os grupos de *WhatsApp*) parecia ser um espaço com muitas nuances e com muitas interrogações as quais a direção da associação ainda não dominava enquanto líderes do coletivo. E assim não conseguiam resolver os conflitos que surgiam no *WhatsApp*, restando apenas o ato coercitivo de excluir algum participante. O não domínio sobre esta via parecia colocar em questão a unidade que se construiu no campo presencial. Principalmente, porque o grupo de Turismo Rural era mais heterogêneo do que a própria associação, não era um espaço apenas para os pares do território.

Para além da falta de habilidade com os conflitos, existia a falta de habilidade de mobilizar o coletivo e pensar participação em um ambiente mediado pela tecnologia. Esse cenário, interrompeu o momento de articulação e aprendizado iniciado nas reuniões presenciais, colocando alguns desafios a continuidade do trabalho que se fazia até o momento do isolamento social, como relata um membro da diretoria:

Estávamos em um momento muito bom com muitas trocas e articulações (...) Estávamos em uma fase de buscar o mercado, de fazer o net work. Esta fase foi interrompida (...) começaremos tudo de novo. A nossa preocupação após a pandemia é retornar. O maior desafio é recuperar o tempo perdido. Recuperar o que foi feito. Dar continuidade é o nosso maior desafio após a pandemia. Amenizar as perdas da descontinuidade é o principal desafio. Teve uma descontinuidade e pessoas não vão voltar a participar. Estamos mais de um ano sem reunião (Pedro).

O destaque desta fala é o trecho final, “começaremos tudo de novo”, dando a entender que as interações mediadas pela tecnologia não eram capazes de alcançar a todos, pelo menos no momento observado. E, nem mesmo de manter o sentimento de cooperação, unidade e elo entre os laços sociais construídos a partir de um campo presencial.

O mesmo ocorreu com as articulações em andamento que tinham o objetivo de buscar parcerias com outros grupos e com o *Convention Bureau* Caminhos dos Jesuítas. Esse movimento era visto como essencial para o grupo, por articular atores dos quatro municípios. Para o interlocutor a pandemia inviabilizou, por exemplo, o *feedback* aos demais membros sobre o que estava sendo articulado no *Convention*. O não compartilhar com os demais membros era entendido como algo ruim, pois assim não se promovia o que o grupo estava fazendo.

A questão que coloco é que o *feedback* poderia ser feito via grupos de *WhatsApp*. A não utilização desta via pode significar que tal ferramenta não estava sendo entendida, integralmente, como um canal de trocas onde um coletivo dialoga e se constrói. O que poderia estar concatenado com a falta de habilidade do engajamento em um ambiente virtual.

As relações mediadas pela tecnologia também alteraram a interação da ASSETUR com os representantes do poder público. Pois, ao longo da pandemia dos quatro municípios que dialogavam com a associação apenas os representantes do poder público de Rio Claro/RJ mantiveram diálogos com a associação por meio de mensagens privadas.

De modo geral, no decorrer da pandemia a rede de cooperação com 26 parceiros foi resumida a três parceiros: o SEBRAE, o COMDEMA de Rio Claro e a prefeitura de Rio Claro através da Secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Desenvolvimento Econômico de Rio Claro. Os diálogos com estes parceiros não englobaram a todos da direção e nem mesmo os demais sócios.

A presidente da associação ao decidir não fazer uma reunião *on-line* estava preocupada com o fato de que muitos atores sociais não teriam a possibilidade de participar do processo. O que de certa forma, indicava uma preocupação com o primeiro bem democrático, a inclusão. Porém, com o avançar do isolamento social, as negociações mais importantes ocorreram em meio a mensagens privadas e com grupo menores, onde poucos tiveram acesso, inclusive eu, como pesquisadora. Um exemplo a ser citado foi a construção do projeto EntreSerras e os símbolos identitários que representariam os territórios em jogo, tendo o poder público de Rio Claro/RJ e a empresa Efeito Tuca como os responsáveis. O resultado destas negociações também não foi publicizado em nenhum espaço digital usado pela associação, até que o pequeno grupo decidisse de fato o projeto.

A pouca participação em um projeto tão significativo, ficara nítido quando, no privado, perguntei a alguns membros da direção da associação, o que acharam do primeiro desenho do projeto EntreSerras. A resposta obtida foi “Nem estava sabendo disso”.

A presidente da associação compartilhou comigo a primeira versão do projeto, antes de publicá-lo nos grupos do *WhatsApp*, dos “Associados ASSETUR” e do “Turismo Rural”. Entendendo que havia uma expectativa por um retorno, escrevi a seguinte mensagem:

Oi Almerinda, bom dia.

Como foi a reunião sobre o projeto? Vocês já fecharam o projeto?

O que os associados da ASSETUR acharam do projeto? Você chegou a falar com eles?

Olhei mais uma vez o projeto. Queria apenas colocar minha opinião. Gostei muito da lógica da marca, do uso do “S” como circuito que passa pela estrada e a representação das 4 áreas (litoral, sertões, represa, mata). No entanto, vocês estão trabalhando com um foco muito grande em São João Marcos e atividades de voo livre. Não consigo ver as riquezas presentes nos territórios, sobretudo, da Serra do Matoso e em Rio Claro.

Por exemplo, não identifiquei os produtores rurais da Serra do Matoso e nem a maravilhosa produção agropecuária de Rio Claro, como doces, biscoitos, queijos,

gordura de porco e linguiça, o alambique, os artesãos e etc. Quando olho para as imagens penso apenas na banana, na menção da história e voo livre. Vocês possuem muito.... mais do que isso. Também acho que o uso do termo Ecoturismo reduz as atividades. Talvez, o turismo rural seja mais inclusivo, englobe dentro dele, o turismo histórico, o ecoturismo, o agroturismo etc.. É apenas o meu olhar.



Esta página me despertou para as coisas que escrevi.  
Vocês possuem mais do que isso.  
A banana representa uma produção, quase que exclusiva, do passado. Ela é importante para os dias atuais, mas hoje há outras produções da agricultura familiar.  
Não sei se na ASSETUR tem quilombolas atuando. Mas, por exemplo, aqui eles não são contemplados. Nem mesmo os agricultores familiares.  
É uma crítica para somar. A marca ficou muito... bacana. Só precisa incluir um pouco mais a riqueza de todos que fazem parte do circuito.  
Seria legal vocês debaterem no coletivo (Salomé).

Diante do encaminhamento escolhido, a primeira versão do projeto foi decidida pelo pequeno grupo e só então postou-se nos grupos de *WhatsApp* para que os membros votassem. Porém, uma produtora rural, que faz parte da direção e é um nome muito significativo para a associação, fez duras críticas, no *WhatsApp* privado da presidente, dizendo que o projeto não a representava enquanto produtora rural da Serra do Matoso e, nem mesmo, outros empreendimentos da Serra. A produtora foi bem enfática dizendo: “O projeto representa os da Serra do Piloto, não os da Serra do Matoso”.

Após discussões dadas no *WhatsApp* privado, o pequeno grupo reuniu-se mais uma vez e refizeram o projeto atendendo a demanda colocada por aqueles que se opuseram a primeira versão. Uma nova versão foi elaborada e seguiu-se a mesma condução, publicando o material nos grupos do *WhatsApp* com a possibilidade dos membros dizerem ‘sim’ ou “não”.

Durante a pandemia, condições deste tipo, não propiciaram a inclusão da maioria dos atores sociais envolvidos no processo. A participação se dava diante dos questionamentos dos que se sentiam excluídos. Estes não se mobilizaram no espaço coletivo (o grupo de *WhatsApp*), antes, porém, em conversas privadas na expectativa de fortalecer a narrativa de oposição frente ao pequeno grupo que tomara a decisão. Algo muito semelhante com as “costuras” feitas durante os intervalos de uma reunião presencial ou após o seu término.

O encaminhamento dado, durante o isolamento social, apontou duas questões que estão correlacionadas: 1) A falta de habilidade de mobilizar um coletivo, em um campo virtual, potencializou velhas práticas que negam um desenho institucional mais democrático, aos moldes de Smith (2009); 2) O não acesso à tecnologia digital interfere tanto na transparência de informações como na continuidade de um processo mais participativo, em áreas em que ferramentas digitais é apenas um sonho.

A apropriação das TICs (tecnologia de informação e comunicação) não é algo novo quando associadas às ferramentas de construção de práticas mais democráticas. Segundo, Melo (2020) o tema tem lugar na academia desde 1950, se intensificando nos anos de 1990 com o avanço de redes de computadores. No artigo, há um resgate dos principais usos e debates sobre as TICs nas práticas democráticas e no engajamento da sociedade civil. A reflexão parte da premissa de que seu uso é uma contraproposta a falência da democracia representativa e persegue duas questões: As mídias (eletrônicas e digitais) ampliam o processo de comunicação “entre o Estado e os demais atores sociais? Quais são as implicações de seu uso?” (*Ibid.*, p. 16) Ao apresentar o debate no âmbito brasileiro e internacional, Melo (2020, p. 17) conclui que:

Nenhuma das abordagens faz referência a um novo sistema político, sendo assim, podemos refletir sobre as TICs como meios para, utilizando uma discussão proposta por Santos (2005) “democratizar as democracias”, desde que o acesso universal a elas seja garantido, pois, caso contrário, como já enfatizou Norris (2001) a exclusão digital pode implicar em uma divisão democrática o que significa uma desigualdade de acesso à arena política.

O que está dado, no contexto social investigado, é que a e-democracia – compreendida como uma forma capaz de gerar interlocuções, mediadas pela tecnologia, entre diferentes atores e organizações visando o exercício da cidadania (CLIFIT, 2003; SUBRATS, 2016) – pode romper com os “limites do tempo e espaço” (MELO, 2020), mas não rompe com realidades que impõem limites a participação social, seja em esferas *on-line* ou *off-line*.

É notório que a necessidade por uma democratização digital se intensificou com a pandemia da Covid-19. A pandemia cerceou a todos do contato físico e de atividades políticas, sociais e tantas outras. Mas se evidenciou a dívida histórica que exclui uma parte da população brasileira ao direito ao conhecimento e a informação, seja *on-line* ou *off-line*. Tal dívida precisa ser paga para que uma sociedade tenha desenhos institucionais mais democráticos e haja a continuidade de processos participativos, com ou sem isolamento social. Sob esta perspectiva a transparência e o “fazer político”, quando se trata de ambientes digitais, são mais dependentes de instrumentos ofertados por agentes institucionais externos do que atores locais envolvidos no processo. O que pode paralisar a continuidade de um processo.

Diante desta incapacidade, no mundo *on-line* se redesenha dificuldades para o exercício da cidadania e a reprodução das relações de poder tão presentes nas práticas tradicionais (interações corpo a corpo entre atores públicos e não públicos). Este “limite” coloca em xeque o uso de TICS como o grande formato para se resolver problemas de participação social. Isso se confirma porque, talvez, a questão central não seja o formato e, sim, a permanência das desigualdades sociais que impedem o acesso a oportunidades basilares, para a participação social, nas dimensões *on-line* ou *off-line*.

### **7.3 Janelas de Oportunidade Estabelecidas ao Longo da Pandemia da COVID-19 e o Desafio de Voltar a se Envolver com o Coletivo**

Os impactos gerados pela pandemia também fortaleceram a ASSETUR dentro de seu campo e perante seus parceiros que fazem parte de outros campos e instituições. Situação gerada a partir da janela de oportunidades que se abriu para gestores do turismo em Áreas Naturais nas Serras do Matoso e Piloto que até então recebiam poucos visitantes ou simplesmente “não existiam enquanto espaços turísticos”. Era “um lugar de passagem” para Angra dos Reis/RJ – frase usada pelos interlocutores antes e durante o isolamento social. Para os atores sociais investigados, a mudança neste cenário deve-se ao fato do turismo rural ter sido traduzido como uma segmentação turística “segura” em dias pandêmicos. Este novo olhar

acerca do turismo rural não só atraiu a atenção de turistas como também de políticos locais para os territórios onde desenvolve-se essa segmentação.

Durante a pandemia muito dos interlocutores receberam vários telefonemas de clientes pedindo para abrirem os empreendimentos. Segundo uma empreendedora da Serra do Piloto alguns chegaram a propor para abrir o local apenas para eles, deixando a porta central fechada. Assim, ninguém perceberia a presença de turistas circulando no espaço. Também teve relatos de que um empreendimento na Serra do Matoso recebeu muitos turistas, gerando denúncias dos vizinhos e o fechamento do empreendimento turístico por várias vezes.

Entre todos os relatos que evidenciava a procura de turistas para visitarem as Serras ao longo da pandemia, chamou-me atenção os de uma proprietária que conseguiu manter a sua pousada fechada apenas por três meses. Após este período, mesmo em meio ao pico da pandemia, “Turistas chegavam à pousada dizendo que estavam com fome (..) Eles imploram para abrir a pousada”. A proprietária inicialmente relutou aceitar turistas por ter pais idosos, grupo classificado como de risco durante o período pandêmico. Contudo, dizia:

Como deixar ir embora uma família com criança que dizia que estava com fome e sede? Não tinha nada aberto. E assim foi indo, recebia um, dois para almoçar e quando vimos não era mais possível impedir a chegada de hóspede. Mas fiquei com muito medo por conta dos meus pais. A pandemia mudou a pousada. Tudo que você vê aqui é fruto da pandemia. Isso aqui (referindo-se a agenda) não exista, agora tem quartos reservados para vários fins de semana. Chegou um momento que vendemos os quartos da casa de meus pais e a sala deles. Tinha gente dormindo para todos os lados, rs,rs ().

Com o aumento de hóspedes a família passou a considerar a construção de mais quatro quartos, em um futuro próximo. Mesmo entendendo a ampliação como necessária a família colocou como limite esta quantidade de quartos fundamentada no desejo de não gerar um fluxo muito grande na Serra e por compreender o sítio como sendo o lugar de viver e não apenas de hospedar.

O “abrir as portas de sítios e casas para visitantes” tem sido uma prática do turismo alternativo que se contrapõe a um turismo de massa ou de outra classificação turística, que não promove na prática as trocas sociais e culturais com os residentes. Nos discursos, dos atores sociais investigados, essa percepção tem sido uma justificativa contundente e estruturada na ideia de preservar o modo de vida do homem do campo e seus patrimônios imateriais e materiais. Ler este processo a partir da reflexão que Habermas (2003) faz da esfera pública e privada, torna tal justificativa dúbia, aproximando-se também de questões que apontam a subordinação da esfera privada aos interesses e desejos do mercado.

Antes de aprofundar a discussão do autor, ressalta-se que é inegável que o movimento de receber o turista nas residências promove aspectos positivos tanto para o residente quanto para o turista. Mas deve-se perguntar: Quais os custos que tal prática gera as famílias que assumem o papel de anfitrião? Quais privações as famílias são submetidas no seu espaço privado? O desejo de “abrir” a sua casa para um estranho foi uma decisão do núcleo familiar pautada em suas vivências e necessidades que surgiram no espaço privado ou emergiram de atores, de falas e de necessidades externas oriundas de um espaço público e mercantil?

Nas experiências vividas observou-se que quando uma família anfitriã recebe um turista o seu espaço privado é invadido (uma invasão permitida, é claro) e alterado, desde a mobília, a limpeza, o cardápio a ser oferecido e a circulação no espaço – que se orienta pelas regras não escritas no espaço privado. Há cômodos que não são abertos aos visitantes e os espaços entendidos como públicos são regidos por regras de comportamento, nem tudo pode ser tocado e quando é aceito tem suas limitações. Desconsiderar tais regras gera desconfortos na relação entre anfitrião e convidado, como também significa que tais regras não foram incorporadas ao

longo do processo de sociabilidade entre estes atores (BOURDIEU, 2007). Neste sentido, o espaço privado que se tornou público, guarda um determinado nível de privacidade.

Para Camargo (2003) a presença do visitante provoca também outras mudanças, “agradar ao hóspede implica abrir mão de algo que se tem em favor dele. Esse algo pode implicar ou não dispêndios de dinheiro. Pode ser apenas um cafezinho já passado. Pode ser apenas tempo, moeda tão cara na vida moderna” (CAMARGO, 2003, p.20).

Assim as regras da hospitalidade pressupõem ações em que o visitante seja acolhido como se estivesse em sua própria casa. Ações que podem resultar em mudanças nos usos dos espaços, estreitando os espaços de circulação da família em detrimento do visitante. Nesta dinâmica, os cômodos ganham significados diferentes, o que era um espaço privado passa ser de domínio do público.

As idas a campo mostraram como a pandemia trouxe uma mudança significativa para os empreendimentos turísticos que “nunca estão fechados” por serem a residência dos proprietários ou que estão mais suscetíveis a receberem visitantes a qualquer momento. Na pousada rural, citada anteriormente, a pandemia contribuiu para períodos de lotação. O que fez a família “abrir mão” da sala e até mesmo dos quartos para hospedar os turistas. Vendia-se então quartos e a sala. Neste caso, o casal dormia na casa da filha ou em um *atelier* de artesanato. Ao perguntar a filha do casal como esse processo se dava ela respondeu:

No início foi meio complicado. Mas não tinha jeito. As pessoas chegam aqui pedindo pelo amor de Deus para ficar. Aí não tem como deixá-los ir embora. (...) Os meus pais nem ligam mais de deixar o quarto deles. Só fico meia assim de deixá-los no *atelier*. Falo para eles que não fica confortável. Às vezes, digo ‘vamos para a minha casa’ – a minha casa tem muitos quartos –, mas dependendo do dia, eles preferem o *atelier* (Clara).

Neste contexto, pessoas do privado se reúnem e se constituem no espaço público, então, “a linha entre a esfera pública e privada passa pelo meio da casa” (HABERMAS, 2003, p. 31). Parafraseando Habermas, estes cômodos não servem mais a família e sim a sociedade. Não há mais como prever relações intimistas e restritas aos membros da família. E por mais que os cômodos sejam separados estruturalmente, há uma conexão entre eles. A prática de se “abrir as portas da casa” revela que “a economia moderna não se orienta mais pelo *oikos*, pois no lugar da casa colocou-se o mercado: transforma-se em economia comercial” (*Ibid.*, p. 16).

Apresentada as questões acima, retomo a questão central deste capítulo que busca refletir as influências da pandemia no processo organizativo/fazer coletivo. Até aqui evidenciei como a pandemia contribuiu para que o universo investigado se tornasse conhecido por turistas e visitantes, por ser entendido como um espaço que propiciaria um turismo “mais seguro”. O “novo olhar” sobre tal segmento atraiu muitos turistas e visitantes aos empreendimentos turísticos de forma inesperada, demandando mais tempo disponível para o atendimento da clientela que se avolumou com o passar do tempo. Alguns proprietários começaram a repaginar o empreendimento com o intuito de melhor receber a clientela, que chegavam as Serras para visitá-las e não mais para passarem por elas. Havia aqueles que tinham projetos adormecidos e foram colocados em prática com o aumento de visitantes nas Serras.

O desejo de terem a visibilidade tão sonhada se tornou algo concreto, porém o coletivo passou a ter um tempo bem reduzido para o projeto que deu sentido a tudo que estava sendo construído. O envolvimento repentino com a atividade turística, ao longo da pandemia, enfraqueceu a construção do projeto coletivo e se avultou os interesses do mercado ou as demandas externas, que literalmente “batiam as portas” dos empreendedores locais.

Assim, as mudanças que ocorrem no campo, em que a ASSETUR se situa, foram determinadas ou desfeitas a partir de eventos externos e internos, por individualidades que compõem o coletivo da ASSETUR, por interesses e objetivos que também são mutáveis e se

repousam em uma arena política que na prática percorre caminhos aparentemente estáveis e com interrupções periódicas que podem resultar em algo novo (PEMPEL, 1998, *apud* STREECK, W.; THELEN, 2005), como novas organizações e instituições, redes de relacionamento e novos campos.

## **7.4 Reuniões Após o Pico da Pandemia da Covid-19**

### **7.4.1 Reunião em que se apresentou o circuito São João Marcos**

A reunião ocorreu no dia dezoito de novembro de 2021, no Empório da Barreira, Serra do Piloto, no município de Mangaratiba, com o ponto de pauta, o projeto EntreSerras – Circuito São João Marcos. O objetivo do encontro era apresentar ao poder público, dos municípios de Mangaratiba, Itaguaí e Piraí, a identidade visual do Projeto que conectava as quatro regiões.

A construção da identidade visual do projeto EntreSerras, o Circuito São João Marcos, foi iniciada em uma esfera presencial e materializada em interações mediadas pela tecnologia ao longo da pandemia. A construção ocorreu entre alguns membros da direção da ASSETUR em diálogo com a secretaria de Turismo de Rio Claro, que fez uma licitação para a construção da identidade do Circuito. A empresa ganhadora chamava-se Efeito Tuca. Na reunião o representante da empresa explicara que o nome é uma homenagem a uma irmã falecida, transformando então a sigla em Tenha Um Coração Altruísta (TUCA). Para a empresa o altruísmo é o ponto de partida de qualquer ação que envolve sustentabilidade. Em sua perspectiva, ser sustentável é pensar no coletivo. Essa parceria fez da Secretaria de Turismo de Rio Claro uma anfitriã do evento que estava ocorrendo, na Serra do Piloto, município de Mangaratiba.

A reunião manteve a abertura com o café da manhã que contava com uma diversidade de produtos, posta no *hall* do Empório da Barreira. Muito em função do lugar não permitir ajuntamento não houve conversas em volta da mesa. Os pequenos grupos que se formavam ficaram mais dispersos nas áreas externas. Parecia não haver muita proximidade entre os atores do poder público. Talvez, isso justificava muitas apresentações e trocas de números de telefones. Na reunião todos estavam de máscaras faciais seguindo orientações para mitigar o contágio por Covid-19. Uma boa parte dos presentes estavam identificados com crachás e com camisas do município ou da instituição representada. O evento então fazia parte de uma agenda de trabalho das secretarias municipais e dos demais atores.

Pela primeira vez, havia uma organização que dava um tom mais hierárquico para o encontro ou que ressaltava os atores que tinham mais poder naquele espaço ou que assim queriam ser entendidos. No salão do Empório, havia uma mesa que destacava os anfitriões do evento e um data show para a apresentação dos slides. A presidente da associação convidou para compor a mesa, o vice-presidente da associação, o segundo secretário da associação, o representante do COMDEMA de Rio Claro que também é dono de uma RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Natural) em Itaverá/Serra do Matoso, próximo à divisa de Rio Claro e Mangaratiba.

Ao longo do salão estavam espalhadas apenas cadeiras enfileiradas. Porém, na medida em que os participantes chegavam, foi se criando outro desenho, que trazia a lembrança um círculo um pouco desalinhado. O formato dado pelos convidados facilitava enxergar o outro, dando a impressão de que todos, em alguma medida, queriam ser vistos e estavam prontos para falarem. Pelo menos um representante de cada município foi convidado a falar, priorizando os Secretários de Turismo e de Agricultura. No momento das colocações o falante se colocava de pé próximo a mesa para fazerem suas colocações, destacando-se dos ouvintes.

Entre os presentes na reunião estavam: a diretoria da ASSETUR – todos os empreendimentos turísticos representados eram da diretoria —, a proprietária do Empório da



Barreira, o proprietário da Fazenda da Lapa, a historiadora, proprietária da Pousada Sítio Beija-Flor, proprietário da Fazenda Santa Tereza, técnico do ITERJ, Gerente de Assentamentos-ITERJ, Secretária de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Turismo, Eventos, Esportes e Lazer de Rio Claro, Secretário de Turismo e Cultura de Mangaratiba), Secretário de Meio Ambiente e Agricultura de Rio Claro, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Piraí, Secretário de Agricultura e Pesca de Itaguaí), Presidente do Conventions & Visitors Bureau Caminhos dos Jesuítas - RJ, Efeito TUCA, Diretor-Presidente do Jornal Atual, Secretário do Meio Ambiente de Rio Claro/APA Alto Rio Piraí, Jornal Atual, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Piraí, auxiliar da Secretária de Turismo de Rio Claro, Secretário de Agricultura e Pesca Itaguaí), Sec. Agricultura e Pesca Itaguaí, Secretário de Agricultura e Pesca Itaguaí, Secretário de Agricultura e Pesca Itaguaí).

Mesmo diante desta participação numericamente expressiva, a ausência dos associados gerou, por alguma razão, uma justificativa. Destaco duas falas que estão associadas à presença e à transparência, ou melhor, a ausência e a falta de transparência.

Nada disso aqui tem sentido se não criarmos um conjunto de empreendedores, se não houver a comunidade e o poder público. Caso contrário, estaremos caminhando sozinhos (...). Há uma convergência de vários entes que favorece este projeto. Então a gente quer a colaboração de todos. A gente quer construir juntos esse projeto. Hoje é um dia especial para esta construção. Então, por isso estamos aqui juntos para esse repasse aos secretários municipais, para quem decide, para quem resolve. E, para depois estar chegando aos prefeitos, e depois estar chegando ao restante da comunidade (...) (18 de nov. de 2021).

Talvez, vocês estejam sentindo falta, um pouco dos associados, que não estão aqui presentes. Mas isto é proposital, por conta do espaço e da questão sanitária da pandemia. Então, hoje estamos fazendo o lançamento do projeto, o Circuito São João Marcos para as entidades públicas. Mas, mais a frente, em uma segunda reunião, estaremos fazendo uma reunião com os associados. Aqui não teríamos condições de receber as pessoas com segurança (18 de nov. de 2021).

Chamo atenção para a primeira fala que evidencia a importância de uma construção coletiva, mas que paradoxalmente a coletividade se dá por etapas, começando por aqueles que efetivamente decidem – o poder municipal – e, no fim da escala, estaria o restante da comunidade – que na reunião estava sendo representada por três residentes das Serras. A segunda fala tinha um tom de promessa, haveria uma segunda reunião em que se “apresentaria” o circuito aos demais associados. Após um ano e quatro meses da realização desta reunião, a construção coletiva não se efetivou ou, melhor, a apresentação/lançamento para a comunidade não ocorreu.

Ao ser convidada a falar pontuei a importância das reuniões itinerantes, ocorridas até a pandemia, pois a meu ver consolidava a ideia de um coletivo e contribuía com o engajamento de alguns atores. Contudo, diante de cenários, marcados pela ausência da ASSETUR em determinados territórios, alguns atores não se sentiam tão pertencentes ao processo, fato que inviabilizava a continuidade da participação.

Lamentei o fato de o projeto não ter sido discutido pelos demais membros e por não ter sido apresentado a comunidade local. Como uma resposta a minha fala, um ator disse entender a minha preocupação, mas que o foco estaria na receptividade e na parceria que acontece entre o setor privado e o público para transformar a realidade local.

O que ocorreu, neste evento e em outros, anteriormente registrados, foi a consolidação de que o projeto de identidade visual foi desenhado por uma minoria, os donos dos principais empreendimentos turísticos das Serras, a empresa Efeito Tuca, a secretaria de Turismo de Rio Claro e o COMDEMA. Sem dúvida, o projeto fora construído pela minoria, mas ainda revelava,

como inicialmente, o desejo de subordinar o econômico a outras dimensões e gerar mudanças nas relações de poder.

Retornando a dinâmica da reunião, assinalo que o grupo era extenso, mas o clima instaurado não era a ASSETUR e “os demais” – o poder público. A ASSETUR somara forças – com voluntários, representantes de outras organizações (técnico do ITERJ, UFRRJ, Parque Estadual Cunhambebe, presidente do *Convention Bureau* Caminho dos Jesuítas, e, principalmente, a Secretaria de Turismo de Rio Claro – para negociarem com prefeitos, secretários de turismo, de agricultura e do meio ambiente dos demais municípios. A cobrança posta na reunião demarcava a necessidade de uma relação simétrica onde há ganhos e custos proporcionais a todos os envolvidos.

Também fui convidada a falar, representando a UFRRJ. Antes de ser convidada, a presidente da associação se sentou ao meu lado e disse bem baixinho, “Vou te chamar para falar.”, respondi “Não precisa. Estou centrada nas falas”. Retrucou: “Precisa, sim. A Rural está conosco desde o início”. Convidar atores da Universidade Rural para um momento de fala era uma prática comum do grupo. Essa prática, em consonância com outras falas, revelava o quanto o saber da academia era algo legitimado pelo grupo e quanto esta parceria revelava sobre o grupo para os seus parceiros. O momento de fala, portanto, não legitimava apenas quem estava falando, antes trazia um certo empoderamento para quem o convidava. Como também, o localizava em meios a tantos debates que se faziam presentes no campo de ação.

No final da reunião duas falas fizeram menção a apresentação do projeto para os associados, prevista para dezembro de 2021, pontuando a importância de ressaltar os símbolos que conectam à vida dos associados ao projeto, diante da necessidade de se perceberem como parte integrante do mesmo e do valor que isto teria para a continuidade do engajamento.

A reunião teve cinco momentos, composição da mesa, fala dos integrantes da mesa, da historiadora da região, a apresentação do projeto EntreSerras – o Circuito de São João Marcos e falas de alguns presentes. Na reunião não ocorreu um debate sobre o projeto. O projeto havia sido discutido e construído com alguns membros da direção, com os responsáveis pela empresa Efeito Tuca, com o COMDEMA e pelos atores da secretaria de Turismo de Rio Claro.

Ficara nítido que a reunião era uma apresentação, seguida do recado de que o projeto precisava da colaboração de todos os atores públicos presentes. Esperava-se que outros municípios assumissem o papel de um agente ou órgão que mediasse possíveis demandas que surgissem ao longo do processo, considerando o fato de a prefeitura de Rio Claro, junto com o COMDEMA, intermediou a criação do projeto EntreSerras.

O que a ASSETUR fez, nesta reunião em particular, foi se articular para se beneficiar do uso do poder que possuía enquanto um coletivo, com recursos e habilidades sociais – acumuladas ao longo dos anos, desde 2016, em esferas individuais ou coletivas – para pressionarem atores em uma tentativa de reverterem o domínio do campo em disputa. Assim, a apresentação do projeto se tornou uma estratégia para pressionar o poder público, que em grande parte, possuía uma trajetória sem diálogos com os empreendedores turísticos das Serras e com os pequenos produtores rurais.

A ASSETUR construiu uma territorialidade que conflitava o que estava posto no cenário da política local e do campo do turismo e encontrou acolhimento nos atores públicos do município de Rio Claro que se tornaram um dos maiores parceiros na rede de relacionamento – conforme observado no capítulo anterior. Nesta reunião realçou-se que o ponto de encontro que gerou este acolhimento foi o sentimento de pertencimento a um dado território, como observado no capítulo quatro. A partir desta premissa pressionou-se os demais representantes do poder público na tentativa de gerar o comprometimento com as causas da associação.

#### 7.4.2 Reunião sobre o evento em comemoração ao bicentenário da Independência

No dia 18 de maio de 2022, o grupo reuniu-se no Sítio Pousada Beija-Flor, na Serra do Matoso, para definir algumas questões relacionadas a comemoração do bicentenário organizado pela ASSETUR, gerando então o primeiro encontro presencial de 2022. Este período estava sendo entendido por alguns como um período pós pandemia.

O convite para a reunião ocorreu no grupo de *WhatsApp* como de costume. Entre todas as reuniões esta foi a mais esvaziada, participaram apenas oito membros. Além de mim, estavam presentes um guia de turismo que fazia guiamento de *bike*, um sitiante da Serra do Matoso, uma historiadora que nesta época estava como representante da Fundação Mário Peixoto, o técnico do ITERJ, a presidente e três membros da direção da associação. Não havia agentes do poder público representando os municípios envolvidos no projeto EntreSerras.

O esvaziamento nesta reunião causou-me uma surpresa, pois o evento a ser tratado tinha três motivos que o tornava especial para o coletivo: a) tratava-se do primeiro evento organizado pela ASSETUR; b) o evento daria mais visibilidade aos momentos históricos vividos nas Serras – como a passagem de D. Pedro I rumo ao grilo do Ipiranga tendo passado por Itaguaí, pela Serra do Matoso, Piraí, São João Marcos e Rio Claro –; c) o evento, não só divulgaria a região e o “Circuito São João Marcos”, era a primeira experiência vivida ao longo do Circuito São João Marcos.

Esta reunião não seguiu o mesmo ritual das demais como, por exemplo, apresentação de quem estava pela primeira vez. Teve o cafezinho e o almoço feito pela matriarca da família. A ata estava impressa, porém não foi lida e nem mesmo se fez um resumo para o sitiante entender o que tinha sido discutido anteriormente, considerando que esta era a primeira reunião que participava. A atmosfera era de um encontro mais informal, estavam presentes a base da ASSETUR – os cinco amigos – e os mais chegados.

A reunião estava ocorrendo em um momento de conflitos no grupo do *WhatsApp*, com a retomada dos povos originários no PEC. A hipótese desenhada era de que os conflitos do campo virtual ofuscaram a importância da reunião ou transpassaram o campo virtual de modo a interferir no campo presencial. Os conflitos no *WhatsApp* e a retomada dos povos originários foram questões comentadas com um tom crítico e um certo cuidado, evitando comprometer os que não estavam presentes.

Durante os relatos, o tema estava tomando grandes proporções e conflitos significativos no município. Os presentes demonstraram apoiar o movimento, mas havia uma certa preocupação com possíveis encaminhamentos do poder público local. Os comentários, feitos pela historiadora, sobre a retomada dos povos originários foram envolvidos por muita paixão. Há de se destacar, que a instituição em que a historiadora trabalhava a proibiu de citar o termo Cunhambebe. O que a levou a pedir para sair do cargo, pois não poderia negar o que acreditava, não poderia negar a trajetória que percorreu como profissional e, nem mesmo, negar a história do município.

Em um dado momento da reunião falou-se mais uma vez sobre possíveis formas dos produtores rurais se inserirem no circuito. Como o espaço era mais intimista questioneei a condução de se decidir por eles. Houve um certo silêncio, seguido de gestos, com o balançar de cabeças, de quatro participantes a favor do perigo de falar por eles, sem ouvi-los.

A reunião foi breve e terminou com a divisão de tarefas que consistia em definir quem falaria com representantes do poder público e com possíveis convidados (indígenas, quilombolas e outros). Não houve uma escolha neste sentido, involuntariamente os participantes comprometeram-se em contactar suas redes de relacionamento, visando a efetivação do evento.

Em julho de 2022, alguns membros sugeriram via *WhatsApp* uma reunião emergencial e presencial para tratarem do evento. Porém, não houve nenhum posicionamento para a

realização da mesma. A presidente da associação postou o material que divulgaria o evento e informou “Fiquem à vontade para fazer outro e colocarmos em discussão”. Não houve uma nova proposta, a interação ocorrera com sugestões pontuais para melhorar o folder sugerido abaixo:



**Figura 39.** Folder do evento em comemoração ao bicentenário. Fonte: Elaborado pela ASSETUR, 2022.

A comemoração em cada município teve uma solenidade fazendo menção aos caminhos, a passagem de D. Pedro I e sua comitiva por cada região. O evento teve o seguinte cronograma: No dia 15/08/2022 às 8h na Praça da Aclamação em Itaguaí. Às 14h o encontro seria nas Três Vendas na Serra do Matoso, fronteira entre Itaguaí e Pirai. No dia 16/08/2022 às 8h a comemoração se daria no Parque Arqueológico e Ambiental São João Marcos às 14h a comemoração ocorreu na Praça Fagundes Varela, no centro de Rio Claro/RJ. O evento foi muito significativo para alguns da associação por ter gerado um laço com os quilombolas da Ilha de Marambaia que teve uma participação especial na atividade.

O baixo número de participantes na primeira reunião presencial em 2022 evidenciava que estava posto o desafio colocado em 2021 por um dos dirigentes da associação, o de agregar novamente aqueles que participavam das reuniões antes da pandemia da Covid-19.

O esvaziamento no campo presencial, entendido aqui como as reuniões da ASSETUR, não foi resultado tão somente da falta de conectividade presencial entre os laços sociais ao longo da pandemia e, sim, porque neste período pouco se exercitou uma construção coletiva mediada pela tecnologia.

Alguns membros justificavam o esvaziamento das reuniões, após o pico da pandemia da Covid-19, porque se abandonou a itinerância das reuniões. Em troca do que havia sido

acordado, houve uma concentração das reuniões no Empório da Barreira. Em um relato via *WhatsApp*, um membro afirmou que há um certo ciúme quando as reuniões são centralizadas no Empório da Barreira, na Serra do Piloto, dando margem para discursos de que “As reuniões ocorrem lá e não cá”, ou seja, na Serra do Piloto e não na Serra do Matoso.

#### 7.4.3 Reunião de reaproximação com o PEPEDT/UFRRJ

A reunião que ocorreu no dia 25 de novembro de 2022, no Empório da Barreira, na Serra do Piloto/RJ, foi um encontro idealizado pelo PEPEDT/UFRRJ e resultado de uma parceria efetivada em uma reunião anterior, 13 de setembro de 2022, onde se identificou rumos de atuação do PEPEDT/UFRRJ com a ASSETUR. Na reunião que ocorreu em setembro, se fixou que a atuação seria em uma perspectiva de APL (Arranjos Produtivos Locais), o que para o grupo poderia resgatar a ênfase inicial da associação na relação com a agricultura familiar e o meio ambiente. Para os organizadores o APL proposto contribuiria com a organização e a participação do coletivo da associação.

A parceria proposta faz parte de um projeto de extensão em conjunto com o Colegiado BIG que visa aproximar laços com os atores locais. Objetivo que deu origem ao título do projeto: “Agenda: Laços entre os atores locais”. Esse projeto dialoga com o Instituto Mazomba de Itaguaí, a ASSETUR e os Quilombos de Santa Justina e Santa Isabel, localizados na Serra do Piloto, Mangaratiba/RJ. A dinâmica do projeto consiste em diálogos com as comunidades, trocas de saberes, visitas nos territórios e proposições elaboradas em conjunto.

A chamada para a reunião foi postada nos grupos de *WhatsApp* com uma pauta construída pelo PEPEDT/UFRRJ, porém a primeira parte da reunião estava direcionada à direção da ASSETUR e a segunda parte era aberta a todos. Os distintos momentos estavam registrados na chamada abaixo:



**Figura 40.** Chamada para a reunião do dia 25 de novembro de 2022. Fonte: Elaborado pelo PEPEDT, 2022.

A reunião teve 10 participantes, 4 integrantes da associação e 5 atores da UFRRJ. Separou-se uma única mesa para a reunião. Porém, a presidente, segundo secretário e a

educadora ambiental sentaram-se em outra mesa, mesmo porque a presidente junto com educadora ambiental estavam orientando as cozinheiras sobre o almoço que seria oferecido. Ficando sentados à mesa apenas os atores da UFRRJ e a historiadora local. Já o coordenador do PEPEDT esteve em pé ao longo da reunião, coordenando-a. Em uma parede foram dispostos três banners que apresentavam em linhas gerais as ações do PEPEDT e do Colegiado BIG. Como de costume, reservou-se uma mesa para o momento do café, um bolo e um queijo de minas, mas desta vez algo bem mais simples e sem o significado que parecia carregar as outras reuniões, como um espaço de encontro e articulação.

Na primeira parte da reunião estiveram presentes três associados da ASSETUR (a presidente da associação, a historiadora local, segundo secretário), uma educadora ambiental que tem apoiado a ASSETUR, uma professora da UFRRJ, duas alunas da UFRRJ e integrantes do PEPEDT, professor coordenador do PEPEDT, professor convidado da UFRRJ e pesquisador do PEPEDT. No segundo momento, estiveram presentes dois representantes do Parque Estadual Cunhambebe. Este ator foi recebido com muita satisfação por parte do PEPEDT. A expectativa apresentada foi de que o PEC se torne um ator que tenha protagonismo no Colegiado BIG e não somente que tenha um espaço de fala. A segunda parte da reunião ficou um pouco fragilizada sem a presença dos quilombolas e sem o debate de Políticas Públicas de Turismo de Agricultura Familiar, como registrado na pauta.

Embora, não estivesse na pauta, houve um terceiro momento previamente estabelecido, uma visita a propriedades e pontos turísticos ao longo da Serra do Piloto. Pelas conversas observadas, este momento seria guiado pela historiadora local, como se fosse uma espécie de observação feita em um espaço que se tornava o campo de ação do PEPEDT. Uma observação que desta vez não seria a partir de seu olhar e sim dos atores locais – neste caso, os quatro associados da ASSETUR. Foi um momento que não pude estar presente. Mas ficara nítido, como em momentos anteriores, a satisfação de mostrar uma parte de seu território para “os de fora”.

Logo na abertura da reunião, um ator externo faz uma leitura de que a ASSETUR cresceu muito com vários atores, se tornou um ator político em Mangaratiba, mas possui atores com diferentes interesses, sendo alguns conflitantes. Ponderou-se a necessidade de se articular, atentando-se para os interesses com quem se articula. Neste sentido, o mais importante não seria uma rede de relacionamentos ampla e sim os interesses dos parceiros com os quais se relacionam.

A questão identitária foi central nas falas iniciais. Um dos participantes trouxe como exemplo o processo de desterritorialização que vem ocorrendo com a Ilha do Abraão, Mangaratiba/RJ, que em sua leitura “o local não existe mais, se descaracterizou, virando algo comercial”, associando tal processo a um produto de uma política liberal baseada na macroeconomia.

Um dos idealizadores do projeto enfatizou que Mazomba conseguiu superar o antagonismo com o poder dominante na medida em que se articulou com o poder local. Chamou-se atenção para as diferentes perspectivas, de uma economia excludente e uma economia solidária. De uma forma didática, se levantou a pergunta: Quem protege e quem produz? A resposta, seguiu na direção de que a produção se faz unindo quem protege e quem produz. Esta percepção seria então diferente de uma política econômica excludente.

Mais uma vez surgiu como pauta a importância de os atores locais pressionarem os atores públicos e de se imporem, cada vez mais, como um ator político no território, capaz de desestabilizar as relações de poder dominante. Olhar presente no seguinte discurso: “O jogo não é deles. Não é de lá para cá e, sim, de cá para lá. Não é esperar a benevolência deles”.

Complementando as falas anteriores, uma professora chamou atenção para as ações conjuntas e a forma como a comunidade local se apropria de processos que consolidou e que geram resultados que são “premiados” pela sociedade. Porém, a comunidade local não surge

como um ator e se torna invisível no momento da premiação. Terminou a provocação dizendo: “Quem produziu o contexto para ser premiado? Quem estava presente na premiação? Quem se apropriou da premiação?”

Como se observa a articulação e participação foram questões presentes nas narrativas. Por repetidas vezes, a direção da associação pontuou que a ASSETUR se pulverizou ao longo da pandemia e ainda não teve tempo para articular o grupo após findado o isolamento social. Para os membros da direção, “o fenômeno foi se avolumando porque a associação tem em sua construção uma característica pulverizada, ou seja, criou “braços”/conexões em diferentes municípios” (direção da ASSETUR, 2022). Para a direção, a ASSETUR tem sido vista como um núcleo no Quilombo, nas Serras do Piloto e Matoso e um núcleo em Rio Claro. “A ASSETUR agregou muito. Depois com a pandemia, ela pulverizou – porque atua em quatro municípios. Como vejo Mazomba atuando, vejo a ASSETUR. Enxergo a ASSETUR como uma forma de ajudar outros atores a se articularem”.

A não formalização da associação foi uma questão pontuada, com uma certa preocupação de alguns. Contudo, perdeu um pouco de significado quando um membro da direção asseverou que a articulação com outros grupos, já formalizados, como os Quilombos e os Instituto Mazomba<sup>38</sup>, pode ser uma possibilidade de captar recursos e projetos. Para este ator, isso é ter uma mentalidade alargada de um coletivo.

A aproximação com o Instituto Mazomba e atores do município de Mazomba tem sido estreitada desde o evento em comemoração do Bicentenário, iniciado no dia 15/08/22. No evento, ressaltou-se as ações do Instituto, como o projeto Agrocozinha do Produtor, que se fez presente com a representação de duas mulheres. Este projeto dá visibilidade a certificação de origem da banana de Itaguaí que abrange uma parte de Mangaratiba, Itaguaí e Piraí. Destacou-se também o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PMPSA, aprovado no artigo 1º, lei nº 3.841 de 21 de maio de 2020 – “direcionado ao proprietário de área rural do Município de Itaguaí que destinar parte de sua propriedade para fins de preservação e conservação de serviços ecossistêmicos” (ITAGUAÍ, 2020). Ações que convergem com perspectivas da ASSETUR e que pode fortalecê-la.

De modo geral, a reunião foi marcada mais por fala de atores da UFRRJ do que da associação. Entretanto, foi uma reunião em que apontava para três questões importantes. A primeira foi a possibilidade da ASSETUR refletir sobre a articulação e participação, considerando o vivido antes e após a pandemia. A segunda era a possibilidade de estreitar relações entre a ASSETUR e os Quilombos de Santa Justina e Santa Isabel, localizados na Serra do Piloto, Mangaratiba/RJ, via projeto iniciado pelo PEPEDT. Tal articulação vinha sendo tecida lentamente pela ASSETUR. Embora a representação dos Quilombos fizesse parte da pauta, não houve participação dos quilombolas na reunião. A terceira questão foi a reaproximação do PEPEDT com a associação. Lembrando que até 2021, alguns associados consideravam o PEPEDT como um parceiro distante e desconhecidos para alguns, sendo classificado, às vezes, como um agente de laço fraco. Nesta nova fase, o PEPEDT dá indício de que se propõe a uma ação “com” e não “para”, se aproximando da ideia de Boaventura (2020).

A ASSETUR, como observado em outros capítulos, se constituiu por articulações e participação de diferentes pares. Nesta reunião, sem dúvida nenhuma, o PEPEDT assumiu o papel do ator que induz a ASSETUR a uma construção de um desenho institucional mais participativo. A indução parece ser feita com uma certa autonomia para que o grupo compreenda a participação como uma conquista tecida por pares. Porém, como bem ressaltado

---

38 O instituto é uma organização não governamental com objetivo de fortalecer a população local do vale do Mazomba, na cidade de Itaguaí/RJ, pautada nos princípios da Economia Solidária e da Economia Criativa. O Instituto tem desenvolvido ações na área da cultura, do esporte e da agroecologia, beneficiando o município de Itaguaí, Mangaratiba e outros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ver: <https://institutomazomba.org/>



na reunião, essa participação pode ter limitações quando estes pares possuem interesses divergentes.

## **7.5 Potencialidades e Fragilidades Comuns que Marcaram os Três Momentos de Interações Sociais da ASSETUR – Antes, Durante e Após a COVID-19**

Neste capítulo busquei apresentar as interações sociais efetivadas nas reuniões da ASSETUR e em outros coletivos – antes, durante e após a Covid-19. Aqui farei algumas considerações finais do que marcou estes diferentes momentos, tendo como questão central as fragilidades nos bens democráticos.

De modo geral, a análise das observações realizadas e as narrativas em reuniões, nas atas e nos grupos de *WhatsApp* apontaram práticas e discursos contraditórios, que faziam das reuniões um mesmo espaço marcado com práticas mais participativas e mais autoritárias (COMERFORD, 2000, SMITH, 2009).

Ao longo do processo habilidades sociais foram apropriadas, compartilhadas e acionadas. O que fazia das reuniões um momento singular de aprendizado onde se tecia redes sociais. É verdade que alguns interlocutores, antes mesmo de participarem da associação, já possuíam habilidades sociais descritas por Fligstein e McAdam (2011), como a empatia, capacidade linguística e cognitiva. Concomitantemente, tais as habilidades foram operacionalizadas com a noção de pertencimento ao território. Vale lembrar que foi com este conjunto de recursos que os “cinco amigos” induziram o grupo à ação coletiva.

O aprendizado, vivido por todos e de distintas formas, foi sendo construído no ato de participar. Nesta perspectiva, a possibilidade de ampliar as habilidades sociais, tornavam os atores mais dependentes desta participação. Afinal de contas, os recursos e habilidades sociais forjavam um poder que era acionado para se barganhar mudanças institucionais ou a manutenção do que já estava estabelecido.

O cenário de aprendizado consolidado ao longo das reuniões foi propício para o desenvolvimento de um bem democrático, o julgamento ponderado. Foi durante a participação nas reuniões que se consolidou saberes e o exercício de escuta – elemento importante porque a instrumentalização do julgamento ponderado não se dá exclusivamente com o acúmulo de capital social. O exercício da escuta é elementar para a construção deste bem democrático, o que Arendt (1982 *apud* SMITH, 2009), chamaria de “mentalidade alargada”. A “mentalidade alargada”, para Arendt, ou o julgamento ponderado, para Smith, ocorre quando a escuta do outro provoca uma análise a partir de uma dimensão coletiva e não da particularidade de um indivíduo. Para Smith (2009), o julgamento ponderado não se constrói isoladamente, precisa de outros saberes e de outros atores sociais, como foi vivenciado nas reuniões da ASSETUR. A intensificação deste bem democrático poderá gerar um controle popular na tomada de decisão no projeto fomentado pela associação ou em outros espaços.

As fragilidades constatadas relacionavam-se aos bens democráticos de inclusão e transparência. Nas reuniões que ocorreram antes, durante e após a Covid-19 a maior fragilidade estava na ausência de transparência, no sentido de não tornar público as tomadas de decisões ou de não compartilhar documentos e informações. Isso por sua vez, influenciava a continuidade na participação ou a inserção de novos atores. Bem como, a confiança estabelecida no projeto.

A fragilidade no bem democrático de inclusão se tornou mais crítica ao longo da pandemia. Com o isolamento social gerado pela pandemia perdeu-se um pouco da dimensão coletiva, sendo assim a tomada de decisão passou a ser concretizada com poucos atores. No geral, com o isolamento social as interações saíram da esfera mais coletiva para interações mais privadas. O resultado destas interações chegava no grupo de *WhatsApp* de Turismo Rural, porém não parecia ser repassado com o intuito de gerar um debate e de propiciar trocas com o



coletivo. Constatei que as interações virtuais colocavam os participantes do grupo na condição limitada de dizerem “sim” ou “não” ao que havia sido debatido nas mensagens privadas e em um pequeno grupo, como foi o caso da votação para a logomarca, o carimbo da associação e os símbolos da identidade visual do Circuito EntreSerras. Esse comportamento parecia se justificar na possibilidade de os debates *on-line* suscitarem conflitos que colocariam em risco a coesão social do grupo de forma mais intensa do que nas interações presenciais.

Alguns membros da diretoria reconheceram a falta da participação como um problema a ser resolvido, mas não houve nenhuma proposição para mitigar a falta do envolvimento nas interações presenciais ou *on-line*. A não presença dos atores sociais poderia ser minimizada com a descentralização do conhecimento gerado nos debates e nos acordos firmados ao longo das reuniões ou em outros espaços. Processo esse que poderia ocorrer com a publicidade do que foi discutido nas reuniões. Essa ausência, de certa forma, não impede tão somente a tomada de decisão e a transparência dos debates em um tempo presente, mas também a constância em participações futuras. Tornar público os debates poderiam despertar o desejo de estar presente e afirmar a importância de todos.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da rede de relacionamento construída pela ASSETUR e as reuniões mostraram que ASSETUR não era um ator autoritário e hegemônico dentro do campo construído. O que foi descrito na tese revelou que a construção da rede de relacionamento visava caminhos mais participativos que, por sua vez, deu corpo a consolidação de territorialidades sendo expressa nos embates promovidos nas reuniões da associação e na construção do Circuito São João Marcos – o projeto EntreSerras. O que estava em jogo não era tão somente caminhos mais participativos ou a construção do circuito, e sim a construção de territorialidades que se assentava em disputas pelos territórios. Assim, o fazer coletivo buscou mitigar as relações de poder tecidas no campo em disputa, com o objetivo final da comunidade local gestar/controlar, minimamente, o que ocorria em seus territórios. Isso de fato se consolidou, mas foi marcado por muitas contradições e fragilidades nos bens democráticos.

O processo foi concebido de forma participativa, guardada as deficiências, porém esteve mais próximo de atores do Estado e do mercado. Falhando então em uma relação mais paritária entre Estado, setor privado e a comunidade local. Os produtores rurais e comunidades tradicionais existentes no território tiveram uma participação muito tímida no processo. A longo prazo, isso poderá gerar um grande hiato considerando o objetivo da ASSETUR de ser o agente que estimulará um Turismo Rural Sustentável, dando destaque aos atores ditos “mais invisíveis”.

O desenho da rede de relacionamento tecida pela ASSETUR se diferenciou dos formatos que a associação se opôs, mas as relações de poder se repetiram, com isso não se rompeu com os velhos modelos e não se alcançou o que a base da associação projetou inicialmente. Isso também teve explicação no fato, de repetidas vezes, os atores da comunidade local terem subjugado os seus saberes a de outros agentes. Na leitura de Krenak (2020), este quadro coloca em risco a possibilidade de romper com modelos hegemônicos, por considerar que isso só será possível quando os “não peritos, os outsiders” participarem do processo em construção, não apenas com o direito a voz, mas uma fala com poder de decisão e de construção de fato.

A posição de centralidade dos atores dentro da rede passou pela amizade, confiança, solidariedade, do capital social que se portava, pela habilidade de articular atores de diferentes municípios e pelo conhecimento, seja ele de natureza acadêmica, religiosa e empírica<sup>39</sup>. Essas questões não são novas, já foram constatadas em outros estudos sobre rede. Tais atributos não impediram que as relações no interior da rede fossem permeadas por dificuldades nos diálogos e por desconfiâncias. A análise a partir das relações tecidas pela ASSETUR mostrou como elemento novo a importância atribuída às territorialidades, constituindo-se como um elemento que definiu a intensidade dos laços, ou seja, quais atores possuíam maior poder de influenciar nas decisões a serem tomadas e no campo construído pela associação.

A rede de relacionamento influenciou o fazer coletivo, em especial a construção dos bens democráticos, gerando mudanças na percepção sobre determinadas temáticas e, em certa medida, interferiu nos decisores públicos. Não se reconheceu o poder público como controlador de todas as decisões, portando uma autonomia plena sobre os demais atores sociais. Por outro lado, não se desconsiderou o poder de dependência e dominação que era imposto pelo poder público. Isso deixava claro que a ação coletiva gestada pela associação se esforçou para a construção de uma relação mais autônoma onde se reconhecia as habilidades do coletivo, a ponto de ter gerado uma parceria no lugar de uma relação de subserviência. Para tanto, buscou

---

<sup>39</sup> Ver Granovetter (1973); Brandão (2016).

parceiros que tinham habilidades sociais para pressionarem alguns atores do poder público. Na rede tecida, os atores do poder público que ocuparam a condição de laços fortes foram atores que possuíam uma relação de pertencimento com os territórios de alcance da ASSETUR.

No contexto social investigado, as interações *on-line* não foram capazes de dar continuidade ao processo em curso, pelo menos no rumo que estava sendo gestado. A descontinuidade passava também por carências históricas em áreas rurais. O não acesso às oportunidades impediu a organização de reuniões *on-line*. No contexto *off-line* a participação também foi impactada por outras ausências, como o transporte público e recursos das instituições envolvidas. Conclui-se que formatos mais participativos dependem do acesso a bens básicos que garantam a participação em espaços *on-line* ou *off-line*.

Com um movimento muito dinâmico dentro e fora das reuniões, o processo forjado pela ASSETUR ora subordinava aspectos econômicos aos sociais e ambientais e vice-versa, ora produzia-se desenhos mais democráticos e ora reproduzia-se relações mais hierárquicas e com menos transparência. Esse movimento, em parte, ficava a depender do ator que se acionava na rede de relacionamento e de eventos internos e externos.

A rede da associação possuía arranjos complexos que iam além de territórios bem delimitados, o que impossibilitava a participação de todos. A não delimitação era o elemento mais valioso e que constituiu o grupo, porém a dificuldade de manter as conexões, neste formato e a longo prazo, poderá exigir uma reestruturação do projeto para algo mais territorial como uma solução para um engajamento mais sólido, duradouro e participativo. Sobretudo, para os atores não públicos.

As contradições em que a ASSETUR esteve imersa revelou que no micro espaço não conseguiu romper plenamente com o modelo que negavam ou deixou lacunas ao longo do caminhar, provocando mudanças bem pontuais. Porém, continuam reconhecendo a necessidade de alterar o cenário. Se no micro se reconhece a necessidade de transformar as velhas práticas, como a imposição do “eu” sobre o “nós”, da racionalidade econômica sobre as demais dimensões, talvez algumas brechas possam ser formadas no macro espaço através de um movimento lento e quase imperceptível – como ocorre na sugestão da teoria do equilíbrio pontuado de True, Baumgartner e Jones (2007).

De forma geral, ter analisado em quais aspectos a ASSETUR se aproximava ou se distanciava de um desenho mais inclusivo, participativo e democrático, e o que era acionado neste processo foi uma tarefa complexa diante das muitas nuances observadas e de diversas questões suscitadas pelos atores sociais envolvidos no processo. Entretanto, é possível afirmar que a preciosidade não estava nas conclusões, mas no jogo ou no movimento que constantemente colocou em um mesmo espaço ações tão contraditórias – inclusivas, participativas, democráticas e antidemocráticas.

O quadro apresentado ao longo da tese coloca como urgência a proposição de políticas públicas que possam ser pensadas com a comunidade, tendo o interesse de promover a melhoria de vida dos residentes. No universo investigado é indispensável: o desenvolvimento de infraestrutura nas Serras, como melhorias nas estradas, evitando riscos geomorfológicos; a consolidação de saneamento básico nas regiões – inclusive, nos assentamentos rurais –; a proteção do território contra processos de desterritorialização; a garantia de assistência rural capaz de trazer dignidade aos produtores rurais, a permanência na terra, ampliação do potencial agrícola da região e o orgulho de ser produtor rural; a construção de espaços participativos para além da dimensão estrutural, para que a comunidade, de fato, se torne um ator político na tomada de decisão; a criação de espaços e projetos que potencializem a organização em prol do desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo rural, como a venda de produtos rurais, a

visitação aos patrimônios de forma segura, a ampliação de hospedagem ofertadas pela comunidade, a troca de saberes e histórias entre os residentes e turistas, a degustação de comidas típicas, a capacitação continuada para os atores que fomentam o turismo na região; e , a consolidação de parcerias que agenciem, nas áreas rurais, a ampliação e melhoria do acesso à internet.

E, por fim, se reconhece como uma contribuição da tese, a possibilidade de os interlocutores analisarem um processo em que são protagonistas, de se refazerem ou não, de traçarem novos caminhos a partir da imagem construída e de suas conclusões sobre esta imagem – a tese. Tal contribuição não é menos importante do que uma possível contribuição no campo teórico, sobretudo porque a tese também se originou de uma demanda posta pelos atores sociais que atuaram no contexto analisado.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABILIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, vol, 18, n 3, 2019. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.

AVRITZER, L. **A Moralidade da Democracia. Ensaios em Teoria Habermasiana e Teoria Democrática**. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/Ed. da UFMG, 1996, In: Cap. 5: Teoria democrática, racionalidade e participação: uma crítica habermasiana ao elitismo democrático, p. 99-123.

BASSANI, C. P. **Turismo, direito e democracia: Uma análise dos bens democráticos nas leis dos Conselhos Municipais**. Dissertação (mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECKERT, J. **Reimaginando a dinâmica capitalista: Expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos**. Tradução de Guilherme Xavier Sobrinho. Fictional expectations and capitalist dynamics do livro *Re-imagining economic sociology*, organizado por Patrik Aspers e Nigel Dodd e publicado pela Oxford University Press em 2015.

BILLAUD, J. P. Desenvolvimento territorial, cidadania e participação social: evidências a partir da experiência francesa. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Org.). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014. 437 p.: il., p. 41 – 55.

BITENCOURT, R. O. M; SANTOS, C. L. A transparência como bem democrático no conselho municipal dos direitos da pessoa idosa de Curitiba. In: PESSALI, H.; GOMES, B. (Org.). **Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba**. Curitiba: PUCPress. 2020.

BONDIM, M. **A História da Cidade de Mangaratiba: da aldeia ao cenário de Limite**, Mangaratiba, Fundação Mário Peixoto, Ed. Letra e Versos, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_.; HEFFNER, L.; SOUZA, L. C. (org.) **A História da Estrada Imperial Mangaratiba-São João Marcos**, Fundação Mário Peixoto, Edições Galo Branco, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **O resumo da história econômica e social de Mangaratiba**, Fundação Mário Peixoto, 2015, p. 63.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (orgs.), **Mundo Rural IV – configurações rural-urbanas: poderes e políticas**, R. Janeiro, EDUR/Mauad, p. 217:235]. 2007.

BOOLE, G. **An investigation of the law of thought**. Cambridge University Press. ([1854]). 2009.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. **Campo do Poder, campo intelectual**: itinerário de um conceito. s/L: Montessor. 2002.

\_\_\_\_\_. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998

BRAGA, Andréa Luiza Currallinho. **Governança democrática no Conselho Municipal da Cidade de Curitiba**: presença de voz dos atores sociais. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Paraná, 2015.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento**: As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

BRANDÃO, P. M. M.; BALDI, M. A. (Des)Centralização da gestão pública do turismo brasileiro: análise da participação dos atores privados no Conselho Nacional de Turismo. **Tourism & Management Studies**, 10 (Special Issue), 2014, 193-199.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Painel Corona vírus**. Brasília, 2022. <https://covid.saude.gov.br/>. Acessado dia 1 de agosto às 19h min. e em 1 de nov. de 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BREVESCAFÉ **História do Café no Brasil Imperial**. Disponível em: <<http://www.brevescafé.xpg.com.br>>. Acessado em: 4 de out. de 2021 às 19h. 2021.

CAMARGO, L. O. L. **Hospitalidade**. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: ALEPH, (Coleção ABC do Turismo), 2004.

\_\_\_\_\_. Os interstícios da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. v. XII, nº especial, p. 48-69, 2015.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 35, Natal (RN), 1997. **Anais...** Natal (RN): Sober, 1997. p. 147-185.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006, p. 165-185.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.) **Para além da produção**: Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, L. **Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado** (Coleção 2020). 2020.

CAUSEY, A. **Drawn to see. Drawing as an ethnographic method.** University of Toronto Press, Canadá, 2017. Cap. 2.

CAVALLARI, P. F. G. **Repensando o binômio crescimento-desenvolvimento:** Estudo de caso sobre o município de Itaguaí-RJ, sob o enfoque do desenvolvimento local. 2014. 134 f. Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Rio de Janeiro, 2014.

CEPERJ. Estado do Rio de Janeiro. **Mapa das regiões e municípios de governo, 2019.** Disponível em: <https://www.ceperj.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-das-Regioes-de-Governo-e-Municipios-do-Estado-do-Rio-de-Janeiro-2019-CEPERJ.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2021 às 19h.

CLIFFORD, J. **Sobre a autoridade etnográfica.** In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a Luta:** Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 1999.

CORNWALL, A.; ROMANO, J. O.; SHANKLAND, A. Posfácio. Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: ROMANO, J. O.; ANDRADE, M. P.; ANTUNES, M. (Orgs). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania:** a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 257-291.

COSTA, C. Modelo analítico de governança regional de turismo – MAGRET. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** São Paulo, 14 (2), p. 123-139, maio /ago. 2020. Disponível em:<<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1822/1367>>.

D’ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. (Org). **Decrescimento:** Vocabulário para um Novo Mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. 312 p.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. Trad.; Echalar, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2017. 647p.

DEMO, P. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em Turismo:** Planejamento, Métodos e Técnicas. São Paulo: Futura, 2007.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo; política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIAZ BORDENAVE, J. E. **O que é participação?** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 95) ISBN 85-11-01095-5.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161.

FERREIRA, H. C. H. **A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ**, 2010, 270p. Tese (doutorado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. In: MARTES, A. C. B. (Org). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos. EdUFSCar, 2009. P. 69-106.

\_\_\_\_\_. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, n. 9, p. 26-55, 2001.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

FREITAS, A. Por uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento Territorial Rural. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 54, nº 04, p. 667-690, Out/Dez 2016 – Impressa em Janeiro de 2017.

FUTUROS POSSÍVEIS **No limiar da pandemia**: Laboratórios do Comum para a gestão social dos Territórios. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1:54min). Publicado pelo canal do Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rc9Jl1aA6qQ>. Acesso em: 27 jul. 2020.

GALVÃO, P. L. A.; CASTRO, C. A. T.; MARQUES, P. C. L. Multifuncionalidade no espaço rural brasileiro: o turismo na região vinícola do Vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n. 2, mai/jul 2018, pp.179-205.

GARCIA, L. M.; MAURY, P. E. A perspectiva relacional no estudo da corrupção sistêmica: uma aplicação prática ao caso do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG). Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. 4. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre, 2019.

\_\_\_\_\_.; TEODÓSIO, A. Social Participation and Systemic Corruption. ISTR, 12th Latin America and the Caribbean Regional Conference. Medellín, Colômbia. **Annals...** Medellín, Jul. 2019.

GEERTZ, C. Os usos da diversidade. **Horizontes Antropológicos**, 5(10): 13-34, 1999.

GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 48, dev. 2002.

GODET, M.; DURANCE, P. **A Prospectiva Estratégica. Para as Empresas e os Territórios**. Brasília, DF: Dunod-Unesco, 2011.

GOLDMAN, M. **Alteridade e experiência**: antropologia e teoria etnográfica. Etnográfica, X (1): 161-173, 2006.



GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE electron**. [online]. 2007, vol. 6, n. 1, pp. 0-0. ISSN 1676-5648. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482007000100006>>.

\_\_\_\_\_. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/AJS/>> Acesso em: 23 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. The strenght of weak ties. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GUANDU RJ **Comitê da Bacia Hidrográfica**. (<https://comiteguandu.org.br/comite>).

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 20ª ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2009, 56p.

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas em America Latina: um breve guia heterodoxa. In: LAN, M.; MOKRANI, D. (eds.) **Más allá del desarrollo**, Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. Fundación Rosa Luxemburgo y AbyaYala, Quito, 2011.

GUEDES, C.; ROSÁRIO, J. L. Informação y conocimiento: Los impactos en la reorganización del mercado y del trabajo. Desenvolvimento em Questão. **Revista do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento**. Ijuí: Unijuí. Año 3 nº 5 En/Jun 2005.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização In: SANTOS. M.; BECKER, B. (orgs). **Território, Territórios: Ensaio Sobre O Ordenamento Territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002, 416 p.

\_\_\_\_\_. De categoria de análise a categoria da prática: A multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana. p. 267-289 In: FRIDMAN, F.; GENNARI, L. A.; LENCIONI, S. (Coord). **Políticas Públicas e territórios: onze estudos latino-americanos**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. ISBN 978-987-722-357-6. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20181003014033/Politicas\\_publicas\\_territorio.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20181003014033/Politicas_publicas_territorio.pdf)

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997, 293p. ISBN 85-228-0222-X

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes. 4ª edição. 2010.

HALL, C. M. Typology of governance and its implications for tourism policy analysis. **Journal of Sustainable Tourism**. v. 19, Nos. 4-5, pp. 437-457. 2011b.

HISTÓRIA DA CIDADE. **Parque Arqueológico São João Marcos**, 2011-2021. Disponível em: <https://saojoaomarcos.com.br/o-parque-2>. Acesso em: 14 de set. de 2021, às 22: 50

IBGE **Cidades**. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>, extraído em 02 set 2021.

INEPAC **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense**. Fazenda Santa Thereza. 2009.

INGOLD, T. **Antropologia versus etnografia**. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 26, v.1, 2017

ITAGUAÍ Câmara Municipal de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro. **Lei nº 3.841 de 21 de maio de 2020**. Cria o programa municipal de pagamento por serviços ambientais - PMPSA.

KRENAK A. A. L. **O Amanhã Não Está à Venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 12p.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. (3ª ed). Trad., Contexto Traduções. São Paulo: Aleph. 2003.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estratégia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MACEDO, L. F. A.; RAMOS, D. A. L.; MAURY, P. M; VILLELA, E. A. Extensão universitária: gestão, controle social e desenvolvimento sustentável em territórios quilombolas. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL (ENAPEGS), vol. 5, 2020, Maceió. **Anais eletrônicos**: Gestão social e solidariedade democrática; polarizações, alternativas e novos saberes. Maceió: IABS, 2020, p. 389-406. Disponível em: <https://editora.iabs.org.br/site/index.php/portfolio-items/anais-do-xi-encontro-nacional-de-pesquisadores-em-gestao-social-vol-5/>. Acesso em: 28 de agosto de 2023.

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2012, 349 pp.

\_\_\_\_\_. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, p. 129-156, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAURY, P.; RAMOS, D.; VILLELA L.; MACEDO, L. Gestão social por colegiado e Extensão universitária: Imaginar futuros para o território da Baía da Ilha Grande (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 9. 2020, Maceió, AL. **Anais...** Maceió, AL: ENAPEGS, 2020.

MAUSS, M. **Ensaio da Dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAZOMBA Instituto Mazomba <https://institutomazomba.org/>. Acessado dia 26 de dezembro, às 22 horas.

MEDEIROS, L. S.; QUINTANS, M. T. D.; ZIMMERMANN, S. A. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 1, jan-jun 2014, pp. 117-142.

MELO, L. V. **Da democracia eletrônica a democracia digital**: o uso de dispositivos tecnológicos em práticas democráticas - repensando conceitos a partir dos debates internacional e brasileiro. Trabalho apresentado no SPG 28: Mídias Digitais, Cultura, Política e Sociedade, do 44º Encontro Anual da ANPOCS. 2020.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A.; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 232-248, ago. 2016.

MENEGASSI, Duda. Prefeitura de Mangaratiba realiza retirada de indígenas da “Retomada Cunhambebe”. **O Eco**, Rio de Janeiro, 15 de jul. de 2022. Disponível em: <[https://oeco.org.br/noticias/prefeitura-de-mangaratiba-realiza-retirada-de-indigenas-daretomadacunhambebe/#:~:text=Nesta%20segunda%2Dfeira%20\(11\)%2C%20uma%20a%C3%A7%C3%A3o%20de%20reintegra%C3%A7%C3%A3o,sede%20do%20Parque%20Estadual%20Cunhambebe](https://oeco.org.br/noticias/prefeitura-de-mangaratiba-realiza-retirada-de-indigenas-daretomadacunhambebe/#:~:text=Nesta%20segunda%2Dfeira%20(11)%2C%20uma%20a%C3%A7%C3%A3o%20de%20reintegra%C3%A7%C3%A3o,sede%20do%20Parque%20Estadual%20Cunhambebe)>. Acesso 7 de novembro de 2022, às 17h:30min.

MILLER, D. **Notas Sobre a Pandemia**: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. Tradução: Balsa, Camila; BAZZO, Juliane. Disponível em: [https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2020/05/Miller\\_Como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-convertido.pdf](https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2020/05/Miller_Como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-convertido.pdf) Acesso em 16 nov. 2020.

NASCIMENTO, C. A.; VILELE, L. E.; VIANNA, M. A.; IKEDA Jr, R; LOYOLA, L. V. Potencialidades socioeconômicas de desenvolvimento endógeno das Serras do Matoso e do Piloto (S. M/P) – Rio de Janeiro – BR. In: **Controle Social e Desenvolvimento Territorial / Control Social y Desarrollo Territorial (CSDT)**, v. 4, n 4, p. 21, jul/dez 2018, ISSN: 2527-1253. 2018.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

OLIVEIRA, J. P. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, B. **Desafios da Antropologia Brasileira**. Brasília, ABA: 2013.

PAES, J. N. M. **A Influência dos Jesuítas da Fazenda Santa Cruz Para a Formação de Itaguaí**. Dissertação de Pós Graduação. FEUC. 2017.

PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2006.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, 180 p.

\_\_\_\_\_. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

PESSALI, H.; GOMES, B. (Org.). **Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba**. Curitiba: PUCPress. 2020. No prelo. Introdução.

PLEIN, C. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2010

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POWELL, W. W. **Neither market nor hierarchy: network forms of organization**. Research on Organizational Behavior, v. 12, pages 295-336, 1990.

PPGCTIA Programa de Pós Graduação Binacional. **Teses**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgctia/lista-de-teses/>>. Acesso em 05 de Abril de 2021.

PREFEITURA DE ITAGUAÍ. **História**. Disponível em: <<https://itaguai.rj.gov.br/historia/>> Acesso em: 04 de set. de 2021 às 15 h.

PREFEITURA DE MANGARATIBA. **Distritos**. Disponível em: <<https://mangaratiba.rj.gov.br/Distritos>>. Acesso em: 03 de set. de 2021 às 20h.

PREFEITURA DE RIO CLARO. **Atrações Turísticas**. Disponível em: <<https://rioclaro.rj.gov.br/category/turismo/>>

PULIDO-FERNANDEZ, J. I.; PULIDO-FERNANDEZ, M. C. Sigue vigente el paradigma del turismo sostenible? Reflexiones a la luz de la literatura reciente. **Revista de Turismo y patrimonio cultural – PASSOS**. Universidad de Jaen (Espana), vol. 13, n. 6, Special Issue p. 1315-1335, 2015. Disponível em: [www.pasosonline.org. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.092](https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.092)

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 5ª Ed, 2008.

RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 2, p. 93-101, 1983.

ROMANO, J. O. Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (orgs.). **Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, dezembro 2002, p. 9-20.

RODRIGUES, S. L.; SOUZA, M. O papel das Governanças na regionalização do turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, mai/ago, 2015, p. 234-250.

SACK, R. D. **Human Territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SALZMAN, P. Methodology. In BARNARD, A.; SPENCER, J. (orgs.) **Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology**, Londres, Routledge, 1996.

SANTOS, A. L. F. **A Estrada Imperial na Serra do Piloto**. Matéria do Cidadeecultura.com. Disponível em: <<https://www.cidadeecultura.com/a-estrada-imperial-na-serra-do-piloto>>. 2016. Acesso em: 4 de out. de 2021 às 19h:30min.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Edições Almedina. Coimbra, 2020.

SANTOS, B. S. (Org.) **Democratiza a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Introdução e capítulo 13 (649- 660).

SANTOS, E. O.; SOUZA, Marcelino (org). **Teoria e prática do Turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

SANTOS, F. M.; GOMES, S. H. A. Etnografia virtual na prática: análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA, 7. **Anais...** Realizado de 20 a 22 de novembro de 2013. Disponível em <<http://www.abciber.org.br>>. 2013. Acessado em: Março de 2020.

SANTOS, R. A. **Crítérios para o desenvolvimento de uma hotelaria sustentável**. 2018. 159 f. Tese (Doutorado em Sistemas de Gestão Sustentáveis) – Universidade Federal Fluminense. Escola de Engenharia, 2018.

SAVAZONI, R. **O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Porque novo desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, 27, 4(108): 507:524, 2007.

SILVEIRA, S. A.; SAVAZONI, R. “Terra.” O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 5-18, maio 2018.

SIQUEIRA, D. E. **História social do Turismo**. Rio de Janeiro: Gramond; Brasília, DF: Ed. Vieira, 2055.

SMITH, G. **Democratic Innovations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SOLHA, K. T. O Universo Rural e a Oferta da Experiência de Turismo Rural no Brasil. **Rosa dos Ventos**, vol. 11, núm. 3, 2019. Universidade de Caxias do Sul, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473561121007>. DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v11i3p615>

STEINER, P. **A sociologia econômica**. Tradução Maria Helena C. V. São Paulo; ATLAS, 2006.

STREECK, W.; THELEN, K. (orgs). **Beyond continuity**: institutional change in advanced political economies. New York: Oxford University Press, 2005.

TENÓRIO, F. G. (org). **Gestão Social e gestão estratégica**: Experiências em Desenvolvimento Territorial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 372 p.

THERÉT, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 226-254, 2003.

TRENTINN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **Special Issue** vol. 14, nº 3. pp. 645-658. 2016.

TRENTINN, F. **Políticas de Turismo no Brasil**: Tomada de Decisão e Análise das Estruturas de Governança nos Destinos Turísticos de Armação dos Búzios e de Paraty no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. (Tese de doutorado, Faculdade de Letras da universidade de Coimbra). Brasil. pp. 39-51. 2015.

TRUE, J.; JONES, B.; BAUMGARTNER, F. Punctuated equilibrium theory: explaining stability and change in public policymaking. In: SABATIER, P. (ed.), **Theories of the policy process** (2nd ed., pp. 155-187). Colorado: Westview Press. 2007.

TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. 2-22. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Org.) **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Baureri-SP: Manole. 2010.

UNIVALI. **Doutorado em Turismo e Hotelaria**, Banco de Teses. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/doutorado/doutorado-em-turismo-e-hotelaria/banco-de-teses/Paginas/default.aspx>. Acesso em 05 Abril. 2021

VALENTE, F.; DREDGE, D.; LOHMANN, G. Leadership and governance in regional tourism. **Journal of Destination Marketing & Management**. Volume 4, Issue 2, June 2015, Pages 127-136.

VELASCO GONZÁLEZ, M. Entre el poder y la racionalidad: gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 14 Nº 3. Special Issue. p. 577-594. 2016

VELASCO GONZÁLEZ, M. La política turística. Una arena de acción autónoma. **Cuadernos de Turismo**, nº 27, pp. 953-969. 2011.



VILLELA, L. E; COSTA, E. G. As políticas públicas para a agricultura familiar como possibilidade de mitigar impactos dos mega empreendimentos na agricultura de Itaguaí-RJ. In: XVII ENANPUR. **Anais...** São Paulo, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, UFRRJ, v. 8, n. 2, p. 87-145, número 15 - out. 2000.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 2-4, maio 2020. Disponível em: <http://cadernos.enp.fiocruz.br/static/arquivo/1678-4464-csp-36-05-e00068820.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>

XAVIER, S. F.; DOLORES, D. G. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001

ZELIZER, V. **Circuits in economic life, economic sociology\_the european electronic newsletter**, ISSN 1871-3351, Max Planck Institute for the Study of Societies (MPIfG), Cologne, Vol. 8, Iss. 1, pp. 30-35, 2006

\_\_\_\_\_. Circuits of Commerce. In: JEFFREY, C.; ALEXANDER, G. T. M.; WILLIAMS, C. (eds), **Self, Social Structure, and Beliefs. Explorations in Sociology**. Berkeley: University of California Press, 122-144. 2004.

\_\_\_\_\_. Dualidades perigosas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132009000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000100009&lng=en&nrm=iso)>.

\_\_\_\_\_. **Morals and Markets: The Development of Life Insurance in the United States**, Columbia University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. **The purchase of intimacy**. In the United Kingdom: Princeton University Press, 3 Market Place, Woodstock, Oxford 2005

## 10. APÊNDICES

### 10.1 Apêndice A - Roteiro Básico para Entrevista Semiestruturada

Antes do início da entrevista haverá uma breve explicação sobre a pesquisa e o roteiro de entrevista. Neste momento, perguntará se há dúvidas. Também se evidenciará a possibilidade do responder negar-se a responder qualquer pergunta ou até mesmo parar de responder.

Inicialmente faço a sugestão de que a entrevista ocorra em dois dias ou mais de acordo com a preferência do respondente.

As perguntas foram elaboradas como base para nortear o pesquisador, podendo ser alteradas, excluídas ou até mesmo criar novas perguntas diante do que o respondendo apresentará ao longo do diálogo.

1. Primeiro falaremos sobre a sua trajetória até o momento em que chegou na ASSETUR. Relate o que vier em seu pensamento e o que considerar importante. Não esquecendo de dizer como chegou na Serra do Piloto ou Matoso.
2. Fale um pouco sobre o seu empreendimento turístico: o tipo de serviço que oferece, seu público, quem trabalha no empreendimento, como foi a transformação deste empreendimento em algo turístico.
3. Relate como foi a sua entrada no turismo. Quando você começou a trabalhar com o turismo, como foi esta decisão e por quais motivos.
4. Narre para mim a história da ASSETUR. Como foi o início da ASSETUR? Quais as pessoas participaram? Quem te apresentou a ASSETUR? Quando passou a participar da ASSETUR?
5. Conte-me como a ASSETUR se organiza. Quais tipos de sócios existem? A ideia de construir um estatuto foi de quem e por que isso é importante? O que você achou das reuniões que discutiram o estatuto da associação?
6. O que é ASSETUR para você?
7. Em quais sentidos a ASSETUR poderá trazer impactos para o seu empreendimento e para a Serra?
8. Conte um pouquinho sobre a reunião da ASSETUR. Como você participa da reunião? O que acha dos assuntos abordados e da dinâmica desenvolvida nas reuniões? Como definem os dias, horários e as pautas para cada reunião?
9. Se você tivesse que mudar algo na ASSETUR, o que mudaria?
10. Percebo que as reuniões possuem um público bem expressivo. Você sente falta de alguém (categorias) ou de alguma instituição durante as reuniões e por quê?



11. Vamos imaginar que teremos reunião amanhã. Agora quero que você narre como seria esta reunião. Não precisa ser como ela já funciona e sim como você gostaria que ocorresse.
12. Gostaria que você definisse a ASSETUR em 5 palavras.
13. Por conta da pandemia as reuniões da ASSETUR foram suspensas. Já estamos mais de um ano sem reunião, vocês estão pensando em alguma estratégia para o retorno da ASSETUR? Como reativá-la ou algo neste sentido? Vocês enquanto ASSETUR estão dialogando com os parceiros ou buscando desenvolver algo que foi acordado antes da pandemia?
14. A pandemia trouxe quais alterações para seu empreendimento turístico? Você precisou fechar o seu empreendimento ou parar com sua produção? Quais foram os procedimentos tomados com os funcionários? O que você fez com os produtos? Você manteve contato com os turistas e hóspedes? Como você se manteve financeiramente ao longo da pandemia? Tem previsão para retornar com as atividades turísticas? Vocês tiveram alguma estratégia coletiva para lidarem com os impactos causados pela pandemia?
15. Agora falaremos sobre os parceiros da ASSETUR. O que você acha disso tudo, desta forma de organizar em rede? Observo que há diferentes parceiros como o SEBRAE, prefeituras, UFRRJ, ITERJ e outros. Entre os parceiros da associação, me diga quais possuem lações fracos e fortes e por quê?
16. Como você definiria desenvolvimento e turismo rural.
17. Agora aproveite para me perguntar algo, pode ser dúvida, críticas, o que desejar.

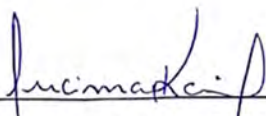
Obrigada!

## 10.2 Apêndice B - Termo de Anuência

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “Turistificando relações: o papel da ASSETUR na promoção da comercialização de serviços turísticos na Serra do Matoso e na Serra do Piloto”, sob a responsabilidade da pesquisadora Salomé Lima Ferreira de Almeida (aluna do PPGCTIA) e orientação da professora Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto (ICSA/DEDH), e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de \_\_01 / 03 / 2019\_a \_\_01 / 12 / 2023\_\_, após a devida aprovação no Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos da UFRRJ (CEP-UFRRJ).

Seropédica, \_\_01\_\_ de \_\_março\_\_ de \_\_2019\_\_.

  
\_\_\_\_\_  
Lucimary Kaiser de Queiroz  
Presidente da ASSETUR

### 10.3 Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Turistificando relações: o papel da ASSETUR na promoção da comercialização de serviços turísticos na Serra do Matoso e na Serra do Piloto”, conduzida por Salomé Lima Ferreira de Almeida, aluna do PPGCTIA/UFRRJ, sob orientação da professora Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, do ICSA/UFRRJ. Este estudo tem por objetivo analisar em quais aspectos a ASSETUR, enquanto instituição inovadora, é inclusiva e democrática.

Você foi selecionado(a) por participar da direção da ASSETUR ou por estar participando ou ter participado de alguma reunião da associação ou ainda por ser um parceiro da associação. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Não há riscos previstos para a integridade física, mental ou moral dos entrevistados. A participação dos respondentes não será remunerada e nem implicará em gastos para os participantes.

O estudo contribuirá com o debate acadêmico e com expectativas dos participantes, no que diz respeito a concepções sobre o Turismo rural, participação, associativismo, governança em espaços rurais e desenvolvimento territorial sustentável.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conversas informais ou gravadas. As conversas informais se darão ao longo das reuniões da ASSETUR e em visitas que farei aos empreendimentos turísticos. As conversas gravadas serão on-line ou presencial, onde se registrará apenas o áudio. O lugar será definido por você. Neste caso, se perguntará brevemente sobre sua trajetória até a sua chegada a ASSETUR, o que o motivou a participar e apoiar o projeto de turismo organizado pela ASSETUR, percepções que possui sobre turismo rural e ações fomentadas pela associação. Se fará também perguntas sobre sua participação nas reuniões da ASSETUR, o que entende sobre participação e o que espera com tal participação e com o projeto de turismo em desenvolvimento.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Tornarei público nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de participantes ou instituições. Respeitando assim a identidade de cada participante.

Como pesquisadora responsável me comprometo a cumprir com cada item deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de efetivar indenização de qualquer dano decorrente da pesquisa.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa.

Contatos da Pesquisadora Responsável:

Salomé Lima Ferreira de Almeida, aluna do programa de pós-graduação - PPGCTIA/UFRRJ, [salomealmeidaf@gmail.com](mailto:salomealmeidaf@gmail.com), tel. (21) 993064760

## DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Declaro que compreendi tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## 11. ANEXOS

### 11.1 Anexo A - Parecer do Comitê de Ética

16/09/2021 17:31

[https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?idDoc=846289](https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=846289)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



**PARECER Nº 1205 / 2021 - PROPPG (12.28.01.18)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Seropédica-RJ, 16 de setembro de 2021.**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 207/2021

#### **PARECER**

O Projeto de Pesquisa intitulado "Turistificando relações: o papel da ASSETUR na promoção da comercialização de serviços turísticos na Serra do Matoso e na Serra do Piloto" sob a coordenação da Professora Dr<sup>a</sup>. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, processo 23083.050235/2021-16, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

*(Assinado digitalmente em 16/09/2021 13:55 )*  
JOAO MARCIO MENDES PEREIRA  
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - SUBSTITUTO  
PROPPG (12.28.01.18)  
Matrícula: 1736091

**Processo Associado: 23083.050235/2021-16**

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1205**, ano: **2021**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **16/09/2021** e o código de verificação: **516e1d26b1**

## **11.2 Anexo B - Estatuto da Associação dos Empreendedores de Turismo das Serras do Vale Histórico do Piloto e Matoso**

### **ASSOCIAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DE TURISMO DAS SERRAS DO VALE HISTÓRICO DO PILOTO E MATOSO - SERRAS DO VALE HISTÓRICO**

#### **Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração, Fins e Patrimônio**

Artigo 1º - A Associação dos Empreendedores de Turismo das Serras do Vale Histórico do Piloto e Matoso, fundada na cidade de Mangaratiba, estado do Rio de Janeiro, sendo-lhe facultado o uso da abreviatura SERRAS DO VALE HISTÓRICO de seu nome original, é uma sociedade civil, sem finalidade econômica, com sede na Estrada São João Marcos nº 12, Serra do Piloto - Mangaratiba, RJ e com personalidade jurídica de seus associados, terá abrangência não só no município de Mangaratiba como também nos municípios de Itaguaí, Piraí e Rio Claro.

Artigo 2º - A Associação dos Empreendedores de Turismo das Serras do Vale Histórico do Piloto e Matoso, cujo prazo de duração é ilimitado, tem por finalidade:

1. Procura de auxílio para o desenvolvimento do turismo rural sustentável regional, nos municípios de Mangaratiba, Piraí, Itaguaí e Rio Claro, entendendo-se por sustentável ações que respeitem as Leis Ambientais, promovam projetos solidários e gerem a reciclagem da economia local;
2. Amparar, integrar, defender, orientar, coligar e representar, no âmbito territorial de sua atuação, os legítimos interesses da entidade e de seus associados, junto aos poderes públicos, inclusive perante o Poder Judiciário, na qualidade de substituto processual na forma dos dispositivos legais;
3. Promover, por todos os meios a seu alcance, a perfeita unidade e a mais estreita solidariedade entre seus associados, e em geral, entre os elementos das classes que representa;
4. Incrementar o desenvolvimento rural sustentável dos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Piraí e Rio Claro, buscando a valorização da cultura local, a preservação ambiental e patrimonial (histórico e cultural), utilizando prioritariamente produtos rurais e mão de obra da localidade;
5. Interferir, sempre que necessário, nos debates de problemas técnicos, sociais, financeiros, de âmbito nacional ou regional, do interesse dos associados, sugerindo medidas e procurando evitar a aplicação das que considerar prejudiciais aos interesses que representa e defende;
6. Manter departamentos e serviços especializados que orientem os seus associados no exato cumprimento e observância da legislação social e tributária;
7. Divulgar e promover os municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Piraí e Rio Claro em todos os sentidos.

Artigo 3º - Constitui patrimônio da SERRAS DO VALE HISTÓRICO, os bens móveis, imóveis, direitos e títulos que possua ou venha possuir.

Parágrafo único - Constitui fontes de recurso para manutenção da SERRAS DO VALE HISTÓRICO, as mensalidades dos sócios, doações, prestação de serviços, renda proveniente de eventos e outras fontes de renda.

Artigo 4º - A dissolução da SERRAS DO VALE HISTÓRICO somente poderá ser decidida pela Assembleia Geral, reunida com a presença mínima de dois terços dos seus componentes, cabendo-lhes, ao mesmo tempo, decidir sobre o destino a ser dado ao patrimônio social.

## Capítulo II - Dos Sócios, sua Admissão, seus Direitos e Deveres

Artigo 5º - Poderão ser sócios da SERRAS DO VALE HISTÓRICO:

1. As empresas que exerçam atividades econômicas de natureza turística e base sustentável e que tenham sede ou filial nos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Piraí e Rio Claro;
2. Os comerciantes e produtores em geral, os profissionais liberais, as entidades de qualquer natureza e outras categorias autônomas ligadas ao comércio, e prestação de serviços, perfeitamente adequadas à legislação vigente no país.

Parágrafo único - Os sócios não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais, contraídas pela SERRAS DO VALE HISTÓRICO.

Artigo 6º - Os sócios dividem-se nas seguintes categorias:

1. Efetivos;
2. Beneméritos;
3. Correspondentes.

Artigo 7º - Efetivos: são aquelas que, admitidos na forma deste Estatuto, ficam obrigados a pagar as mensalidades e contribuições fixadas pela Diretoria.

Artigo 8º - Beneméritos: são as pessoas que, em virtude de relevante e excepcionais serviços prestados à SERRAS DO VALE HISTÓRICO ou aos interesses que ela representa, forem consideradas, merecedoras desse título que é pessoal e intransferível, mediante proposta de qualquer sócio com os pareceres da Diretoria e Conselho Deliberativo, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária.

Artigo 9º - Correspondentes: são aqueles que, residindo ou estabelecidos fora dos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Piraí e Rio Claro, tenham interesse em participar do quadro social da SERRAS DO VALE HISTÓRICO, sem prejuízo das obrigações dos sócios efetivos.

Artigo 10º - Os sócios Beneméritos e Correspondentes não terão interferência na direção da SERRAS DO VALE HISTÓRICO, mas poderão ser admitidos nas deliberações e discussões, sem direito a voto.

Artigo 11º - São Direitos dos sócios:

1. Comparecerem às Assembleias Gerais e Extraordinárias, e tomarem parte em todas as discussões e deliberações;
2. Votarem e serem votados para os cargos de administração;
3. Frequentarem a sede social e utilizarem-se de todos os serviços postos à disposição;
4. Proporem a inclusão de novos sócios e representar, por escrito, à Diretoria quando sentir-se prejudicado em seus direitos, podendo ainda participar das reuniões da Diretoria, sem direito a voto.

Artigo 12º - São deveres dos sócios:

1. Exercerem, com proficiência e dedicação, os cargos ou comissões para que forem eleitos ou nomeados;
2. Observarem fielmente o cumprimento deste Estatuto, dos regulamentos expedidos para a sua execução, das deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria, e pagar pontualmente as mensalidades e contribuições;
3. Fornecerem, quando solicitados, os esclarecimentos necessários à manutenção dos serviços informativos da SERRAS DO VALE HISTÓRICO;
4. Comparecerem as Assembleias e demais reuniões especiais para que forem convocados;
5. Concorrerem, por todos os meios a seu alcance, para a completa realização dos fins sociais.

Parágrafo Único - O associado que deixar de pagar as mensalidades e contribuições, por três meses consecutivos, será eliminado do quadro social.

Artigo 13º - Suspendem-se as regalias e atribuições dos sócios:

1. Por falência, até completa reabilitação;
2. Pela prática de crime inafiançável;
3. Por procedimento irregular perante a SERRAS DO VALE HISTÓRICO, depois de advertido, por escrito, pelo Presidente. Esta suspensão não excederá três meses;
4. Por uso indevido de seus direitos.

Parágrafo Único - A suspensão e a perda dos direitos de sócio serão impostas pela diretoria, referendado pelo Conselho Deliberativo, com recurso para Assembleia Geral.

Artigo 14º - Cancela-se a qualidade de sócio:

1. Pela sentença condenatória em processo criminal, transitada em julgado;
2. Por reincidência em faltas que já tenham dado motivo à pena de suspensão;
3. Quando causar deliberadamente danos morais e ou materiais a ASSETUR;
4. Pela infração deste estatuto.



### Capítulo III - Dos órgãos de Administração

Artigo 15º - São órgãos efetivos da Administração:

1. Assembleia Geral;
2. Conselho Deliberativo;
3. Conselho Fiscal;
4. Diretoria.

Artigo 16º - Os mandatos dos cargos da administração terão a duração de dois anos.

Parágrafo Único - É permitida a reeleição de qualquer membro dos Conselhos e da Diretoria.

Artigo 17º - A SERRAS DO VALE HISTÓRICO é administrada por uma Diretoria eleita pela Assembleia Geral, com mandato amplo e ilimitado, dentro das atribuições fixadas neste Estatuto, sem nenhuma reserva de poderes.

Artigo 18º - A Assembleia Geral é, de acordo com o presente Estatuto, o poder máximo da SERRAS DO VALE HISTÓRICO e se constitui pela reunião dos sócios em dia com suas obrigações pecuniárias e estatutárias.

Artigo 19º - Reunir-se-á anualmente a Assembleia Geral, durante o mês de janeiro, para tomar conhecimento do relatório e aprovar as contas da Diretoria, referentes ao exercício findo.

Artigo 20º - Bienalmente no mês de novembro, a Assembleia Geral deverá eleger e empossar os Conselhos e a Diretoria para o biênio seguinte.

Parágrafo primeiro - Todo o biênio inicia-se no dia 01 de janeiro.

Parágrafo segundo - É vedado a Diretoria, após a eleição de uma nova Diretoria, autorizar gastos, que não sejam os de rotina, salvo com anuência da Diretoria eleita.

Artigo 21º - Extraordinariamente, reunir-se-á Assembleia Geral por convocação do Conselho Deliberativo ou da Diretoria, ou em virtude de requerimento fundamentado e assinado no mínimo por um quinto dos sócios em dia com suas obrigações sociais.

Artigo 22º - A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será convocada mediante publicação de editais, por comunicação eletrônica, por envio de circulares a todos os associados, nos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Pirai e Rio Claro, com antecedência mínima de oito dias.

Artigo 23º - A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, somente poderá ser instalada, em primeira convocação, com a presença no ato da abertura, de pelo menos metade mais um dos associados.

Parágrafo primeiro - Verificando o não comparecimento do número de sócios previstos, à hora marcada, a Assembleia poderá reunir-se e deliberar com qualquer número, quinze minutos depois, independentemente de nova convocação.

Parágrafo segundo - A Assembleia poderá prorrogar sua sessão pelos dias que julgar necessário, caso seus trabalhos não se concluam em uma só sessão.

Artigo 24º - Cada associado tem direito a um voto na Assembleia, permitindo-se o voto por procuração, desde que o procurador seja sócio e represente apenas um associado.

Artigo 25º - Caberá à presidência da Assembleia ao Presidente do Conselho Deliberativo e este escolherá um secretário.

Artigo 26º - As deliberações da Assembleia serão tomadas por votação simbólica ou nominal, e a eleição da Diretoria, e dos Conselhos deverão ser feitas por votos secretos, em uma só cédula, com as designações dos cargos de cada candidato.

Artigo 27º - São atribuições da Assembleia Geral:

1. Resolver sobre todas as propostas que lhe foram encaminhadas pela Diretoria, pelos Conselhos ou pelo Quadro Social;
2. Resolver sobre todos os assuntos que não sejam da competência da Diretoria ou aos Conselhos;
3. Reformar o presente Estatuto;
4. Eleger e empossar, bianualmente, a Diretoria e os Conselhos;
5. Tomar conhecimento, anualmente, do relatório da Diretoria e aprovar, no mesmo período, as contas e balanços do exercício findo;
6. Aprovar a admissão de sócios beneméritos com o parecer da Diretoria e do Conselho Deliberativo
7. Aprovar o Regimento Interno.

Artigo 28º - O Conselho Deliberativo, composto de Presidente, Secretário, três membros efetivos e dois suplentes, é eleito bianualmente pela Assembleia Geral, conjuntamente com o Conselho Fiscal e Diretoria, e servirá pelo tempo deste, podendo ser reeleito.

Artigo 29º - Compete ao Conselho Deliberativo:

1. Julgar os recursos contra atos da Diretoria;
2. Decidir sobre casos não previstos neste estatuto;
3. Resolver divergências surgidas nos órgãos da Diretoria;
4. Administrar a SERRAS DO VALE HISTÓRICO em caso de renúncia coletiva da Diretoria até a eleição de novos membros, dentro do prazo máximo de noventa dias;
5. Pronunciar-se sobre as questões que lhes forem submetidas pela Diretoria, e reunir-se quando convocado pelo Presidente.

Artigo 30º - O Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e um suplente, é eleito bianualmente pela Assembleia Geral, conjuntamente com o Conselho Deliberativo e a Diretoria e servirá pelo tempo destes.

Artigo 31 - Compete ao Conselho Fiscal:

1. Examinar anualmente, os livros, contas, balanços, orçamentos, registros e todos os documentos de caráter financeiro da sociedade, emitindo a respeito o seu parecer, o qual será apresentado à Assembleia Geral, juntamente com o relatório da Diretoria;
2. Dar parecer sobre os assuntos atinentes à finanças sempre que solicitados pela Diretoria.

Artigo 32 - As vagas que se verificarem no Conselho Fiscal serão preenchidas de acordo com o artigo 35.

Artigo 33 - A SERRAS DO VALE HISTÓRICO é administrada por uma Diretoria, eleita bienalmente pela Assembleia Geral e composta de 6 (seis) membros:

1. Presidente;
2. Vice-Presidente;
3. 1º Secretário
4. 2º Secretário
5. 1º Tesoureiro;
6. 2º Tesoureiro;

Parágrafo Único - O Presidente da Associação deverá ser brasileiro.

Artigo 34º - Compete à Diretoria:

1. Determinar os assuntos que devem ser submetidos ao Conselho Deliberativo;
2. Cuidar da economia, finanças, do patrimônio e gerir o pessoal, o material, a ordem interna e disciplina dentro da sede;
3. Admitir, suspender, eliminar e conceder demissões de sócios;
4. Contratar, dispensar e fiscalizar o pessoal contratado para os serviços burocráticos;
5. Convocar as Assembleias Gerais
6. Nomear comissões para tarefas especiais, de interesse da própria SERRAS DO VALE HISTÓRICO e/ou da comunidade;
7. Apresentar a Assembleia Geral o relatório e contas de sua gestão;
8. Criar departamentos ou serviços e extingui-los;
9. Autorizar despesas quando superior a dez salários-mínimos;
10. Elaborar o Regimento Interno;
11. Fazer cumprir as deliberações da Assembleia;
12. Reunir-se, por convocação do Presidente, pelo menos uma vez por mês.

Artigo 35º - Vagando algum cargo na Diretoria, por faltas consecutivas, licença, morte ou renúncia, o Presidente preencherá (por outro elemento) livremente a vaga verificada.

Artigo 36º - Perderá o mandato o Diretor que, sem motivo justificado perante o Presidente, deixar de comparecer a três sessões consecutivas da Diretoria, ou seis, alternadamente.

Artigo 37º - Ao Presidente da Associação compete:

1. Representar e administrar a SERRAS DO VALE HISTÓRICO, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, bem como nos atos de sua vida social, podendo delegar poderes;
2. Administrar e orientar as atividades da SERRAS DO VALE HISTÓRICO; Convocar as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria;
3. Presidir as reuniões, cabendo-lhe o voto de qualidade, nos casos de empate nas deliberações;

4. Apresentar, anualmente, a Assembleia Geral, em nome da Diretoria, o relatório das atividades da ASSETUR no exercício anterior, juntamente com as contas e balanços referentes ao mesmo período acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;
5. Assinar a correspondência, juntamente com o 1º Secretário;
6. Ordenar despesas e assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, os cheques e outros documentos que autorizem pagamentos ou movimentações financeiras.

Artigo 38º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos temporários, exercendo as respectivas funções, e superintender setor de trabalho que lhe será destinado no Regimento Interno.

Artigo 39º - São competências do 1º Secretário:

1. Superintender todos os serviços de secretaria;
2. Secretariar as reuniões da SERRAS DO VALE HISTÓRICO;

Artigo 40º - Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário em seus impedimentos.

Artigo 41º - Compete ao 1º Tesoureiro:

1. Superintender os serviços de Tesouraria, Contadoria e Caixa;
2. Receber e ter sob sua guarda os dinheiros e valores sociais aplicando-os de acordo com as deliberações dos órgãos competentes;
3. Elaborar mensalmente um balancete demonstrativo da receita e despesas do mês anterior e, anualmente, o balanço do exercício findo;
4. Notificar, mensalmente, ao Presidente, quais os sócios que estão em atraso com suas mensalidades;
5. Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques e papéis para movimentos financeiros.

Artigo 42º - Compete ao 2º Tesoureiro auxiliar o 1º Tesoureiro, quando necessário e substituí-lo nos seus impedimentos.

Artigo 43º - O exercício dos cargos da Diretoria e Conselhos não serão remunerados, mas considerados de alta relevância.

#### Capítulo IV - Das Disposições Gerais

Artigo 44º - O presente Estatuto somente poderá ser reformado pela Assembleia Geral Extraordinária, mediante proposta assinada pelo Conselho Deliberativo, pela Diretoria ou, pela maioria dos sócios.

Artigo 45º - Tanto nas reuniões dos Conselhos, da Diretoria, como nas Assembleias, são expressamente proibidas quaisquer manifestações de ordem político-partidária e religiosa, sendo defeso à SERRAS DO VALE HISTÓRICO sob qualquer pretexto, tomar atitudes de partidarismo político e religioso ou que com estes se relacione.

Artigo 46º - Como órgão participante da comunidade suas dependências poderão ser cedidas à reuniões, simpósios, cursos e outros eventos que redundem em benefício dos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Pirai, Rio Claro e de sua população.

Parágrafo Único - Fica a critério da Diretoria cobrar ou não, taxa de manutenção nos casos deste artigo.

Artigo 47º - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Presidente do Conselho Deliberativo:\_\_\_\_\_

Secretário do Conselho Deliberativo:\_\_\_\_\_